

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

MARIA FERNANDA CARAVANA DE CASTRO MORAES RICCI

**A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER DE ELITE: Redes e a Herança de
Eufrásia Teixeira Leite - 1850-1937**

**São Leopoldo
2025**

MARIA FERNANDA CARAVANA DE CASTRO MORAES RICCI

**A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER DE ELITE: REDES E A HERANÇA DE
EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE - 1850-1937**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – (UNISINOS).

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Máira Ines Vendrame

São Leopoldo
2025

R491 Ricci, Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes
A trajetória de uma mulher de elite: redes e a herança de Eufrásia Teixeira Leite - 1850-1937 / Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci. – São Leopoldo, RS: 2025.
xiv, 297 f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Maíra Ines Vendrame.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio dos Sinos, 2025.

Inclui ilustrações, bibliografias, apêndices e anexos.

UNISINOS

1. Mulher de elite. 2. Trajetória. 3. Transnacionalidade. 4. Vassouras, RJ. I. Vendrame, Maíra Ines. II. Universidade do Rio dos Sinos. III. Título.

CDD 923.6

MARIA FERNANDA CARAVANA DE CASTRO MORAES RICCI

**A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER DE ELITE: REDES E A HERANÇA DE
EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE - 1850-1937**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – (UNISINOS).

Aprovado em

Orientadora: Prof^ª Dr^a Maíra Ines Vendrame

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^a Maíra Ines Vendrame (Orientadora) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^ª Dr^a Deise Cristina Schell - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof Dr José Carlos da Silva Cardoso - UFRGS

Prof Dr Jonas Moreira Vargas - UFPEL

Prof Dr Paulo Roberto Staudt Moreira UFPEL

Dedico essa tese a meus pais, por eles,
meu irmão e meus avós, a Adiel, por ele, meus
filhos, nora e neto. Sem todos eles, minha vida
seria bem menor.

AGRADECIMENTOS

Há tanto o que agradecer, tantos me ajudaram e apoiaram para que pudesse apresentar esse trabalho!

Minha gratidão à Universidade de Vassouras, pela oportunidade, corporificada pelo Doutorado Interinstitucional firmado com a UNISINOS, pelo apoio, inclusive financeiro, ao meu processo de formação.

Minha gratidão ao Programa de Pós-graduação em História-PPGH da UNISINOS, que nos acolheu, amparou e, a despeito das dificuldades que enfrentamos juntos, nos proveu com professores que contribuíram profundamente com minha formação acadêmica e humana, pela excelência de ensino e condução segura dos processos acadêmicos e administrativos, em que pese as muitas adversidades como a descontinuidade do programa e as tragédias ambientais no Rio Grande do Sul.

Minha gratidão à minha querida orientadora, professora Dr^a Maíra Ines Vendrame, pela gentileza, olhar atento, generosidade acadêmica e a condução leve desse processo.

Minha gratidão aos membros da banca de qualificação, pelas observações, sugestões e questionamentos que auxiliaram na reflexão sobre os rumos desse trabalho.

Minha gratidão aos colaboradores dos arquivos que visitei (CDH, Museu Casa da Hera, IPHAN, Arquivo Público Municipal de Vassouras, do Arquivo Histórico do Itamaraty), foram muitos anos de pesquisa e os funcionários foram se alterando e, dessa forma, o agradecimento genérico não é menor, ao contrário, acessa a todos, cujo apoio e atenção viabilizaram a escrita desta tese.

Minha gratidão aos colegas da UNISINOS, cuja conquista se deu durante o curso e os da FUSVE, pela aproximação e fortalecimento nas relações, pelo companheirismo, cumplicidade e apoio.

Minha gratidão a Isabel Rocha, e, por ela, aos pesquisadores do Vale do Paraíba Fluminense, por insistirem em descortinar as evidências do que fomos e com isso pensemos no que podemos ser.

Minha gratidão aos meus colegas dos grupos de pesquisa que integro, que gentilmente entenderam que nesse momento precisava focar na escritura desse trabalho.

Minha gratidão aos colegas dos setores que trabalho, sejam administrativos ou

pedagógicos, pelo apoio e incentivo.

Minha gratidão às queridas amigas Renata Vereza e Lúcia Silva.

Minha Gratidão à Maria Clara, meu anjo. Mamãe fez.

Minha gratidão ao David, à Júlia e ao Inácio, pela compreensão de que o tempo é o melhor bem que se pode legar e pelo entendimento que vai passar e a vovó vai poder brincar de bibi.

Minha gratidão ao Adiel, minha escolha, minha constância, minha permanência, meu interlocutor, pela presença em minha vida.

Os historiadores devem ter muitíssima fantasia porque têm um inimigo escondido fundamental: os documentos, que sempre são falsos, por dois motivos. Primeiro, os documentos sempre são parciais. Também, se temos montes de documentos sobre algo, temos só fragmentos — um monte de fragmentos. Os documentos sugerem que nós sabemos o que é necessário saber, mas mentem por sua parcialidade. Sempre! A segunda razão é que os documentos se produzem quando há ação e decisão; caso contrário, por que fazê-los? (Giovanni Levi)

RESUMO

O presente trabalho investiga a trajetória de Eufrásia Teixeira Leite, uma mulher pertencente a elite agrária do século XIX. A análise centra-se em sua migração para Paris e subsequente retorno ao Brasil no final dos anos 1920, explorando como, após herdar um significativo patrimônio, ela constituiu redes de sociabilidade transnacionais. Ancorada na História Social e inspirada pelos procedimentos metodológicos da Micro-História, a pesquisa toma a narrativa de vida da referida personagem como fio condutor para uma compreensão abrangente de fenômenos históricos mais amplos. Objetiva-se, portanto, analisar os fundamentos, desígnios e impactos de seu testamento, elucidando seu papel e suas contribuições nos âmbitos social, cultural, político e filantrópico. Ademais, busca-se identificar quais capitais – econômico, político, social e simbólico – foram mobilizados e acumulados por ela para assegurar a execução de suas disposições testamentárias. Por fim, mediante a consulta a fontes como periódicos, correspondência, cartões, o próprio documento de última vontade, o inventário e os recursos judiciais contra ele interpostos, examina-se o uso político desse instrumento legal como uma estratégia para reativar um projeto de progresso para o município de Vassouras. Nossa principal hipótese de trabalho foi que a trajetória de Eufrásia Teixeira Leite exemplifica uma forma singular, porém estruturalmente ancorada, de agência feminina na elite brasileira do século XIX e início do XX. Por meio de uma combinação de estratégias familiares, capital financeiro e inserção em redes sociais transnacionais, ela não apenas preservou, mas multiplicou significativamente o patrimônio herdado, subvertendo expectativas de gênero e utilizando seu testamento como um instrumento último de poder e para compor um projeto de modernidade e assistencialismo para sua cidade natal. A execução contestada desse testamento e os usos políticos subsequentes de seu legado revelam os conflitos, as negociações e as limitações da atuação de uma mulher de elite mesmo após a morte, tornando-a um caso privilegiado para se estudar as interseções entre gênero, riqueza, poder e memória na virada do século.

Palavras-chave: mulher de elite, trajetória, transnacionalidade, Vassouras.

ABSTRACT

This paper investigates the trajectory of Eufrásia Teixeira Leite, a woman belonging to the 19th-century agrarian elite. The analysis focuses on her migration to Paris and subsequent return to Brazil in the late 1920s, exploring how, after inheriting a significant estate, she established transnational networks of sociability. Anchored in social history and inspired by the methodological procedures of microhistory, this research uses the life narrative of this individual as a guiding thread for a comprehensive understanding of broader historical phenomena. Therefore, the aim is to analyze the foundations, purposes, and impacts of her will, elucidating her role and contributions in the social, cultural, political, and philanthropic spheres. Furthermore, it seeks to identify what capital—economic, political, social, and symbolic—she mobilized and accumulated to ensure the execution of her will. Finally, by consulting sources such as periodicals, correspondence, cards, the last will itself, the inventory, and the legal appeals filed against it, we examine the political use of this legal instrument as a strategy to revive a project of progress for the municipality of Vassouras. Our main working hypothesis was that Eufrásia Teixeira Leite's trajectory exemplifies a singular, yet structurally anchored, form of female agency within the Brazilian elite of the 19th and early 20th centuries. By means of a combination of family strategies, financial capital, and insertion into transnational social networks, she not only preserved but significantly multiplied her inherited wealth, subverting gender expectations and using her will as a final instrument of power to shape a project of modernity and welfare for her hometown. The contested execution of this will and the subsequent political uses of its legacy reveal the conflicts, negotiations, and limitations of an elite woman's agency even after death, making it a privileged case for studying the intersections between gender, wealth, power, and memory at the turn of the century.

Keywords: elite woman, trajectory, transnationality, Vassouras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Busto em Mármore de Eufrásia Teixeira Leite.....	17
Figura 2	Busto de Eufrásia Teixeira Leite na entrada do Colégio Regina Coeli.....	40
Figura 3	Imagem de fundos da casa principal da fazenda Secretário.....	44
Figura 4	Fachada principal da fazenda Secretário, com vista ao terreiro de café.....	44
Figura 5	O casal Joaquim José Teixeira Leite e Ana Esméria Teixeira Leite.....	47
Figura 6	Joaquim José Teixeira Leite - Acervo do Museu Casa da Hera.....	48
Figura 7	Foto da assinatura de Francisca Teixeira Leite no inventário do Pai.....	65
Figura 8	Eufrásia Teixeira Leite- Pastel – óleo sobre tela Acervo da Casa da Hera...	77
Figura 9	Distritos e bairros de Paris	91
Figura 10	Localização dos domicílios da Teixeira Leite em Paris.....	97
Figura 11	Mapa das famílias residentes na colônia brasileira em Paris (1889 a 1917).	100
Figura 12	Notícia do casamento de D. Luís e D. Maria Pia.....	103
Figura 13	Conjunto de volumes referentes à primeira fase do processo Judicial do Testamento e Inventário de Eufrásia Teixeira Leite.....	117
Figura 14	Foto da carta de Manoel da Silva Rebello.....	130
Figura 15	Júlio Corrêa e Castro.....	131
Figura 16	Nota da celebração da missa de 7º dia de Júlio Corrêa e Castro.....	134
Figura 17	Convite: “Machina de Seccar Café, no depósito do sr. Lidgerwood, experiência pública de machina de secar café do systema Taunay-Telles”..	137
Figura 18	Recorte da notificação da missa de 7º dia de Alberto Gomes Leite de Carvalho.....	138
Figura 19	Óleo sobre tela – Eufrásia Teixeira Leite.....	141
Figura 20	Cópia do Registro de óbito de Eufrásia Teixeira Leite.....	167
Figura 21	Prefeitura Municipal de Vassouras-Página do livro Actos do Prefeito, p. 11....	192
Figura 22	Foto do Palace Hotel de Vassouras.....	193
Figura 23	Foto - Império Hotel.....	194
Figura 24	Foto do Monumento do Centenário.....	195
Figura 25	Foto de palacete na rua Barão de Vassouras.....	198
Figura 26	Planta da Cidade de Vassouras.....	199
Figura 27	Foto aérea da cidade de Vassouras em 1935.....	199
Figura 28	Os milhões da Sta Casa continuam na chocadeira.....	202

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Participação anual em eventos segundo o tipo entre 1900 e 1926.....	105
Gráfico 2	Eventos mapeados segundo ano de participação	107
Gráfico 3	Percentual de eventos noticiados em jornais internacionais entre 1900 e 1926	108
Gráfico 4	Pessoas segundo condição nobilitária – 1906 até 1913.....	110
Gráfico 5	Ativos bursáteis de ETL por tipo.....	172
Gráfico 6	Ativos bursáteis de ETL por País.....	174
Gráfico 7	Empresas Belgas que integravam o portfólio de ETL por tipo.....	176
Gráfico 8	Empresas Estadunidenses que integravam o portfólio de ETL por tipo....	177
Gráfico 9	Empresas Brasileiras que integravam o portfólio de ETL por tipo.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ocorrência de notícias sobre as Irmãs Teixeira Leite.....	92
Tabela 2	Legenda - Igrejas frequentadas pela Colônia Brasileira.....	100
Tabela 3	Legenda – Residências de parte das famílias de elite que moravam em Paris de 1896 e 1917.....	100
Tabela 4	Cartas de Manoel Rebello para Eufrásia Teixeira Leite selecionadas para o trabalho.....	129
Tabela 5	Legenda do Centro de Vassouras.....	200

LISTA DE SIGLAS

CDH	Centro de Documentação Histórica - Universidade Severino Sombra
CLC	Consolidação das Leis Cíveis
CPC	Código de Processo Civil
ETL	Eufrásia Teixeira Leite
HETL	Hospital Eufrásia Teixeira Leite
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCH	Museu Casa da Hera
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
SCMV	Santa Casa de Misericórdia de Vassouras
USA	<i>United States of America</i>
USS	Universidade Severino Sombra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 CAPÍTULO 1: Desfragmentando Eufrásia Teixeira Leite – “Sou catholica, apostolica Romana, [...] em que nasci, que herdei de meus paes [...]”.....	40
1.1 As famílias Corrêa e Castro e Teixeira Leite.....	42
1.2 A infância e a Juventude – Os anos em Vassouras.....	50
2 CAPÍTULO 2: O ser elite em Paris: “Deixo aos pobres do quarteirão em que se acha situado meu mencionado palacete, [...]”.....	70
2.1 A viagem e os primeiros anos.....	70
2.2 A vida de uma capitalista em Paris.....	84
3 CAPÍTULO 3: Entre dois continentes - “Deixo as minhas primas e amigas, como lembrança, para cada uma dessas [...]”.....	113
3.1 A correspondência com a família.....	113
3.2 Outras escritas – interesses partilhados.....	139
3.3 Escritos transnacionais.....	145
4 CAPÍTULO 4: “[...] temendo a morte que é certa, embora incerto seja o seu dia:” O testamento de Eufrásia Teixeira Leite.....	160
4.1 Os desejos - tradição e modernidade.....	160
4.2 Quem constrói o futuro.....	183
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
FONTES.....	214
REFERÊNCIAS.....	221
APÊNDICES.....	241
APÊNDICE A - Tabela 1 – Publicações na área de História até 2025.....	241
APÊNDICE B - Tabela 2 - Publicações em áreas afins até 2024.....	244
APÊNDICE C - Tabela 3 – Romances históricos publicados de 2007 até 2022.....	246
APÊNDICE D - Quadro de ocorrências de participação em eventos sociais - 1879/1930.....	247
APÊNDICE E - Tabela dos Jornais pesquisados entre 1900 e 1926.....	249
APÊNDICE F - Participantes recorrentes em eventos no período de 1906 a 1913.....	257

APÊNDICE G – Correspondência.....	258
APÊNDICE H - Árvore Genealógica - Eufrásia Teixeira Leite.....	261
APÊNDICE I – Listas de empresas ETL.....	266
APÊNDICE J – Transcrição da carta de Manoel Rebello.....	269
APÊNDICE K – Transcrição do Registro de Óbito de Eufrásia Teixeira Leite.....	270
ANEXOS.....	271
ANEXO I - Certidão de Batismo de Eufrásia Teixeira Leite.....	271
ANEXO II- Carta integrante do Caderno de Caligrafia de Eufrásia Teixeira Leite.....	272
ANEXO III - Carta, sem data, de Eufrásia para sua mãe.....	273
ANEXO IV – Documentação Cartorária – 1-Chácara Calvet / 2-Chácara da Hera.....	275
ANEXO V – Testamento de Eufrásia Teixeira Leite.....	281
ANEXO VI – Capa do tomo - Acção Ordinaria: Contestação opposta à acção pelos testamenteiros do Espolio, 1937.....	289
ANEXO VII – Capa do tomo - O Estranho Testamento de D. Euphrasia Teixeira Leite, 1937.....	290
ANEXO VIII – Capa - Contracto para o fornecimento de energia e luz electricas.....	291
ANEXO IX - Mapa do território de Vassouras na década de 1920 (em verde), em superposição com o território atual (em azul).....	292
ANEXO X - Chácara das Palmeiras.....	293
ANEXO XI - Foto e reportagem do HETL na sua inauguração.....	294
ANEXO XII - Fotos do Instituto Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite - <i>Regina Coeli</i>.....	295
ANEXO XIII – Fotos do Instituto Masculino Dr. Joaquim Teixeira Leite - SENAI.....	296

INTRODUÇÃO

É comum ouvir que a vida de algumas pessoas daria um livro, por conta da notabilidade dos percursos e narrativas construídas sobre eles. Não tenho a pretensão de apresentar uma narrativa biográfica da vida de Eufrásia Teixeira Leite. Até porque, os fragmentos de sua existência me permitem conhecê-la por diferentes vieses, identidades e discursos. Apresentamos uma análise de sua trajetória para compreender estratégias de ação, recursos mobilizados e estratégias e limites de agência de uma elite feminina nos fins do século XIX, e início do XX, em meio a uma constelação de tensões entre o tradicional e o moderno, o Brasil e Paris, o individual e o familiar, o gesto revolucionário e a apropriação conservadora.

Eufrásia Teixeira Leite foi a filha caçula de Joaquim José Teixeira Leite e Ana Esméria Corrêa e Castro, nascida em Vassouras, no ano de 1850. Viveu sua infância e grande parte da juventude com sua irmã mais velha, Francisca Bernardina, na casa de seus pais, hoje conhecida como Casa da Hera e o Palacete na Rua das Laranjeiras, 152, Rio de Janeiro, local onde seu pai exercia suas funções de político, capitalista e comissário de café.

As duas filhas, as irmãs Teixeira Leite, desde muito cedo, vivenciaram uma maneira diversa do padrão de administração de ativos da que era habitualmente estruturada no Vale do Paraíba Fluminense. Seu pai, Dr. Joaquim José já antevia outras possibilidades de amealhar a fortuna familiar, com a fundação de uma Casa de Descontos. “A guinada para o mundo financeiro iniciada por Joaquim e continuada por Eufrásia, revela a permanência de sua riqueza, enquanto os barões empobreciam com a degradação do solo fluminense”, explica Eneida Queiroz (2013, p. 38). Com a morte de seus pais, em 1872 e sua avó no ano seguinte ela e a irmã, ambas solteiras, herdaram uma pequena fortuna e mudaram-se para Paris. Durante o período de 50 anos, retornou ao Brasil apenas duas vezes, voltando, de forma definitiva, em 1926. Passava períodos em Vassouras, mas estabeleceu-se no Rio de Janeiro.

Quando, em 1930, faleceu, deixou um testamento, legando o patrimônio declarado pelo inventariante no valor do monte do seu inventário em oito mil contos de réis, o que equivalia a 16% dos totais das exportações brasileiras de açúcar para o ano de 1920, e cerca de 15% da dívida do Departamento Nacional de Café no Banco do Brasil em 1933 (Villela; Suzigan, 1973 *apud* Falci; Melo, 2002b, p. 179).¹ Os valores apurados equivaliam ao que permitiria comprar

¹ A OAB, seção Rio de Janeiro, na gestão de Hélio Saboya, criou em 1984, o “Projeto Vassouras”, que propunha a recuperação e o resgate da documentação produzida até o século XIX, que se encontrava nos arquivos dos cartórios de 1º e 2º ofícios de Vassouras, uma das mais antigas comarcas do Estado do Rio de Janeiro. Esse foi o embrião do projeto de pesquisa do Departamento de Pesquisa e Documentação da OAB-RJ. Entre a documentação estava o testamento, sua constatação e posterior inventário restado pelo óbito de Eufrásia Teixeira Leite.

cerca de 1.870 quilos de ouro na ocasião de seu falecimento. Obviamente, o processo sucessório não passou em brancas nuvens, tanto para a população de Vassouras, posto que a cidade, através de uma série de instrumentos de assistência à população, foi amplamente beneficiada pelo documento, tampouco para os parentes da testadora, muitos excluídos do processo de sucessão testamentária. O espólio, composto de um portfólio diverso, uns bens mais líquidos, outros menos, expresso no documento de última vontade eivado de cláusulas e condições, foi executado, por nomeação para os bens no Brasil, pelo advogado Antônio José Fernandes Junior. Para os bens no exterior, responsabilizou-se o embaixador e advogado Raul Fernandes. Seu primo, o coronel Júlio Corrêa e Castro, tendo este falecido pouco depois da testadora, também foi nomeado como executor do documento.

A maior parte do montante era de ações de 262 empresas em mais de dez países diferentes, como Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Estado Unidos da América, Chile, Canadá, Mônaco, Egito, Rússia, além de títulos de dívidas de inúmeros estados nacionais. Menos vultuosos eram os valores expressos dos bens imóveis legados, como a residência em Paris, na Rua Bassano no número 40, próximo a Champs-Élysée, cujo terreno tinha mais de 695 metros quadrados, avaliado em aproximadamente dois milhões de francos, para além de 49 lotes de terra em Copacabana, no logradouro hoje denominado Rua Pompeu Loureiro. O menos valioso entre eles foi provavelmente a Casa da Hera, residência de sua família em Vassouras, com seus móveis, decoração, utensílios domésticos e benfeitorias, que foi avaliada em 96 contos e setecentos mil réis, e a área anexada à área da chácara do Dr. Calvet por 44 contos e cinquenta mil réis. Só por conta da liquidação de todo esse patrimônio, os testamentários já demandariam um tempo e esforço significativos e, nesse percurso, há ainda uma série de intercorrências a serem consideradas. O instrumento trazia consigo todo um esmiuçar de vontades quanto ao destino dos bens e gravames, como cláusula de inalienabilidade absoluta e insuborgabilidade em vários dos imóveis legados. Esse patrimônio tinha como propósito a construção de dois institutos profissionais, um feminino e outro masculino e, na impossibilidade do aceite do regramento testemunhal, recairia à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras (SCMV) o cumprimento das obrigações.

O cumprimento da vontade da testadora impôs aos executores a administração desses ativos, a edificação de prédios e aquisição de equipamentos para a destinação de patrimônio na satisfação dos desejos expostos. Não obstante, para além da dificuldade atinente à tarefa, familiares contestaram o ato de última vontade de Eufrásia, alegando sê-lo um devaneio devido a senilidade. Interpela-se aí uma disputa judicial, uma Ação Ordinária para Anulação do Testamento, cumulada com a Petição de Herança contra os testamentários Antônio José

Fernandes Júnior e Raul Fernandes e a Irmandade da SCMV, e outros.

Em outubro de 1937, encerra-se a disputa judicial para iniciar-se a execução dos bens e o cumprimento do descrito nos atos de última vontade da testadora. O processo se enche de documentos os mais diversos. Entre eles, as habituais prestações de contas dos Fernandes, com cuidadosos ajustes financeiros referentes aos títulos bancários, alterações cambiárias dos haveres em moeda estrangeira e modificações no sistema monetário, correspondências em diversos idiomas para os expedidores dos títulos de crédito e governos de países estrangeiros.

Eufrásia, pelo que se infere no seu testamento e na execução de seu inventário, soube estruturar seus ativos, sendo a primeira mulher brasileira a fazer negócios na bolsa de valores². Mantinha uma intensa correspondência diária³, fato relatado por Cecília, funcionária de muitos anos, para quem legou uma pequena casa em Vassouras, que versava desde a organização e manutenção de seus variados negócios até missivas para parentes e amigos no Brasil. Vivenciou grandes transformações, políticas, econômicas e sociais da transposição de século XIX para o XX.

Figura 1- Busto de Eufrásia Teixeira Leite



Fonte: Fernandes, 2012, p. 21.⁴

² RIBEIRO, 2013.

³ Hildete Pereira de Melo (2003), no artigo “A correspondência Econômica de uma mulher da crise de 1930”, apresenta um recorte desse fazer pela correspondência de Eufrásia com seu agente financeiro Albert Guggenheim, poucos meses antes do falecimento de nossa personagem. Para além dessas missivas, há aquelas depositadas no acervo da Casa da Hera, dirigidas aos cuidadores do imóvel, em que ele dá instruções sobre os cuidados com o patrimônio vassourense.

⁴ Na cidade de Vassouras, a imagem de Eufrásia pode ser vista no Museu Casa da Hera, por um quadro pintado por Carolus Duran, de 1887. Na praça lateral à câmara de vereadores, por uma placa de bronze, e na entrada no

Os impactos imediatos que sua herança promoveu em Vassouras vão além dos prédios edificadas, que embarcaram a “Princesinha do Café” em uma estética moderna, revisitando e fortalecendo um discurso de progresso, ampliaram os fluxos de circulação urbana e reaqueceram um espaço outrora luxuoso, mas já desprovido de viço, ocupado pelos palacetes de familiares da antiga nobreza do Vale do Paraíba Fluminense, procurando dar a ele novas funções e propósitos. A saúde, o turismo e a escolarização são os fios condutores dessa revitalização. Seu legado, cuja principal beneficiária continua administrando, segue presente na cidade, só que, agora, desprovido de sua função original, sem o cumprimento das obrigações testamentárias, com a redução significativa nos terrenos destinados às edificações, que foram sendo fragmentados e realocados para outros fins no decorrer dos anos. Em junho de 2025, houve a destituição da provedoria da Santa Casa, sob suspeita de irregularidades. O Ministério Público de Estado do Rio de Janeiro tem, desde 2007, imposto interdições ao patrimônio advindo de sua herança, mas, recentemente, a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Vassouras emitiu a Portaria de Inquérito Civil Nº 0006/2025 - PJTCOVAS, que tem por objetivo apurar a situação de abandono e descumprimento da função social de imóveis legados por Eufrásia Teixeira Leite à cidade de Vassouras, e muitos documentos encontram-se atrelados a esse procedimento, o que nos dificulta o acesso às fontes. Esse fato nos fez reposicionar o recorte temporal que outrora havíamos considerado alcançar.

Contar a história de vida de uma pessoa não é tarefa trivial. Até porque elas são muitas, em seus fazeres, nos afetos e lugares sociais que ocupam e nas evidências que deixam desnudar à posteridade. O que se busca, nesse ponto, é entender quem foi essa personagem, como foi retratada, e, pelas fontes, tentar resgatar a complexidade e a riqueza de nuances dessa mulher da Elite, originária do Vale do Paraíba Fluminense, no recorte temporal de permeabilidades entre o XIX e o XX. Através da análise da trajetória de Eufrásia nossa intenção é conhecer sua agência e a relação que tinha com o grupo ao qual pertencia.

A superação da linearidade da biografia clássica permitiu construir perspectivas plurais sobre a trajetória dos sujeitos. Nesse novo paradigma, a memória surge como um elemento catalisador para a rememoração de uma vida. Como sustenta François Dosse (2015, p. 297), a linearidade outrora postulada não pode mais ser considerada intocável. A afirmação de Dosse – “o indivíduo não se isola do tecido social que é o seu e não pode ser considerado o lócus de uma singularidade” (Dosse, 2015, p. 255). Nessa mesma toada, a circularidade cultural de Carlo Ginzburg (2006) reforça essa imbricação.

antigo Colégio Regina Coeli, educandário fundado por sua determinação testamentária. Os dois últimos, que são praticamente coetâneos, essa foi a imagem que se escolheu para representá-la.

Ao lançar nosso olhar para a trajetória de nossa personagem, percebemos que é mais apropriada uma observação em que se abarca maior número de elementos para estudo. Suscitando vários diálogos, enxergar nosso objeto numa perspectiva direcionada a entendê-las em seu microcosmo, suas relações e atuações, a partir de várias fontes, em uma escala mais restrita de análise, para então alcançarmos o entendimento de suas redes de relações e participação no âmbito social.

Procedeu-se a um minucioso mapeamento das redes sociais das quais Eufrásia era integrante, mediante a utilização de um corpus documental diversificado. A investigação iniciou-se com a consulta a periódicos, tanto nacionais quanto internacionais, com o objetivo de identificar registros que indicassem sua participação em eventos públicos e privados, bem como a presença de outras personalidades nesses contextos. Nessa fase, priorizou-se o cotejamento de diferentes fontes jornalísticas para assegurar a veracidade das informações coletadas.

Após validação, as notícias foram analisadas para eliminar redundâncias, possibilitando a identificação dos indivíduos mencionados, a caracterização dos acontecimentos e a elaboração de uma lista nominal dos participantes. Essas informações proporcionaram uma compreensão mais detalhada da composição desses círculos, suas atividades, convergências e núcleos de influência. Tais dados foram, posteriormente, cruzados com documentos provenientes do acervo pessoal da biografada, disponível no Inventário, no IPHAN e no Museu Casa da Hera.

Adicionalmente, recorreu-se a registros de acionistas de companhias das quais ela era titular, nos quais se encontraram novos elementos de intersecção que corroboraram a configuração dessas redes relacionais. A reconstituição do tecido social de Eufrásia, dada sua complexidade, abrangência e longevidade, demandou uma metodologia de pesquisa inovadora e complexa, uma vez que sua documentação pessoal se encontra fragmentada entre diferentes instituições. Essa dispersão arquivística resulta no fato de que parcela significativa de sua trajetória é revelada por meio de narrativas de outros sujeitos.

Em que pesem essas dificuldades, nossos questionamentos se entrelaçam às percepções de Mariana Muaze quando esta escreve:

Ao esmiuçar as teias de relações afetivas, interna e externamente estruturadas, acredito ser possível redesenhar as redes de solidariedade e os mecanismos de sobrevivência que permitiram a manutenção de certos grupos enquanto classe dominante na sociedade imperial. Contudo, a pesquisa histórica não é um terreno totalmente seguro e pode reservar algumas aventuras, se assim o desejarmos. Ao tentarmos destrinçar os rastros de um dado contexto sociocultural, muitas vezes nos deparamos com “opacidades” que colocam novos desafios e apontam diferentes rumos de trabalho, riscos que valem a

pena ser corridos (Muaze, 2008, p. 11).

A biografia é um gênero da historiografia que passou por uma ressignificação em termos de sua produção nos últimos anos. Segundo Sabina Loriga (2011), o termo “biografia” só aparece ao longo do século XVII. De todo modo, o gênero recebe um novo impulso considerando haver várias imbricações nas narrativas sobre si e de si⁵. Diz-nos ainda que “O que é importante na vida de uma pessoa e o que não é? A partir do quê apreciá-la e como dar conta dela?” Como tentar contar uma vida sem cair na ilusão de recompô-la, como foi vivida, mesmo que por meio do testemunho de escritas, as mais diversas? Essas são algumas das questões que Sabrina Loriga propõe no livro *O pequeno X da biografia à história* (2011).

Para a referida autora, “reconstituir a origem e evolução de um acontecimento é impossível” (Loriga, 2011, p. 194), mesmo que se possa debruçar sobre fragmentos de uma experiência, registros de testemunhos, entre outras fontes. Destarte, a análise agrega elementos ulteriores, que se nos apresentam no presente e não do que resta descrito ou apresentado. Assim, quando da observação de arquivos pessoais, cartas, fotos, testamentos, a narrativa já é encaminhada para a busca de explicações, hodiernamente, do que ocorreu no passado, de maneira divergente de quando o fato ocorreu, no qual não se podia supor o desfecho final. Assim, de maneira habitual, “[...] a noção de verdade histórica é torturada pela dúvida” (Loriga, 2011, p. 229).

Dosse (2015, p. 255) destaca que “o estudo do indivíduo, de um nome próprio ou de uma biografia, serve como introito a uma história social renovada”. Assim, consideramos que, em consonância com Leonor Arfuch (2010), “o espaço biográfico” é múltiplo e variado, compondo-se de inúmeras narrativas, que se podem estruturar por biografias autorizadas ou não, autobiografias, testemunhos, memórias, histórias de vida, diários íntimos, correspondências, cadernos de notas, autoficções, entrevistas midiáticas, romances e ensaios.

É prudente atentar, como destaca Arfuch (2010), para a expansão do espaço biográfico na atualidade, a interação profunda e necessária que envolve toda biografia que é, mais que um relato objetivo, uma construção discursiva, mais que uma identidade essencialista, uma “identidade narrativa”⁶, e mais que um olhar afastado do outro ou do eu, é o encontro de muitas

⁵ A escrita de si constitui uma miríade de modalidades denominadas, no mundo moderno de produção de si. Nesse contexto, elucida Gomes, “Através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está construindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado [...] A chave para seu entendimento é, portanto, a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais.” (Gomes, 2004, p. 11).

⁶ Paul Ricoeur advoga que a identidade narrativa, por ser categoria de ação, não é meramente descritiva, posto ter uma dimensão moral, de engajamento e de compromisso. Assim, entender esse conceito ricoeriano implica em um enredamento entre a identidade do sujeito e os móveis que o conduziram a seus fazeres e às suas experiências. Introduce, desta feita, a percepção de alteridade, o que complexifica a noção do sujeito (Ricoeur, 2000).

vozes, dialogicamente construído⁷ e vinculado ao território, em que vivem⁸.

Nesse sentido, impõe-se o cuidado de perceber a produção de um relato biográfico de modo que não incorra em ilusão retrospectiva, ingenuamente finalista, desviando de causalidades totalizadoras que podem não equivaler às trajetórias reais dos agentes sociais, aspecto para que nos alerta Pierre Bourdieu (1998). Nessa mesma vertente, aponta Giovanni Levi que:

[...] a função particulada da narrativa pode ser resumida em duas características. A primeira é a tentativa de demonstrar, através de um relato de fatos sólidos, o verdadeiro funcionamento de alguns aspectos da sociedade que seriam distorcidos pela generalização e pela formalização quantitativa usadas independentemente, pois essas operações acentuariam de uma maneira funcionalista o papel dos sistemas de regras e dos processos mecanicistas de mudança social. [...] A segunda característica é aquela de incorporar ao corpo principal da narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas. Esse método rompe claramente com a assertiva tradicional, a forma autoritária de discurso adotada pelos historiadores que apresentam a realidade como objetiva (Levi, 1998, p. 152-153).

Levi se aproxima de uma perspectiva antropológica, quando refuta a generalização e ausência de agência dos personagens biografados e se aproxima das relações de força que se confrontavam no contexto de sua produção, conservação e manipulação das fontes históricas utilizadas para a construção da narrativa que as permeiam.

Nessa interpretação, considera Ginzburg (2002a) que fontes históricas não podem oferecer acesso imediato à realidade, uma vez que “[...] não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes” (Ginzburg, 2002a, p. 44). Nesse sentido, o fazer do historiador, ao propor um estudo centrado em uma narrativa de um aspecto da vida de seu biografado, deve seguir “[...] sinais, indícios, fios que permitem decifrar zonas privilegiadas dessa realidade” (Ginzburg, 2002b, p. 177). Outrossim, é fundante o denodo de, ao prescrutar as fontes, ter em mente a polifonia das vozes que as produzem, as escolhem preservar e as que escolheram dispor ao pesquisador, sabem que em tudo pairam intencionalidades, nem sempre coerentes e concordantes, cabendo ao historiador fazê-las emergir (Ginzburg, 2006).

⁷ O autor aduz que, na concepção dialógica da linguagem adotada, a análise histórica de um texto transcende a mera descrição da época em que foi produzido, transformando-se em uma análise semântica minuciosa e perspicaz. Essa abordagem considera os confrontos e deslizamentos de sentidos, os apagamentos de significados e os interdiscursos presentes na obra (Bakhtin, 2003).

⁸ “[...] a história humana não se desenvolve no campo das ideias, mas sim no mundo sublunar em que os indivíduos, de modo irreversível, nascem, infligem sofrimentos ou são a eles submetidos, e morrem” (Ginzburg, 2012, p. 32).

Nesse sentido, a biografia não deve pautar-se por entender a vida do biografado como “[...] uma totalidade postulada, mas, ao contrário, questionada em suas tensões, contradições e diversas cidades de pertencas” (Dosse, 2015, p. 142). É nesse contexto que buscamos produzir uma narrativa biográfica da trajetória de Eufrásia Teixeira Leite. O fio condutor de nossas reflexões é pautado pelo seu testamento. Na morte, entenderemos fragmentos de significância de sua vida.

Alexandre Karsburg (2015) advoga que a trajetória “[...] não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (Karsburg, 2015, p. 34). Ao considerarmos o testamento de Eufrásia enquanto expressão de seus últimos desejos, verificamos o que, para ela, foi evidenciado como elementos fortalecedores de sua identidade e memória, uma vez que parte do legado foi musealizado. Dosse (2015, p. 405) considera que “O após-morte do biografado torna-se tão significativo quanto seu período de vida, pelos traços que deixa e pelas múltiplas flutuações na consciência coletiva sob todas as suas formas de expressão.” Eufrásia Teixeira Leite, a Dama dos Diamantes Negros, *La petite brésilienne* ou, como era conhecida em Vassouras, Eufrasinha⁹, foi uma mulher da elite do Vale do Paraíba, nascida em 1850. Nesse ponto, enredam-se à tessitura da reflexão questões que produzem espessamento e, em consequente, novas perguntas. O que seria, para efeito desta tese, integrar a elite? Eufrásia Teixeira Leite, sob a égide da segunda escravidão¹⁰, nasceu de mãe de família de mega proprietários de escravos (Corrêa e Castro) e de pai capitalista¹¹, comissário de café e político no município e na província (Teixeira Leite).

⁹ Essa forma de identificar as pessoas, por apelidos e diminutivos, é bastante usual nas famílias do Vale, tanto para as mulheres quanto para os homens. Em grande parte pelo padrão quase recorrente da utilização de homônimos distanciados por uma ou duas gerações. Podemos observar esse fato no Apêndice H deste trabalho. Não basta estar ligado pelo nome de família, em especial as meninas, as quais muitas o perdiam pelo casamento, quando não endogâmico. Compõem-se e reforçam-se os laços por essa estratégia. São Julicos, Chiquinhas, Marocas, Marianinhas e Tonicos, descendentes diretos ou colaterais de Júlios, Franciscos ou Franciscas, Marias, Marianas ou Antônios.

¹⁰ O conceito de segunda escravidão, desenvolvido por Dale Tomich (2011), refere-se à exponenciação da escravidão atlântica a partir do final do século XVIII. Esse fenômeno está associado a eventos como a Revolução Haitiana, a Revolução Industrial, a formação de Estados independentes na América e à crescente hegemonia da Grã-Bretanha como potência industrial e antiescravista e as tendências associadas aos processos deles decorrentes. Tais fatores promoveram significativas reconfigurações no mercado mundial e no sistema interestatal. O escravismo no Brasil foi fortemente influenciado por esses processos e, ao mesmo tempo, contribuiu para moldá-los e por ele ser influenciado.

¹¹ Antonio de Moraes Silva, era autor, lexicólogo e gramático brasileiro, diplomado em Direito exercendo a profissão em Pernambuco. Sua principal obra é o Dicionário da Língua Portuguesa, elaborado quando de sua estada na Inglaterra, e publicado em Lisboa, em 1789. A obra que usamos para referência, de 1890, disponível no endereço <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>, apresenta capitalistas como as pessoas que tinham grandes “cabedães”, e dinheiro para suas negociações e “meneyos”. Nossa opção pelo conceito foi a de procurar um entendimento coetâneo ao de nosso recorte temporal. Considerando um enfoque clássico, Caio Prado Júnior em **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1942, aduz que na segunda metade do século XIX, a figura do capitalista no Brasil não se restringia ao empresário industrial, mas era predominantemente identificada com o grande proprietário rural, o comerciante de exportação e importação, e os

Os estudos que trazem as elites como foco de análise passaram por um esvaziamento no início dos anos 2000. O pesquisador José Murilo de Carvalho (2003, p. 20) anuncia que: “Se é verdade que a historiografia tende a magnificar esse papel [das elites], seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia”. Tal afirmação refere-se a uma certa resistência, em especial se observado pelo discurso de vertentes que a associavam a um processo de apagamento de outros atores sociais, ou ao revisionismo aos estudos de elites políticas na historiografia e nas Ciências Sociais no Brasil. O entendimento de que há elites, e não uma única, uníssona, nos permite ampliar o olhar para o entendimento de que as noções de dominação e subordinação devem ser tratadas com cuidado. Uma leitura menos preocupada com os fluxos de complexificação das sociedades modernas pode tratar como estáticas e monolíticas, o que só pode ser percebido em fluxo e em rede. Por certo, a negociação entre esses fluxos deve perpassar o viés analítico, posto serem negociadas pelos sujeitos de forma vivida pelos atores sociais coetâneos. Essas relações eram muito mais imbricadas, complexas e revelavam uma enorme plêiade de possibilidades.

Assim como utilizado por Flávio M. Heinz na introdução de sua obra sobre história das elites, adotaremos o conceito desenvolvido pelo sociólogo suíço Giovanni Busino que define como elite a

[...] minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade (Busino, 1992, p. 4 *apud* Heinz, 2006, p. 7).

Nos estudos de Maria Fernanda Vieira Martins (2005), tendo como foco de análise as ações de parlamentares e membros do Conselho de Estado no Brasil Imperial, a autora argumenta que os mesmos atuavam por princípio priorizando os interesses das redes sociais

financistas vinculados ao complexo cafeeiro. Este agente econômico era o detentor de capital que, em uma economia profundamente arraigada no modelo escravista e na exportação de commodities agrícolas, investia seus recursos na aquisição de terras, escravizados e em atividades comerciais e de crédito, sustentando a acumulação na esfera da circulação e da produção agroexportadora. A transição para o trabalho livre e os investimentos incipientes em infraestrutura, como ferrovias, também passaram a compor o leque de aplicações desse capitalista, que mantinha suas raízes na ordem agrária, mesmo com os ventos modernizadores do período. Reforça a tese Warren Dean, na obra **A industrialização de São Paulo: 1880-1945**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1977. A consolidação desse grupo foi fundamental para a manutenção da estrutura social hierárquica e para a integração subordinada da economia brasileira ao capitalismo internacional.

urdidadas pelas elites. E o Conselho externava, em suas mudanças e posicionamentos, as transformações e negociações internas da elite, agindo como um distensor das fricções entre poderes locais e o poder central. Deste modo, não se tratava de uma elite detentora de um *ethos* próprio ou mesmo razoavelmente uno, representando um Estado centralizado e eminentemente conservador, porém sim de instâncias de proveitos e vantagens, já que:

As elites encontravam-se, efetivamente, unidas por suas amplas teias de relacionamentos que, como tal, reuniam múltiplos interesses, agindo em função de circunstâncias específicas, desenvolvendo estratégias para manter os recursos econômicos, sociais e políticos das redes a que pertenciam, bem como suas relações com o poder tanto no nível central, quanto nos diferentes níveis regionais (Martins, 2005, p. 212).

Segundo Martins (2005), a influência política do Vale do Paraíba Fluminense era exercida, de forma mais contundente, por uma rede clientelar que se estruturava a partir de laços familiares e compromissos de favor, evidenciando imbricamentos de interesses locais com o poder central, nem sempre concordantes, o que gerava conflitos e contradições próprios ao Brasil do oitocentos, rede esta assegurada pela urdidura na política imperial. Os agentes dessa política são descritos pessoalmente, mas, em seus fazeres, vão atribuindo novas conformidades e significados, que vão sendo assumidos e legitimados pelo grupo no exercício do poder.

Atentando para análise das conexões, inspirado pela obra *Connected Histories* (1997) de Sanjay Subrahmanyam, este estudo adota a perspectiva das conexões, integrando as dimensões cultural, política e social como elementos para compreender as articulações que formam o seu objeto de investigação. O objetivo é destacar a interdependência entre eventos e processos vivenciados pela elite, tomando como referência a experiência de Eufrásia Teixeira Leite. No entanto, seguindo o autor, é importante ressaltar que a cultura não deve ser tratada como um fator explicativo único e autônomo. Essa visão poderia levar à reificação de categorias culturais, apresentando-as como entidades fixas e homogêneas, em detrimento de uma interpretação mais dinâmica e interconectada.

Desse modo, é coerente entender essa cultura não como um sistema estático, mas como uma força em movimento – influenciada e influenciadora – no contexto do Vale do Paraíba, com reflexos perceptíveis em aspectos da política nacional negociados por sua elite. Nesse processo contínuo de interação, as mulheres das famílias da elite iam sendo moldadas. Suas identidades e ações eram construídas em relação aos papéis esperados pelos modelos de feminilidade da burguesia em ascensão na segunda metade do século XIX. Códigos de distinção e identificação desse grupo – incluindo a idealização de um tipo específico de mulher – estavam intrinsecamente ligados a um conjunto de práticas sociais e de sociabilidade que transitavam

fluidamente entre os espaços privado e público.

Assim, considerando essas premissas, restam mais questões: como a historiografia tem voltado o olhar para as mulheres de elite do Vale do Paraíba, tendo em vista nosso recorte de análise? Quais estratégias foram mobilizadas para a garantia de agência de nossa personagem? Elas foram concebidas pessoalmente ou fruto de um planejamento familiar? Em que medida essas estratégias eram partilhadas e como eram entendidas? Em direção a respostas a esses questionamentos, foi escrita essa tese.

Joan Scott, nos traz uma reflexão importante sobre o ofício do historiador, sublinhando que não devemos escrever “[...] a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, com categorias de identidades foram construídos.” (Scott, 1994, p. 19). Desta feita, é justo afirmar que nossa personagem integrava um grupo dominante que atuava simultaneamente em diferentes atividades, buscando o prestígio e a manutenção de seus bens materiais e simbólicos. Outrossim, tinham um *ethos* de superioridade política e social e também certo grau de reconhecimento público e social. Seus valores, modos de comportamento, formas de vida, os integravam em um certo sistema de crenças e os papéis familiares eram fundamentais para o embasamento e reprodução destas normas as quais faziam parte, ao menos na esfera pública.

O debate sobre gênero sugere, desde já, alguns apontamentos. Em *A Mulher na História do Brasil*, Mary del Priore (1994) enfatiza, pertinentemente, que é necessário afastar da história das mulheres um olhar vitimizante e passivo, no qual são vistas como oprimidas passivas e receptáculo das ações patriarcais da sociedade. Sua produção historiográfica constitui uma significativa contribuição para os estudos de gênero e para a história das mulheres no Brasil, notadamente pela forma como articula a dimensão individual da experiência com os processos históricos mais amplos. Em seu artigo “Biografia: quando o indivíduo encontra a história”, a autora defende que o gênero biográfico permite “iluminar o particular para compreender o geral” (Del Priore, 2009, p. 10), operando uma síntese entre a singularidade de uma trajetória de vida e as estruturas sociais, culturais e políticas de uma época. Esta perspectiva metodológica é fundamental para se compreender a sua vasta obra dedicada à condição feminina. Em “História das mulheres no Brasil”, obra por ela organizada, fica evidente a aplicação desse princípio. Por meio de uma multiplicidade de vozes e experiências concretas, reconstituir a complexa inserção das mulheres na sociedade brasileira desde o período colonial. O trabalho demonstra como as vivências individuais—seja no espaço doméstico, no mundo do trabalho ou na vida religiosa—são intrínsecas à própria tessitura da história social. Como assinala a autora,

a vida privada e as relações de gênero são “lentes privilegiadas para se decifrar a organização e a mentalidade de uma sociedade” (Del Priore, 1997, p. 15).

Já em “Histórias e conversas de mulher”, Del Priore aprofunda a abordagem biográfica e narrativa, valendo-se de cartas, diários, depoimentos e casos específicos para explorar temas como amor, sexualidade, casamento, violência e envelhecimento. A obra exemplifica como a microanálise de destinos pessoais pode revelar as mudanças e permanências nas expectativas, normas e comportamentos atribuídos às mulheres ao longo do tempo. Através dessas “conversas”, a historiadora efetiva o encontro entre o indivíduo e a história. Margareth Rago (1995) explicita que, ao nos debruçarmos sobre os primeiros ensaios de uma história social da mulher, esbarraremos nesta mesma barreira, com fortes raízes marxistas.

As péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora e que acabaram por identificá-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante (Rago, 1995, p. 82).

A condição feminina, ainda que moldada por estruturas patriarcais opressoras, é também marcada por práticas e estratégias de resistência. Neste contexto, considerando mulheres de elite, mas não somente elas, a contribuição de Sandra Lauderdale Graham (2005) trouxe uma dimensão profundamente humana e complexa à análise da agência feminina. Por meio de dois estudos de caso meticulosamente pesquisados - o de Caetana, que se recusa a um casamento arranjado, e o de Dona Inácia, que luta por uma separação conjugal -, Graham demonstra como mulheres em diferentes estágios de vida e poder negociaram, confrontaram e manipularam as estruturas patriarcais. Seu trabalho vai além da simples afirmação de resistência, mostrando os limites e possibilidades da ação feminina dentro do sistema escravista, em que a agência era exercida de forma contingente e paradoxal, muitas vezes reforçando hierarquias sociais mesmo ao desafiar o poder masculino.

Estudos pioneiros, como os de Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), já mostravam que, pelo gerenciamento da casa, do controle sobre escravizados e de redes de sociabilidade, as mulheres exerciam um poder informal, porém significativo. A análise de Graham (2005) complementa essa visão ao ilustrar, de forma vívida, como essa negociação de poder ocorria na intimidade do lar e nos tribunais, revelando as estratégias pessoais e emocionais empregadas.

A análise de fontes, como inventários, testamentos, processos judiciais, cartas e diários, revelou que muitas mulheres da elite, especialmente as viúvas e solteiras, administravam grandes fortunas, litigavam na justiça e gerenciavam propriedades, desafiando a noção de uma

passividade completa. Maria Beatriz Nizza da Silva (1984, 1996, 1998, 2015), ao demonstrar a participação feminina na economia, destacando seu papel como herdeiras, administradoras de bens e até mesmo como investidoras, complexifica essa agência feminina.

Posteriormente, a historiografia aprofundou-se na atuação pública dessas mulheres, ainda que de forma indireta. Pesquisas sobre a benemerência e a caridade, como as de Maria Lúcia de Barros Mott (1988), mostram como a filantropia era um espaço legítimo de atuação feminina, permitindo que elas transpusessem os muros domésticos e influenciassem questões sociais.

Além disso, trabalhos mais recentes, influenciados pela história cultural e política, têm investigado a participação feminina nos debates intelectuais e políticos do Império. Autoras como Teresa Marques de Oliveira Lima (1997) e Maria Ângela D'Incao (2005) analisaram como as mulheres, por meio da escrita e da educação, contestaram paulatinamente os limites de seu papel social.

Atualmente, entende-se que elas eram figuras centrais na reprodução social e econômica das famílias elite, que manipulavam as regras patriarcais em seu benefício de maneiras complexas e, por vezes, surpreendentes, exercendo formas de poder e influência que iam desde a recusa íntima de um casamento indesejado, até a gestão de vastas propriedades, e, gradualmente, ampliando seus espaços de atuação na sociedade brasileira oitocentista.

Contrapondo-se a trabalhos que formavam um consenso historiográfico, segundo o qual a mulher de elite é vista como ator secundário, para nossa análise, em especial no Vale do Paraíba fluminense, houve no século XIX casos que quebraram esta lógica e diversos trabalhos apontam para esse aspecto.

Começamos com a consideração de Isabel Rocha, no livro *Donas do Café* (2011), de autoria de Leila Alegrio. Na apresentação do compêndio, pergunta-nos Isabel Rocha: o que levou Dr. Joaquim José Teixeira Leite a conferir a condição de analfabeta à sua esposa na elaboração e assinatura de seu próprio testamento, enquanto há correspondência das filhas dirigidas diretamente a ela, senão o fato de um acordo prévio do teatro masculino (Alegrio, 2011, p. 11). Em o fazendo, reitera o conceito de subalternidade e dependência que subjazia ao papel feminino. O mesmo Joaquim José, que nega a escrita da esposa no espaço público, promove e incentiva essa prática para suas filhas, o que se percebe pela volumosa biblioteca e pelo zelo na guarda dos cadernos de escolarização delas e também de outros parentes no MCH. Em uma perspectiva foucaultiana, considerando que o documento encerra em si uma produção discursiva permeada de significados, entendendo-se que ele próprio deve ser fruto de reflexão do pesquisador, um número cada vez mais alargado de autores tem se debruçado sobre a agência

feminina no XIX, no Vale do Café Fluminense.

Podemos considerar trabalhos produzidos nas duas primeiras décadas do século XIX que abordem duas temáticas distintas, tendo em vista o grupo sobre o qual nos debruçamos. Os estudos de Mariana Muaze (2003, 2006, 2008) e Maria Celi Vasconcelos (2014, 2015) abordam o papel feminino considerando a escrita de mulheres de elite, pela descrição do cotidiano. Em ambas predomina uma reflexão sobre o como se conformavam os fazeres habituais a que se dedicavam, tanto nas fazendas em Vassouras, quanto na corte ou em passeios. Os trabalhos de Maria Celi Vasconcelos apresentam Maria Isabel Peixoto de Lacerda Werneck, a Viscondessa de Arcozelo, e são frutos de um diário constante no Museu Imperial datado de 1887. Mariana Muaze, por sua vez, nos apresenta a Viscondessa de Ubá, e o tema que permeia os trabalhos é a família, em um grupo específico, os cafeicultores do Vale do Paraíba Fluminense, e, por eles, uma elite rural do império. Ela analisa a instituição de um grupo particular, o dos Ribeiro de Avellar. A voz que permeia a narrativa é a de Mariana Velho da Silva, a Viscondessa de Ubá, e os trabalhos vão ligando as narrativas dos fazeres da casa, da criação dos filhos, das viagens, só que em um período mais alargado. Ambas as personagens viveram em fazendas localizadas no município de Paty do Alferes, então, Vassouras. Ambos os trabalhos propõem uma abordagem metodológica assentada na micro-história. Outro estudo elaborado por Mariana Muaze e Ana Maria Mauad (2004) aborda também a figura da Viscondessa do Arcozelo, cuja rotina diária foi minuciosamente registrada em seu diário ao longo do ano de 1887. A análise revela que a viscondessa desempenhava um papel central na administração da economia doméstica e nas atividades de sua propriedade rural, destacando-se também no controle de diversos aspectos da vida dos escravizados, como batizados, confecção de vestuário e celebração de casamentos, entre outros. Além disso, ela exercia uma função crucial nas redes de sociabilidade de seu marido, atuando de maneira decisiva na gestão e supervisão rigorosa das finanças domésticas, incluindo a compra de insumos, suprimentos, animais e o empréstimo de recursos financeiros. A viscondessa também se envolvia no recebimento de mercadorias provenientes da corte, com o intuito de atender aos interesses comerciais da família.

Os estudos de Miridan Britto Falci (2005), Antônio Silva (2008), Leila Alegrio (2009, 2011), Lucas Gesta Palmares Munhoz de Paiva (2013), Ana Maria Leal Almeida (2007), Eliane Cahon Leopoldo (2013, 2014) e Julio Soares (2017) evidenciam, baseados em inventários *post mortem* e em publicações no *Almanack Laemmert*¹², que mulheres atuavam como fazendeiras

¹² No *Almanak Laemmert*, ao realizar estudos no anuário, observamos que o termo “Capitalista” era empregado sem distinção de sexo, e abrangia informações de pessoas caracterizadas por suas atividades financeiras. Como exemplo, os casos de D. Anna Jesuina Cândida Teixeira Leite e da Baronesa do Amparo, cujos nomes, na

e capitalistas ou ambas as posições no Vale do Café. As pesquisas, ancoradas em uma metodologia da micro-história, buscam retratar trajetórias, em ocasiões de personagens isolados, noutras de um grupo de mulheres que geriam seus próprios bens e eram reconhecidas socialmente nesses papéis, considerando o contexto, tradicionalmente atribuídos a homens. Nas publicações do *Laemmert*, em uma visão mais alargada para as listas publicadas, há nomeação formal dessas mulheres, por município, desta feita, os pesquisadores para além de inventários e fontes jornalísticas, retrataram essas personagens.

Algumas dessas mulheres herdaram de seus pais ou maridos propriedades que se encontravam à beira da falência, além de dívidas significativas ou um capital modesto. No entanto, ao longo do tempo, muitas delas conseguiram multiplicar o capital herdado, adquirindo novas propriedades, estabelecendo novos negócios e até se aventurando em funções tradicionalmente associadas ao universo masculino.

Não era incomum que, por morte dos maridos, as mulheres do Vale assumissem o comando dos negócios de família. Em casos familiares próximos de nossa personagem, após a viuvez, não convolaram núpcias e mantiveram-se na direção dos negócios de família¹³, possibilitando que elas, como ocorrido em uma média de 30% dos casos, segundo mapeado por Jessica Santana de Assis Alves (2019), a participação no mundo dos negócios e na rua¹⁴, a exemplo de mulheres de ambas as ascendências, a avó Eufrásia Joaquina do Sacramento Andrade, Baronesa do Campo Belo, que administrou a Fazenda do Secretário até sua morte, em 1873, e de sua tia paterna, Anna Jesuina Teixeira Leite, (Viscondessa de Santa Justa), falecida em 1899, indícios consubstanciais de que, na família, a agência feminina não estava distante do cotidiano dos contextos familiares.

Diversos casos documentados ilustram essa realidade, com mulheres viúvas ou solteiras assumindo a administração das propriedades familiares por períodos significativos. Entre os exemplos mais notáveis, encontram-se nomes como Izabel Maria da Visitação Ana Francisca de São José (Viscondessa de Ipiabas), Inácia Maria de Jesus, Rosa Maria Joaquina, Rosa Joaquina Garcia, Ludovina Maria de Jesus, Iria Umbelina Vieira Guião, Maria dos Anjos Sanches Paiva, Anna Isabel de Lacerda Werneck, Maria Francisca das Chagas Werneck, Rita

publicação do ano de 1870, constam na relação publicada ao lado de homens como o Conselheiro Dr. Domiciano Leite Ribeiro; Carlos Teixeira Leite; Francisco José Teixeira Leite; Francisco José Teixeira e Souza; Joaquim José Teixeira Leite; e Manoel Antonio de Menezes (*Almanak Laemmert*, 1870, p. 105).

¹³ Sobre esse aspecto, esclarece Maria Beatriz Nizza da Silva informa que "A viúva de meia-idade, que havia acompanhado de perto a administração do marido e por vezes a criticara em silêncio, tinha agora oportunidade de pôr em prática suas próprias ideias. Muitas revelaram-se mais capazes do que o falecido no trato com os escravos, no comércio de gado e de gêneros agrícolas, na exploração de suas terras" (Silva, 2015).

¹⁴ Cf. Matta, 1991; Mattos, 1987.

Joaquina Rosa da Conceição, Porcina Maria da Luz Fonseca, Zeferina Adelaide dos Santos Werneck, entre outras. Esses nomes pertencem a famílias de destaque da região do Médio Paraíba, e as fontes documentais que atestam suas trajetórias são diversas, como inventários post-mortem delas e de seus maridos, escrituras de compra e venda de terras, escravizados e imóveis, processos judiciais, libelos, partilhas de bens, correspondências, entre outros. Contudo, é importante notar que as pesquisas sobre essas mulheres são ainda escassas. Há uma crescente iniciativa de pesquisadores que, por meio de fontes primárias, têm produzido estudos iniciais sobre a atuação dessas mulheres na administração dos negócios familiares, especialmente após a morte de seus maridos ou na condição de solteiras.

Com a morte de seus pais e sua avó, ela e a irmã, também solteira, herdaram uma pequena fortuna e mudaram-se para Paris. Lá fixaram residência e permaneceram solteiras e na administração de seus bens que, ao final de sua vida, era três vezes maior do que havia recebido por herança. Eufrásia foi uma exímia gestora do patrimônio havido pela herança familiar e usava meios diversificados para manter-se à frente de seus negócios. Catharino (1992) relata o uso de um aparelho telefônico com o qual se comunicava diretamente com a Bolsa de Valores de Paris e nos processos de contestação e inventário há cartas que versavam desde a organização e manutenção de seus variados negócios até missivas para parentes e amigos no Brasil, algumas delas tombadas no acervo do Museu Casa da Hera (MCH). Vivenciou grandes transformações, políticas, econômicas sociais da transposição de século XIX para o XX. Surgem aí mais perguntas. Quais móveis levaram essa mulher aos percursos escolhidos? De que forma ela, e em grande medida, sua irmã Francisca, transitaram social e politicamente entre a Europa e o Brasil? Será que esse percurso, embora pessoal, no contexto das possibilidades objetivas, era de fato singular? Em que medida pode-se aplicar o conceito de excepcional normal na análise da trajetória de Eufrásia?

Nesta pesquisa, buscamos explorar os arquivos referentes a Eufrásia de modo a reconstituir uma experiência particular ligada a um contexto social mais amplo, de presença de mulheres de elite do Vale do Paraíba Fluminense que, na prática, geriam sua própria produção e bens. Para isso, lançamos mão da perspectiva teórico-metodológica da micro-história, operando com escala de observação reduzida, delimitada no tempo e no espaço para observar determinadas relações e processos de outra forma não acessíveis. Essa abordagem possibilita, na maioria das vezes, a reconstituição do “vivido impensável” em outros tipos de perspectivas históricas (Ginzburg, 1989). A micro-história é, portanto, um método que indaga as estruturas invisíveis em que o vivido se articula, isto é, uma perspectiva que permite ver o todo pelas partes. Nesse sentido, o fragmento abordado, isto é, a trajetória de uma mulher de elite do Vale

do Paraíba Fluminense, na virada do século XIX e início do XX, permite acessar a questões mais amplas que afetam a sociedade daquele período, quais móveis e redes acionou para fazer valer seus atos de última vontade. Dado que não há como desvincular o indivíduo do contexto, os eventos que se desenrolam na história não só afetam as pessoas, mas são feitos de pessoas e a maneira como elas constroem os eventos e os sentidos que assumem em suas vidas são aspectos que devemos abordar. Dessa forma, por meio da análise de uma trajetória de vida, pautada na perspectiva da microanálise, refletimos acerca da trama social, relacionando o micro com o macro e pensando também nas estruturas (Vendrame, 2021). Pois como diz Jaques Revel (2010), “[...] é o princípio da variação de escala que importa, e não a escolha de uma escala peculiar de observação”. Nesse sentido, a trajetória de Eufrásia Teixeira Leite é importante para apreender as vicissitudes vigentes e os efeitos que produziram sobre as mulheres da Elite no período estudado. A partir da “capitalista”¹⁵ podemos revelar o contexto que possibilitou o surgimento de diversas mulheres e seus graus de agência e identificar os valores econômico-sociais que permearam a vida dessas pessoas.¹⁶

O testamento e inventário, bem como as contestações do testamento de Eufrásia Teixeira Leite por suas primas,¹⁷ são fontes que nos auxiliarão a entender esses processos. Os inventários *post-mortem* tornaram-se fontes potentes para a consecução deste tipo de análise, posto que, segundo esclarece Júnia Furtado (2011), entrementes, configurar-se em fontes que produzidas na ocasião da morte de um indivíduo, auxiliam a revelar aspectos da vida dos desencarnados e da sociedade que os cercava. Afirmo a autora que esse tipo de documentação descreve indícios que auxiliam em estudos sobre religiosidade, as relações familiares, a cultura material, com as indumentárias, mobílias e utensílios, relações políticas e de trabalho, estudos sobre o transporte, a arquitetura, as condições de saúde, entre outros aspectos de interesse deste estudo. No arrolamento dos bens e nas prestações de contas do inventário é possível ter acesso à composição das propriedades urbanas e rurais e, dada a natureza dos bens inventariados, o período desde o arrolamento até a finalização da execução do mesmo viceja alguns usos políticos desse testamento (Furtado, 2011).

Como diz Michel Vovelle (1991), os testamentos dão vestígios interessantes do

¹⁵ Essa é a profissão declarada no atestado de óbito de Eufrásia Teixeira Leite.

¹⁶ O conceito de trajetória é embasado pela perspectiva da micro-história. A obra “A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII”, de Giovanni Lévi, nos auxilia a entender do que se trata o conceito de trajetória e sua importância para a análise dos objetos sociais que escolhemos estudar. Para o autor, “trajetórias” são fragmentos da vida de um indivíduo que permitem reconstituir os contornos de um grande jogo social e político. Isto é, os fragmentos se tornam uma maneira de compreender as redes de relações e a multiplicidade dos espaços em que o indivíduo estudado se articula (Levi, 2000).

¹⁷ Apenas à guisa de curiosidade, a contestação veio por ambas as famílias, sendo ambas predominantemente ajuizada por mulheres (dos Teixeira Leite, 4/7 e dos Corrêa e Castro 4/4).

comportamento cotidiano, dos costumes e dos gestos praticados. “Eles nos oferecem, em um momento em que não se escamoteia a morte, o balanço das atitudes coletivas enquanto o testamento espiritual ainda se mantém como elemento maior do ritual da morte” (Vovelle, 1991, p. 140). Cláudia Rodrigues (2005, p. 39), por sua vez, afirma que:

[...] o momento da morte era a principal ocasião para que os fiéis efetivamente praticassem os ensinamentos eclesiásticos sobre a necessidade de preparação para a morte. Afinal, buscavam a salvação de sua alma. Esta preocupação pode ser vista na forma como utilizaram o testamento enquanto local privilegiado para determinarem a organização de sua morte: a roupa com que seria amortado, a sepultura onde seriam inumados, os acompanhantes do cortejo, a quantidade de missas, dentre outros elementos (Rodrigues, 2005, p. 39).

No testamento de Eufrásia, esses elementos estão presentes e muito dizem sobre quem, como e o que ela valorava. Mas, embora o documento, por conceito, diretivo, e esse, em especial, o é, no que se deva fazer, o “como, em que ordem ou sequência e o quando” isso será realizado são questões que residem em elementos outros que a vontade da testadora. Por isso, pretendemos analisar os usos políticos desse documento e de que maneiras ele se vincula a um sempre presente desejo pela modernidade. Esse conceito vem se conformando e transfigurando-se em narrativas dos interiores do Estado do Rio e assume, vez por outra, personificações diferentes. Foram os trilhos do trem da Central do Brasil, foram as fábricas (de tecido, de pólvora, o frigorífico, a de laticínio), foram a luz e a água encanada, as ligações rodoviárias entre as cidades e os distritos que compunham os municípios e, com o testamento de Eufrásia, a escolarização e a saúde. O que se percebe é que a modernidade vem trazida pela elite conservadora.

Nossa principal hipótese de trabalho foi que a trajetória de Eufrásia Teixeira Leite exemplifica uma forma singular, porém estruturalmente ancorada, de agência feminina na elite brasileira do século XIX e início do XX. Através de uma combinação de estratégias familiares, capital financeiro e inserção em redes sociais transnacionais, ela não apenas preservou, mas multiplicou significativamente o patrimônio herdado, subvertendo expectativas de gênero e utilizando seu testamento como um instrumento último de poder e para compor um projeto de modernidade e assistencialismo para sua cidade natal. A execução contestada desse testamento e os usos políticos subsequentes de seu legado revelam os conflitos, as negociações e as limitações da atuação de uma mulher de elite mesmo após a morte, tornando-a um caso privilegiado para se estudar as interseções entre gênero, riqueza, poder e memória na virada do século.

Para articular essa análise, consideram-se como objetivos da pesquisa:

- 1 – Compreender a trajetória e o contexto de Eufrásia Teixeira Leite, a fim de estudar os motivos, tendências e a função de seu testamento na sociedade, bem como sua relevância e contribuições nos campos social, cultural, político e de assistencialismo;
- 2 - Compreender, pela trajetória de Eufrásia Teixeira Leite, em que medida e de que formas pode ter se dado a incorporação das mudanças estruturais do século XX para uma mulher de elite;
- 3 - Investigar quais recursos (econômicos, políticos, sociais e simbólicos) Eufrásia usou e se empenhou para adquirir com a finalidade de garantir a consecução de suas últimas vontades em testamento;
- 4 - Analisar o uso político do testamento de Eufrásia Teixeira Leite, como uma de forma de retomar um projeto de progresso para o município de Vassouras.

Nessa empreitada, buscamos a utilização de duas técnicas de pesquisa: a busca com *strings* ou descritores (*String Search*) e o bola de neve (*Snowballing*). Usamos como descritores os termos “Eufrásia Teixeira Leite”; “Mulheres da Elite”; “Vale do Paraíba”, biografia, com e sem aspas, de forma isolada e combinada.

O recorte temporal das publicações inicia-se no ano 2000. Frente aos achados, adotamos a técnica da bola de neve, que consiste na avaliação da lista de referências e a lista de citações de estudos já conhecidos com o objetivo de encontrar novos estudos relevantes para a pesquisa.

As bases de dados utilizadas para a pesquisa foram:

1. Catálogo de *Teses e Dissertações - CAPES*;
2. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD);
3. SciELO – Scientific Electronic Library Online (Online);
4. Google acadêmico;
5. Trabalhos selecionados nos Anais da ANPUH (regional e nacional).

Nesse contexto, foram encontrados e selecionados os trabalhos, que, para a sistematização e apresentação dos resultados, os estruturamos segundo as categorias de Teses e dissertações; Artigos; Livros, subdivididos por área de formação e Biografias históricas romaneadas.

Para efeito de organização dos títulos encontrados, no apêndice dessa tese, estruturou-se uma divisão em títulos cujas publicações sejam associadas formalmente à História, quer pelos locais de vinculação da obra ou dos programas que as cancelam (Apêndice A). Em sequência, apresentam-se os trabalhos produzidos em áreas afins, utilizando-se os mesmos critérios (Apêndice B). Seguem, (Apêndice C) os romances Históricos publicados até 2022.

No Apêndice A apresentamos os títulos na área de História que tratam sobre Eufrásia Teixeira Leite, citando nominalmente a personagem e a relacionando formalmente ao objeto de estudo de seus trabalhos. Eles estão apresentados segundo o ano de publicação, em ordem alfabética, por autoria.

As obras pesquisadas perfazem um total de 30 títulos, em sua maioria artigos (setenta por cento deles) quando comparadas a trabalhos de maior fôlego, como dissertações (18%) ou livros (13%). Dois dos livros apresentados na Tabela 1 foram publicados em 2012. “*Eufrásia e Nabuco*” (2012). Neuza Fernandes apresenta o que é conhecido acerca do romance de Eufrásia Teixeira Leite e Joaquim Nabuco, trazendo os originais das missivas escritas por ela, em um total de 28, e uma por ele, durante o período do romance, quase 14 anos, de 1873 a 1886. Para esse fim, são apresentadas as biografias de ambos os personagens. O foco do trabalho está voltado para uma narrativa, pelas cartas, dos contextos nos quais os biografados estejam enredados e sejam mencionados ou inferidos nos documentos. No segundo livro, “*A sinhazinha emancipada: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930) - A paixão e os negócios de uma ousada mulher do século XIX.*”(2012), as historiadoras Miridan Britto Falci e Hildete Pereira Melo dedicaram anos de pesquisa a Eufrásia Teixeira Leite, isso refletido na robusta produção de artigos nos anos de 2002 a 2005 listado na tabela, ora voltadas para o desvelamento dos contornos familiares e da infância e juventude de Eufrásia, ora considerando o patrimônio restado por ocasião do falecimento de nossa personagem em seu testamento e inventário.

Essas pesquisas, em que analisam principalmente documentos disponíveis no Museu Casa da Hera e no CDH, utilizando uma miríade de fontes e, desses distintos artigos, surge o livro, o primeiro, de 2012 e uma segunda edição em 2021, contando com um número maior de páginas. Marilda Corrêa Ciribelli (2003, 2004) apresenta dois artigos em que trata da personagem. Neles destaca a escassez, na ocasião, de estudos sobre Eufrásia, as dificuldades em relação a fontes e a insubmissão da personagem aos padrões femininos da época. É nesse trabalho que ocorre a primeira citação quanto à educação financeira que lhe teria sido provida por seu pai, Francisco José Teixeira Leite e, sob a orientação desta, Lilia Maria de Oliveira Gilson Rangel (2001) apresenta, em sua dissertação de mestrado, um panorama sobre Eufrásia em que busca narrar a trajetória de uma mulher posta como protagonista e benfeitora da cidade de Vassouras e da região. O trabalho, em dois volumes, é rico em fontes primárias.

A dissertação “*O colégio do Instituto Doutor Joaquim Teixeira Leite, de Eufrásia a Sombra: a realização de um sonho.*” (2001), de Therezinha Coelho de Souza, apresenta um histórico do Instituto Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite, o colégio *Regina Coeli*. O trabalho traz informações significativas sobre a história da educação vassourense nos anos de 1940 até

o início da década de 1990.

Eliane Cahon Leopoldo (2013, 2014) enfoca, em seu trabalho de mestrado e nos artigos que o antecedem e sucedem, a questão da atuação como capitalista, não apenas de Eufrásia, mas de um grupo de mulheres de sua ascendência. Apresenta também algumas características que envolvem a participação em projetos assistencialistas, mesmo antes do estabelecido no testamento.

Ana Carolina Huguenin Pereira (2004) propõe uma análise da escrita epistolar de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite, como mulheres brasileiras, educadas formalmente, da *Belle Epoque*, pertencentes à elite. No que se refere a Eufrásia, ela analisa as 28 cartas: 27 escritas por ela ao “amigo” Joaquim Nabuco e a que ele escreve, terminando o relacionamento. Therezinha Coelho de Souza (2001) apresenta o Colégio do Instituto Dr. Joaquim Teixeira Leite e traz elementos referentes ao testamento e à construção do educandário feminino, cujo legado se apõe no documento de última vontade de Eufrásia. Finalmente, mas não menos importante, Eneida Queiroz (2013) e Ana Carolina de Freitas Umbelino (2016) traduzem aspectos da casa, enquanto objeto musealizado, focando sua análise na narrativa de nossa personagem pelos objetos do acervo e do próprio imóvel.

Angela Alonso (2007) considera a relação entre Joaquim Nabuco e Eufrásia, estabelecendo um paralelo entre as condições familiares e sociais como um fator de dificuldade para que o romance se ultimasse em casamento.

O maior quantitativo dos trabalhos foi produzido até 2010 (19 trabalhos) na década subsequente, temos a indicação de nove obras para apenas duas nos últimos cinco anos, sendo, uma delas, a reedição do livro de Falci e Melo (2012), que já mencionamos.

O mais recente, considerando a escrita desta tese, é o de Cecília Elisabeth Barbosa Soares. “*The Teixeira Leite sisters and their transatlantic alliances: rebuilding an elite social network from the French Third Republic (1880-1930)*”. A autora propõe um trabalho de reconstrução das redes de Eufrásia e Francisca manejando como fontes cartões de visita escritos em francês, que estão musealizados na Casa da Hera, em Vassouras.

Para além desses livros, dissertações e artigos, há aqueles que tratam aspectos da vida ou dos bens de Eufrásia Teixeira Leite, considerando, no entanto, outros vieses formativos, como Museologia e Patrimônio, Moda, Educação, Arqueologia e História, Política e Bens Culturais.

Na relação constante no Apêndice B, a produção dos artigos, dissertações e teses é, em sua maioria, fruto do legado expresso no testamento de Eufrásia. As da área de Educação versam sobre o contexto educacional em que Eufrásia foi instruída na cidade de Vassouras

(Karine Torres Lote, 2013), e das escolas criadas em função de seu ato de última vontade (Magda E. Sayão Capute, 2011; Iara Circe Mana Coutinho (2003). Os de Flávio Oscar Nunes Bragança (2021, 2023 e 2024), Tatiana Felício Teles da Costa (2011) e Elisabeth Murilho da Silva (2016), falam sobre moda, com destaque para a coleção de vestidos de Charles Frederick Worth, considerado o pai da alta-costura, e o valor simbólico de possuir tal coleção. Os de Bragança, em especial os dois mais recentes, utilizam a moda como viés de análise para estudos de gênero. Excetuam-se dessa premissa o trabalho de Camilla Agostini (2007), que apresenta uma pesquisa arqueológica na Casa da Hera e, através dela, relata o processo de construção da residência, assim como a descoberta de um sítio arqueológico que auxiliou a mapear os hábitos familiares dos Teixeira Leite.

Também sobre a casa, mas já em uma perspectiva de valorização do espaço enquanto museu, Daniela de Sá Alves (2014) problematiza a musealização deste patrimônio a partir das relações estabelecidas entre a casa e seu jardim. Um dos estudos está, de fato, nas fronteiras entre áreas de conhecimento, de tal modo que assumo o risco pela escolha. O artigo de Eneida Queiroz, historiadora por formação, e entusiasta de Eufrásia, foi elaborado como fruto de uma pesquisa sobre o Museu Casa da Hera. Ele se propõe a um estudo biográfico de Eufrásia, considerando sua ascendência e o sucesso como financista. Soares (2024) discute a dificuldade de constituir e consolidar um arquivo pessoal considerando os fragmentos musealizados de nossa personagem. Finalmente, Ribeiro (2023, 2024) apresenta considerações acerca da competência financeira de Eufrásia e os impactos desses investimentos nas negociações bursáteis. Para isto, se vale do inventário de Eufrásia Teixeira Leite.

Há também aqueles trabalhos que se dedicaram a produzir uma narrativa romanceada de nossa personagem, são os títulos que mencionamos no Apêndice C.

Variando em espectro de formação significativamente ampliado composto de literatura (Laje, 2018; Machado, 2018; Lobo, 2022; Weinhardt, 2018), economia (Ribeiro, 2013) e história (Queiroz, 2013; Tambasco, 2022), há entre eles os que usam a voz de Eufrásia, outros a de Nabuco, e tratam, em grande parte, do romance entre Eufrásia Teixeira Leite e Joaquim Nabuco. José Carlos V. Tambasco (2022) e Luiza Lobo (2022), os livros mais recentes, trazem à leitura alguns aspectos singulares. Por ter acesso a narrativas de membros da família, Lobo incorpora personagens do clã Teixeira Leite e seu cotidiano no Brasil Republicano. Tambasco, por sua vez, propõe uma narrativa de primeira pessoa, de uma Eufrásia após a morte. Ocupa-se do cotidiano da personagem e traz Francisca como partícipe que constitui o texto. Há também o Livro da peça Teatral “Cartas de Eufrásia”, do engenheiro Hamilton Moss de Souza (2017), que faz uma leitura livre das missivas e constrói uma narrativa, da história de amor entre

Eufrásia e Joaquim Nabuco.

Finalmente, para além dos tomos que versam sobre a história de Vassouras, nos quais os Corrêa e Castro e os Teixeira Leite são nomes frequentes, três leituras são incontornáveis. A Primeira é *“O estranho testamento de D^a. Euphrasia Teixeira Leite”*, de Astolpho Vieira de Rezende, Eurico Teixeira Leite e L. Teixeira Leite Filho, de 1933. Esse livro, escrito pelos advogados responsáveis pelas contestações do testamento de Eufrásia Teixeira Leite, nos proporciona bases de reflexão sobre o contraditório aos argumentos dos advogados do espólio e, em grande medida, trazem descritos argumentos que reforçam narrativas desqualificadoras de nossa personagem e de seus prepostos, que ainda hoje permeiam o imaginário popular sobre Eufrásia. Trazem, em si, retratos do pensamento da elite do vale. O segundo, não por sua menor importância, embora já tenhamos conhecimento de seu conteúdo pelos autos do inventário, é o *“Contestação Opposta a acção pelos testamentários do espólio, pelo testamentário do espólio e advogado Antonio José Fernandes Junior”*, de 1937. Trata-se de livro escrito pelo advogado responsável pelo espólio de Eufrásia Teixeira Leite no Brasil, contendo a argumentação apresentada em juízo referente à refutação do pedido de anulação do testamento. O tomo traz argumentos legais e doutrinários que desqualificam o pedido de anulação, valendo-se do Código de Processo Civil de 1924 do Distrito Federal e o Código Civil de 1916. Finalmente, de Ernesto José Coelho Rodrigues Catharino, temos *“Eufrásia Teixeira Leite, fragmentos de uma existência”* (1987).¹⁸ O autor dedicou-se a uma pesquisa ampla sobre a vida de Eufrásia Teixeira Leite, sendo o primeiro a realizar essa tarefa. A referida publicação traz trechos de artigos jornalísticos, entrevistas com conhecidos e familiares de Eufrásia, fotos e cartas da Casa de Hera e percepções de pessoas que a conheciam e conviviam com ela. De muitas formas, essas publicações assumem, em nosso trabalho, aspectos de fontes, em alguns casos, inclusive, primárias.

Para além dos livros mencionados, há também peças teatrais, vídeos em repositórios online e um documentário em produção sobre Eufrásia Teixeira Leite. Tudo isso, assim como os documentos aportados nas publicações supramencionadas, está cotejado como fonte para a análise deste trabalho, que se estrutura conforme descrito:

O primeiro capítulo, denominado Desfragmentando Eufrásia Teixeira Leite – “Sou catholica, apostolica Romana, [...] em que nasci, que herdei de meus paes [...]”. Debutamos nossa tese com o texto que abre o testamento de Eufrásia Teixeira Leite. Mas quem foi essa

¹⁸ Para além da edição de 1987 há uma segunda, publicada em 1992, que é a que temos. Ambas são datilografadas, o que sugere que não houve interesse editorial na publicação do título em larga escala, inferência robustecida pela dificuldade em encontrar a publicação em mídia física para aquisição.

mulher e qual a relevância de se pesquisar sua trajetória? Eufrásia Teixeira Leite descende de duas famílias influentes no Vale do Café Fluminense, os Corrêa e Castro, grandes cafeicultores, possuidores de fazendas e mega proprietários de escravos¹⁹ e os Teixeira Leite, financistas e comissários de café. Ela e sua irmã Francisca tiveram, em sua infância, uma educação próxima à casa, na escola de Madame Grivet. Em sua residência, contavam com uma vasta biblioteca a seu dispor e podiam desfrutar do que ela as oferecia. Ela e a irmã, 23 e 27 anos, pela morte de seus pais e avó, herdaram uma enorme fortuna e embarcaram, em 1873, para Paris. Apontaremos nossas considerações para dois subtópicos: As famílias Corrêa e Castro e Teixeira Leite; A infância e a Juventude – Os anos em Vassouras.

No segundo Capítulo: O ser elite em Paris: “Deixo aos pobres do quarteirão em que se acha situado meu mencionado palacete [...]”, buscamos considerar quem foram e em quais circunstâncias as redes de sociabilidade de Eufrásia se configuravam em Paris e no Brasil na virada do século XIX para o XX. Mapeamos essas relações e congruências, tanto no espaço dos vínculos laborais como sociais, quer fossem com brasileiros ou estrangeiros, e quais estratégias ela mobilizou, enquanto mulher de elite, para o alargamento de sua fortuna. Nesse itinerário, consideramos dois processos: primeiro, tratamos da viagem e dos primeiros anos em que se estabeleceu na capital francesa. Vimos aspectos relacionados à mobilização de uma caracterização de elite no contexto das relações de nossa personagem. Tratamos, sua irmã Francisca e sua agência, afinal, elas foram juntas a Paris e, até a morte desta, em 1899, muito do que se acha mencionado, as duas, ou simplesmente Mademoiselle Teixeira Leite, ocorrem nas fontes. Em seguida, analisaremos justamente a vida de uma capitalista em Paris e o esforço para ampliação e consolidação desse papel. Nesse capítulo, fazemos uma extensa pesquisa sobre a sociabilidade de Eufrásia, utilizando jornais franceses e brasileiros para mapear suas redes, como ela as mantinha e reforçava, na intenção de construir e garantir seu status de mulher de elite transnacional e, em concomitância, a consecução de suas últimas vontades em testamento. Para esse fim, estabelecemos dois segmentos: A viagem e os primeiros anos, e A vida de uma capitalista em Paris.

Apresentamos o terceiro capítulo, Entre dois continentes - “Deixo as minhas primas e amigas, como lembrança, para cada uma dessas [...]” no qual vemos a escrita epistolar de Eufrásia para seus funcionários em Vassouras e em Paris. Na Casa da Hera há diversas cartas trocadas entre Eufrásia, seus parentes e amigos de Vassouras. Há também as cartas ao “amigo” Joaquim Nabuco, transcritas e disponíveis na integralidade pelo livro de Neuza Fernandes. Da

¹⁹ Cf. Salles, 2008.

mesma forma, no inventário, encontram-se apostas cartas dirigidas a seu administrador Guggenheim. Demonstramos que, embora distante, por suas cartas e cartões, manteve contatos com a família e geriu projetos no Brasil e no estrangeiro que se alinhavam com o que se avizinhava como as condições de seus desejos. Listamos os projetos póstumos. Lançamos nosso olhar para dois focos de pesquisa: A correspondência com a família, espaço em que abordamos como se davam as relações familiares de Eufrásia. No circuito mais próximo, falamos da agência de outras mulheres de ambos os troncos familiares, em seu tempo e a sua maneira, nos fazem reconsiderar o tradicional consenso historiográfico, segundo o qual a mulher de elite no Vale do Paraíba fluminense é vista como ator secundário. Houve, na família, inclusive, antes mesmo do século XIX e no início do XX, casos que quebraram esta lógica. Também mapeamos as ações sociais, filantrópicas e econômicas que Eufrásia realizou no Brasil, tentando entender em que medidas tais ações sejam coerentes com o papel que de mulher de elite, e em que contexto essa construção se mostrou efetiva, considerando os processos testamentários. A correspondência com a família; outras escritas – interesses partilhados e; escritos transnacionais são as divisões propostas à abordagem que adotaremos.

Por fim, no quarto capítulo intitulado de “[...] temendo a morte que é certa, embora incerto seja o seu dia”: o testamento de Eufrásia Teixeira Leite analisamos o testamento de Eufrásia, suas designações de última vontade. Vemos também de que maneira esse documento impactou o território de Vassouras, considerando os usos políticos dessa execução. Para tal fim dividimos nossas reflexões em duas vertentes. Em Os desejos - tradição e modernidade, promovemos uma análise da fonte, perquirindo a natureza do que expressam os desejos póstumos e considerando, em que medida sua instrumentalização foi decorrente de um planejamento sucessório, para ato contínuo, configurar os usos políticos desse desejo ponderando como a sociedade observou e reteve seu nome em Quem constrói o futuro. Recorreremos a fontes epistolares, jornais de época, locais, regionais e internacionais e o testamento de Eufrásia Teixeira Leite.

1 CAPÍTULO 1: Desfragmentando Eufrásia Teixeira Leite - “Sou catholica, apostolica romana, [...] em que nasci, que herdei de meus paes [...]”

Ainda muito jovem, todas as manhãs subia a rua da casa de seu pai. Passo em frente a seu portão e lá está você. Sua lembrança é algo perene, presente. Quase todos da minha geração de vassourenses teremos uma narrativa semelhante. Nascemos no Hospital Eufrásia, estudamos no Regina Coeli, brincamos na praça que ladeia a Câmara Municipal. Em todos esses lugares, o busto de Eufrasinha (Figura 2) pode ser visto. Como não a saber?

Figura 2 - Busto de Eufrásia Teixeira Leite na entrada do Colégio Regina Coeli



Fonte: Fernandes, 2012, p. 20.

A historiografia brasileira trabalhou e tem trabalhado com a História das Mulheres, apropriando-se do conceito de gênero para a construção de uma narrativa própria. Assim, parece-nos que a noção de operação historiográfica, elaborada no texto de Michel de Certeau (2010), oferece instrumentos, em nível mais geral, para analisar esse fenômeno. No Brasil, há uma significativa produção nesse aspecto, que inclui nomes como Mary Del Priori (1994, 1995, 1997), Luciano Figueiredo (1993), Raquel Soihet (1997), Raquel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) e Michele Perrot (2005, 2009). Na referida temática, cumpre destacar, a História das Mulheres, encontramos Ernesto José Coelho Rodrigues Catharino (1992), Lilia Maria de Oliveira Rangel (2001), Marilda Corrêa Ciribelli (2003, 2004), Miridan Britto Falci (2005), Miridan Britto Falci e Hildete Pereira de Melo (2012, 2021), Hildete Pereira de Melo (2003) e

Neuza Fernandes (2012), que contribuíram com trabalhos acerca da narrativa da vida de Eufrásia Teixeira Leite, uma mulher nascida em Vassouras em 1850, que, ainda jovem, em 1873, partiu, ela e sua irmã, ambas inuptas, para Paris. Lá viveu e ampliou a já substancial fortuna herdada de seus pais, utilizando-se de uma habilidade para economia e mercado. A fortuna deixada pelo pai de Eufrásia e Francisca equivalia a 5% do valor arrecadado pelo governo brasileiro com o imposto de exportação no ano de 1872 (Queiroz, 2013).

Mas quem foi essa mulher e quais seriam as razões para que dela devamos aprofundar nosso conhecimento? Eufrásia foi uma mulher de dois mundos, de dois tempos, de duas culturas. Buscamos entender seus desejos na morte, para isso, devemos sabê-la em vida.

Eufrásia Teixeira Leite nasceu em Vassouras, filha de Joaquim José Teixeira Leite e Ana Esméria Corrêa e Castro, em um casamento realizado aos moldes de seu tempo e classe social: ele, bacharel em direito e um dos mais importantes comissários de café sulparaibano, filho do Barão de Itambé, e ela, filha de Laureano Corrêa e Castro, o Barão do Campo Belo, um dos principais produtores de café do Vale.

Grosso modo, foram dois os fluxos de ocupação na região. Os que subiram a Serra da Viúva, a de Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá e os que desceram de Minas Gerais, cruzando as margens dos rios Paraíba, Piabanha e Paraíba do Sul (Marquese; Salles, 2015, p. 109).

Antes mesmo do século XVII, os primeiros sesmeiros fixam-se nas margens médias do rio Paraíba do Sul, e tendo contato próximo com o Estado Português, não apenas, mas principalmente, por fazer e manter os caminhos que possibilitavam o trânsito de pessoas e produtos e a construção de interesse geral na região. Após os pioneiros, ao longo do século XVIII e início do século XIX, havia ainda alguns proprietários na região que ocupavam postos na administração ou nas milícias estatais (Reis, 2020, p. 24).

Informa também Stanley Stein que no século XVIII a região onde seria erigida a vila de Vassouras passou a ser habitada por dois tipos de novos ocupantes. Inicialmente, temos aqueles que mantinham relação direta com os interesses estatais, como os sesmeiros que possuíam títulos de terras resultantes do auxílio prestado na abertura ou manutenção de estradas e que, como contrapartida, obrigavam-se a manter suas terras produtivas e vendiam a produção agrícola aos tropeiros. O segundo grupo era fundamentalmente formado pelos ocupantes das terras que, muitas vezes, o faziam de forma ilegal. Ambos eram atraídos para a região pelas inúmeras oportunidades que a economia de passagem assegurava aos que se estabeleciam nas margens dos caminhos (Stein, 1999, p. 35-36). Esse cenário se transforma com o cultivo do café. Thiago de Souza dos Reis (2020) apresenta o quadro de ocupação da Freguesia de Nossa

Senhora da Conceição em Vassouras, tendo Luís Homem de Azevedo e Francisco Rodrigues Alves, declarando terem condições para a empreitada. Pela carta de 1782, é concedida a sesmaria de “Vassouras e Rio Bonito”. Antes, o Caminho Novo possibilitou a primeira leva de ocupação e a Estrada do Comércio e a Estrada da Polícia, que dela se derivava ou completava, promoveu a ampliação de acesso aos gêneros produzidos no sul de Minas Gerais e ampliou a rede de comunicações de Vassouras com outras regiões do Vale e de outras províncias. Desta feita, vários indivíduos, que se aventuraram nas atividades econômicas ligadas ao abastecimento, enriqueciam e destituíam-se da condição de tropeiros e sitiantes, assumindo o papel de comerciantes de grosso trato²⁰ e fazendeiros. Essas famílias assumem os espaços de influência que pode ser medida pela quantidade de títulos nobilitários de residentes em Vassouras no ano de 1850, onde viviam vinte e cinco Barões, sete Viscondes, uma Viscondessa, uma Condessa e dois marqueses. Na época, o referido lugar ostentava o título de maior produtora de café do mundo (Fernandes, 2012).

Embora os cafezais fossem a mola propulsora da economia vassourense, havia diversas maneiras de compor sua vinculação. Richard Graham explicita que os espaços de influência operavam distintamente, mas de forma correlata.

Entre as famílias cafeicultoras no município de Vassouras [...], essas seis despontavam em riqueza: Ribeiro de Avellar, Souza Werneck, Lacerda Werneck, Santos Werneck, Corrêa e Castro e Paes Leme. Duas outras, as famílias Miranda Jordão e Teixeira Leite, eram donas de negócios locais, sobretudo emprestando dinheiro a fazendeiros e trabalhando como comissários para eles, embora também possuíssem alguma terra. Essas oito famílias juntas controlavam a política municipal (Graham, 1997, p. 168).

Enquanto alguns titulares dedicavam-se à produção de café, como Laureano Corrêa e Castro, com seus 352 escravos e milhares de pés de café, outros voltavam seu olhar ao financiamento da produção, como os Teixeira Leite. Mas todos detiveram um poder fabuloso social, político e econômico em suas mãos.

1.1 As famílias Corrêa e Castro e Teixeira Leite

²⁰ O Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, define “negociante de grosso trato” como “[...] homens de negócios como aqueles que empregam grandes fundos em tráfico e manufaturas, pondo em rápido movimento e extensão a indústria nacional, salariando e mantendo muitas pessoas e, assim indireta, mas eficazmente promovendo a agricultura, original fonte de riquezas nacionais [...] São os que fazem comércio da especulação, bancos e seguros. Precisam de grande penetração, sagacidade e inteligência teórica e prática, para bem calcular as circunstâncias vantajosas aos negócios que projetam” (Lisboa, 1819, Tratado V, p. 69).

O avô paterno de Eufrásia Teixeira Leite era um barão de Itambé, Capitão Francisco José Teixeira Leite, nascido em 6 de setembro de 1780, no Arraial de Nossa Senhora da Conceição da Barra, subordinado à vila de São João del Rei, em Minas Gerais. Emigrou para a Comarca de Rio das Mortes, em Minas Gerais, onde se dedicou, junto ao sargento-mor José Leite Ribeiro, à mineração. Casou-se com a irmã do Barão de Aiuruoca, Francisca Bernardino Sacramento Leite Ribeiro, e dessa união advieram os irmãos Teixeira Leite, entre eles o Barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite e Joaquim José, o sexto entre os onze filhos nascidos dessa união.

Por conta do esgotamento das terras auríferas, o Capitão Francisco José Teixeira Leite, seus filhos e outros membros da família, Custódio Teixeira Leite, futuro Barão do Aiuruoca, e os sobrinhos, todos em ocasiões diferentes, imigraram para o Vale do Paraíba no Rio de Janeiro, onde uma nova riqueza prosperava. Vassouras foi se tornando o território escolhido pela família, todos envolvidos com o café e a riqueza que dele brotava, e, tal qual a *rubiacae*, enraizaram-se na cidade. Stein (1999) afirma que:

Havia fazendeiros vizinhos prontos a emprestar dinheiro mediante garantias e alguns fazendeiros adquiriram consideráveis fortunas em dinheiro assim como em terras [...] como os membros da família Teixeira Leite. Essa família representou, durante 40 anos, um importante papel no apoio às necessidades financeiras do município de Vassouras (Stein, 1999, p. 42-43).

Exerciam atividades capitalistas por meio das firmas que fundaram, a Casa de Descontos em Vassouras, que provia linhas de crédito abertas para fazendeiros da região e também empresa Teixeira Leite & Sobrinhos, situada na Rua São Pedro, no Rio de Janeiro, onde se desenvolviam transações financeiras com os Plantadores de café da região do Vale do Paraíba exercendo atividade usuária.²¹

Já a família Corrêa e Castro, pela qual observamos a descendência materna das irmãs Francisca e Eufrásia, tem tradição da grande produção de café.

Vindo das Minas Gerais, um dos mais destacados nomes entre os componentes da família é Laureano Corrêa e Castro, cujo título de Barão de Campo Belo lhe foi concedido em 2 de dezembro de 1854 pelo imperador Pedro II. Nasceu em 1790 na vila de Paraíba do Sul. Foi o primeiro presidente encarregado da Câmara Municipal da vila de Paty do Alferes, em

²¹ Os trabalhos de Muniz (2005a, 2005b) e de Reis (2020) mapeiam a trajetória familiar dos Teixeira Leite e relatam sua importância para a história regional (Muniz, 2005a; Muniz, 2005b; Reis, 2020). Antes deles, há o de Afonso de E Taunay, **Os Teixeira Leite**, de 1945.

1820, até que logo depois se mudou para Vassouras e comprou terras da Fazenda do Secretário, descrita por Charles de Rybeirrolles como um latifúndio deslumbrante, o que ficou constatado pelas imagens do fotógrafo Victor Frond em São Francisco do Tinguá (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Imagem dos fundos da casa principal da fazenda Secretário



Fonte: JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda du Secrétario: municipe de Vassouras (1). Paris [França]: Lemer cier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav., litografia, pb.

Figura 4 – Fachada principal da fazenda Secretário, com vista ao terreiro de café.



Fonte: JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda du Secrétario: municipe de Vassouras (1). Paris [França]: Lemer cier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav., litografia, pb.²²

Diversos pesquisadores estudaram o Vale do Paraíba Fluminense, sobretudo considerando as conexões entre a ordem econômica e social da Vassouras escravista com a política do Império (Marquese, 2009). Ricardo Salles destaca “[...] como elemento central de

²² Ambas litogravuras da Fazenda do Secretário, feitas a partir da fotografia de Victor Frond, medindo 36x50 cm, em perfeito estado de conservação. As obras representam os fundos da casa sede, vacas leiteiras, cavalos e peões e, na outra, a imagem do cotidiano com carroças carregando o café, liteira puxada por cavalos, crianças e as lavadeiras no riacho.

dominação e hegemonia da classe senhorial, entendida como classe nacional de proprietários de escravos.” (Salles, 2008). Dessa feita, aponta que Vassouras exerceu um papel preponderante para a formação da base social desse processo. Na obra “*E o vale era escravo: Vassouras, Século XIX, Senhores e escravos no coração do Império*”, Salles, após uma pesquisa em 729 inventários, sinaliza que, entre 1836 e 1880, o Vale possuía 28.245 escravos. Para classificar os proprietários por critérios numéricos relativos aos quantitativos declarados, o autor cria cinco categorias: os micro proprietários, que detinham de 1 a 4 escravos; pequenos proprietários, de 5 a 19 cativos; médios proprietários, de 20 a 49; grandes proprietários, de 50 a 99 cativos e, finalmente, mega proprietários, com mais de 100 escravos. Em Vassouras, foi necessária a criação de mais categorias, a primeira e a última, frente à diversidade apresentada nas pesquisas. Apenas na Fazenda Secretário, o Barão de Itambé possuía 352 escravos (Lobo, 2017, p. 46, nota 121).

A esse ponto, é prudente mencionar que a endogamia foi uma prática comum na Vassouras nos oitocentos, segundo aponta Ana Maria Leal Almeida, que elabora um estudo prosopográfico do enredamento das relações familiares na cidade.

[...] O Barão de Vassouras casou-se duas vezes com primas Maria Esméria Leite Ribeiro e Ana Alexandrina Teixeira Leite Guimarães e teve inúmeros filhos do primeiro e segundo casamento que também casaram-se entre familiares. Outros se uniram a sobrinhas como o Visconde de Cananéia que se casou com Carlota de Avellar e Almeida filha do irmão, Barão de Massambará, Marcelino de Avellar e Almeida. Assim os Corrêa e Castro, os Teixeira Leite, os Avellar e Almeida, os Avellar, os Ribeiro de Avellar compuseram redes sociais de parentela de enorme poder financeiro, político e social. O Barão de Itambé e o Barão de Campo Belo (Famílias Corrêa e Castro e Teixeira Leite) uniram suas famílias pelo casamento dos filhos – Joaquim José Teixeira Leite e Ana Esméria Corrêa e Castro. [...] Vassouras é assim um exemplo histórico do poder das oligarquias familiares que foram tão comuns na história do Brasil (Almeida, 2007, p. 1).

Segundo Miridan Brito Falci (2005), Mariana das Neves Corrêa, a matriarca dos Corrêa e Castro, era uma mulher que tomava para si as rédeas da família. Em 1810, após a segunda viuvez, não se casou novamente e, junto aos filhos, administrou os bens de familiares, decidindo, como de costume na época, os enlaces nupciais necessários à manutenção do patrimônio e do exercício do poder do que viria a ser o clã Corrêa e Castro. Casaram-se, por arranjo dela, em 1820, Laureano Corrêa e Castro, seu filho, futuro Barão de Campo Belo, e Eufrásia Joaquina do Sacramento Andrade, sua neta, filha de sua filha mais velha das primeiras núpcias, enquanto estratégia para manter e reforçar os laços de parentela e o patrimônio familiar (Muaze, 2008). Dessa união nasce, em 1828, Ana Esméria Corrêa e Castro, a caçula dos filhos

do casal, pertencendo, assim, a uma das principais famílias de cafeicultores da região.

Falci e Melo (2012) apontam que, em uma economia baseada no latifúndio, as alianças familiares eram uma estratégia habitual para evitar que a fortuna fosse fracionada entre os herdeiros ao longo das gerações, de modo que uma das formas de acumular capital político, simbólico e financeiro, eram os casamentos intrafamiliares. As autoras destacam que a disposição das residências dos Corrêa e Castro e dos Teixeira Leite colaboravam para aproximar e despertar interesses: distribuídas à direita e à esquerda da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, têm as janelas umas de frente para outras, sendo um convite a se olharem diariamente.

Em 15 de agosto de 1847, o Barão de Itambé e o Barão de Campo Belo uniram suas famílias pelo casamento dos filhos – Joaquim José e Ana Esméria. Realiza-se a união de duas das mais influentes famílias do Vale, os Teixeira Leite e os Corrêa e Castro (Figura 5).

Após o casamento e durante os anos que se seguiram, a residência desse novo núcleo familiar, em Vassouras, foi o solar Teixeira Leite, uma vez que a hera, que nomeia a casa, só foi plantada em 1887, por ideia do caseiro Manoel da Silva Rebello, trabalhador atuando na chácara de Eufrásia e Francisca²³. Para além dela, Joaquim José Teixeira Leite possuía um endereço próprio na capital imperial, situado à Rua das Laranjeiras, número 153, antigo Palacete da Condessa de Cadaval, depois Consulado da Itália (Fernandes, 2012).

O pai de Francisca e Eufrásia foi bacharel em Direito, formado pela escola paulista²⁴, e um erudito, o que se pode perceber pelos livros contidos na biblioteca da residência, totalizando 890 títulos, a maioria em francês e muitos em Inglês²⁵. A biblioteca era diversificada, contendo

²³ Para saber mais sobre a Casa da Hera, suas características e acervo, vide <https://museucasadahera.museus.gov.br/o-museu/> e/ou <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casas-senhoriais/pesquisa-lista/159-casa-da-hera>. Também sobre o tema SOUZA, Katia Maria de. A Casa da Hera: Um modelo singular de casa senhorial no Vale do Paraíba. In: PESSOA, Ana; COIMBRA, Artur (coord.). **Actas do V Colóquio Internacional – A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores**, Câmara Municipal de Fafe, Portugal, p.195-206, 2019. Disponível em: <http://rubi.casaruiarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/12879> Acesso em: 03 de fev. 2022; UMBELINO, Ana Carolina de Freitas. **O acervo de indumentária do Museu Casa da Hera**: proposta de catálogo. 2016. 134 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016. E Queiroz, 2013c.

²⁴ Joaquim José Teixeira Leite integra a terceira turma da faculdade de Direito de São Paulo, obtendo título de bacharel em 1834. Segundo Wolkmer, a função dos então fundados cursos de direito seria a de suprir as necessidades do Brasil independente, que necessitava de um corpo burocrático e de uma identidade ideológica. A esse respeito, recorre-se ao que leciona Wolkmer para esclarecer a função dos novos cursos jurídicos: a implantação dos dois primeiros cursos de Direito no Brasil, em 1827, um em São Paulo e outro em Recife (transferido de Olinda em 1854). Refletiu a exigência de uma elite, sucessora da dominação colonial, que buscava concretizar a independência político-cultural, recompondo ideologicamente a estrutura de poder e preparando uma nova camada burocrático-administrativa, setor que assumia a responsabilidade de gerenciar o país (2006, p. 80). Na mesma linha, dispõe José Murilo de Carvalho em seu livro **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

²⁵ Falci, 2003. No livro de Catharino (1992) há uma relação formal do conteúdo da Biblioteca, assim como uma

obras clássicas da literatura moderna, filosofia, contabilidade, direito, e mais de 300 periódicos do século XIX (Catharino, 1992).

Figura 5 - O casal Joaquim José Teixeira Leite e Ana Esméria Teixeira Leite



Fonte: IBRAM. Acervo digital. Museu Casa da Hera.²⁶

Na sala comercial da Casa da Hera há uma tela que retrata Joaquim José Teixeira Leite. Esse quadro é apresentado na figura 6. Nele, o que se vê é um homem de letras, sem medalhas, comendas ou uniforme, sentado em uma sala, com um livro sobre o colo e outros tantos sobre uma mesa a seu lado, com pena, tinteiro e papéis (Figura 6). O quadro é datado, segundo o site do museu, de 1873, ano esse que Joaquim José faleceu. Isso nos diz que ele escolheu estar associado a esses elementos.

O historiador Peter Burke (2008) atenta para o fato de que o terreno dos investigadores da história cultural pode ser descrito como uma preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos conscientes ou não podem ser encontrados em todos os lugares da arte na vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma, entre outras. O olhar do historiador deve estar atento para significá-los.

análise dos tomos no Anexo II da obra Falci e Melo (2021).

²⁶ Segundo informações contidas no sítio. <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=33896&ori=>, a foto foi tirada em 1850. Em observação, nota-se que Ana Esméria apoia a mão sobre o ventre. Eufrásia nasce em setembro do mesmo ano.

Figura 6 - Acervo do Museu Casa da Hera - Joaquim José Teixeira Leite



Fonte: IBRAM. Acervo digital. Museu Casa da Hera.

Desde jovem, Joaquim José atua como articulador político de família. Mariana Muaze (2008) relata sua atuação nesse aspecto em distintas ocasiões, em ações e correspondências para alinhamento de interesses da família Ribeiro de Avellar. Ele foi presidente da Câmara Municipal de Vassouras em duas ocasiões: de 1844 a 1848 e de 1861 a 1864, e em uma de suas legislaturas o Chafariz monumental da praça principal da cidade, obra do arquiteto Joaquim do Soto Garcia de Lá Veja, foi erigido. Na ocasião em que foi vice-presidente da província do Rio de Janeiro, integrava a bancada do partido conservador, sendo atuante no Manifesto de 1854.²⁷

²⁷ Em 1854, o senador Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, cria um projeto de lei que objetiva a extinção do tribunal do júri e controle da imprensa, que encontrou severa oposição na classe senhorial valeparaibana. A Constituição de 1824 positivou a independência dos juízes, todavia eles eram nomeados pelo Imperador de forma vitalícia e, salvo remoção ou sentença superior, permaneciam no cargo. Andrei Koerner, em estudo sobre o Poder Judiciário, esclarece a relevância dos juízes no conflito entre senhores e escravos, especialmente depois da Lei do Ventre Livre. Nesse sentido, esclarece: “Com essas mudanças institucionais e sociais, um número cada vez maior de magistrados passou a decidir a favor da liberdade dos escravos, criando relações conflituosas com os poderes locais e alterando a própria prática judicial.” (Koerner, 2010). O Manifesto Vassourense foi uma medida que visava a retirada de pauta do projeto de Nabuco de Araújo, por entendê-la como um cerceamento dos poderes constitucionais do tribunal do Juri e um limitador da imprensa livre, e o documento em questão compreendia tanto um programa como o manifesto propriamente dito. O documento teve signatários e defensores liberais, como o Visconde de Araxá, e conservadores, como Joaquim José Teixeira Leite. Carlos Alberto Dias Ferreira, no artigo A reforma judiciária de Nabuco de Araújo e o Manifesto Vassourense (1854-1856) (Ferreira, 2009), nos traz o conteúdo do manifesto, que objetivava: “1º Que se dirija ao senado uma representação pedindo respeitosa, mas firmemente a rejeição do projecto de reforma judiciária; 2º Que se funde no lugar, em que mais convier, uma folha com o fim principal de sustentar as instituições constitucionais do jury e da imprensa; 3º Fica desde já nomeada uma comissão composta dos Srs. Barão de Capivary, Barão de Campo Bello, e Comendador Francisco José Teixeira Leite, encarregada de expedir a representação ao senado com o maior número de assignaturas que for possível, e que tem de ocupar-se da função, manutenção e direção da folha” (Ferreira, 2009). Em dois anos após sua propositura, o projeto foi arquivado, fruto de uma transfiguração em suas propostas originais e a força da elite Vassourense as pesquisas de Ferreira em “O Manifesto Vassourense e a reforma judiciária de Nabuco de Araújo (1854-1856)”. In: MOURA, Ana Maria da Silva (org.) *et al.* **Estudos Vol. III. Série Grupo de Pesquisa LEPH**

Seus negócios permitiram que acumulasse grande fortuna. Ao longo de sua vida, embora fortemente ligado às oligarquias cafeeicultoras, não possuiu fazendas ou grandes áreas de terras, tendo atuado de forma habitual como Comissário de Café, uma espécie de intermediário financeiro e comercial entre os produtores do Vale e o mercado internacional. Ele era sócio da Casa Comissária Teixeira Leite & Sobrinhos, e da Casa Bancária Teixeira Leite e Carvalho. O irmão João Evangelista foi diretor do Banco Rural Hipotecário, a família também esteve à frente do Banco Commercial e Agrícola, que teve uma agência em Vassouras. Joaquim José mantinha seu patrimônio facilmente liquidável.

Como fundador da sociedade promotora da civilização e da indústria de Vassouras e em prol do progresso de sua região, envolveu-se com os projetos para construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, defendeu a implantação de núcleos de colonos na região de Vassouras e organizou a instrução pública, empenhado na criação de estabelecimentos de ensino no município (Raposo, 1978). Contudo, como conservador e escravocrata, participava da Comissão permanente dos Fazendeiros de Vassouras, encarregada de conter sublevações dos negros em esfera regional. Ana Esméria atuou como o esperado ao papel feminino de sua época, cuidando da casa e dos afazeres que a isso se condicionavam, da educação das filhas, do trato com os poucos escravizados da família. Ainda não há evidências epistolares de sua autoria. No entanto, pela correspondência dirigida a ela por suas filhas e depositada na Casa da Hera, é sabido que dominava a leitura (Alegrio, 2011).

Da união matrimonial do casal nasceram, em 1845, Francisca Bernardina Teixeira Leite, que tinha uma deformação na bacia, Francisco, que morreu em 31 de janeiro de 1849, devendo ter entre zero e quatro anos (Ribeiro, 2013) e, em 15 de abril do ano de 1850, a caçula, Eufrásia Teixeira Leite. Essa foi batizada na matriz de Nossa Senhora da Conceição em 3 de junho do mesmo ano, tendo como padrinho o Comendador Francisco José Teixeira Leite, irmão mais velho de Joaquim José, e madrinha Dona Mariana Corrêa e Castro, irmã mais velha de D. Ana Esméria (ANEXO I). O tio paterno e a tia materna aparecem como os protetores de Eufrásia. Mais uma vez, reforçam-se os laços familiares. Ambas as famílias se enredam na responsabilidade de criação da afilhada.

(Laboratório de Estudos de História Política) – produção discente. Programa de Mestrado em História Social da Universidade Severino Sombra – USS (atual Universidade de Vassouras), Vassouras: 2010. Nessa mesma toada, na tese ainda deste autor em Ferreira (2009). No *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)* na edição 00196, de 17 jun. 1885, segue publicada a Representação de Vassouras ao Senado, que conta com 812 nomeados. Inácio Raposo, em História de Vassouras, na página 158, informa que Joaquim Teixeira Leite teria sido uma das forças detratoras da criação de um jornal em Vassouras. Ora, se não havia imprensa a ser cerceada, o verdadeiro móvel era a diminuição da “autonomia” do juiz local.

1.2 A infância e a Juventude – Os anos em Vassouras

Eufrásia e Francisca viveram a infância e a juventude entre as cidades do Rio de Janeiro e Vassouras. Ainda muito jovens, em 1857, embarcaram para a Europa com seus pais. Encontramos, no *Jornal Correio Mercantil*, na edição de 30 de abril desse ano²⁸, a notícia da partida do Deputado “em consequencia de mollestia de uma das filhas”. A família embarcou no dia 7 de junho de 1857. Isso nos diz da personalidade do casal e de sua visão da responsabilidade quanto à família. Mariana Muaze (2008) informa que:

O número de vezes em que a infância foi fotografada demonstra que havia um processo de valorização desta no interior do grupo familiar e na sociedade como um todo. Tal afirmativa dialogava com os textos íntimos que também revelavam uma maior sentimentalidade e convivência das crianças até os sete anos com os pais e parentes. Depois de concluída esta etapa chegava a puerícia, conceituada como a “idade entre a infância e a adolescência”, que se prolongava dos sete aos quatorze anos. Em seus estudos sobre a sociedade colonial, Gilberto Freyre e de Maria Beatriz Nizza da Silva identificaram a puerícia como a fase dos castigos físicos e do pouco contato das crianças com os pais. Contudo, no Segundo Reinado, com o novo *habitus* compartilhado pela classe senhorial, esta prática cotidiana foi publicamente condenada pelos jornais e manuais de educação, o que não quer dizer que tenha inexistido nas intimidades dos lares (Muaze, 2008, p. 299).

Quando os Teixeira Leite partiram para a Europa, Francisca tinha doze anos e Eufrásinha sete. Tudo nos faz crer que seus pais partiram em busca de cuidados para Francisca, já que não há relatos de males específicos na infância da caçula entre as irmãs. Essa atitude reforça nossa crença no perfil de Joaquim José, que, publicamente e de forma oficial, expõe sua preocupação com a saúde de uma de suas filhas e coloca esse interesse frente a outros. Tal medida não foi vista com bons olhos por alguns, uma vez que foi noticiada na primeira página do *Correio Mercantil*, de propriedade de Joaquim Alves Branco Muniz Barreto e filhos, que: “O Deputado Joaquim José Teixeira Leite deixa o paiz quando sua presença talvez fosse de maior utilidade pública, prestando ao paiz os serviços que ele tinha direito de esperar de suas luzes e de sua eleição.”²⁹

Em que pese que Camilo Allan Gomes (2017) reitere a parcialidade das publicações apresentadas no referido periódico, o vigente posicionamento a partir das considerações de

²⁸ *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)*. 30 abr. 1857, p. 1. Disponível em: *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)* - 1848 a 1868 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 13 jan. 2023.

²⁹ *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)*. 30 abr. 1857, p. 1. Disponível em: *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)* - 1848 a 1868 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 13 jan. 2023. Cumpre esclarecer que o periódico operava frente a uma forte tendência liberal, até porque seu proprietário assim se identificava. Desta feita a condenação da retirada de Joaquim José do serviço ao país é destaque, ele sendo o representante da elite conservadora valesulparaibana.

Mustafá Jarouche, o qual “[...] considerou o Correio Mercantil, [...], o melhor e mais estruturado jornal aliado ao Partido Liberal: contava com pouco mais de dois mil assinantes em todo o império, o que consistia em bom número para o momento. Foi importante instrumento da campanha liberal para as eleições de 1852”. (Jarouche, 2000 *apud* Gomes, 2017, p. 23). Pela representatividade do Correio Mercantil, a crítica à atitude de Joaquim José denota a desatenção frente ao interesse público, uma vez que o pretere em consideração à saúde de uma de suas filhas.

Contudo, no ano de 1860, há, no *Jornal do Comercio*, edição de 5 de maio, nº 123, a indicação de ofício de Joaquim José notificando sua ausência às sessões da Câmara dos Deputados. Isso indica que a família já havia retornado de sua viagem.

Ainda jovens, as irmãs Teixeira Leite mantiveram contato com a cultura do velho mundo. Muito provavelmente, mesmo antes da viagem, ambas as irmãs já deveriam estar submetidas ao ingresso nos estudos e, como veremos adiante, considerando tão somente a biblioteca do Solar Teixeira Leite, agregando a formação leituras em Francês, Inglês e Português. Sobre esse aspecto, esclarecem Falci e Melo (2012) que “No Brasil do século XIX, a educação da elite, além de diferenciada por sexo, em certos casos, era realizada pelas próprias famílias”. Nessa toada, Maria Celi Vasconcelos (2010) esclarece, no tocante à educação feminina que:

A educação doméstica, ou seja, a aprendizagem realizada na própria casa, com o auxílio de parentes ou do pároco local, foi a primeira forma encontrada pelos pais, no Brasil oitocentista, para educar seus filhos, especialmente as filhas mulheres, sem ter de expô-las aos perigos do contato com outras crianças ou a rua. Portanto, pode-se afirmar que a educação doméstica foi a modalidade inicial, reconhecida para o ensinamento de meninos e meninas no período indicado [...] em um país que começava a habituar-se ao convívio social feminino, por meio de reuniões, saraus, encenações públicas, teatros, bem como a possibilidade de acesso a livros e à literatura mais diversificada, incluindo-se os pioneiros jornais locais [...] (Vasconcelos, 2010, p. 69).

Pela idade das meninas, quando do embarque e pelos anos passados no estrangeiro, uma vez que retornaram ao Brasil no ano de 1859, as Teixeira Leite tiveram sua escolarização, ou ao menos parte dela, realizada pela família.

De acordo com Mariana Muaze (2008), o letramento era um valor simbólico potente no Império, que, até a segunda metade de XIX, possuía no Rio de Janeiro o maior índice de pessoas livres alfabetizadas. Nesse sentido, pertencer à elite passava pela necessidade de dominar as letras. A autora nos diz quanto às expectativas de escolarização dos filhos do Visconde de Ubá, que certamente eram compartilhadas entre a elite de produtores de café do Vale. A alfabetização

iniciava-se entre cinco e sete anos.

Sobre Francisca e Eufrásia, nada havia de ser diferente, já que

É certo que Eufrásia conviveu desde a infância com a cultura, pois além da rica biblioteca que havia em sua casa, frequentou vários salões da cidade nos anos dourados do café na região. [...]. Aprendeu a ler e a escrever também em línguas estrangeiras, estudou piano, como era moda em seu tempo [...] foi um modelo de sinhazinha bem comportada e educada nesses padrões, inclusive cultural, o que se deduz pela análise do acervo da biblioteca de sua casa [...] Nesse contexto, a existência de uma rica biblioteca na casa em que Eufrásia passou a infância e juventude nos permite deduzir, que ela foi instruída pelos livros, certamente com o auxílio do pai e também da Mme. Grivet (Falci; Melo, 2012, p. 48).

No acervo familiar musealizado na Casa da Hera há cadernos de caligrafia de Eufrásia. Neles há registros das primeiras letras e, entre os livros, também se encontram os que foram presentes de Madame Grivet, a dona do educandário que frequentou. Tratava-se da Escola de moças de Madame Grivet. Ela teve seu funcionamento autorizado em 21 de abril de 1858, e foi fundada em 15 de maio de 1858³⁰ por Maria Barbosa Franco Grivet e seu marido, o professor Adriano Grivet.

O educandário era um colégio de meninas, em Vassouras, que ficava próximo ao local onde se construiu uma estação ferroviária da Estrada de Ferro D. Pedro II. Tal parada revestiu-se de significativa importância para a população, pois provia o deslocamento ferroviário para a corte, situada na Rua do Comércio, em uma localidade hoje denominada de Sebastião de Lacerda. Naquela instituição de ensino, ministrava-se, nas instruções primária e secundária, “doutrina cristã, português, francês, inglês, alemão, história, geografia, aritmética, caligrafia, música, desenho e trabalhos de agulha.” (Raposo, 1978). O colégio de Madame Grivet recebeu as meninas vassourenses que podiam saldar os valores de instrução formal e arcar com as despesas de manutenção e enxoval.³¹

A fundação do colégio foi uma iniciativa que se aliou a interesses da elite vassourense, posto que, no *Jornal do Commercio* de 09 de novembro de 1858, há um anúncio das atividades do educandário em Vassouras, e vários foram os que cancelaram sua abertura e se colocaram como intercessores de seu funcionamento. Referenciam-no o Dr. Antônio de Macedo, inspetor

³⁰ *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)* 05 abr. 1859, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=Grivet&pagfis=1600>. Acesso em: 15 jan. 2023.

³¹ No Colégio de Meninas dirigido por Madame Grivet, os vestidos de saída ficavam a gosto dos pais; porém os do colégio tinham que ser sem bordados (LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1862**. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862, p. 439).

de instrução secundária, o Dr. Severino Alves de Carvalho Júnior, inspetor municipal das escolas, o advogado Dr. Antônio Lazarini e Inácio José de Souza Werneck, avô de Maurício de Lacerda e dois dos irmãos Teixeira Leite, Carlos, e o Comendador Francisco José, o genro deste, Caetano Furquim, de que também se dispõe a prestar informações na corte, em seu escritório.³² A escola iniciou suas atividades em janeiro de 1859.

No acervo do Museu Casa da Hera há apenas alguns objetos que testemunham o cotidiano da escolarização das irmãs. Acham-se notas e partituras recebidas como presentes, que são lembranças do período. Quanto à experiência de Eufrásia no educandário, há duas cartas que relatam o cotidiano da menina de 9 anos, pouco depois de chegada da Europa.

Informa Maria Celi Vasconcelos (2010) que as primeiras letras eram apresentadas na infância, que restava sob os cuidados de uma preceptora ou dos pais. No caso de Eufrásia, que durante a infância foi para a Europa com os pais para o tratamento de Francisca, ambas devem ter tido esse primeiro momento domiciliar. Não há registro sobre a atuação de uma tutora ou preceptora, contudo, pelas cartas enviadas para a família, a mãe, em 1859, está evidenciada a habilidade de escrita. Ainda sobre esse assunto, a autora esclarece que em relação às filhas mulheres o que se objetivava era a possibilidade de não

[...] ter de expô-las aos perigos do contato com outras crianças ou a rua. Portanto, pode-se afirmar que a educação doméstica foi a modalidade inicial, reconhecida para o ensinamento de meninos e meninas no período indicado [...] em um país que começava a habituar-se ao convívio social feminino, por meio de reuniões, saraus, encenações públicas, teatros, bem como a possibilidade de acesso a livros e à literatura mais diversificada, incluindo-se os pioneiros jornais locais [...] (Vasconcelos, 2010, p. 69).

Nas duas cartas (ANEXOS II e III), Eufrásia manda beijos, abraços e lembranças a Chiquinha, para além da promessa de escrita para a irmã, que no momento tinha 15 anos, e não estava com ela no colégio. Infere-se que a deformidade da bacia, sobretudo após o tratamento pelo qual deve ter passado então, dificultava-lhe o convívio de Francisca em espaços outros que não o doméstico. É prudente destacar que foi justamente no início da década de 50 que o médico cirurgião militar holandês Antonius Mathysen inventou a atadura de gesso, conhecida como Gesso de Paris.³³ No velho mundo, uma nova especialidade, a ortopedia, estava se fortalecendo

³² *Jornal do Commercio*, 05 mar. 1859. p. 4. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_04&pasta=ano%20185&pesq=MME%20Grivet&pagfis=14127. Acesso em: 23 mar. 2023.

³³ A ortopedia, enquanto especialidade médica assim denominada, ocorre em textos na Europa no século XVII. O francês Nicholas Andry de Boisregard, professor da Universidade de Paris, publicou, em 1741, um livro famoso denominado *L'orthopédie, ou, L'art de prevenir et corriger dans les enfans les difformitez du corps*. O mesmo autor foi o primeiro a usar o termo ortopedia para correção de deformidades ósseas. No texto, direcionado a pais e profissionais médicos, há indicações que, se tratados na infância, problemas ósseos tenderiam a ser minimizados

e criando novas alternativas de intervenção profissional.

Se na carta é mencionada a ausência, também nela se apresentam as presenças. A prima Maroca, provavelmente Mariana Corrêa e Castro, filha do irmão de sua mãe, Laureano Corrêa e Castro Júnior, e Hermínia³⁴ são mencionadas. Há em um artigo do Correio Mercantil, de 30 de dezembro de 1860, que coloca as duas filhas do Dr. Teixeira, Joaquim José era o único entre os irmãos com diploma de bacharel, como destaque da escola que frequentavam.³⁵

Outros três pontos merecem nossa atenção: embora muitos³⁶ vejam, ainda que se considere a influência do pai na educação de Eufrásia, é para a mãe que ela escreve. A mesma mãe que o genitor, no processo de inventário instaurado pela sua morte, a declara analfabeta³⁷. Na missiva, informa a necessidade de aquisição de um novo vestido de casa. Segundo informa, Joaquim Tavares da Conceição havia uma listagem de materiais componentes do enxoval necessário à permanência na escola. Essa lista podia variar segundo o estabelecimento e os tecidos, em sua cor e tipo, equipamentos de higiene e cuidados pessoais e estilo denotavam os graus de pertencimento à elite. Os vestidos de casa, como menciona Eufrásia, também listados como os de uso doméstico, tendiam a ser uniformes, sem babados ou fitas.³⁸ Se ela solicita o envio de um vestido, é porque não pode fazê-lo pessoalmente. Ao final de ambas as missivas, ela se identifica como “obediente filhinha”. Por fim, faz um pedido bastante claro: **“Não mostre isso a ninguém.”** Esse comando revela algo presente em sua personalidade, que será demonstrado em outros documentos produzidos pela personagem³⁹. Ela é muito ciosa de sua

ou mitigados por exercícios corretivos, manipulação e imobilização. O também francês Jean-André Venel criou, em Orbe, na Suíça Francesa, a primeira escola ortopédica, com a intenção de tratar deformidades na infância. Para maiores informações, buscar Brakoulis V. História da ortopedia. Disponível em: <http://www.ortopediars.com.br/Site/content/historia/pg1.asp>. Considerando a influência francesa na racionalidade brasileira e a proximidade das relações comerciais advindas do café com a região (ainda hoje a Suíça é uma das maiores referências nas metodologias de torrefação de café), é legítimo inferir que Joaquim José estivesse conhecedor das inovações terapêuticas disponíveis ao tratamento de Francisca e, tendo os meios para dela fazer uso, assim procedesse.

³⁴ Ainda não sabemos qual a relação entre Hermínia e Ana Esméria. Não obtivemos, até o momento, elementos mais substanciais para a investigação da identidade daquela personagem.

³⁵ Trata-se de um artigo assinado por Antônio J. Rangel V. de Antas que versa sobre a atenção que se deveria tomar quanto aos educandários e a urgência da criação de escolas para meninas. Nele, o autor descreve as qualidades do educandário de Madme Grivet. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=Grivet&pagfis=1849>. Acesso em: 15 jan. 2023.

³⁶ Esse aspecto é destacado por Falci e Melo (2021, p. 54), Fernandes (2012, p. 55), entre outros.

³⁷ Inventário de Ana Esméria Teixeira Leite. 1871. CDH Universidade Severino Sombra.

³⁸ Conceição, 2012, p. 181.

³⁹ Um dos exemplos dessa afirmação está posto na carta que escreve a Joaquim Nabuco em 11 de maio de 1887. Nela, depois de ter oferecido em comunicação pretérita, de 16 de abril de 1887, um empréstimo ao “amigo” que estava em Londres, dizendo que o faria em sigilo e não estava oferecendo a ele nada o que não pudesse ofertar a um desconhecido. Poucos dias depois, em 28 de abril, ela lamenta que o gesto tenha sido mal interpretado e, ao que parece, foi, já que 14 dias depois declara: “É preciso que eu me exprima atrozmente mal, para ser assim interpretada tão as avessas. Pela unica vez que lhe peço qualquer excusa, sinto-me ser tão mal recebida,

intimidade.

Como veremos adiante, Eufrásia era uma escritora habitual, mas não há notícias de um diário, livro de anotações ou relatos de viagem. Frente à sua longevidade, são poucas as cartas musealizadas, e as que existem, em sua maioria, tratam de questões de negócios ou trabalho. Mesmo naquelas trocadas com Joaquim Nabuco, em mais de uma ocasião, ela solicita que ele mantenha sigilo sobre o conteúdo da correspondência trocada.⁴⁰ Eufrásia fala pouco de si, ou escolhe não guardar escrituras de si. Ainda que frequentasse a sociedade, participasse de eventos sociais, como esperado de uma mulher de seu meio, vale dizer, tivesse uma vida pública, sua vida particular tem poucos registros para além daqueles vestígios que ela escolheu para construir a narrativa própria e/ou familiar. Nesse sentido, os vestígios indicativos de sua personalidade são cotejados por fontes que vão se apresentando em outros documentos, como cartas comerciais, o próprio testamento e aqueles apensados ao inventário.

A educação era uma questão presente às elites do Vale do Paraíba, educandários de meninos e de meninas somavam, na cidade de Vassouras, dezesseis escolas, duas para meninas e norteadas por padrões francófilos, nos cinco distritos. Sobre a qualidade desses educandários, afirma Alberto Lamego Ribeiro Filho:

É ela o fruto de toda uma nova geração educada em primorosos colégios como o Vassourense, o Braga, o Andrade, os de Madame Grivet e da condessa de LA HURE, estas últimas a levarem para a pequena cidade a cultura e o refinamento de Paris. O célebre educador barão de Tautphoeus em 1873 transfere-se para Vassouras, onde leciona no Colégio da Adolescência (Lamego Filho, 2007, p. 163).

Pela distância entre a cidade e a escola e o teor das cartas musealizadas, infere-se que Eufrásia Teixeira Leite tenha sido mantida em um regime de semi-internato, retornando à Casa da Hera em ocasiões específicas.

De acordo com Maria Amália Montela de Medeiros (2002), em Vassouras, como em outras regiões rurais do Império, não era incomum que se mantivessem professores particulares em suas fazendas e, após as primeiras letras, que mandassem os filhos para escolas particulares na sede do município e, depois, na Corte, e não raras vezes, para o estrangeiro. Na mesma linha, Célia Maria Loureiro Muniz (2005) esclarece que a partir da segunda metade do XIX, também nas fazendas os pais poderiam escolher instruir seus filhos nos colégios, em vez de mantê-los

compreendida e atendida. **Isso me ensinará a sair de minha habitual reserva.**” (grifo nosso) (Catharino, 1992, p. 98).

⁴⁰ Fernandes (2012) nos apresenta as cartas trocadas entre Eufrásia e Joaquim depositadas no acervo da Fundação Joaquim Nabuco. As missivas 254 (p. 209) e 303 (p. 263) aludem justamente a esse cuidado.

em casa, com uma preceptora, mas tal escolha só era feita a partir dos sete anos de idade. A Viscondessa do Arcozelo, dona de três fazendas no município de Vassouras, anota em seu diário, no dia 3 de outubro, o aniversário de 8 anos de seu filho Raul, que desde agosto frequentava o colégio do Dr. Telles, localizado na cidade. Raul, juntamente com seu irmão Mario passaram a frequentar o colégio por determinação do pai, escolha devidamente registrada no diário da Viscondessa:

O Castro [maneira como se referia ao Visconde de Arcozelo] falou hoje com D. Sarah [preceptora] que não queria continuar com os meninos estudando em casa que irão para o collégio. Ella disse que nesse caso se retirava para o Rio, sete dias depois se foi a professora: partio D. Sarah as 5 ½ tive muita pena della (Viscondessa de Arcozelo, 1887, n. p. *apud* Vasconcelos, 2015, p. 215).

O crescimento do número de colégios, que ocorre nas últimas décadas do século XIX, acaba por seduzir as elites para uma possibilidade de educação coletiva que, fora da casa, segundo seus propagandistas, permitiria a formação dos sujeitos para enfrentar os desafios do século XX, que se anunciava. Não distante desse olhar, o jornal *O Vassourense*, logo em suas primeiras edições, em 1882, data de seu lançamento, traz, por seu editor, Lucindo Filho, as linhas que se seguem:

Ampliar a instrução e dissemina-la por todas as camadas sociais é e deve ser sempre o desideratum de um povo livre [...]. Já longe vão as eras em que o saber era monopólio de algumas classes privilegiadas, já vai remoto o tempo em que o espírito humano sempre avido do desconhecido, era atrophiado em suas aspirações. E que se pode decretar a eleição direta ou suffragio universal, o progresso não se decreta, conquista-se, como já disse um escriptor moderno. Neste seculo, em que não ha mais peias á intelligencia, deixar o povo na ignorancia, não abrir-lhe as portas das escolas, não facilitar os meios de instruir-se aquelles que não têm recursos, se não é um crime, é indigno de uma nação, que de diz civilisada.⁴¹

Quando se destacam as nuances de *O Vassourense*, no que tange a escolarização, evidencia-se que a imprensa, especificamente a presidida por um médico⁴², apresenta as visões das elites intelectuais, dos homens letrados que debatiam questões sobre a cidade e os modos de vida de sua população, ao mesmo tempo em que, a essa altura, explicitam os discursos do que era entendido como progresso que, antes mesmo da República, já eram correntes em

⁴¹ *O Vassourense*, 26 fev. 1882, nº 2, p. 1. Disponível em: *O Vassourense* (RJ) - 1882 a 1909 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 16 fev. 2023.

⁴² Lucindo Filho era apresentado no *Almanach* pelo crítico Valentim Magalhães, na edição de 1889, como um homem dedicado à família, aos livros e ao exercício de funções diversificadas. Para além de exercer a medicina, ocupava-se de muitas leituras, escrevia e revisava o *Almanach*. Ainda dispunha de tempo para conversar com os amigos e visitar seu pai na Corte.

Vassouras⁴³.

Além disso, suspeitava-se que, por meio da escolaridade, os jovens estariam condizentes com os ideais do Império e, mais à frente, mais aptos para aos ideais republicanos que se avizinhavam, cada vez com mais intensidade. Ou seja, sem muita clareza, já se supunha que algo estava para mudar e que as relações educacionais deveriam exercer um papel de relevância nesse processo. Em um mundo que se transformava em diferentes aspectos, e a educação era um deles, conjecturava-se que, brevemente, poderia se estabelecer a hegemonia da escola, delimitando, cada vez mais, o campo de ação da centenária casa-grande, na qual, até então, se faziam todos os rituais, desde batizar, rezar, aprender, casar, até enterrar (Mendonça, Vasconcelos, 2011). A preocupação com processos de escolarização vai se ampliando, tanto no tocante ao gênero quanto ao oferecimento ampliado à população geral, ainda que essa seja uma proposta que, efetivamente, permaneça mais no texto que na prática, como nos informa Medeiros (2002).

O que instiga a investigação é que, em 1885, quando Vassouras tinha uma população de 19.085 habitantes, possuía 15 escolas públicas e 4 subvencionadas. O número de escolas conseguia atender à demanda da localidade por instrução? Segundo os Relatórios de Instrução Pública, a rede escolar não atendia aos habitantes em idade escolar. O superintendente Antônio Mariano propõe que se subvencionassem as escolas em Massambará, Commercio e Pocinho, em Vassouras. Informa ele que havia uma escola para meninos mantida e criada pela Câmara Municipal.

Convém lembrar que a lei, como a de 1854, que regulamentou a instrução primária e secundária na Corte, reformulada em 1879 pela Reforma Leôncio, impunha que os pais que não cuidassem da instrução primária das crianças de 7 a 14 anos receberiam punições. O Inspetor Geral da Instrução Pública no relatório de 1887 também propõe a criação de escolas para ambos os sexos em distritos como Pocinho, que distava 10 quilômetros da cidade de Vassouras e 12 quilômetros de Mendes. Neste lugar, existia uma escola subvencionada para meninas, mas, segundo o Inspetor, seria conveniente estabelecer outra para meninas, que tinham em seu currículo o aprendizado da costura e corte de roupa branca. Também propõe a abertura de escola para meninas no Rodeio, uma em Belém, uma em Sucupira e uma em Ubá. No pedido intenso de abertura de escolas para meninas, entre os fatores aliados à necessidade e ao quantitativo de meninas, poderia estar a formação de futuras professoras para a região, já que os baixos salários e as longas distâncias não eram condições propícias ao professor, como atestam os relatórios

⁴³ Os trabalhos de Ricci (2000), Borges (2020) e Santos (2018) falam dessa projeção do progresso no vale.

de Instrução.⁴⁴

Tal pedido apresenta uma realidade que se perpetuou por mais de 20 anos no Vale, posto que nem mesmo as escolas de elite, como a da Condessa de La Hure e o Colégio de meninas de Mme. Grivet, permaneceram no município de Vassouras para além da década de 60. Este funcionou em Vassouras até 1861. No ano seguinte, transferiu-se para a corte, havendo ocorrência de notas sobre seu funcionamento até 1869 (Medeiros, 2002, p. 113).

Resta claro que, pelo menos na esfera pública, a preparação formal para os fazeres esperados aos papéis de gênero eram explicitados no modelo de escolarização. Nesse percurso, aponta Maria Celi Vasconcelos que

Poucas meninas, bem como suas famílias, tinham interesse em aprender matérias como lógica, matemática, geometria, aritmética, álgebra, contabilidade, escrituração mercantil, física, botânica, história universal, história do Brasil, geografia, desenho, pintura e aquarela, considerados conhecimentos masculinos (Vasconcelos, 2015, p. 121).

No contexto social do século XIX, a inexistência de descendência masculina representava, por conceito, um problema. A quem caberia a gestão financeira e política da família? Quem daria continuidade ao nome? A educação masculina era direcionada para uma formação mais robusta, atenta a matemática, finanças ou legislação, por exemplo, enquanto que das meninas se esperavam habilidades para os fazeres da vida cotidiana, o tratar e atenção às rotinas da casa, da fé e os cuidados com os filhos. Os pais chegavam a retirar suas filhas das escolas ao completarem 14 anos, considerando que, se, por um lado, tinham passado tempo demais na escola, por outro, chegava a hora de arrumar um bom casamento e adentrar ao mundo dos eventos sociais (Leite, 1984).

O que faria, então, um homem na situação do Dr. Joaquim José? A alternativa que primeiro veio à mente seria investir na procura por um “bom genro”, homem de linhagem conhecida ou nobre, de posses, com formação universitária, capaz de manter os negócios da família e, finalmente, de trato afável com a esposa que tomaria. E, de fato, exemplos levantados por Maria Beatriz Nizza da Silva (1996) na documentação da Real Junta do Comércio, no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, revelam o quanto o patrimônio familiar poderia ser dispersado em dívidas contraídas pelo marido ou mesmo dilapidado pela ação inescrupulosa de inventariantes.

No Livro “*História de amor no Brasil*”, Mary Del Priory (2005) apresenta, no segundo

⁴⁴ Arquivo público do estado do Rio de Janeiro: Relatório de instrução pública – 1886, p. 49-51.

capítulo, uma reflexão sobre o entendimento da época de nossa personagem, sobre o casamento e o amor. Para além das reflexões apresentadas no texto, em especial os que ocorrem nas páginas 162 e 163, no qual se descreve o noivado de uma sobrinha da Marquesa de Valença, cidade que, na época, integrava a comarca de Vassouras, chama atenção a ilustração contida na página e o texto que a ela se agrega. Ao final da descrição da família burguesa e urbana, a autora nos pergunta: “Amor? Não, mas uma sólida amizade.” Del Priori informa que o amor romântico esteve presente no XIX e que, como abundantemente observável no Vale, um dos motivos para o casamento, para além dos arranjos financeiros, da manutenção de influência e fortalecimento das redes de sociabilidade, um dos motivos para que ele se realizasse era a constituição de descendência. Não que isso fosse vinculativo do matrimônio, melhor dizendo, não o ter não invalidava o contrato, mas, se por imediato e claro essa situação estivesse posta, certamente seria um fator dificultador. Outra questão é que havia uma certa ordem de preferência no arranjo matrimonial, priorizando as filhas mais velhas frente às mais moças. (p. 146) e Francisca era cinco anos mais velha que Eufrásia. Pelo levantamento feito entre as primas casadas do lado paterno das irmãs (21 no total), a média etária em que contraíram casamento foi 17 anos e meio. Pelo lado materno, em média, em três sobrinhas, o casamento se deu aos 19 anos. Em que pese que os noivados eram curtos, tanto Francisca quanto Eufrásia já estavam muito além da expectativa familiar. Não há nenhum vestígio que denote arranjos para o casamento de ambas as filhas. Isso não quer dizer que não tenha havido, apenas que, a preparação para a outra alternativa, que, aliás, também não era de todo inusitada nas famílias, permanecer inupto, vincula-se a uma estratégia de longo termo. Esse encaminhamento envolve uma preparação para a gestão de negócios e estratégias de construção e manutenção de redes as mais distintas, que, em grande medida, era conflituosa aos padrões dos comportamentos femininos da elite valeparaibana na segunda metade dos novecentos. Talvez por isso Eufrásia tivesse a fama de geniosa e temperamental e de fazer as coisas à sua maneira. Francisca, mais velha, certamente possuía ferramentas para conduzir de forma mais hábil essas permeabilidades entre papéis de gênero. Digo isso porque, até a morte de Francisca, as fontes apresentam, pelo menos no espaço público, ambas como condutoras das atividades e não há nelas qualquer menção a impedimento de Francisca, senão o ligado ao problema ósseo.

Ao que parece, Joaquim José traçou outro percurso. Infere-se que a alternativa adotada pelo pai, que tinha uma formação liberal, foi instrumentalizar as herdeiras de conhecimentos em legislação e gestão financeira, para que lhes fosse garantida autonomia e independência, sem, contudo, que se tenha descuidado de dotá-las das habilidades formais necessárias a jovens

de “*boa família*”⁴⁵. Afinal, a ideia de mulheres que autogeriam seu patrimônio não era estranha aos contextos familiares.

Novamente, voltamos o olhar para as dinâmicas familiares presentes em ambos os troncos de ascendência das irmãs Francisca e Eufrásia. Pelo lado dos Corrêa e Castro, esclarece Falci (2005), temos duas mulheres que, publicamente, são reconhecidas como condutoras dos destinos familiares, a bisavó, Mariana das Neves Corrêa, que já mencionamos anteriormente de maneira singela, contraindo matrimônio com José Pontes França, 30 anos mais velho, prosperam pela manutenção de uma venda e um pouso em Monserrat, na freguesia de São Pedro e São Paulo, local de travessia do Rio Paraíba para as Minas Gerais. Quando ele morre, em 1769, Mariana e seus dois filhos passaram a viver das terras que possuíam de Pati do Alferes e do que de lá se podia produzir. Em 1874, ela contrai núpcias com Pedro Corrêa e Castro, membro de uma das famílias que vão ocupando as margens do Rio Paraíba do Sul. Dessa união nascem três filhos. Com os casamentos intrafamiliares e a prosperidade vinda, entre outros aspectos, de estratégias de manutenção do patrimônio familiar elencadas por Thiago de Souza dos Reis (2020), era comum que houvesse um parente beneficiado pelo testamento ou partilha dos bens legados, mesmo em um sistema de igualdade jurídica entre os herdeiros. Isso se deve à necessidade de continuidade do legado deixado pelo falecido, o que não seria possível, ao menos em tese, caso as terras de uma mesma propriedade fossem divididas igualitariamente entre os herdeiros.

Assim, as ricas famílias do Vale preferiam manter as terras sob a propriedade de poucos herdeiros e distribuir o restante dos bens (escravizados, prédios urbanos, dívidas ativas, ações) entre os demais. Reis (2020) reforça a tese de Célia Maria Loureiro Muniz (1979), quando expõe que essa ação contrariava a ideia de igualdade presente nas Ordenações Filipinas, texto legal que regulava o processo de transmissão das heranças e legados, ainda vigente. Ao evitar sua divisão, esse sistema de partilha contribuía com a concentração da propriedade rural e, por consequência, para a manutenção do *status quo*. Desta feita, por uma ou outra razão, os Corrêa e Castro, nos meados dos oitocentos, possuíam grandes propriedades nas cidades de Paraíba do Sul, Vassouras e Levy Gasparian. Sônia Sant’ana, no livro *Barões e escravos do café*, anunciou aos filhos o casamento de Laureano e seus irmãos, que a ajudavam a administrar a fazenda que

⁴⁵ Mariana Muaze (2006, 2011) mobiliza essa categoria considerando que seu significado estava ligado ao pertencimento. O critério associado a ele era o exercício formal da cidadania, pelo estabelecido na Constituição de 1824. Essa associação garantia a eles os direitos políticos e, por consequência, a participação na classe dirigente do governo imperial, assim como integrar a aristocracia, que possibilitava viver na opulência, possuindo liberdade e acesso à propriedade. Segundo a autora, como essas condições objetivas são constitutivas do coletivo em análise, uma vez que seus valores, modos de comportamento e formas de vida integravam-se em um certo sistema de crenças que retroalimentava a construção identitária do grupo.

“[...] agora que minha neta casou, está na hora de contratar casamento para a segunda, a Eufrásia. [...] Estou pensando em ter minha neta como nora. (Sant’ana, 2001 *apud* Falci, 2005, p. 38).

Em 1824, casaram-se na Fazenda da Serraria, de propriedade do genro de Mariana das Neves França Corrêa e Castro, como de costume na época (Del Priori, 2005, p. 162), Laureano, com 34 anos e, aos 15 anos, Eufrásia Corrêa e Castro, ambos os herdeiros de parte de duas grandes fazendas, a Santo Antônio e a Serraria, compraram a Fazenda Secretário, onde viveriam com seus filhos menores. Com a morte de Laureano, em 1861, Eufrásia não abre inventário e continua sob a administração do patrimônio do casal até seu falecimento, em 1873 (Fernandes; Coelho, 2013, p. 204), assim como muitas outras mulheres que assumiam as rudes tarefas da fazenda (Alegrio, 2011). Isso é fruto de um movimento que assegura às mulheres o direito de comerciar em seu próprio nome. O Código Comercial de 1850, no seu Art. 1º, especifica quem pode comerciar no Brasil e faculta às mulheres casadas maiores de 18 anos, com autorização de seus maridos provada por escritura pública (Brasil, 1850), comerciarem em seu próprio nome. O dispositivo legal, mas antes dele, a prática na lida das fazendas, deu a Eufrásia os meios e possibilidades de administrar os bens até sua morte, em 1873, quando os herdeiros decidiram pela avaliação dos bens do casal. Falci (2005) elenca o patrimônio inventariado, para além de todos escravizados, maquinários, o material de serviço e mobiliário das fazendas, em especial da Fazenda Secretário:

São 626 mil pés espalhados pelas seguintes fazendas: Secretário, S. Paschoal, Santa Rita, Retiro, Anil, e São Gonçalo. Alguns mais velhos valendo 100 réis o pé outros, valendo 140, outros 200 e ainda outros 240 réis o pé. Possui ainda 1445 alqueires de café espalhados entre o terreno de Secretário, em letras do Retiro e 400 alqueires nos paiós. Possui terras ainda sem plantações, correspondendo a 786 alqueires, sendo 220 desses alqueires em Muriaé, Minas Gerais (Falci, 2005, p. 207).

Não raro, mulheres como Eufrásia administravam seus bens. Stanley Stein observou o papel das mulheres livres entre as classes de fazendeiros, negociantes e outros profissionais. Ele nos diz que:

Embora as mulheres da classe dos fazendeiros dependessem de seus pais e, após o matrimônio, de seus maridos, geralmente havia uma época em que se tornavam econômica e intelectualmente emancipadas. Tal oportunidade podia surgir com a morte do marido, ficando a esposa livre para tomar as decisões que achasse necessárias. Quando a esposa era de meia-idade, ela administrava sua propriedade com uma sabedoria e perspicácia ausentes em seu falecido marido (Stein, 1999, p. 187).

Enquanto umas permaneciam como administradoras de suas fazendas, outras já compunham seu patrimônio com apólices. Esse era o caso de Maria Francisca das Chagas Werneck, Zeferina Adelaide dos Santos Werneck (Alegrio, 2011) e da tia de Eufrásia, Anna Jesuína Teixeira Leite, irmã de Joaquim José Teixeira, conforme informa Eliane Cahon Leopoldo (2014). Nascida na Freguesia da Barra, município de São João del Rei em 10 de dezembro de 1815, contraiu núpcias com o primo Luciano Leite Ribeiro, 17 anos mais velho que ela, na Igreja Nossa Senhora da Conceição, Aiuruoca, em Minas Gerais. Ele era sócio de uma das casas comissionárias de café na corte⁴⁶, vindo a falecer em 1853. De acordo com as informações publicadas no anuário *Laemmert* nas décadas de 60, 70 e 80 do século XIX, D. Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite e sua sobrinha, filha de João Evangelista Teixeira Leite, segunda Baronesa do Amparo, Amélia Eugênia Teixeira Leite, figuram na relação de “negociante e capitalista” ao lado de homens da própria família, entre estes, seus irmãos e tios Joaquim José Teixeira Leite e Francisco José Teixeira Leite. Podemos presumir, pelas informações de seus inventários⁴⁷, que a denominação atribuída a elas como capitalistas é mais que adequada. Lucas Gesta Palmares Munhoz de Paiva, ao abordar o assunto, conclui que:

Muitas mulheres das famílias senhoriais do Vale tinham profunda importância para a construção das redes de sociabilidade, bem como davam estabilidade para a “casa”, administrando os negócios na ausência de seus maridos e também auxiliando na perpetuação do poder de suas famílias, tão caro a lógica patriarcal oitocentista na qual se inseriam. Eram também construtoras de redes de sociabilidade e auxiliaadoras na manutenção destas redes junto de seus maridos, pais e irmãos (Paiva, 2013, p. 21).

Na segunda metade de XIX, no Vale, já há quem considere as transformações que se avizinham, trazendo consigo um discurso de modernidade, racionalidade, que reflete uma série de mudanças. Essas mudanças vão se enredando e, notadamente, novos aspectos do perfilamento associados aos espaços do feminino vão se configurando, em especial, considerando a introdução do modelo da família higienizada burguesa; as novas relações de

⁴⁶ No artigo “As fazendas de café na ocupação demográfica de Paty do Alferes e Miguel Pereira”, Sebastião Deister informa, ao descrever a Fazenda Igapira, próxima ao município de Miguel Pereira, em um trecho de ligação com Petrópolis denominado “caminho do Imperador”, o historiador, em relatando as origens da referida fazenda, menciona que Luciano Leite Ribeiro é sócio de uma casa comissionária de Joaquim José e Francisco Teixeira Leite. Para maiores informações, ver Deister, 2017. Também Pinto (1935) informa que Luciano Leite Ribeiro era um dos mais importantes negociantes do Rio de Janeiro.

⁴⁷ O primeiro depositado no então CDH da USS e o segundo, disponível no Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário. **Coleção Processos da Nobreza Brasileira**, Acervo Textual. Mídia AP_001636. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/acervo/asp/prima-pdf.asp?codigoMidia=6331&nomeArquivo=AP%5F001636>. Acesso em: 30 maio 2022.

trabalho, de condutas e comportamento, que, em última análise, estabelecem um modelo ideal de papéis sociais. Uma nova mulher é concebida a partir das exigências de uma burguesia ascendente, que dita novas regras de condutas familiares, sociais e amorosas. E toda transformação vem acompanhada de novos códigos. Analisar esse período é confrontar discursos que reproduzem os valores e condutas sociais da época. Cabe destacar que, em uma expectativa mais ampla, ao pensar a atuação feminina nessa sociedade, carece lembrar, como nos apresenta Roderick J. Barman (2005, p. 21), que “[...] as culturas patriarcais em que as mulheres existiam tinham o efeito de lhes restringir e regular as esferas de ação e as formas de expressão”, ressaltando que isso não significava que as mulheres estivessem desprovidas de autonomia e agência.

Entretanto, no contexto de reflexão acerca da influência que o grupo familiar possa exercer sobre o agente, é fulcral que ele deva ser pensado a partir dos sujeitos históricos que os constituem, considerando os laços afetivos, a pertença, assim como relações de dependência e as solidariedades reciprocamente construídas. Com isso nos aproximamos das reflexões de Revel sobre o quanto profundo são os vínculos mencionados acima e quanto elas impregnam as relações coletivas. Nesse contexto,

Fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. [...] consiste, afinal de contas, em levar sério migalhas de informações e em tentar compreender de que maneira o detalhe individual, aqueles retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores (Revel, 1998, p. 13).

Convivendo com essas referências cotidianamente, as irmãs Teixeira Leite, desde muito cedo, vivenciaram uma maneira diversa do padrão de administração de ativos da que era habitualmente estruturado⁴⁸ no Vale do Paraíba Fluminense. Seu pai e, em grande medida, seus tios e tias, já anteviam outras possibilidades de amealhar a fortuna familiar, com a fundação de uma Casa de Descontos e a diversificação de posicionamento de ativos.

⁴⁸ Pensamos esse conceito como derivativo do de *habitus* expresso em de Norbert Elias, para quem esta é a forma de sentir e agir não reflexiva, equiparando-se a uma segunda natureza, que, através do autocondicionamento psíquico, vai fazendo parte da estrutura da personalidade do indivíduo de maneira paulatina, entendido de forma mais explícita no contexto teórico geral do processo civilizador. Para compreender melhor a forma como Elias entende e trabalha com esse instrumental teórico, deve-se inseri-lo no contexto de sua teoria geral do “processo civilizador”. Sobre o conceito de *habitus*, ver: ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte**. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Assim, somadas as condições conjunturais às estruturais, as opções postas às irmãs Teixeira Leite as tendenciavam às escolhas feitas. Corrobora tal posicionamento o editorial do jornal *O sexo feminino*, escrito por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, publicado em 7 de setembro de 1873, em um artigo intitulado *A educação da mulher*, que oferece algumas pistas sobre o desamparo das mulheres sem instrução suficiente para gerir o patrimônio herdado:

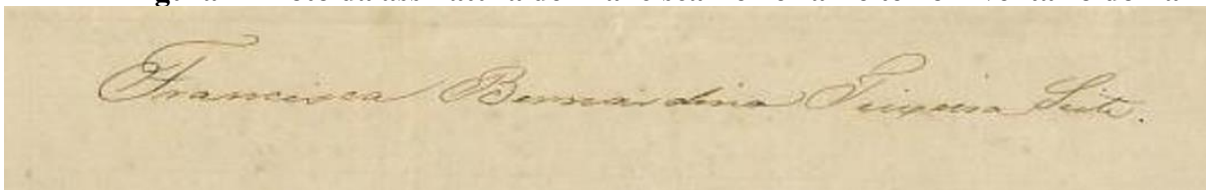
Em vez de paes de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da língua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina doméstica, a puericultura, a litteratura (ao menos a nacional e portugueza), philosophia, a historia, a geografia, a physica, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa; que estas meninas assim educadas não dirão quando moças estas tristes palavras: ‘Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!!’ (Diniz, 1873, p. 2, *apud* Vasconcelos, 2015, p. 121).

Ao que nos parece, os Teixeira Leite atentaram para esse aspecto ainda antes das palavras de aviso da editora do jornal.

Mas de onde se originou essa riqueza? Eufrásia e Francisca perderam, em sequência, em 1871 e 1872, a mãe e o pai. Ambos deixam testamento e, no posterior inventário, relaciona-se o patrimônio composto de apólices de títulos da Dívida Pública do Empréstimo Nacional de 1868, ações do Banco do Brasil, depósitos bancários, casas, uma pequena escravaria e um passivo oriundo de sua casa comissária. O montante desse inventário perfazia o valor de 767:937\$876 (767 contos, novecentos e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e seis réis), o que equivalia, na época, à dotação pessoal do imperador D. Pedro II para um ano. Em seu testamento, Joaquim José Teixeira Leite declarava que “[...] se tiver falecido sem descendentes uma das minhas filhas poderá, esta nesse caso dispor, por sua morte, de toda a herança da Terça, como lhe aprouver” (Inventário de Joaquim José Teixeira Leite- CDH-USS).

Quando se abre o testamento e inventário de Joaquim José Teixeira Leite, datado de Vassouras, 6 de maio de 1873, cuja inventariança foi assumida por Francisca, conforme exibido na figura 7, e as duas irmãs declararam que foram instituídas como herdeiras legítimas das duas terças partes de sua meação, mas também como herdeiras testamentárias em partes iguais para cada uma, da sua terça livre, com a cláusula essencial de usufruto vitalício de emprego em fundos públicos inalienáveis, e da transmissão sucessiva a vários substitutos, como consta do testamento (Falci; Melo, 2002a).

Figura 7 - Foto da assinatura de Francisca Teixeira Leite no inventário do Pai



Fonte: Inventário de Joaquim José Teixeira Leite - CDH-USS

Logo depois, em 1873, morreu sua avó materna, a baronesa de Campo Belo, e somam-se ao patrimônio das irmãs, como herança, mais 106:848\$886 (cento e seis contos, oitocentos e quarenta e oito mil e oitocentos e oitenta e seis réis). Assim, no decorrer de três anos, as jovens amealharam um patrimônio de 874:786\$762 (oitocentos e setenta e quatro contos, setecentos e oitenta e seis mil e setecentos e sessenta e dois réis).⁴⁹

As duas irmãs permaneceram na casa da família na cidade de Vassouras até a morte dos pais e da avó, mas o que as leva, no ano de 1873, para a Europa? Onde elas viveriam?

Segundo Roberto Menezes de Moraes (2009), após a referida perda, o tio Francisco José – Barão de Vassouras – propôs o casamento das sobrinhas Teixeira Leite com seus filhos, reforçando a já habitual estratégia de casamentos intrafamiliares, numa tentativa de manter a fortuna herdada pelas irmãs dentro do próprio núcleo familiar.

Esses eram os planos do Barão de Vassouras (Alonso, 2007, p. 54), mas, certamente, não os de Francisca e Eufrásia que, por isso, lançaram mão de outras estratégias. Venderam o palacete da família situado no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro, algumas ações e títulos, e assim foram se desvincilhando dos códigos habituais de uma família patriarcal tradicional. Neuza Fernandes (2012, p. 57) aponta que, possivelmente, Eufrásia “[...] intuiu que, ficando na sua cidade, poderia perder sua fortuna, uma vez que vivenciara a crise do café e vislumbrava o fortalecimento das novas ideias abolicionistas e republicanas”.

Podemos reconhecer que, se assim foi, mais que intuição, a decisão teve como base a vivência da conjuntura econômica e social. Desde 1851, quando do inventário de Maria Esméria Leite Ribeiro, primeira esposa de Francisco José, seu tio Barão de Vassouras, esse, em carta dirigida ao magistrado responsável, faz uma detalhada descrição do processo, custos e tempo, que demandam a produção de café. Esse documento enuncia o que, anos mais tarde, se constitui inefável para a região: o esgotamento da terra, o custo do maquinário e da renovação dos

⁴⁹ No livro **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**, Stanley J. Stein apresenta, na página 339, uma tabela de valor cambial da moeda brasileira em dólares americanos de 1825 a 1900. O valor atribuído aos contos de réis em 1875, logo, dois anos após o recebimento da herança das irmãs Teixeira Leite, é de 0,55 dólares por cada unidade monetária brasileira. Assim, usando essa lógica, pelo câmbio jun. 2024, o montante recebido foi de R\$ 8.413.858.130,00 (oito bilhões, quatrocentos e treze milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e trinta reais), aproximadamente.

escravizados e, em consequência, um declínio nessa atividade econômica (Muniz, 2005). Sobre isso, certamente, houve compartilhamento intrafamiliar, de modo que cada um, a seu modo, foi estruturando seu patrimônio considerando essa informação, mas todos com o afastamento, em maior ou menor grau, da atividade cafeeira.

Assim, é correto supor que, antes de tomar uma decisão de permanência definitiva em Paris e afastamento da família, tenham modelado os primeiros anos de permanência em um padrão de viagens compatível com o praticado pelas elites, em especial, no caso demonstrado por Mariana Muaze (2008), as valeparaibanas, de visitas a diversos países. Essa pode ter sido uma alternativa para valer-se da rede familiar para a construção e reforço de novas sociabilidades na França, sem que essa partida se estruturasse como um rompimento abrupto com o modelo estabelecido. Em concomitância e de forma pendular, negociavam essa permanência e a consequente negação da expectativa dos planos familiares de casamentos endogâmicos.

Segundo Falci e Melo (2021, p. 62), a origem do capital era monetizada e que, os escravizados que receberam, provavelmente logo foram vendidos, já que os imóveis que restaram desse processo foram o Palacete em Laranjeiras e a Casa em Vassouras. Grande parte do legado se constituía em ações e títulos da dívida pública. Qual seria, então, pela legislação vigente, o destino da administração desses ativos? Essa era uma resposta que certamente as irmãs possuíam, considerando às ocorrências familiares de mulheres à frente de seus bens, mas vamos aqui elucidar esses aspectos.

Sob a égide dos ideais propostos pela Revolução francesa, eventos reformistas foram se conformando globalmente, entre eles, os movimentos constitucionalistas. De toda sorte, como recorrência, para efeito de nossa análise, firmou-se o conceito de uma nova relação do indivíduo com a sociedade. Este, de forma ligeira e resiliente, faz com que as pessoas se percebessem não simplesmente mais como súditos, mas cidadãos e, por conseguinte, uma nova concepção de direitos foi formulada (Pereira, 2008, p. 69) e assegurada na Constituição, outorgada, no Brasil, em 1824. É sobre esse aporte legal que os procedimentos que ora relatamos se fizeram. Entrementes, frutos de debates e negociações de sentido, ideias iam sendo construídas frente aos elementos vividos e experienciados pelos indivíduos no solo pátrio. Nessa toada, essas também eram questões que ocupavam as reflexões femininas, não obstante que tenham sido impedidas do exercício do voto e da representação política, elementos fundantes do conceito de cidadania moderno (Neves, 2003, p. 68). Ainda que pesasse a impossibilidade formal da participação política direta, sempre que possível, arranjavam meios e estratégias para conseguirem suas participações nesse, assim como em outros espaços de poder. Segundo Perrot,

“[...] de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. [...] Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma “mulher política”, parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou a contrário, parece deter tudo a ela” (Perrot, 2007, p. 151). No entanto, o exercício da política, em uma perspectiva eivada de memórias de dominação, com discursos de saberes quanto à obediência, encontra frestas de exercício, espaços de ingerência.

Deve-se observar que, para além de restrição da cidadania direta, aqui entendida como a possibilidade objetiva de exercício pessoal da expressão de vontade mediante a garantia da lei, especialmente no que se refere a retórica criada sobre o contrato social, inspirado dos pensadores iluministas, como meio de garantir liberdade e igualdade a todos na esfera civil sob o viés constitucional⁵⁰, por esse processo obscureçam-se as relações estabelecidas pelo contrato, que é, por essência, a natureza jurídica do casamento, criando uma ordem hierarquizada dominada pelo homem e garantida por dispositivos de natureza jurídica. Destaca-se que, se não há simetria entre os que escolhem, toda escolha é, por conceito, assimétrica. Desta maneira, a legislação pode ser percebida como uma das nuances de uma intrincada rede de relações que cria hierarquias dentro da sociedade.

Considerando os pensadores iluministas, Rachel Soihet (2013) destaca que eles atribuem às mulheres uma incapacidade de generalização e abstração, o que as fazia permanecer na etapa da “imaginação enganosa”, impossibilitando-as de produzir conhecimento, posto que estavam sempre em “confusão entre a realidade e os desejos”. Não lhes sendo possível o exercício da razão, restava a ausência da elaboração do pensamento lógico e que lhes posicionava em uma “inferioridade incontestável”.

Nesse contexto, a Consolidação das Leis Civis (CLC) de 1858⁵¹ vem reforçando esses conceitos. No que concerne à capacidade de direito para os atos da vida civil, tal Consolidação estabelece, em seu artigo 8º, que a maioridade se dá aos vinte e um anos, ressalvados os “filhos famílias”, entendidos com aqueles que, atingindo a maioridade, dependem financeiramente dos pais. É imperioso notar que, nesse ponto, não há distinção de sexo, a letra da lei segue igual.

⁵⁰ No caso da legislação posterior à Independência, houve, de imediato, a criação da Codificação Penal em 1830 e do Código de Comercial, precedido de 15 anos de impasses no legislativo, de 1850. A legislação civil, que para nossa análise vincula a questão de emancipação e do casamento, foi regida frente à reorganização das Ordenações Filipinas e também organizada uma Consolidação das legislações esparsas que tratavam do Direito Civil, que ocorreu em 1858, trabalho realizado pelo jurista Teixeira de Freitas. Essa foi a legislação Civil vigente no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916, diploma legal este que daremos maior atenção em capítulo posterior. Os dois volumes da CLC estão disponíveis na biblioteca do Supremo Tribunal Federal, disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/666>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Então, pelo casamento, salta a diferença. Na ocasião do ato, o homem assumia-se com o status de cabeça do casal, desvinculando-se do pátrio-poder. Já a mulher apenas transfere sua submissão do pai para o cônjuge.

A incapacidade jurídica da mulher não resultava de deficiência natural, fosse ela física ou mental, que a impedisse da expressão da vontade livre e inequívoca ou mesmo do conhecimento dos desdobramentos legais subsequentes a esse feito, mas de composição da lei, uma vez que viúvas e solteiras emancipadas eram capazes (Pereira, 2004, p. 117). Portanto, a incapacidade civil da mulher não era generalizada, contudo, sendo Francisca e Eufrásia solteiras, ainda que legalmente emancipadas, havia uma expectativa social frente ao casamento. Segundo os artigos 148 e 149 da CLC, o marido era quem estava em “posse e cabeça do casal”, ou seja, era o responsável pela administração do patrimônio, salvo no caso de seu falecimento, hipótese em que a esse papel vinculava-se a esposa.

As Teixeira Leite, as Corrêa e Castro e tantas outras mulheres do Vale iam trabalhando às margens da legislação. Enviuvavam e permaneciam viúvas e, com isso, eram senhoras de seus bens. No caso das irmãs Teixeira Leite, pela natureza do patrimônio, em sua maioria composto de títulos, ações, ressaltados os imóveis, a Casa da Hera, Palacete na Rua das Laranjeiras e uma pequena escravaria (Melo; Falci, 2003, p. 5), mesmo com o cuidado paterno em reservar parte do monte com regra de incomunicabilidade⁵², havia o decreto nº 2.733, de 23 de janeiro de 1861, que estabelecia o modo de se verificarem as transações e transferências de ações de Companhias ou sociedades anônimas, dos Títulos da Dívida Pública e de quaisquer outros que admitam cotação. Em seu artigo 3º trata de transferências desses títulos, sendo que

Art. 3º [...] 1º De comunicação consequente de matrimonio, por força da qual as acções ou titulos pertencentes á mulher que casar sob o regimen da communhão de bens, devão ser inscriptos em nome de seu marido (Brasil, 1861).

Isso queria dizer que dois terços da legítima restante de seus pais seria transferida à administração dos respectivos maridos, se houvesse casamento. Ficariam, então, sem a gestão legal tanto dos patrimônios imóveis quanto do patrimônio líquido. Com o enlace matrimonial,

⁵² Joaquim José Teixeira Leite legou em seu testamento que a disposição de terça parte dos bens achados a suas filhas, respectivamente, só poderia ser transferida em caso de morte delas. Dessa forma, de fato, estabeleceu uma forma de se assegurar a incomunicabilidade do patrimônio, buscando assegurar que pelo menos um terço do que restou transferido permanecesse com as irmãs. O fez em alinhamento com o art. 1.008 do CLC que versa: “Os herdeiros necessários tem direito a duas partes dos bens do testadôr, que só pôde dispor da sua terça. Devem sêr instituídos, ou des herdados, expressamente” (Freitas, 2003, p. 523). Dessa forma, ao dispor da terça, essa sendo vinculada expressamente ao herdeiro nomeado, ela se torna incomunicável, uma vez que o testador assim o declare como condição.

mesmo a cláusula de incomunicabilidade acabava por se tornar sem efeito.

Maiores, ricas e emancipadas, e certamente cientes de que essa condição as favorecia, considerando que seriam gestoras de seu patrimônio, embarcam, em 1873, como muito brasileiros antes delas, no Paquete Chimborazo, para a França, deixando a guarda e a manutenção de sua casa nas mãos de dois empregados, Herculano e Francisco Vicente. Esses atuariam como caseiros para tratar da conservação do imóvel (Gonçalves, 1995).

Seguem ao encontro do futuro, já que o passado que lhes ancorava não mais existia, e, mesmo ambas legalmente responsáveis, o presente se avizinhava com as pressões familiares para o caminho trilhado para o *ethos* feminino.

2 Capítulo 2: O ser elite em Paris: “Deixo aos pobres do quarteirão em que se acha situado meu mencionado palacete, [...]”

Neste capítulo, buscamos centrar na reconstituição das redes de sociabilidade de Eufrásia em Paris e no Brasil na virada do século XIX para o XX. Mapear as relações e congruências, tanto no espaço dos vínculos laborais quanto sociais, com brasileiros ou estrangeiros, e quais estratégias ela mobilizou, enquanto mulher de elite, para o alargamento de sua fortuna. Para isso, consideraremos dois processos: num primeiro momento, trataremos da viagem e dos primeiros anos em que se estabeleceu na capital francesa; na sequência, centraremos nos aspectos relacionados à mobilização de uma caracterização de elite no contexto das relações de nossa personagem. Ganha destaque a sua irmã, afinal, elas foram juntas a Paris e, até a morte desta, em 1899, muito do que se acha mencionado, as duas, ou simplesmente Mademoiselle Teixeira Leite, ocorrem nas fontes. Em seguida, analisaremos justamente a vida de uma capitalista em Paris e o esforço para ampliação de redes que se entrelaçam entre os dois países.

2.1 A viagem e os primeiros anos

A Europa era o centro da civilização burguesa da *Belle Époque* e lugar de referência da elite intelectualizada e cosmopolita brasileira. Jeffrey Needell, chama atenção para uma proximidade entre Rio, Londres e Paris. Porém, naquele momento “a civilização era, para os brasileiros, limitada à França e à Inglaterra” (1993, p. 28), num Brasil que, assim como seus vizinhos, vivencia suas relações com a Europa em termos de uma dicotomia entre centro e periferia, civilização e barbárie.

A proximidade entre o Brasil e a Europa, aliada à idealização europeia e aos avanços técnicos do século XIX (como a navegação a vapor e as linhas regulares entre os continentes), tornou a viagem à Europa uma etapa essencial na formação dos jovens da elite. Essa jornada representava a descoberta de uma “metrópole cultural”, uma busca pelas raízes da “civilização”. Além disso, a viagem tinha o propósito de estabelecer contatos, conhecer e integrar-se a esse mundo europeu do qual a elite brasileira se sentia parte, fortalecendo assim seu capital social ao retornar ao Brasil. Dessa forma, é por meio da dimensão cosmopolita e “civilizada” proporcionada por essa estadia que as elites encontram sua legitimidade.

No entanto, para realizar a viagem, era necessário ter capacidade financeira em diversos aspectos: primeiramente, em termos financeiros, mas também em termos sociais. A navegação a vapor, que estabeleceu linhas regulares entre a América do Sul e a Europa no século XIX,

tornou a viagem mais segura, porém não menos dispendiosa. Isso é especialmente verdadeiro considerando que a estadia na Europa, muitas vezes, implicava em uma jornada pelo continente, cuja magnitude varia de acordo com os recursos dos viajantes, os quais também precisam arcar com os custos de transporte e acomodação durante a viagem. Essa, portanto, engloba não apenas os custos da travessia e das deslocações internas pelo continente europeu, mas sobretudo os custos das hospedagens durante a estadia e as atividades de lazer, como frequentar teatros, restaurantes, cafês e hipódromos. Os custos para uma viagem assim estavam ao alcance apenas dos membros da elite com elevado poder aquisitivo. Para as Teixeira Leite, os meios financeiros foram alcançados com a venda do palacete no Bairro das Laranjeiras e com a liquidação alguns dos títulos deixados por seu pai. Francisca, como inventariante, o fez e, como outra parte, de igual importância, buscaram assegurar o “capital social” necessário para sua estadia, cumprindo as expectativas de temporadas na Europa, com a provisão necessária aos deslocamentos internos e permanência em uma base próxima ao *Grand Monde*.⁵³

Nesse contexto, a elite do nascente capital financeiro, e mais fortemente, a valeparaibana, pode ser vista como uma instituição em si, cujo capital confere legitimidade e prestígio social àqueles que o possuem. Ele se torna tanto uma porta de acesso literal quanto uma oportunidade fugaz de se integrar à elite na Europa. Como exploraremos adiante, a construção desse capital legitimador ocorria de diversas maneiras. As viagens podiam durar de meses a anos, percorrendo um itinerário extenso que incluía países como França, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Itália, Bélgica, Áustria e outros. Durante a estadia no continente europeu, o(a)s brasileiro(a)s buscavam assimilar os chamados “códigos civilizadores”, como a participação em um cenário cultural vibrante, o intercâmbio com intelectuais e cientistas renomados, bem como o aprendizado das normas de etiqueta e comportamento em ambientes urbanos. No caso das Teixeira Leite, desde muito antes da ida das irmãs para a Europa, havia também a questão do envio e recebimento de encomendas e favores. Esta elite letrada, concentrada especialmente no Rio de Janeiro, buscava nas cidades europeias *insights* sobre como orientar o desenvolvimento de suas próprias cidades. Paris, Roma, Londres e Viena emergiram como símbolos da modernidade do século XIX, tornando-se locais ideais e

⁵³ Cumpre destacar que o patrimônio recebido pelas irmãs Teixeira Leite se constituía grandemente de capital financeiro, que demandava gerência para sua perpetuação. Assim, mesmo que o total recebido fosse significativo, parte dele estava comprometida com títulos de crédito que, se demandados de liquidez imediata, poderiam ser negociados com decréscimo. Então, certamente, de longe, seguiam realizando esses procedimentos por representação, e transferindo esses montantes para negócios cuja gestão poderia ser feita com maior proximidade. Mas os negócios no Brasil permaneceram, e Eufrásia geria-os de forma diligente. Prova disso é um conjunto de notificações publicadas no *Jornal do Commercio*, de 29 de março de 1887, p. 6, em que Eufrásia notifica a perda de um desses títulos. Disponível em: *Jornal do Commercio* (RJ) - 1880 a 1889 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 16 jan. 2022.

preferidos para a grande jornada desses brasileiros. Os brasileiros que se aventuravam em viagens transatlânticas eram atraídos pela antiga Europa, ansiosos por experimentar a modernidade. Ao longo do século XIX, essa pressão social pela realização dessas viagens aumentou, tornando-se uma obrigação para complementar a formação das classes privilegiadas da sociedade. Era necessário ampliar e diversificar o conhecimento dessas camadas sociais, definindo assim seu lugar nas relações sociais do século XIX, tanto no Brasil quanto no exterior. Embora essas viagens fossem vistas como oportunidades de preparação para futuras atividades profissionais e sociais, também compreendemos que elas proporcionaram momentos de aprendizado, autorreflexão e reconexão com o Brasil⁵⁴.

As brasileiras empreenderam viagens pela Europa, muitas vezes acompanhando seus pais ou maridos em suas jornadas. Durante esses períodos, aproveitavam o tempo disponível para aprimorar seus estudos de piano e línguas. A memória dessas viagens foi principalmente construída a partir dos relatos masculinos de seus companheiros, seja por meio de correspondências ou das narrativas produzidas por eles. Embora haja poucas referências específicas sobre essas mulheres, devido à escassez de narrativas das próprias viajantes, encontramos pistas que nos permitem reconhecer suas atividades e rotinas em terras estrangeiras. A partir delas, observamos que as principais atividades desenvolvidas eram educativas, já que a Europa era uma oportunidade única de acessar uma educação ainda bastante restrita às mulheres brasileiras. A educação das mulheres no Brasil da segunda metade do século XIX ainda se pautava na preparação para o matrimônio e para a maternidade. Para tanto, deveriam adquirir e desenvolver habilidades específicas através de disciplinas preparatórias para uma “vida ornamental” (Quintaneiro, 1995). A educação seria capaz de moralizar seus atos, promover uma cultura relativa a “assuntos de mulheres” e prepará-las para serem as futuras educadoras de seus filhos. Grande parte dessa preparação estava associada à leitura e apropriação desses “modernos padrões de civilidade”.

Segundo Raphael Quintela, dos 33 periódicos franco-brasileiros que circularam em algum momento entre os anos de 1836 e 1920 em ambos os lados do Atlântico, 14 eram jornais de atualidade, 11 revistas de entretenimento e o restante dividia-se entre revistas científicas e jornais de propaganda. (Quintela, 2013). Portanto, pode-se observar que as notícias circulavam, as novidades eram compartilhadas, assim como a moda, o lazer, a literatura e a ciência.

A segunda metade do século XIX foi marcada por mudanças, em sua maioria

⁵⁴ Ainda que Eufrásia e Francisca tenham vivido na França grande parte de sua vida adulta, ambas estão sepultadas no Cemitério da Irmandade de N.S. Conceição, Vassouras, RJ, Brasil (Jazigo Barão de Itambé). Francisca teve seus restos trasladados.

influenciadas por ideais franceses, que atravessaram a própria concepção de infância e educação no Brasil Imperial (Muaze, 2008). A educação da elite era literária e francesa. Tal padrão era perceptível no caso de Francisca e Eufrásia. Sob esse aspecto, Falci e Hildete Pereira Melo descrevem a prevalência do idioma nos tomos contidos na biblioteca da Casa da Hera.

É notória e real a influência francesa nos espíritos da época: observamos que 98% dos livros da biblioteca dos Teixeira Leite estão escritos em francês. Mesmo os poucos livros sobre História do Brasil e a coleção completa das obras de Shakespeare estão nesta língua. Respirava-se cultura, literatura, moda, hábitos e até a comida francesa, como se depreende do volume Cordon Bleu lá encontrado (Falci; Melo, 2021, p. 56).

A tradição francófila no Rio de Janeiro só aumentaria ao longo do século XIX. A atração pela França das Luzes, que era inicialmente de ordem ideológica, passara a ser também cultural, incluindo o aprendizado do idioma e o gosto pelos costumes franceses. Em 1900, a elite da capital incorporara o uso do francês no dia a dia e tinha grande familiaridade com a produção cultural francesa. Tal familiaridade passava pela leitura de clássicos, pela reprodução dos modelos da moda em Paris, pela incorporação de hábitos de vida e era acentuada pelas constantes viagens à Europa.

No contexto específico do século XIX brasileiro, embora o português fosse a língua corrente, o francês possuía um poder simbólico significativo que corroborava para a distinção e pertencimento de um determinado grupo social. Constituíam-se como mais um dos artefatos utilizados pela elite para conservar e demonstrar sua posição social.

A capital francesa também se tornou um espaço de liberdade para as mulheres, que fugiam da sociedade brasileira machista do século XIX. Nísia Floresta⁵⁵, uma pioneira do feminismo, chegou à França em 1849 com seus dois filhos. Outra vassourense famosa que frequentou os bancos de Madame Grivet foi Abigail Andrade⁵⁶. Ela viajou para a Europa, mas fugiu para viver com o seu professor e amante, Angelo Agostini, um grande ilustrador do Segundo Império. Como Eufrásia e Francisca, ela constrói para si uma trajetória distinta da esperada as jovens filhas da elite valeparaibana.

⁵⁵Dionísia Gonçalves Pinto foi uma potiguar que, no início do século XIX, construiu um discurso de igualdade de gêneros (Coelho, 2019).

⁵⁶Filha de um pequeno fazendeiro e advogado, inicia os estudos de desenho no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1882, sendo a primeira mulher a conquistar uma premiação na 26ª Exposição Geral de Belas Artes, em 1884, representa o início de uma visibilidade institucional para as mulheres artistas no Brasil do fim do século XIX. (maiores informações sobre Abigail de Andrade estão disponíveis nos trabalhos OLIVEIRA, Cláudia de. **Cultura, história e gênero**: a pintora Abigail de Andrade e a geração artística carioca de 1880-1920, Rio de Janeiro, v. VI, n. 3, jul./set. 2011. Disponível em: OLIVEIRA, Míriam Andréa de. **Abigail de Andrade**: Artista plástica do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro, 1993. 143 f. Dissertação, UFRJ, EBA. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2455/1/416349.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

No início do século XIX, já mencionamos, a alfabetização das mulheres se restringia, em muitos casos, apenas à sua capacitação para uma leitura razoável de textos religiosos. Pais e maridos defendiam a ignorância como uma forma de evitar a correspondência amorosa. Contudo, um viés de inovação se apresentou na educação feminina a partir da segunda década do século XIX, com a chegada maciça da literatura francesa no Brasil, em grande medida traduzida, e pelo aprendizado da dança e do canto, muito úteis para quem gostaria de brilhar nos salões (Leite, 1984). Esse novo espaço de sociabilidade, reforçado no segundo reinado, demandava das mulheres habilidades mais ampliadas que simplesmente aquelas que as dotava para a vida doméstica, ainda que pesasse a complexidade desses fazeres. Além do cuidado com a administração da casa e a educação dos filhos, essa nova mulher deveria ser também uma boa administradora do tempo, distribuindo seus afazeres entre a organização interna e as relações com o mundo exterior.

Em relação à formação feminina, tornou-se permanente a leitura dos guias, manuais e jornais que apontavam não apenas a última moda, mas também regras de comportamento diários e temáticas a serem discutidas nos encontros sociais. Nota-se, desta forma, a perene preparação das mulheres da elite oitocentista, não apenas a valeparaibana, mas, de uma maneira ampliada, nos centros urbanos, associadas a eventos sociais como festas, bailes, saraus, passeios públicos e eventos religiosos. Elas assumiam o papel de colaboradoras para a inserção familiar nos círculos sociais. É certo que a intensificação da vida comercial e política, em meados do século XIX, no Rio de Janeiro, como vinculado na carta de Joaquim José Teixeira Leite, exigia recepções formais e reuniões sociais maiores e mais complexas, nas quais as mulheres de classe alta precisavam ostentar prendas e habilidades adequadas, a fim de promover a posição da família (Hahner, 2003, p. 50).

A vida social das irmãs, realizada em período anterior à sua partida é evidenciada nos espaços de sociabilidade da Casa da Hera, cuja estrutura demonstra a dinâmica social de seus proprietários. Dividida entre áreas íntimas, serviço, social e comercial, a casa possuía ao todo 22 cômodos, sendo cinco deles reservados às alcovas. Havia também dois grandes salões de receber – “Salão Amarelo”, com piano do austríaco Henry Herz, e o requintado “Salão Vermelho”, dedicado às práticas masculinas, como conversas de negócios e fumo. Em carta de 2 de julho 1865, Dr. Joaquim José, para o esposo de sua sobrinha e amigo, Conselheiro Belisário, conta sobre os bailes e saraus que aconteciam em sua residência: “Diga a Chiquinha que não he só no Botafogo que se diverte a gente: as moças se têm aqui regalado de saraus: semanas houve de dous; e a cousa parece continuar.” (Telles, 1968, p. 55).

À guisa de ilustração, Vassouras recebeu a visita de D. Pedro II em 17 de fevereiro de

1848. Houve, junto aos munícipes, um alvoroço, posto que tal fato indicava sua relevância política e econômica no cenário nacional, e os governantes trataram de embelezar a cidade para a recepção, colocando nova iluminação nas ruas, representações de agremiações locais, Batalhões da Guarda Nacional, duas bandas de música (Raposo, 1978, p. 65-66). O Imperador se hospedou na casa do vereador Pedro Corrêa e Castro, tio materno de Francisca e Eufrásia. Sobre a visita Neusa Fernandes afirma:

As descrições da época indicam que a recepção ao imperador revestiu-se de grande pompa. Os convidados compareceram luxuosamente trajados. Às 14 horas, as mais altas autoridades de Vassouras, juntamente com os vereadores e grande parte da população, foram buscar o Imperador para que acompanhasse a procissão, debaixo do reluzente pátio. Após o préstito, o Imperador concedeu beija-mão para todas as pessoas presentes e foi saudado pelo presidente da câmara, o doutor Joaquim Teixeira Leite. No dia seguinte, magnífica orquestra animou um concorrido baile na residência do vereador Laureano Correia e Castro. Compareceram mais de sessenta damas, usando trajes com as cores nacionais e portando raminhos de café nos cabelos, para homenagear o Imperador (Fernandes, 2012, p. 25).

As mulheres apresentam a responsabilidade de receber bem, portar-se seguindo uma expectativa social e assim reafirmar o lugar social de sua família. Assim:

As mulheres, excluídas de qualquer participação nos negócios e na vida pública, reinavam no privado pelo sistema de etiqueta, das regras da “sociedade” e da “temporada”. Dirigiam a “sociedade” e eram suas guardiãs: decidiam quem podia ser admitido ou excluído. O princípio se baseava numa rede de relações: não se acolhia ninguém que não fosse pessoalmente conhecido. A vida social se tornou mais seletiva, mais privada, tendo como cenário as casas ricas, sendo recebidos apenas os conhecidos. A família e os íntimos desempenharam um papel decisivo nessa esfera de inserção social, onde a admissão se fazia apenas pelas relações (Hall, 2009, p. 85).

O papel feminino adquiriu novo significado, pois catalisava possíveis aliados, seduzia opositores e centralizava as identidades do grupo, sendo de extrema importância para a unidade de pensamento e ação das elites urbanas oitocentistas. Na esteira dessas reflexões, apresenta-se um quadro de Eufrásia Teixeira Leite, constante na Casa de Hera. Trata-se de uma pintura em pastel, sem data informada, nela apõe-se a imagem de Eufrásia com feições jovens, perfilada em um sofá. Usa vestido preto com alças finas, deixando os braços, parte das costas e do colo à mostra, no entanto, ocultos por tecido fino e leve. Seus cabelos pretos e presos, como de hábito, apresentam-se em suas representações imagéticas. Ao fundo, para além das flores e do grande leque, há uma parede de pedras. Não há fazendas, ramos de café nos cabelos, brincos, colares ou anéis. Apenas ela. Essa foi a forma que se escolheu para a representação da jovem

Eufrásia. Mas, e sobretudo, foi a forma que ela escolheu e

que escolheram para que ela fosse representada na juventude, uma vez que a peça foi musealizada sob seus auspícios (Figura 8).

Segundo Maria Teixeira do Carmo Rainho (2002), a moda, o que vestir e como vestir-se, assumia um foco diretivo nos fazeres femininos da elite. Era também através da moda que as brasileiras acessavam a modernidade oitocentista, constituindo a adoção dessa moda europeia pelas elites em um forte elemento do processo civilizador brasileiro. À moda associavam-se o polimento dos costumes, as transformações urbanísticas e o exercício de novas sociabilidades. Portanto, a moda para as mulheres também era distinção, já que as normas e etiquetas eram, em sua maioria, direcionadas a elas (Rainho, 2002; Perrot, 1998). Informa-nos Marina Seif Farah (2019) que, para além de constituir-se em um acessório condizente com o clima dos trópicos e muito utilizado no Brasil no período, era o leque, elemento que se observa na imagem abaixo. Para além do objetivo funcional, vale dizer, minimizar o calor, agregava-se a ele uma função simbólica hierárquica e também seu uso como forma de comunicação, permitindo que as moças conseguissem estabelecer um diálogo velado com seus pretendentes nos eventos. Gilberto Freyre informa que “As moças faziam seus leques falar uma linguagem particular de amor que todos os namorados deviam compreender” (Freyre, 1977, p. 88).

Os significados da “linguagem” realizada pelos leques são explicados por Marina Seif Farah (2019):

Fechado, sobre a mão direita: procuro um noivo. Fechado, sobre a mão esquerda: sou comprometida. Acariciando de leve rosto e cabelos: não me esqueças. Agitado com moderação: não há nada a fazer. De cabeça para baixo: você me aborrece. Sobre o coração: amo-te, e soffro por isso. Dedo deslizando sobre as varetas: preciso falar-te. Entrar num salão fechando o leque: hoje não sairei. Sair do salão abanando-se: partirei logo (Farah, 2019, p. 94).

Assim como o leque, outro acessório utilizado para o flerte eram as flores, observáveis na Figura 8. Elas eram vendidas nas ruas como adorno e como correspondências amorosas, servindo como um comércio muito lucrativo (Farah, 2019, p. 94).

O uso da casa como espaço de sociabilidade manteve-se como prática na vida de Eufrásia e Francisca nas residências de Paris. E o *hotel particulier*, como antes se encontrava, está demolido. Ele tinha uma fachada de pedras trabalhadas, com balcões singelos, com cobertura de ardósia e zinco (Falci; Melo, 2021, p. 95).

Figura 8 - Eufrásia Teixeira Leite - Pastel – óleo sobre tela



IBRAM. Acervo digital. Museu Casa da Hera

Como veremos posteriormente, era um imóvel menor, em área total, que aquela deixada em Vassouras, contudo, por sua localização, descrição de jornais dos eventos que lá ocorriam e objetos listados no arrolamento de bens do inventário de Eufrásia, fica claro que a impressão que se gravava era de distinção e requinte. Isso era importante com a reunião de pessoas cuja pertença se objetivava construir ou reforçar.

Então, em que pese a ressignificação da presença feminina nos espaços públicos de sociabilidade, isso não refletiu em alteração nos processos de escolarização formal. Aos homens da “boa sociedade” estava reservada uma formação em nível universitário, assumindo carreiras em medicina, engenharia ou ainda na área jurídica, se alojando, estes, próximos ou dentro da burocracia estatal,⁵⁷ as mulheres passavam por outras formas de preparação.

O currículo escolar muito pouco lhes servia, por isso saíam cedo da escola. Em se preparando para o destino socialmente chancelado ao feminino estabelecido, de tornarem-se esposas e mães, buscavam companhia nas novelas de Balzac, Eugène Sue, Dumas, George Sand

⁵⁷ Carvalho, 2020. Disponível em: https://100anos.ufirj.br/ufirj_tl_video/os-100-anos-da-ufirj/. Acesso em: 04 abr. 2023.

e nos folhetins publicados nos jornais. Essa literatura era responsável, assim como a moda, pelo fortalecimento de um imaginário sobre a Europa, especialmente em relação à França. Elas se muniam de todas as informações de lá provenientes, o que as credenciavam ainda mais em seu universo social. Na biblioteca da Casa da Hera, há encadernado o *Journal des Demoiselles*, de 1858, que trazia os requintes da moda francesa em ilustrações que inspiravam as modistas brasileiras, que recebiam da França gravuras das modas, como o supramencionado, e esforçavam-se por imitá-las na maior parte, porém mandavam fazer roupas pelas grandes modistas francesas, cujo menor vestido de baile custava quinhentos ou seiscentos mil réis Toussaint Samson *apud* Leite, 1984, p. 44).

Os ambientes luxuosos da Casa da Hera indicam que a juventude das irmãs Teixeira Leite em Vassouras foi um período pleno em eventos sociais. Desta feita, “As senhoras e moças compravam e mandavam vir por parentes ou através de caixeiros viajantes vestidos dos melhores costureiros da Corte, ou mesmo encomendavam da Europa” (Telles, 1968, p. 58). O vestido que Eufrásia Teixeira Leite traja na pintura, diz-nos Flávio Oscar Nunes Bragança (2021, p. 22), que “[...] está em sintonia com a silhueta da moda francesa do período, o que sugere uma referência com a Rua do Ouvidor, local que centralizava o melhor da moda no país, e mesmo com Paris.”

É na segunda metade de século XIX, impulsionada pelo desenvolvimento de Vassouras, que a preocupação com aspectos da moda assume um peso no contexto urbano. Em 1864, instala-se na vila “o primeiro atelier de moda femininas de Madame Masson, tendo como diretora, a artista Madame Simon, e na mesma ocasião, abrem-se as joalherias de Joaquim Calhois e de José Calazãs” (Telles, 1968, p. 58). Assim os salões da família também se tornaram cenários para a moda. Importava menos o valor vestido que seu efeito, pois ele firmava a pertença a um certo grupo social.

Ainda que houvesse um novo viés para a atuação pública da mulher nesses espaços, em particular, a condição feminina estava associada à submissão. Esse novo lugar feminino não significava que as mulheres haviam adquirido um patamar de igualdade para com os homens; longe disso, mantinha-se, apesar de sua atuação social, um papel de submissão à figura masculina. Mesmo que, no espaço privado e no cotidiano, essas negociações de fazeres se organizassem segundo outras dinâmicas. Na adoção da moda europeia pelas elites brasileiras, as mulheres acessavam a modernidade oitocentista, pelo que se constituiu um potente componente do processo civilizador brasileiro, pois a ela estava associado a polidez dos costumes, as transformações urbanísticas que passaram a transpor o espaço doméstico e assumir

o exercício de novas sociabilidades. O Teatro⁵⁸, a praça⁵⁹, são exemplos desses novos locais. A ampliação da iluminação foi também uma novidade que contribuiu para que as pessoas passassem mais tempo nas ruas e se cuidassem melhor para frequentá-las. De acordo com Ignácio Raposo:

A noite, a iluminação feérica da vila excedeu a expectativa de seus próprios habitantes. Um arco triunfal caprichosamente construído no meio da praça, iluminou-se todo, oferecendo o mais lindo aspecto que se podia esperar naquele tempo, revestiu-se de lâmpadas multicores a fachada da matriz, comburiu-se todo de luzes surpreendentes o chafariz do jardim, e os dos fortes levantados especialmente para salvar a entrada do Imperador [...] Não houve dentro da vila, uma só casa que não tivesse iluminado seu frontispício (Raposo, 1978, p. 68-9).

Era a exibição tomando o lugar da reclusão colonial, principalmente quando nos referimos às mulheres. Certamente alguns dos grandes atrativos para que a sociedade saísse da segurança do seu lar foram as lojas e as ruas da moda. Através da moda, as mulheres encontravam uma maneira de se conectar com a modernidade europeia e representar a si mesmas como “civilizadas”, mesmo quando eram excluídas dos domínios do governo e do trabalho. É crucial destacar que essa tendência estava intrinsecamente ligada à vida urbana. De acordo com Simmel (1987), a moda estava intimamente ligada às grandes cidades da era moderna, sendo um fenômeno que refletia a conscientização da subjetividade individual. Em um mundo altamente competitivo, a aceitação nos círculos sociais conferia legitimidade à importância de cuidar da apresentação social. Isso não apenas afirmava a participação na sociedade, mas também, simultaneamente, promovia a diferenciação social em relação a outros grupos.

A disciplina no modo de vestir, no comportamento e na maneira de andar distinguia o indivíduo dos grupos que iam se configurando frente às dinâmicas sociais atinentes à modernidade, abrindo-lhe as portas para a convivência nos círculos da “alta sociedade”. A moda desempenhava um papel crucial na formação da identidade coletiva, diferenciando o indivíduo

⁵⁸ Entre as décadas de 50 e 70 foram construídos dois teatros em Vassouras. Um na Travessa do Theatro, atual Rua Rodolpho Leite Ribeiro. E outro na Rua Barão de Massambará, próximo ao cemitério da irmandade. Monteiro (2012) também informa de um terceiro, que não chegou a ser concluído.

⁵⁹ A Praça Barão de Campo Belo fica localizada na sede do município de Vassouras e abrange prédios históricos como a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz N. S. da Conceição. Foi construída a pedido do Barão de Campo Belo entre 1835 e 1857 e compõe o conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O gramado verde ascendente se apõe ladeado por palmeiras imperiais, tem em seu centro o Chafariz Monumental, datado de 1846, projetado pelo arquiteto espanhol D. Joaquim Soto Garcia de La Veja, chegando à Matriz. O pai de Eufrásia era o presidente da Câmara de vereadores de Vassouras na ocasião do início da obra, e até a década de 80, registra-se a criação de outras praças, abertura de novos chafarizes e calçamentos de ruas.

e seu grupo, e desempenhando, assim, um papel significativo na construção da representação social das elites urbanas do século XIX. A distinção não se esgota no conflito simbólico pela imposição de uma determinada representação da sociedade, mas se estende na produção de novos gostos socialmente diferenciadores e no abandono progressivo das práticas culturais quando estas são apropriadas pelas classes inferiores (Bourdieu, 1989, p. 144).

Considerando que parte dos bens musealizados no acervo da Casa da Hera é composto por indumentária e que essas formam pesquisas consistentes em seu campos, como os de Alves (2014), Bragança (2021), Pereira (2004), Queiroz (2013a), ainda que pese que os objetos em questão, em grande parte constante dos itens dispostos no sítio do acervo eletrônico do Museu Casa da Hera⁶⁰, esses são escolhas, não apenas do que restou preservado ao tempo mas, e sobretudo, daquilo que simbolicamente se escolheu digno de preservar. À guisa de argumento, uma senhora octogenária já não mais usava os vestidos que contam, no museu supramencionado, com 10 peças patrimoniadas que detém etiqueta de identificação de fabricação da *Maison Worth*, não porque não os tivesse, posto estarem disponíveis no acervo, mas simplesmente porque não lhe cabiam mais. Então, fica claro que se constituiu em uma escolha, tanto dela, em preservá-los, como dos responsáveis pela seleção do que guardar, preservar e musealizar. Bragança aponta a importância da marca para a alta-costura e a longevidade do impacto que constituiu na segunda metade do século XIX. Informa-nos que o acervo de trajes da *maison Worth*⁶¹ no Museu Casa da Hera forma uma importante evidência sobre um momento definidor na História da Moda e da organização do trabalho dentro dessa indústria (Bragança, 2021, p. 90).

Por viver em uma das maiores cidades do mundo naquele período, as irmãs Teixeira Leite se encontravam envoltas na mesma conjuntura social da qual emergiu a alta costura. O interesse por peças deste renomado costureiro pode demonstrar a intenção, em especial de Eufrásia, de estar atenta às novidades, aos aspectos estéticos de seu tempo.

Quando Eufrásia escolhe preservar alguns vestidos, o que faz é reforçar a imagem de deslocamento entre o tradicional e o moderno, entre a cultura periférica e a central, entre a

⁶⁰ O acervo está disponível em: <https://museucasadahera.acervos.museus.gov.br/acervo/> e há uma lista dos bens tombados por ocasião da criação do museu, em 1952.

⁶¹ O principal responsável pela projeção da Alta Costura é o inglês Charles-Frédéric Worth (Lipovetsky, 1989). Worth saiu de Londres em 1845, em direção a Paris. Diferentemente do que acontecia até então, Worth teve a ideia de fazer uma coleção e apresenta-la às clientes, quando antes eram estas que apresentavam a ideia do vestido ao costureiro. A resposta foi ótima e, em 1857, juntamente com um sócio sueco, Boberg, Worth abriu sua casa na Rue de la Paix, número 7, próxima à luxuosa Place Vendôme. Em 1858, Worth foi levado ao Palácio de Tuileries pela princesa Metternich, importante promotora do trabalho do compositor alemão Richard Wagner e do compositor tcheco Bedrich Smetana, tornando-se o costureiro preferido e protegido da imperatriz Eugênia, consorte do Imperador Napoleão III de França. Em suas criações, era inserida uma assinatura em uma etiqueta identificadora de cada peça.

capitalista brasileira e a financista internacional. As peças identificadas por Bragança (2021), em seu trabalho, estão situadas entre os anos de 1880 e 1890. Para além dessas ele apresenta mais uma peça assinada pela Maison Rouff, no mesmo período.

Isso nos faz inferir que esse é o período em que Eufrásia reforça a modelagem, de imbricado diálogo entre poder econômico dos grupos sociais e poder simbólico daí decorrente. Pierre Bourdieu esclarece que “Às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (Bourdieu, 1983, p. 82). Para o autor, a posição que o agente social ocupa dentro da estrutura social coapta seu estilo de vida. Outrossim, tais práticas não são livres, mas circunscritas pelo *Habitus*⁶², um sistema que projeta práticas interiores manifestadas pela realidade exterior. Considerando o campo⁶³ e capital simbólico⁶⁴, esses objetos projetam distinção, bem como o evidenciava o funcionamento de um dos espaços sociais que é o campo da alta-costura, as relações e posições entre os seus agentes e daqueles que faziam uso desses elementos simbólicos. A distinção se impõe através da moda, reproduz o poder simbólico da grife da alta costura numa crença coletiva. Nesse sentido:

A alta costura fornece à classe dominante as marcas simbólicas da classe que são, como se diz, de rigor em todas as cerimônias exclusivas do culto que a classe burguesa se presta a si mesma, através da celebração de sua própria distinção. Por isso, ela é parte integrante do aparelho encarregado da organização desse culto e da produção dos instrumentos necessários à sua celebração (Bourdieu; Delsaut, 2008, p. 172).

A roupa permite que identifiquemos a classe social, gênero, origem, profissão, personalidade, gostos e desejos do indivíduo. Dessa forma, pode constituir-se um aglutinador social, ou, em viés oposto, evidenciar distanciamentos. Nos jornais, sobretudo em eventos públicos como idas à ópera⁶⁵, ao hipódromo⁶⁶ ou mesmo a Longchamp⁶⁷, para citar alguns

⁶² Segundo Bourdieu (2009, p. 87), o conceito de *habitus* é definido como o sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, sistema de disposições reconstruídas por cada indivíduo a partir de experiências sociais.

⁶³ Para Bourdieu, “o campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio” (1983, p. 21).

⁶⁴ Este conceito não se baseia unicamente no poder econômico, mas fundamentalmente na expressão do acúmulo dos diversos tipos de capital, principalmente o cultural, social, político e estético. É da complexidade da composição desses capitais que emerge a noção de capital simbólico (Bourdieu, 2001).

⁶⁵ *Le Figaro*, 16 abr. 1901. p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k285478c>. Acesso em: 23 nov. 2023.

⁶⁶ *Le Figaro*, 27 abr. 1908. p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k288072p>. Acesso em: 23 nov. 2023.

⁶⁷ *Gil Blas*, 13 maio 1912. p. 2. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7538693n>. Acesso em: 06 mar. 2023.

exemplos, apenas, estão sempre presentes listas de frequentadores com as descrições minuciosas e detalhadas do que trajavam, que joias usavam, quem frequentava camarotes e baias. Assim, não estar trajado em conformidade com os parâmetros de alinhamento às expectativas correntes, minimamente, não produzia a visibilidade e a notabilidade desejadas para a afirmação do poder simbólico do grupo ao qual se desejava pertencer ou permanecer.

Para além desses elementos, a educação, a moda, a frequência a certos espaços e atividades reforçavam o conceito de pertencimento a um grupo específico. E Francisca e Eufrásia partiram para uma temporada na Europa, onde frequentariam espaços que as colocariam em contato direto com um modelo civilizatório referencial.⁶⁸ As irmãs Teixeira Leite embarcaram para a Europa em 31 de agosto de 1873, rumo a Paris a bordo do navio Chimborazo, da P.S.N.C. – *Pacific Steam Navigation Company*.

Durante a viagem, Eufrásia conviveu com o jovem Joaquim Nabuco. Essa viagem teve um grande impacto na vida de Eufrásia, pois nela travou conhecimento mais próximo com aquele político brasileiro, com quem viveu um tumultuado romance. Nabuco chegou a comunicar à sua família sua intenção de se casar com Eufrásia dias depois do navio ter aportado em Lisboa, mas antes da chegada dos documentos solicitados a seu pai, houve o primeiro desentendimento do casal. Ambos solteiros, jamais se casaram, mas, durante todos esses anos, estiveram em um ir e vir de rompimentos e reconciliações. Ele, como último movimento dessa dança, rompeu definitivamente o relacionamento em 1886 para, em dois anos depois, casar-se com Evelina Torres Soares Ribeiro.

Muitos trabalhos trataram especialmente dessa relação. Romances como o Claudia Lages (2016), Ana Maria Machado (2015), Eneida Queiroz (2013b, 2013c) e a peça Hamilton Moss (2017) constroem uma narrativa do romance a partir das cartas. Fernandes (2012) apresenta as missivas de Eufrásia recebidas por Nabuco, que estão depositadas na Fundação Joaquim Nabuco, em um total de 27 arquivos e apenas um dele para Eufrásia. Essas cartas registram um relacionamento de quase 14 anos, de idas e vindas⁶⁹.

⁶⁸ A historiografia tradicional sobre Eufrásia tende a afirmar que já haveria, nessa ocasião, a intenção de permanência. No entanto, não há evidências que corroborem esse plano. Ao contrário, veremos que o padrão de comportamento, em especial dos primeiros anos, como visto adiante, é coerente com o que era perpetrado pelas elites valeparaibanas. Veja, por exemplo, seus tios Custódio Teixeira Leite e os Barões do Amparo e do Rio Negro, que permaneceram residentes na França por vários anos e retornaram ao Brasil de tempos em tempos.

⁶⁹ Há divergências quanto ao encontro de Eufrásia e Joaquim. No livro de Catharino (1992, p. 80), há indicação de que eles teriam se encontrado em Vassouras, já que Nabuco era aluno de um professor que mantinha uma escola para jovens na cidade, que é objeto de uma transcrição do jornal *O Estado*, de Niterói, edição de 17 maio 1942. Existe um segundo relato de que se conheceram em uma regata da Marinha no Rio de Janeiro em uma transcrição do livro de Gerson Brasil, intitulado *O ouro, o café e o Rio*, (1970, p. 99); e, finalmente, a hipótese de que teriam se conhecido a bordo do navio Chimborazo foi descrita por Luís Viana Filho, em concordância com o relato de Evaldo Cabral de Mello no *Diário de Joaquim Nabuco* (2006, p. 24). Do mesmo modo, há um desacordo quando

Em Paris, as irmãs Teixeira Leite estabeleceram residência na rua Presbourg, segundo registro em *Diários*, de Joaquim Nabuco (Nabuco, 2006). O registro menciona que o local foi escolhido por elas para sua estadia na cidade, e não menciona a intenção de permanecer na Europa por muito tempo. Nele, no entanto, há a descrição de diversas viagens feitas por Eufrásia e Francisca, que, de agosto de 1873 a setembro de 1874, compartilharam passeios, jantares e viagens por diversos lugares, como Paris, Roma, Veneza e Suíça, demonstrando, como anteriormente mencionamos, um padrão de viagem que era esperado para mulheres de elite nos noventa, conforme descritos nos registros do diário do jovem abolicionista:

31 de março de 1874: Ao meio dia com a Eufrásia e a irmã à vila *Albani* [...]. Passeio no jardim. Idílio antigo. [...] (Nabuco, 2006, p. 56).

14 de abril de 1874: [...] Ah, belos tempos de Veneza. Jantar: *Hotel Danielli* com Eufrásia.

16 de abril de 1874: Passeio de gôndola. Em *San Giorgio Maggiore*, uma *brouille*¹⁸. Recitava-lhe eu meus versos no fundo da gôndola. À noite, pazes; [...] (Nabuco, 2006, p. 61)

19 de abril de 1874: Às 10h30 partimos, Eufrásia, irmã e eu para o+++¹⁹. Estrada de ferro até *Camerleta*. Fomos sós no vagão. Os campos verdes. Bela manhã. Idílio. Os túneis. Como ela estava boa, adorável nesse dia! [...] A Milão, às 8h da noite; jantamos juntos. Dia feliz. (rasurado) (Nabuco, 2006, p. 62).

30 de maio de 1874: Cheguei às 5h da manhã. Paris. Ao *Louvre*. Visita a Eufrásia, almoço Véron. A casa da condessa Pandolphini. Jantei com Eufrásia. [...] (Nabuco, 2006, p. 63).

Há de se considerar que as palavras apresentadas nutriram uma expectativa, em parte compartilhada por Eufrásia, de uma união entre eles, já que por um tempo e chegaram a ficar noivos em Paris, trocam alianças de noivado, conforme registro no diário de Joaquim Nabuco, do dia 24 de maio de 1873. Dias depois, sem explicitar os motivos, Nabuco registrou apenas que, em 7 de junho, “Em Versalhes. No hotel do Louvre. Desfeito o casamento” (Nabuco, 2006, p. 62).⁷⁰ Diversas vezes, no decorrer da década que se seguiu, o casal se encontrou, mas ele retorna ao Brasil e segue com sua carreira política, enquanto Francisca e Eufrásia permanecem em Paris.

Em que pese haver grupo de familiares oriundos do Vale do Paraíba Fluminense já residentes na França, a rede familiar que se estendia naquele país já as apoiaria. Por lá residiam,

ao destino da correspondência passiva de Eufrásia Teixeira Leite. Segundo Brasil Gerson, ela teria pedido que as cartas atapassem o caixão, enquanto Luís Viana Filho relata que o pedido foi para que fossem incineradas (*apud* Catharino, 1992, p. 142-143).

⁷⁰ A literatura romântica traz os ventos de modernidade quanto ao amor. A rebote de valores burgueses, esse sentimento passa a ser sinônimo de felicidade e, para que esse fosse profícuo, era fundante que fosse escolhido pelos próprios apaixonados. Ambos, Eufrásia e Nabuco não estavam distantes desse mundo criado pelos ares do romantismo. Na prática, entretanto, a escolha ainda estava presa a interesses de classes, com dotes, hierarquias associadas a status e lugares sociais, bem ao estilo do poder patriarcal.

na época da viagem, o Barão do Amparo, segundo do título, Joaquim Gomes Leite de Carvalho⁷¹, casado com a irmã de seu pai, Amélia Eugênia Teixeira Leite de Carvalho. O casal e seus filhos moravam em Pau, nos Pirineus Atlânticos, uma comuna aos pés dos alpes franco-suíços, situada próxima ao Golfo de *Gascony*. O irmão de seu pai, o Comendador Custódio Teixeira Leite, residiu primeiro em Paris, depois em Nice. Ambos os indivíduos representavam os interesses das casas comissionadas de café da família e atuaram no Banco Commercial e Agrícola.⁷² Também morava em Paris o primo de Eufrásia, o diplomata Eugênio Teixeira Leite.

Paris era uma cidade efervescente e, na segunda metade do séc. XIX, já era repleta de pessoas de diversas nacionalidades e etnias. Além disso, lá se encontrava a vanguarda das artes e ciências.

2.2 A vida de uma capitalista em Paris

Nas últimas décadas do século XIX, havia em Paris um grande fluxo de brasileiros.

⁷¹ Joaquim Gomes Leite de Carvalho era o filho mais velho de Manuel Gomes de Carvalho, primeiro Barão do Amparo, que era sócio de Joaquim José na Casa de Comércio Teixeira Leite & Carvalho. Para além das alianças comerciais, havia a ligação familiar. No *Correio Mercantil*, de 4 de dezembro de 1861: “Foi levado ao tribunal do Comércio na semana anterior o registro do contrato social dos seguintes senhores: Dr. Joaquim José Teixeira Leite, João Evangelista Teixeira Leite e Manoel Gomes de Carvalho, em commercio de operações bancárias, com o capital de 1:000\$000 sob firma de Teixeira Leite & Carvalho”. Disponível em *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)* - 1848 a 1868 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 23 maio 2023.

⁷² A expansão da economia cafeeira no Brasil, com suas ramificações na produção e nos serviços, criou uma crescente necessidade de crédito. O crédito, que se define como uma “transação comercial em que um comprador adquire imediatamente um bem ou serviço, mas só efetua o pagamento em um período determinado”, tornou-se uma questão central na economia brasileira do século XIX. Embora o desafio do financiamento das atividades econômicas já existisse desde o período colonial, no século XIX, devido à centralização do Estado Imperial e ao crescimento das atividades urbanas e rurais, o termo “crédito” passou a estar intrinsecamente ligado às operações bancárias. Aproveitando as condições políticas e econômicas da década de 1850, um grupo composto por políticos, comerciantes, capitalistas e fazendeiros, muitos deles com vínculos às influentes famílias da Província do Rio de Janeiro e do Município Neutro da Corte, como os irmãos Teixeira Leite, primeiro José Evangelista e depois Custódio, uniu esforços em 1857 para fundar o Banco Commercial e Agrícola (BCA). O banco, com sede na Corte e filiais em Vassouras e Campos dos Goitacazes, duas das regiões escravistas mais significativas da província do Rio de Janeiro, teve uma existência relativamente breve. No entanto, sua atuação como banco comercial e emissão de notas provocou debates dentro da elite dominante e do próprio Estado Imperial. A vitória conservadora com a aprovação da Lei dos “Entraves” em 1860 selou o destino do banco, que foi incorporado pelo Banco do Brasil em 1862. No entanto, Custódio e, posteriormente, seu cunhado, Joaquim Gomes Leite de Carvalho, o segundo Barão do Amparo, que também era grande acionista do banco, envolveram-se com a sua gestão. Para saber mais sobre a atividade bancária dos Teixeira Leite, vide Guimarães (2013). Ambos estavam na França, Custódio em Paris e Joaquim e Amélia Eugênia na Região dos Pirineus Atlânticos, tendo como base a cidade de Pau. Também está registrado na página 455 do *Le Memorial Diplomatique* de 1877 que Teixeira Leite era adido de primeira classe em Paris. Era seu primo, Eugênio Teixeira Leite, filho de seu tio Barão de Vassouras. A nomeação foi noticiada no *Jornal A Reforma* de 09 de junho de 1876, o Comendador Custódio Teixeira Leite encontra-se também vinculado, segundo o *Jornal A Reforma* de 06 de junho de 1874, como um dos diretores da recém-fundada Companhia Brasileira de Tramways em Paris, e que, na ocasião, buscava capital para o empreendimento. De toda sorte, é justo supor que as jovens tenham sido apoiadas pelos tios, tias e primo em Paris e que, em um primeiro momento, tenham sido apresentadas à sociedade francesa por eles. Até porque, como afiança Braga (1978), a família Teixeira Leite podia discordar em vários aspectos, mas agia em bloco para mútua assistência e suporte.

Ricos proprietários de terras não hesitavam em dirigir-se à cidade com suas famílias em longas estadias animadas pelo clima de euforia da *Belle Époque* francesa, ou enviar seus filhos para realizar os estudos na Europa. Porém, nem sempre a impressão deixada era favorável. Segundo Maurício Assumpção, o sistema escravocrata e o esbanjamento de dinheiro pelos fazendeiros e seus herdeiros no velho continente causavam má impressão, tornando-os motivo de deboche:

A imagem desse novo rico brasileiro, o barão provinciano, era tão forte na cultura popular francesa que uma famosa dupla de autores teatrais, Henri Meilhac e Ludovic Halévy, se baseou nela para criar o personagem cômico *le Brésilien*, inserido na ópera bufa *La vie parisienne*, de 1866 [...] (Assumpção, 2014, p. 120).

Assumpção descreve um trecho da ária do personagem *Brésilien*:

Eu sou brasileiro, eu tenho ouro. Eu chego do Rio de Janeiro, mais rico do que nunca. Paris, voltei para você! Eu já vim duas vezes. Trazia ouro na mala, diamantes na camisa. Quanto tempo durou tudo aquilo? O tempo de ter duzentos amigos, e de amar quatro ou cinco mulheres. Seis meses de galante embriaguez, e depois nada! Oh, Paris! Oh, Paris! [...] Voltei para que você me roube, tudo o que eu lá [no Brasil] roubei (Assumpção, 2014, p. 121).

Entretanto, o Barão d'Anthouard, ministro plenipotenciário da França no Rio de Janeiro, em 1907, comentava:

Ninguém ignora que nossos hóspedes estrangeiros gastam muito entre nós. [...] [um brasileiro] parte com uma forte letra de crédito, além de uma lista enorme de encomendas de seus amigos, e volta ao fim de alguns meses com inúmeros pacotes que faz entrar como bagagem pessoal, e que contêm toaletes, vestidos, joias, obras de arte etc. Ele gastou, sem medidas, para desfrutar de todas as seduções da vida francesa (Carelli, 1994, p. 189).

Tudo indica que essas seduções por vezes promoviam efeitos adversos à população brasileira que vivia em Paris, de tal monta que foi criada em 1880 pelo Conde d'Eu, a Sociedade de Beneficência Brasileira, com a intenção de ajudar os brasileiros desvalidos que se encontravam na França (Falci; Melo, 2002, p. 174). As irmãs Teixeira Leite eram membros dessa agremiação.⁷³

Além de uma relação habitual com a elite brasileira, em especial depois da chegada da família real a Paris e do consequente autoexílio de grande parte da nobreza que lhes seguiu, a colônia brasileira⁷⁴ foi se ampliando na capital francesa. Eufrásia e Francisca mantinham

⁷³ Catharino (1992) traz em seu livro o estatuto dessa sociedade de beneficência, na qual se enumeram três tipos de sócios: o benemérito, o benfeitor e o efetivo, sendo responsáveis pelo aporte de valores únicos segundo a sequência de vinte mil francos, dez mil francos e cinco mil francos, respectivamente. Ambas as irmãs aparecem, junto aos Visconde de Itajubá, a Senhora Monteiro de Barros ao Conde de Nioac e mais 103 nomes, como benfeitoras. Assim, integraram juntas uma doação de valor equivalente à de um sócio benemérito.

⁷⁴ A primeira aparição da expressão “colônia brasileira” nos jornais franceses ocorre em 23 de outubro de 1863,

relações de proximidade com a família imperial⁷⁵, em especial Princesa Isabel⁷⁶, e com a elite brasileira e de vários países europeus. Quanto aos brasileiros que constituíram, em Paris, uma nova residência, elucida Maria Eliza Ribeiro Delfim (2008) que não se trata de uma simples colônia de imigrantes. Era uma comunidade composta por membros provenientes de famílias abastadas, com redes relacionais constituídas e sólidas, que faziam da cidade o principal cenário de grande parte de suas vidas.

A partir de uma abordagem micro-histórica e conectada, Maíra Ines Vendrame (2023, 2016a, 2016b)⁷⁷ entende a comunidade não apenas como um espaço geográfico, mas como um conjunto de práticas sociais, redes de reconhecimento e práticas. Por meio da perspectiva da micro-história italiana, trata da produção dos espaços enquanto produto de relações sociais e culturais. O espaço das comunidades e vizinhanças não é entendido como dado, mas como resultado de interações, disputas e práticas constituidoras de pertencimento. Aponta que abordagem topográfica e interdisciplinar, que inclui geografia e antropologia, é central para entender os processos de territorialização e as dinâmicas de poder. Outrossim, destaca a necessidade de leituras espacializadas das fontes para compreender os significados atribuídos pelos atores sociais às suas ações e reivindicações.

Em nossa perspectiva de estudo, amparada por essa percepção, o conceito de comunidade se constitui por meio de redes de sociabilidade, ligadas à família, apadrinhamento e compadrio, a fazeres da elite, primeiramente em um perfilamento brasileiro e, com o decorrer do tempo de permanência das Teixeira Leite em Paris, com a incorporação de uma elite transnacional.

É essa elite, são essas famílias, ou indivíduos isolados, que figuram nas páginas do *Le*

no *Journal des débats politiques et littéraires*. Claro que antes disso já haviam brasileiros residentes em território francês, mas, para efeito desse trabalho, importa saber quando esse coletivo é reconhecido. Isso importa saber pois, como veremos mais à frente, Eufrásia se põe e é colocada em uma posição pendular entre a Colônia brasileira e uma cidadã do mundo.

⁷⁵ Os nomes de Francisca e Eufrásia estão associados aos da família imperial em vários momentos. Elas participam de reuniões, associações de beneficência propostas pela família imperial, passeios de barco, casamentos, óperas, chás, festas, missas fúnebres, tanto no Brasil como em Paris. Eufrásia era monarquista. Essa afinidade, construída desde seus avós, seus tios, seus primos, foi reforçada nas viagens de Pedro II a Paris, na visita a Petrópolis e no jantar oferecido pela prima, Maria Esméria Teixeira, filha do Barão de Vassouras, na Fazenda da Cachoeira Grande, em 18 de setembro de 1884, à princesa Isabel e ao Conde D'Eu. O jantar teria sido patrocinado por Eufrásia. Em seus **Diários**, Nabuco reforça esse conhecimento entre Eufrásia e Isabel. Note essa entrada: “30 de outubro de 1899: Vou a Boulogne ver Sua Alteza. Primeira visita que lhe faço depois de minha chegada. Muito atenta. Lá encontro a Eufrásia Teixeira Leite depois de dez anos” (Nabuco, 2006). Também há o relato de Pedro de Alcântara Gastão de Orléans e Bragança a Catharino (1992), no qual afirma a amizade entre ambas.

⁷⁶ Optamos, quando há disparidade entre as fontes, por manter a grafia dos nomes conforme nelas disposto. Em outra hipótese, utilizaremos a denominação nacional para a pessoa ou o lugar a ser mencionado.

⁷⁷ Para saber mais sobre esse tema, vide Vendrame (2016b, 2023).

Figaro ou do *Le Galois*, dentre tantos outros periódicos,⁷⁸ fosse nas páginas sobre a o cotidiano Parisiense com bailes, eventos, casamentos, corridas ou publicações de cunho político, de interesse coletivo ou científico. Em uma sociedade hierarquizada a partir do acesso aos símbolos sociais, ver e ser visto, da forma adequada, garantiria a inserção social e manutenção do poder e status também, para alguns, no exílio.

Em um levantamento nos jornais brasileiros, americanos, como o *The New York Herald* e franceses *Le Figaro*, *Le Gaulois*, *Gil Blas* e *Excelsior*, entre 1881 e 1932, ocorrem 376 aparições diferentes do termo Mlle. Teixeira Leite, algumas delas em redundância de data ou evento⁷⁹, mas todas associadas a atividades sociais envolvendo membros da elite europeia e brasileira. O mapeamento das redes de sociabilidade que se teceu, pela sua amplitude e complexidade, é um esforço inédito empreendido nesta pesquisa⁸⁰. Por óbvio, esse mapeamento é realizado dentro do contexto das fontes acessíveis e do olhar do pesquisador frente ao evidenciamento de nós que se retesam, afrouxam e desatam ao longo do tempo. No caso de nossa personagem, a rede apresenta aspectos de correlação transnacional, a depender da época, local e contextos, elas se conformam diferentemente.

Considerando a opção por uma abordagem “micro”, centrada nas escolhas e agências dos sujeitos históricos e, como o fazem Luis Augusto Farinatti e Jonas Vargas (2014), não podemos acreditar que todas as relações entre agentes históricos tenham a consciência e a pretensão de se edificar redes com outros sujeitos. Ainda que a convivência entre as pessoas seja relacional, nem tudo está visando a formação de uma estrutura complexa de fluxo de bens e informações. É também prudente observar que a análise formal de rede nos permite detectar estruturas que não foram reconhecidas por todos os atores nelas envolvidos, mas, cujo formato nos informa sobre os seus mecanismos sociais subjacentes (Lemercier, 2015. p. 284). Nesse ponto do trabalho, trataremos das relações de reciprocidade das irmãs Teixeira Leite até a morte

⁷⁸ Para efeito desta pesquisa, os jornais mapeados encontram-se listados no Apêndice E.

⁷⁹ Ainda que tenha havido a descrição da notícia em jornais diferentes, via de regra a lista de pessoas associadas ao evento é composta de maneira diversa. Em que pese recorrências, em especial em eventos públicos, os jornalistas apontam aqueles que lhes parecem mais notáveis, e isso carrega um certo grau de subjetividade. Assim, esta pesquisa tratou todas as ocorrências, descartando apenas aquelas identificáveis no texto do autor como reprodução de publicação anterior.

⁸⁰ Para Sirinelli, “a palavra sociabilidade reveste-se de uma dupla acepção, ao mesmo tempo redes que estruturam e microclima que caracteriza um microcosmo intelectual particular” (Sirinelli, 1996 *apud* Barata, 2002, p. 16). Entendemos que tais considerações também possam ser aplicadas aos estudos referentes à nossa personagem uma vez que sua inteligência financeira era sabida e, em fazendo uso dela, mobilizou estratégias políticas para a obtenção de seus propósitos. Maiores esclarecimentos, em Barata, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alb/article/view/68579/71101>. Acesso em: 20 maio 2024.

de Francisca em novembro de 1899⁸¹. Há quase uma unanimidade entre os autores que pesquisam Eufrásia em afirmar que ela e Francisca tenham planejado, desde o início, a permanência em caráter definitivo na França. Considerando o padrão de viagens demonstrado entre os primeiros anos da estadia europeia, Versalhes pode ter sido sua base, aparentemente o foi, mas elas estiveram em Roma, Milão, Veneza, no norte da Itália, Suíça, Madrid, tudo isso relato pelos diários de Joaquim Nabuco, e, pelas cartas enviadas a ele, na Normandia em Deauville, e em Londres⁸². Na França, em Fontainebleau, o sabemos também por Nabuco, e há notícias de jornais que informam de visitas a Nice⁸³, Trouvillee,⁸⁴ Bonnes⁸⁵, a Cannes⁸⁶ do retorno das irmãs para uma temporada no Brasil, que ocorreu entre 1884 e 1886⁸⁷. Não há informações sobre se a casa da rua Presboug, local da primeira residência das Teixeira Leite, foi adquirido por elas. Tão pouco se, em Versalhes o imóvel era próprio ou alugado. O que se sabe é que em 1884 elas já residiam na Rue de Bressano, 38/40⁸⁸, e, em 1898 uma casa na Rive Droite foi comprada. Certamente, nesse ponto, já havia intenção clara de permanência na capital Francesa e, como mencionamos, era prática comum à elite fluminense a locação de imóveis

⁸¹ Francisca Teixeira Leite faleceu em Paris, no dia 22 de novembro de 1899. Seu obituário foi publicado nos jornais *L'Événement* e *Le Figaro* do dia 25 daquele mês. O velório foi realizado no hotel da Rue de Brassano, 40, e a cerimônia religiosa se deu na Igreja de Saint-Pierre de Chaillot. Joaquim Nabuco informa: “Visita em casa das Teixeira Leite, flores a D^a Chiquinha. 25 de novembro de 1899: Ao enterro de D^a Chiquinha.” (Nabuco, 2006, p. 408).

⁸² O *Morning Post* de segunda-feira, 19 julho de 1880, p. 6, descreve uma grande festa aberta no Holand House, o maior jardim privado de Londres, próximo ao Palácio de Buckingham. Estiveram presentes membros da realeza britânica, vários nobres e membros do corpo diplomático de diversos países. Entre os convidados, logo no início da lista, aparece o nome de Mlle Teixeira Leite. Disponível em:

<https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000174/18800719/044/0006>. Acesso em: 13 maio 2023.

⁸³ *La France chevaline*, 25 jan. 1879. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k51625430/f2.item.r=Teixeira%20Leite.zoom>. Acesso em: 19 fev. 2023.

⁸⁴ *Le Gaulois*, 15 ago. 1888. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k526595p>. Acesso em: 20 fev. 2023.

⁸⁵ *Courrier d'Eaux-Bonnes*, 27 ago. 1893. Disponível em:

[https://gallica.bnf.fr/services/engine/search/sru?operation=searchRetrieve&version=1.2&collapsing=disabled&q=Teixeira%20Leite&query=\(gallica%20adj%20%22%20mille%20Teixeira%20Leite%22\)%20and%20arkPress%20all%20%22cb32750132s_date%22&rk=42918;4](https://gallica.bnf.fr/services/engine/search/sru?operation=searchRetrieve&version=1.2&collapsing=disabled&q=Teixeira%20Leite&query=(gallica%20adj%20%22%20mille%20Teixeira%20Leite%22)%20and%20arkPress%20all%20%22cb32750132s_date%22&rk=42918;4). Acesso em: 10 fev. 2023.

⁸⁶ *La Coulisse*, 07 jan. 1889. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1188698w/f45.image.r=%22Mlle%20Teixeira%20Leite%22#>. Acesso em: 10 fev. 2022.

⁸⁷ O *Jornal do Commercio* de 24 de outubro de 1884, p. 1, assim como no *Mercantil* de 28 maio de 1885, p. 1, informam que Francisca e Eufrásia cumprimentaram, na semana anterior, o Imperador em Petrópolis e os jornais ingleses *Worcester Journal*, de 02 de janeiro de 1886, p. 5 e *Worcestershire Chronicle*, de 09 de janeiro do mesmo ano, na página 4, relatam um encontro do Imperador com o Conde de Dudley, acompanhado pelo ministro Britânico do Rio de Janeiro, no qual foram levados a um passeio em Paquetá. Eufrásia foi citada nominalmente em ambos os artigos, que se acham disponíveis em:

<https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000150/18860102/049/0005>

e <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000350/18860109/021/0005>, tendo o acesso de ambos sido em: 04 jun. 2023.

⁸⁸ *ANNUAIRE DU GRAND MONDE PARISIEN*, 1884. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k936097z/f294.image.r=Teixeira%20Leite?rk=3905598;4>. Acesso em: 04 fev. 2023.

para a passagem de temporadas na Europa. Destaca Jeffrey Needell que

[...] diversos membros da elite e suas famílias jamais retornaram ao Brasil. As temporadas periódicas em Paris eram prolongadas indefinidamente pelos membros de famílias abastadas. Assim, enquanto viveram, constituíram uma colônia aristocrática que aguardava os desdobramentos dos eventos iniciais da recém-nascida República (Needell, 1993, p. 93).

Em 1873, o Visconde de Ubá e toda sua família, em um total de nove pessoas, incluindo a filha casada e a tutora dos filhos mais novos, partiram para a Europa e lá permaneceram por quase um ano (Muaze, 2006). Aponta também que, depois da ida da Família Real para França, membros da família da Viscondessa de Ubá e ela própria passaram a viver, uns de forma permanente, outros seguindo grandes temporadas na Europa. A mesma autora destaca a relevância daquela cultura como marco civilizacional dos oitocentos. Da mesma forma, Affonso Taunay enuncia que:

Realmente havia muito absenteísmo por parte de aristocratas do café dentre os que tinham enriquecido largamente. Vários membros destas grandes famílias fazendeiras haviam se mesmo afastado do paiz fixando residência na Europa, sobretudo em Paris. Adaptando-se perfeitamente á vida franceza diversos destes fazendeiros como alguns dos Monteiro de Barros, Teixeira Leite, etc. estavam inteiramente alheios ao que ia por suas fazendas entregues á gerência de casas comissárias. E isto motivava até scenas pittorescas como se conta do Commendador Custodio Teixeira Leite que, indo a sua fazenda de Monte Alverne em Porto Novo, após ausência de annos, e não annunciando a visita viu a sua entrada interdita, nas próprias terras por um administrador suspicaz (Taunay, 1939, p. 212).

Mas, como se comportava a elite brasileira em Paris? O que fazia? Em que medida as mulheres se posicionavam nesses fazeres?

A Paris da *Belle Époque* promoveu uma configuração de territórios. Habitar um espaço imobiliário organizado por um castelo ou residência, uma Igreja era importante. Este ponto de referência ancestral tem a função de garantir a autenticidade do nome, uma vez que práticas sociais distintas da nobre passam a indicar uma elite mais diversamente composta, em especial, no ambiente urbano (Bernard, 2004).

Desse modo, residir em um determinado local significava compartilhar esse território com seus iguais ou, pelo menos, com aqueles que se desejava ou se julgava serem seus iguais. Com efeito, a cidade é o lugar onde as aristocracias, isto é, os nobres e a grande burguesia assimilada, se afirmam como grupo social dominante. Através do exercício de um modo de vida comum e de uma sociabilidade intensa e codificada, os componentes heterogêneos desse grupo reconhecem-se e impõem-se como um modelo social e cultural, um modelo que funciona sem

exclusão de outros grupos, mas em alguns momentos a par deles, e que reivindica “superioridades”. Deste ponto de vista, a cidade mais adequada para acolher essas elites e servir de berço para “mundanidades” de todos os tipos é Paris (Bernard, 2004).

Por ser uma grande cidade, tem a vantagem de concentrar diversos espaços utilizados como pontos de reuniões apreciados pela elite parisiense que eram frequentados pelas elites “estrangeiras”, entre elas a brasileira: cafés, teatros, grandes hotéis, casas de ópera, hipódromos, parques locais são forjados num certo “Espírito de sociedade”. Além disso, Paris, a capital cultural do século XIX, que se pretendia brilhar muito além das fronteiras nacionais, atraiu as grandes famílias da aristocracia cosmopolita, que ali se reuniam mais intensamente durante a época social, período do ano especialmente dedicado à manutenção e aos elos que unem os diferentes elementos do grupo. Paris é, portanto, o epicentro deste tipo de sociabilidade.

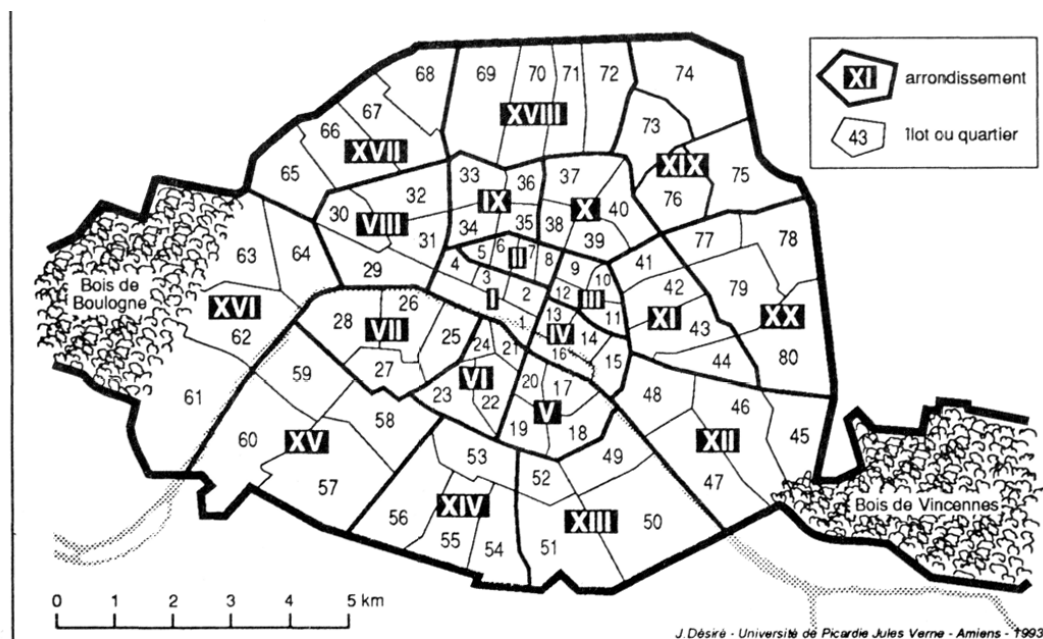
Pode-se perceber que, entre o final do século XIX e o início do século XX, existia uma forte sociabilidade ligada aos salões e às damas que tomavam a frente nos eventos, abrindo as portas dos *hôtels* para “os mais distintos da colônia”. As Teixeira Leite moraram nos *Arrondissements 8º* (Figura 9), onde, pelo que nos informa Cyril Grange (1993, p. 13), 24% da população da elite parisiense residia. O espaço urbano constitui-se potente no período em que as irmãs Teixeira Leite se estabeleceram em Paris.⁸⁹

Alguns trabalhos que procuram mapear o cotidiano dos brasileiros em Paris, em especial após a transferência da família real, como os de Barbosa (2019) e Quintela (2013). Nessas pesquisas fica claro que considerar Paris, enquanto espaço de sociabilidade, abrangia as atitudes, os comportamentos, coletivos e afetivos, envolvidos nas relações interpessoais. Nesse caso, os espaços de sociabilidade configuram um domínio intermediário, entre a família e a comunidade de pertencimento civil, atuando como microcosmo social, resultante de fatores permanentes ou temporários, de contornos variáveis, que atraem e unem os membros, uns aos outros, como num sistema de redes.⁹⁰

⁸⁹ Esses espaços apontavam para um território dado, onde, segundo o grupo preferencial de pertencimento, procurava residir. Há uma divisão de *Arrondissements* e *Quartiers* (distritos e bairros) aos quais veremos, se atribui maior ou menor distinção no morar.

⁹⁰ Para efeito deste trabalho, consideramos aspectos da Cartografia Social como campos de conhecimento das ciências sociais e humanas ponderando-os para além do mapeamento físico, buscando auferir movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, formações rizomáticas e a composição de dispositivos que viabilizem essas estruturas. Apoiamo-nos, nesse processo em Deleuze e Guattari (1995).

Figura 9 - Distritos e bairros de Paris



Liste des quartiers de Paris

Ier arrondissement 1 Saint-Germain l'Auxerrois 2 Halles 3 Palais-Royal 4 Place Vendôme	VIe arrondissement 21 Monnaie 22 Odéon 23 Notre-Dame-des-Champs 24 Saint-Germain-des-Prés	XIe arrondissement 41 Folie Méricourt 42 Saint-Ambroise 43 Roquette 44 Sainte-Marguerite	XVIe arrondissement 61 Auteuil 62 Muette 63 Porte Dauphine 64 Chaillot
IIe arrondissement 5 Gaillon 6 Vivienno 7 Mail 8 Bonne Nouvelle	VIIe arrondissement 25 Saint-Thomas d'Aquin 26 Invalides 27 Ecole Militaire 28 Gros Caillou	XIIe arrondissement 45 Bel-Air 46 Picpus 47 Bercy 48 Quinze-Vingt	XVIIe arrondissement 65 Ternes 66 Plaine de Monceaux 67 Batignolles 68 Epinettes
IIIe arrondissement 9 Arts et Métiers 10 Enfants Rouges 11 Archives 12 Sainte-Avoye	VIIIe arrondissement 29 Champs-Élysées 30 Faubourg du Roule 31 Madeleine 32 Europe	XIIIe arrondissement 49 Salpêtrière 50 Gare 51 Maison Blanche 52 Croulebarbe	XVIIIe arrondissement 69 Grandes Carrières 70 Clignancourt 71 Goutte d'Or 72 Chapelle
IVe arrondissement 13 Saint-Merri 14 Saint-Gervais 15 Arsenal 16 Notre-Dame	IXe arrondissement 33 Saint-Georges 34 Chaussée d'Antin 35 Faubourg Montmartre 36 Rochechouart	XIve arrondissement 53 Montparnasse 54 Parc de Montsouris 55 Petit Montrouge 56 Plaisance	XIXe arrondissement 73 Villette 74 Pont de Flandres 75 Amérique 76 Combat
Ve arrondissement 17 Saint-Victor 18 Jardin des Plantes 19 Val de Grâce 20 Sorbonne	Xe arrondissement 37 Saint-Vincent de Paul 38 Porte Saint-Denis 39 Porte Saint-Martin 40 Hôpital Saint-Louis	XVe arrondissement 57 Saint-Lambert 58 Necker 59 Grenelle 60 Javel	XXe arrondissement 77 Belleville 78 Saint-Fargeau 79 Père Lachaise 80 Charonne

Fonte: Cyril Grange. Les classes privilégiées dans l'espace parisien (1903-1987)⁹¹

Mesmo antes de ir em definitivo para Paris, as irmãs Teixeira Leite já demonstravam uma preocupação com os pobres (inermes) de França, participando, em 1871, do grupo de senhoras que se reuniram em benefício dessa população.⁹²

⁹¹ O *Bottin Mondain* é o anuário da elite social francesa, editado em 1903, sendo inspirado nas famílias que possuem notabilidade estabelecida por conta das ligações sociais, baseadas em um meio que compartilha os mesmos valores culturais e familiares, desenvolvidos e fortalecidos por uma sociabilidade específica, envolta por símbolos e modelos próprios que objetivam compartilhar, e por que não dizer, irradiar costumes e modelos a seguir no que concerne ao bom gosto e o bem viver (Grange, 1993, p. 11). O trabalho também informa que 74% da elite francesa residia nos *arrondissements* VII, VII, XVI e XVII.

⁹² *A Reforma: Órgão Democrático*, de 03 de março de 1871, p. 1. Disponível em:

Quanto aos primeiros anos que lá viveram, o que se acha em indícios nos foi possível acessar por jornais. Para além do que foi retratado por Nabuco, a primeira aparição nos jornais ocorre em 26/01/1879, publicada no *La France chevaline*⁹³. A notícia divulga dois acontecimentos distintos, com a participação de Mlle Teixeira Leite na noite de Nice. Um baile, pelo qual foi notabilizada pela dança e beleza e, posteriormente, em outro baile, mais elogios à sua beleza e juventude, aqui demonstrada aos seus 29 anos de idade. O exercício da sociabilidade como geradora de potencialidades de relações, em especial da feminina, se dava pelos espaços possíveis de encontros chancelados como os próprios para a elite.

Alice Bernard (2004, p. 129-144) esclarece que o calendário das atividades sociais era, de fato, organizado em três temporadas principais: de fevereiro a junho tem lugar a temporada parisiense, a mais atrativa do ponto de vista da sociabilidade mundana; depois vem o verão de julho a setembro, propício às viagens e às temporadas nas estações balneárias da moda; por fim, o outono, de setembro ao fim de dezembro, é normalmente o momento de retornar à propriedade familiar, período durante o qual se caça e visita os vizinhos, igualmente proprietários da província. Assim, a autora cartografa um circuito de práticas no qual a participação operava como um mecanismo social, atribuindo visibilidade e propiciando a construção ou o reconhecimento da pertença identitária.

Nesse sentido, Bragança, em pesquisa realizada, aponta que

[...] identificou em inúmeros jornais franceses a menção das irmãs Teixeira Leite em listas de eventos da alta sociedade parisiense: são jantares, festas privadas, lanches, apresentações musicais e teatrais, turfe e viagens. (LA VIE, 1891, p. 8) (CARNET, 1892, p. 2) (CHRONIQUE, 1892, p. 1) (NOTES, 1893, p. 3) (LA VIE, 1894, p. 2) (EVENT, 1898) [...] (Bragança, 2021, p. 27).

Para além dos citados pelo pesquisador, antes da morte de Francisca, apontamos eventos coerentes com o descrito por Bernard (2004), conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Ocorrência de notícias sobre as Irmãs Teixeira Leite

Evento	Publicação	Data
Temporada em Nice	<i>La France chevaline</i>	25/01/1879
Evento Hípico	<i>La France chevaline</i>	26/01/1879
Festa - Casa do Visconde de Carapebus - Paris	<i>Jornal do Comércio</i>	16/05/1881
Retorna a Paris	<i>Le Gaulois : littéraire et politique</i>	19/10/1886

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226440&pasta=ano%20187&pesq=%22Teixeira%20Leite%22&pagfis=2130>. Acesso em 22.jun.2022.

⁹³ *La Frande chevaline*, 26 jan. 1879. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k51625430/f2.item.r=Teixeira%20Leite.zoom>. Acesso em: 15 jan. 2022.

Notícia do casamento	<i>Le Gaulois : littéraire et politique</i>	07/07/1887
Viagem a Trouville	<i>La Coulisse</i>	15/08/1888
Ópera	<i>La Coulisse</i>	07/01/1889
Viagem a Nice	<i>La Vie mondaine à Nice</i>	20/02/1890
Ópera/Teatro	<i>La Vie</i>	03/01/1891
Viagem a Roma	<i>Le Matin</i>	12/04/1891
Convida para jantar	<i>La Liberté</i>	15/11/1891
Teatro	<i>La Liberté</i>	15/06/1892
Estada em Versalles	<i>Le Gaulois</i>	26/09/1892
Ópera	<i>La Revue mondaine illustrée</i>	25/10/1892
Ópera	<i>Journal des Debats Politiques e Literaires</i>	25/06/1893
Retorna de Bonnes para Paris	<i>Courrier d'Eaux-Bonnes</i>	06/08/1893
Eventos sociais	<i>Le Soir</i>	24/10/1894
Assinantes da Comédia Francesa	<i>Annuaire des artistes et de l'enseignement dramatique et musical</i>	01/01/1893
Viagem - Bonnes	<i>Courrier d'Eaux-Bonnes</i>	27/08/1893
Assinantes da Comédia Francesa	<i>Annuaire des artistes et de l'enseignement dramatique et musical</i>	01/01/1895
Recepção à Condessa D'Eu	<i>Le Figaro</i>	18/05/1895
Cotilhão dançado	<i>La Liberté</i>	24/06/1895
Cancelamento de Soirré - Luto	<i>The New York Herald</i>	29/06/1895
Assinantes da Comédia Francesa	<i>Annuaire des artistes et de l'enseignement dramatique et musical</i>	01/01/1896
Convidam para Soirré	<i>The New York Herald</i>	25/04/1896
Festa musical	<i>Le Gaulois</i>	02/05/1896
Evento beneficente	<i>Le Figaro</i>	26/05/1896
Missa de aniversário de falecimento do imperador	<i>Le Figaro</i>	06/12/1896
Assinantes da Comédia Francesa	<i>Annuaire des artistes et de l'enseignement dramatique et musical</i>	01/01/1897
Missa do aniversário do falecimento da Imperatriz	<i>Le Figaro</i>	06/01/1897
Ópera	<i>Le Figaro</i>	03/05/1898
Ópera	<i>L'Event</i>	11/07/1898
Frequentam Saint Germain	<i>The New York Herald</i>	23/07/1899
Anúncio do falecimento de Francisca	<i>Le Figaro</i>	25/11/1899

Fonte: a autora, segundo pesquisa em Gália (bnf.fr).

Cumpra destacar que o nome das irmãs Teixeira Leite aparece como apoiadoras do *L'Opera*, nas edições do *Annuaire des artistes et de l'enseignement dramatique et musical*, desde

1893. Essa publicação traz notícias da cena cultural de Paris, listando os eventos e lugares em que espetáculos de vários tipos ocorriam. Ser apoiador significava endossar um gênero que, em possibilidade, contém em sua composição orquestra, canto, coral, dança, ballet, cenografia, teatro, recital, entre outras formas artísticas. Em 1909, Eufrásia integrava a *Société des Amis du Louvre*⁹⁴, que, como o próprio nome sugere, se constituiu para apoiar o museu na manutenção de seu acervo. Em 1925, integrava *L'Union Interalliée*.⁹⁵ Participa também da *La Société artistique des amateurs*.⁹⁶

Para além do interesse pelas manifestações artísticas diversas, endossar esses grupos assume uma função de evidenciamento de elementos de pertença da elite do *Grand Monde*. Alice Bernard aponta que houve uma mudança na sociabilidade da elite francesa e que, nos fins do século XIX, esta assume um perfil baseado no culto interpessoal, bem representado pelos salões, operas, hipódromos, e outros espaços públicos, substituindo o modelo posterior, mais representativo de uma sociabilidade codificada, pública e oficialmente de cortes (Bernard, 2004).

Considerando que Eufrásia e Francisca estiveram no Brasil de 1884 a 1886⁹⁷, como dissemos, no primeiro recorte temporal estabelecido, que vai de 1876 a 1899, emerge um padrão que se configura por um início de pouca notabilidade e uma constância em deslocamento entre países. Isso é coerente com o modelo de turismo, habitual das elites brasileiras na metade final do século XIX (Carvalho, 2003; Needell, 1993; Quintela, 2013). No entanto, desejar a proximidade com as elites parisienses, e não somente delas, mas de todo o ecossistema social

⁹⁴ A sociedade dos amigos do Louvre foi fundada em 1897. Ela era membro assinante, pagando uma contribuição de 20 francos até 1910. A fonte nos indica que no Diretório da Sociedade dos Amigos do Louvre (Mlle) Teixeira Leite integra o grupo desde 1904.

⁹⁵ Trata-se de uma instituição não subsidiada pelo governo francês que tem por objetivo difundir a cultura francesa, com apoio das elites internacionais. Esse coletivo foi fundado em 1917. *Le Gaulois: littéraire et politique*, 04 jun. 1925, p. 2. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k540205g>. Acesso em: 14 fev. 2023.

⁹⁶ *Le Gaulois: littéraire et politique*, 04 abr. 1926, p. 2 e 27 jun. 1926, p. 2. Disponíveis, respectivamente, em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5404791>. Acesso em: 20 fev. 2023, e <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k540563q>. Acesso em: 2 fev. 2023.

⁹⁷ Temos notícias da vinda das irmãs Teixeira Leite por publicação no Jornal do Commercio de 1884 e 1885, em ocasião de visitas ao Imperador em Petrópolis, também em 1886, como participantes em um passeio à Ilha de Paquetá, no iate de D. Pedro II. Há também três cartas dirigidas à Eufrásia por Conceição (Maria da Conceição Andrade Pinto), com quem compartilha a amizade com Joaquim Nabuco, e que são mencionadas por duas vezes nas **Obras Completas de Joaquim Nabuco** (Nabuco, 1949), e há cartas musealizadas enviadas por Conceição durante o período em que estavam no Brasil. Em 19 de outubro de 1886, há uma notícia de retorno de Madri. Em dezembro de 1885 retornou à Europa e, a essa altura, já decidiram fixar residência em caráter definitivo em Paris. Em 02 maio 1884, faleceu seu Tio Francisco, o Barão da Vassouras. Chegaram no segundo semestre de 1884, ficaram alguns meses na corte, em Petrópolis e, depois, em dezembro, subiram para uma temporada na antiga casa de seus pais. Já haviam, a essa altura, comprado uma casa e, ao voltarem para Paris, libertaram os 12 escravos que ainda estavam na Casa da Hera. *Jornal do Commercio*, 20 dez. 1885, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Eufr%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=14393. Acesso em: 23 fev. 2023.

que se configurava no entorno, não as distanciava de buscar informar-se sobre os assuntos do Brasil. No caso de Eufrásia, há cartas musicalizadas no acervo do Museu Casa da Hera endereçadas ao caseiro da residência no Brasil, com amigos brasileiros e parentes⁹⁸.

Em um olhar ampliado para a colônia brasileira, segundo Quintela (2013), de 1881 a 1922, há periódicos impressos e difundidos na França, alguns escritos em francês, e que têm como objetivo deixar os brasileiros de Paris informados dos acontecimentos no Brasil. Esse é o caso da revista quinzenal *A Ilustração*, as revistas de propaganda *Chronica franco-brasileira*, *a Revue du Brésil* ou a *Revue du Brésil et de l'Amérique Latine*. O ápice das publicações dedicadas à colônia brasileira deu-se entre 1881 e 1890. Nesse mesmo período dezessete periódicos franco-brasileiros estiveram em circulação entre a França e o Brasil. As irmãs Teixeira Leite aparecem mais fortemente nos jornais na década de 90, o que nos informa que houve um esforço de construção de imagem para além da colônia brasileira, já que os jornais pesquisados são aqueles dedicados à população geral.

Entretanto, no que se refere à vida parisiense, ainda há a necessidade de conformação do perfil feminino esperado, não de todo distante do que enfrentariam no Brasil. Existem duas ocorrências de notícias de relacionamentos “amorosos” de Eufrásia: um deles com o Conde Chabrol, em 1884, e o outro com o Duque de Montmerency, em torno de 3 anos depois. O Conde Chabrol era um banqueiro de Paris que nutria por ela grande paixão, teve uma decepção amorosa, ao ter seu pedido de casamento negado (Ribeiro, 2023). Sobre o Duque de Montmerency, de nome Adalbert de Talleyrand-Périgord, temos poucas informações. Contudo, um jornal, o *Le Gaulois*, de 7 de julho de 1887, publicou a notícia de casamento entre o Duque e Eufrásia. Segundo Mariana Jacinto Ribeiro (2023), ela fez o jornal publicar um pedido de desculpas. Ainda se impunha sobre elas, em especial Eufrásia, a expectativa do casamento, que se constituía como uma estratégia de associação utilizada por diversas famílias brasileiras⁹⁹. A despeito disso, eram convidadas, convidavam, frequentavam espaços de sociabilidade associados às elites (ópera, eventos no hipódromo, passeios no parque). Tinham as irmãs uma vida ativa em compromissos sociais, não se coadunando com o estereótipo de mulheres solitárias e amargas, como informa Gilda de Mello e Souza (2009, p. 90) ao apontar que

⁹⁸Voltaremos a essas fontes no capítulo quatro deste trabalho.

⁹⁹ Nesse contexto, podemos citar o casamento de Mlle Clotilde de Oliveira, filha do conde de Oliveira, com Youssef Khan Nazareth Aga, filho do Ministro da Pérsia na França. *Le Figaro*. 28 abr. 1895, p. 2. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k283256r/f2.image.r=de%20Oliveira>. Acesso em: 23 ago. 2023, ou mesmo dos primos Amélia Gomes Leite de Carvalho, que se casou com Henri Gielen, em Bruxelas. Henri era filho da de baronesa Désirée de Grady de Groenendal ou Alberto Gomes Leite de Carvalho (1860-1940), que convolou núpcias com Carmen Díaz Garcia, natural de Cádiz, Espanha. **Fazenda das Palmas**. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/en/manor-houses/pesquisa-lista-en/692-fazenda-das-palmas>. Acesso em: 25 set. 2022.

casamento era percebido como favor que os homens conferiam às mulheres oitocentistas, pois tratava-se do único meio para obtenção prestígio econômico e social. As Teixeira Leite, e mais fortemente Eufrásia, mostravam que não era assim, não parecia estar nos objetivos de ambas o matrimônio.

Ao fazermos o mapeamento das ocorrências em que o nome de Eufrásia Teixeira Leite aparece nos jornais, usamos, por recorrente, as notícias publicadas em *Le Gaulois: littéraire et politique*, *Figaro: journal non politique* e no *The New York Herald*, versão Europeia. Pelo apresentado anteriormente, é evidente que há ocorrência da presença delas em outros periódicos. Fizemos essa escolha pelo fato de os jornais possuírem seções exclusivas que se destinam a publicar eventos do calendário social. Trata-se de um levantamento seletivo das atividades sociais e culturais da elite, residente ou não, que também elenca os nomes dos principais atores da sociabilidade de Eufrásia Teixeira Leite. As notícias veiculadas em cada um dos jornais supramencionados, publicadas entre 1900 e 1926, refletem a imagem que a elite parisiense quer dar de si mesma. A presença de Eufrásia, nessas publicações, fica mais frequente após a morte de Francisca, por isso o recorte estabelecido para a análise dessas fontes. Também segue o padrão de frequência a eventos sociais descritos por Bernard (2004), conforme apresentado no Apêndice D deste trabalho.

Em Paris, as irmãs Francisca e Eufrásia moraram em três endereços. Fernandes (2012) informa que, primeiro, as Teixeira Leite ficaram em Versalhes, residiram na Rue d'Albe,¹⁰⁰ e, primeiros anos, moraram na Rue Presbourg (Rezzutti, 2018), mas, em 1884¹⁰¹, ambas já residiam no domicílio em que fixaram residência. Era um palacete na Rua Bassano, números 38 a 40, entre o rio Sena e o Arco do Triunfo. Segundo o inventário feito por ocasião da morte de Eufrásia, em 1930, o imóvel dispunha de mobiliário variado, tapetes, lustres de bronze, quadros e outras obras de arte, além de pratas e porcelanas. O interior da casa é descrito em detalhes nas cerca de 40 páginas. Segundo descrição apresentada por Falci e Melo:

Ocupando dois terrenos, a casa se compunha de quatro partes distintas. No subsolo, havia uma antiga cozinha à lenha, a lavanderia, garagem e cocheiras. Ao nível do solo um bonito hall, dois salões, sala de jantar, escritório, sala de festas e toilette. No primeiro andar havia um escritório, três quartos, sala de banhos e sanitário. No segundo andar mais três quartos e um gabinete. Ligado ao segundo andar, ocupando o terreno de número 38, estava um grande salão de festas com 110m², formando uma ala isolada que se debruçava sobre o

¹⁰⁰ Sobre esse endereço, em 1877, nos informam as professoras Miridan e Hildete, que as Teixeira Leite já residiam lá. (Falci; Melo, 2021, p. 79).

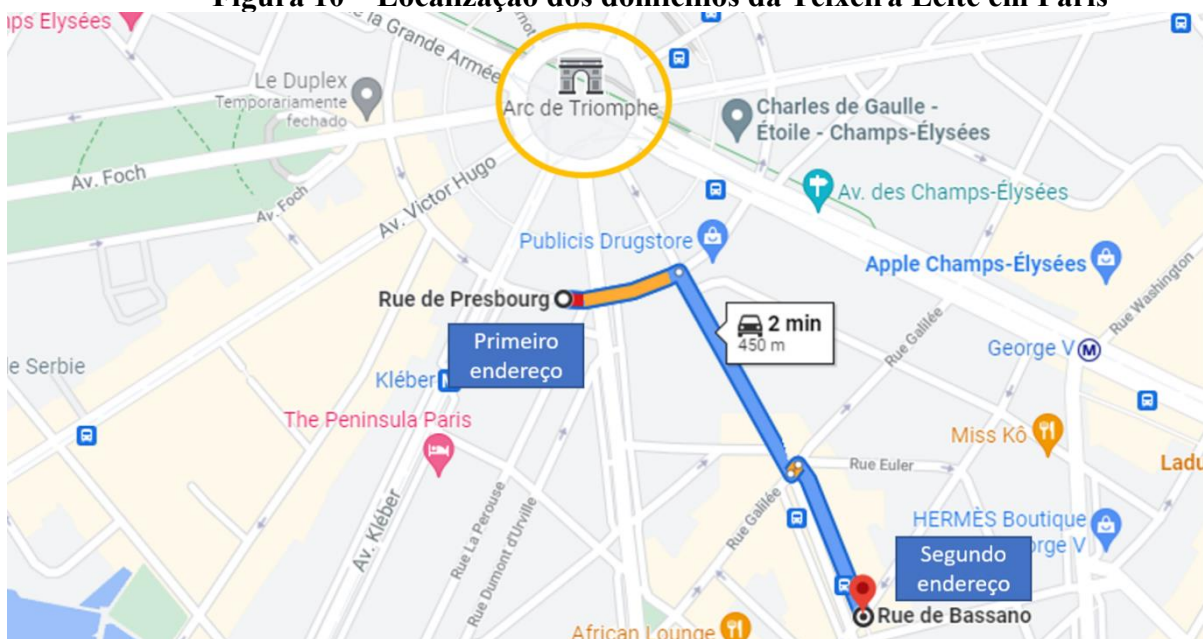
¹⁰¹ No compêndio *Annuaire de Grand Monde Parisien* do ano de 1884, as irmãs já aparecem associadas ao endereço mencionado. Disponível em: Diretório do grande mundo parisiense | 1884 | Gallica. Acesso em: 20 jan. 2023.

jardim com árvores e uma fonte com cascata. Para completar, em pleno coração da cidade, havia um enorme jardim de inverno de 74m² (Falci; Melo, 2012, p. 51).

Os dois últimos endereços, cuja distância a pé não é superior a 500 metros, situam-se em uma área ainda hoje muito requintada de Paris.

No mapa abaixo (Figura 10), em laranja, fizemos a indicação de referência do Arco do Triunfo, para a localização comparada em relação às duas residências das irmãs Francisca e Eufrásia.

Figura 10 – Localização dos domicílios da Teixeira Leite em Paris



Fonte: Google maps.

Esse endereço as aproximava de uma elite transnacional que buscava Paris. São essas famílias, ou indivíduos isolados, cujos nomes figuravam nas páginas de jornais e revistas, eram notáveis socialmente e, estando junto a elas, mobilizando tal estratégia de escolha de locais de domicílio, se faziam conhecer. Em uma sociedade hierarquizada a partir do acesso aos símbolos sociais, ver e ser visto garantiria a inserção social e manutenção status também no novo território.

A estruturação da rede das irmãs Teixeira Leite em Paris conduziu-as para a aquisição de um endereço próximo ao território da colônia brasileira. Isso as moveu para as cercanias do Arco do Triunfo, promovendo uma aproximação com a elite internacional. Mas sabemos que, ainda que os contatos fossem se fortalecendo entre o grupo de brasileiros na Europa e elites estrangeiras lá residentes, as redes operavam efeitos tanto no velho continente como no

Brasil¹⁰².

Há alguns trabalhos que procuram mapear o cotidiano dos brasileiros em Paris, em especial após a transferência da família real, como os de Thalita Moreira Barbosa (2019) e Raphael Quintela (2013). Nessas pesquisas, fica claro que considerar Paris enquanto “espaço de sociabilidade” abrangia as atitudes, os comportamentos, coletivos e afetivos, envolvidos nas relações interpessoais. Nesse caso, os espaços de sociabilidade configuram um domínio intermediário entre a família e a comunidade de pertencimento civil, atuando como microcosmo social, resultante de fatores permanentes ou temporários, de contornos variáveis, que atraem e unem os membros, uns aos outros, como num sistema de redes.

Segue, então, mais uma pergunta: havia uma colônia brasileira, mas como Eufrásia e Francisca se posicionavam frente a ela?

Em que pese a frequência a espaços públicos, parte das estratégias de construção e reforço de pertencimento, receber também amplia as redes de sociabilidade. Essa foi uma estratégia utilizada pelas Teixeira Leite, quer associadas a pequenos grupos¹⁰³, quer em convites para eventos festivos.¹⁰⁴ Mais adiante, na primeira década do século XX, os eventos ligados ao mundo diplomático adquiriram maior dimensão e tornaram-se mais frequentes. Todavia, trechos das cartas de Eufrásia e os diários de Joaquim Nabuco “deixam a impressão que concertos, óperas, teatros, viagens à Itália e à Espanha, por exemplo, fossem cotidianos presentes na vida das irmãs” (Falci; Melo, 2012, p. 91).

No trabalho de mestrado *A Elite no Exílio: A colônia brasileira de Paris (1889 a 1928)*, de 2019, Barbosa, faz o mapeamento da colônia brasileira no início do século XX, trazendo à baila nomes e eventos. Para além desse grupo encontramos indícios de que em Paris, nos fins do XIX havia um núcleo familiar dos Teixeira Leite, para além das irmãs, formado pela família do Barão do Rio Negro¹⁰⁵. Também Mariana Muaze informa que parte da família de

¹⁰² No jornal *O Vassourense*, de 28 de dezembro de 1884, notícia da doação, por Francisca Teixeira Leite, de valores destinados à construção de uma ponte no município de Vassouras. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217930&pesq=%22Francisca%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=621>. Acesso em: 24 jan. 2023. Também há, entre os documentos tombados no MCH, uma carta do prefeito municipal de Vassouras, datada de 20 de julho de 1924, na qual agradece pela doação de duas toras de eucalipto para a construção de uma ponte na estrada do distrito de Barão de Vassouras. MCH 90.10.55.

¹⁰³ *The New York Herald*, 16 maio 1908. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4132457n>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹⁰⁴ *The New York Herald*, 29 jun. 1895. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4787696t>. Acesso em: 07 jan. 2023.

¹⁰⁵ O Barão do Rio Negro, Manuel Gomes de Carvalho Filho, casou-se com a prima Emília Gabriela Teixeira Leite. Em 1892, partiu com a família para Paris, que já conhecia de outras viagens à Europa. Com dois de seus filhos, criou o “Café Carvalho”, situado no bairro de Levalois Perret, onde o café era manipulado e transformado para a venda. Porém, o negócio não prosperou, e o que sustentou a família foram os negócios no Brasil. Manuel morreu em 27 de dezembro de 1898, em Paris.

Viscondessa de Ubá residiu, por períodos, na capital francesa. No mesmo livro, a autora destaca o bom relacionamento entre os Ribeiro de Avellar e os Teixeira Leite (Muaze, 2008).

Segundo o trabalho de Barbosa (2019), foi o século XIX que coroou o VIII^e arrondissement¹⁰⁶ posto que nele “a aristocracia da fortuna, das funções, de nascimento, as personalidades da vida literária e artística se instalaram no quadrilátero mais aerado e ensolarado” (Barbosa, 2019, p. 76). Nele transitava, afirma a autora, a elite nobilitária da França. Esse foi o espaço mapeado com a ocupação da colônia brasileira em Paris. As irmãs Teixeira Leite, embora não citadas pessoalmente no trabalho, residiam no centro do espaço mapeado pela pesquisadora, que priorizou a análise de famílias com títulos nobilitários, condição ausente a Francisca e Eufrásia. Mas elas estão lá. Para além da ocorrência em notícias da imprensa, isso também nos conduz à percepção de que eram ativas no círculo social, o que reforça a necessidade do mapeamento da tecedura da rede a que pertenciam. A semelhança do uso comercial que seu pai fazia da Casa da Hera, Eufrásia fazia reuniões sociais em sua residência em Paris, “[...] por aquela época era o único meio de se conseguirem reunir pessoas, digamos importantes, no ramo dos negócios, e, sempre deve ter sido uma ajuda para se acertarem empregos rentáveis em capital.” (Catharino, 1992, p. 134-135).

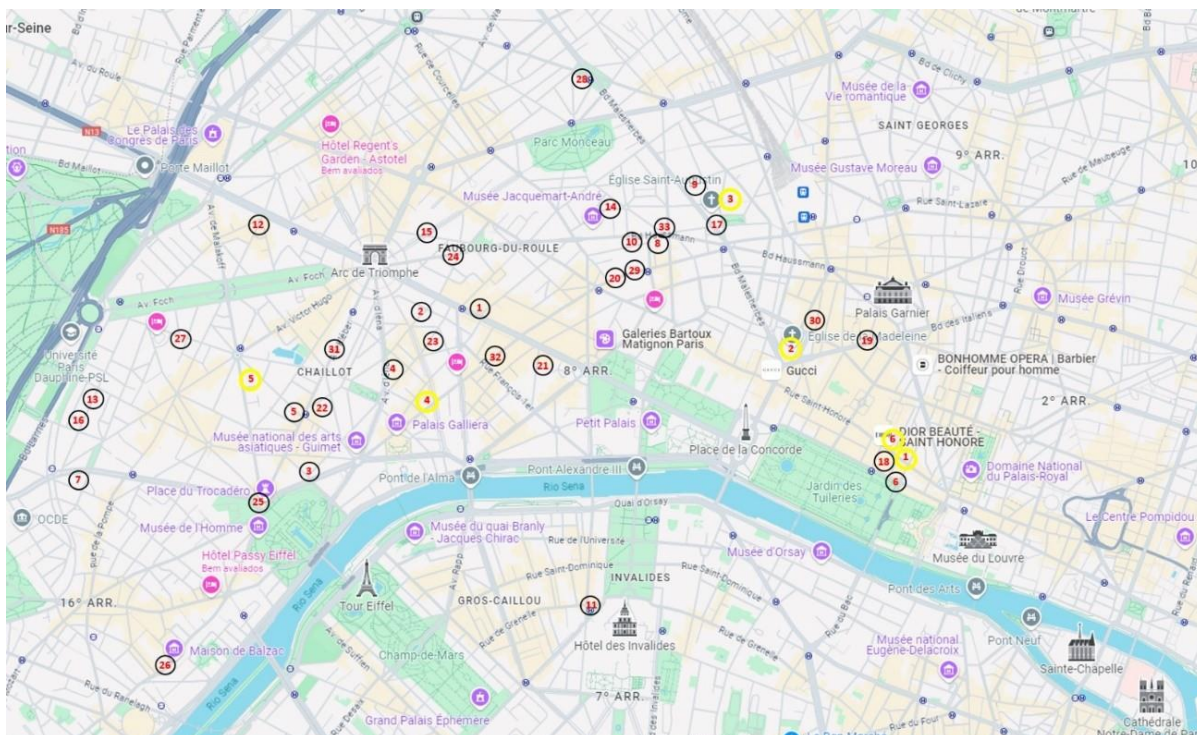
A seguir, apresenta-se o mapa das famílias residentes na colônia brasileira em Paris (Figura 11). Os pontos circulados em preto representam os domicílios das famílias, os em amarelo indicam, as igrejas próximas frequentadas (Tabela 2) por elas. Em laranja, foi feita a indicação de referência do Arco do Triunfo, como ponto de referência de localização¹⁰⁷.

Os nomes presentes na Tabela 3 compartilhavam a frequência a eventos, segundo o descrito nos jornais. O que os ligava uns aos outros eram relações de proximidade com família a própria família ou a antiga imperial, interesses comuns ligados às artes, associados a um perfil mais aproximado da própria Eufrásia, detentores de uma “nobreza sem título”.

¹⁰⁶ Esse bairro, em particular, era fortemente frequentado pela colônia brasileira.

¹⁰⁷ O VIII^e arrondissement é composto pelos quartiers da Champs-Élysées, do Faubourg du Roule, da Madeleine e Europe, conforme destacado na figura 9.

Figura 11 - Mapa das famílias residentes na colônia brasileira em Paris (1889 a 1917)



Fonte: adaptado e ampliado pela autora do trabalho de Barbosa, 2019.

Tabela 2 - Legenda - Igrejas frequentadas pela Colônia Brasileira

Igrejas marcadas em Amarelo	
1	Église de Saint-Roch
2	Église de la Madeleine
3	Église Saint-Augustin
4	Église Saint Pierre de Chaillot
5	Église Saint-Honoré d'Eylau
6	Église de Saint-Roch

Fonte: adaptado pela autora do trabalho de Barbosa, 2019.

Tabela 3 - Residências de famílias de elite que moravam em Paris entre 1896 e 1917

	Endereços	Moradores
1	104, Champs Elysées	Alberto Santos Dumont
2	63, Rue Galilée	Augusto Severo
3	38, Lubeck	Barão de Estrella
4	66, Avenue d'Lena	Barão de Penedo
5	Rua Boissière:	Barão de Santa Anna-Ney
6	10, R. Alsace-Lorraine, Boulogne-sur-Seine	Barão e Baronesa de Muritiba
7	87, Avenue. Henri-Martin	Barão e Baronesa Matos Vieira
8	121, Avenue Haussmann	Baronesa de Itajubá
9	Ville de Paris. Maririe du 8º arrond.	Baroneza do Rio Negro

10	<i>127, Avenue Haussmann</i>	Conde Araguaya
11	<i>Boulevard de la Tour</i>	Conde de Carapebus
12	<i>Avenue du Boi Boulogne-sur-Seine. Paris</i>	Conde e Condessa D'Eu
13	<i>Rue de la Faisanderie</i>	Conde e condessa de Nioac
14	<i>Avenue de Messine</i>	Visconde Santa Vitória
15	<i>Avenue Hoche</i>	Condessa Monteiro de Barros
16	<i>Rue de Laborde</i>	Conde Doublet de Persan e Sra. Januária Heloise de Magalhães Araguaya,
17	<i>194, Rue de Rivolli</i>	Edoardo da Silva Prado
18	<i>1 Rue Scribe</i>	Francisco Luiz Soares de Souza e Mello
19	<i>Rue la Boétie</i>	Henry Boyard
20	<i>29, Champs Elysées</i>	Sr. e Sra. de Araújo
21	<i>55-57, Av. Kléber</i>	Sra. De Porciuncula
22	<i>38-40, Bassano</i>	Srtas. Teixeira Leite
23	<i>Avenue de Friedland</i>	Olyntho de Magalhães
24	<i>14 Pl. du Trocadéro</i>	Raul de Carvalho
25	<i>Rea Raynouard</i>	Sr e Sra. Da Conceição
26	<i>29, Av Bugeaud</i>	Sr e Sra. Régis de Oliveira
27	<i>Place des Malesherbes</i>	Sr. Sra. Piza
28	<i>Rue la Boétie</i>	Sra. A. de Tefé
29	<i>Rue Vignon</i>	Sra. Araújo
30	<i>Avenue Kléber</i>	Sra. Da Porciuncula
31	<i>Rue Pierre Charron</i>	Sra. Harold Hime
32	<i>2, Avenue de Messine</i>	Visconde de Santa Victória

Fonte: adaptado e ampliado pela autora do trabalho de Barbosa, 2019¹⁰⁸

As irmãs Teixeira Leite tinham laços de proximidade com a família real. Para além das relações políticas, presentes por conta dos conhecimentos familiares, há notícias de comparecimento a eventos¹⁰⁹, doações para projetos assistencialistas¹¹⁰, para a construção da igreja de Petrópolis¹¹¹, passeios no Iate Real¹¹². Não seria difícil o recebimento de um título nobilitário. Ao que parece, como não interessou a seu pai, também não era significativo para elas. Pareciam estar confortáveis com o fato de integrar uma nova e moderna conformação, não

¹⁰⁸ Todas as pessoas nomeadas estão constantes em publicações de eventos de natureza pública ou privada em que o nome de Eufrásia Teixeira Leite também ocorre.

¹⁰⁹ Baile na casa do Visconde de Carapebús em Paris, cumprimento à família imperial - *Jornal do Commercio*, Ano 1884, edição 0029, p. 1; *Jornal Mercantil*, ano 1885, edição 0022, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Euf%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=3361. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹¹⁰ Comissão Brasileira para os inermes da França, *Diário do Rio de Janeiro*, 1871, p. 1; Sociedade de Beneficência Brasileira em Paris (Catharino, 1992, p. 104).

¹¹¹ PAIXÃO NETO, Leozírio. **Catedral São Pedro de Alcântara: Relatório Técnico Mapa de Danos & Recomendações de Restauro para o Projeto da Revitalização da Catedral Imperial de Petrópolis e Implantação da Galeria de Arte Auto Expositiva**. Petrópolis RJ, 2020.

¹¹² *Worcester Journal*, 02 jan. 1886, p. 2. Disponível em:

<https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000150/18860102/049/0005>. Acesso em: 23 abr. 2023.

mais serem as sinhazinhas emancipadas, e sim senhoras de seus destinos, capitalistas gestoras de sua renda e sua vida. Depois do exílio da família real, o comparecimento a missas¹¹³, casamentos¹¹⁴, festas e encontros¹¹⁵, visitas e estada na *Avenue du Boi Boulogne-sur-Seine*¹¹⁶, onde certamente encontrava Mariquinhas, filha do amigo de seu pai, o Visconde de Ubá, a baronesa de Muritiba, idas à ópera, enfim, confirmam a relação com a casa imperial brasileira. Esses encontros eram partilhados com outros membros da colônia brasileira, com maior ou menor potência, em especial as famílias mais próximas da família imperial, como os Nioac, os Muritiba, vinculadas por relações de amizade.¹¹⁷ Durante os 37 anos em que foram celebrados os réquiens em homenagem ao imperador e a imperatriz dos quais se tem o registro completo de 25 anos, 66 famílias nobilitadas diferentes (sem considerar a própria Família Imperial, que esteve presente em quase todas as celebrações, sendo representada por pelo menos um de seus membros) estiveram presentes às missas. Observa-se também os Araguaya, os São Joaquim, os Rio Negro, os Itajubá e os Albuquerque (Barbosa, 2019). As Teixeira Leite estiveram indicadas nos documentos que publicizaram esses eventos três dessas ocasiões.

Eufrásia se mantinha presente nos eventos da colônia brasileira. Compareceu, em Cannes, ao casamento do Príncipe Luís, segundo filho da princesa Isabel e futuro herdeiro da casa real brasileira. Para nosso foco de análise, a importância desse evento reside no fato de que:

A cerimônia de casamento é, sem dúvida, o rito privado mais público. Tudo nela é codificado: a composição e a ordem do cortejo, o número e a escolha das damas de honra, a indumentária dos noivos, com o predomínio do branco e do preto, os gestos do “sim”. O pai acompanha a filha até o altar, para entrega-la ao esposo. Mas, antes de proferir o sim sacramental, a jovem volta a cabeça para sua mãe, como que pedindo seu assentimento. Até o final do século XIX, apenas a esposa usa aliança. A aliança masculina, moda estrangeira, passa a fazer parte dos costumes na virada do século, mas sem nenhuma obrigatoriedade (Martin-Fugier, 2009, p. 224).

¹¹³ *Le Figaro*, 29 dez. 1911, p. 3. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k289446p>. Acesso em: 10 jan. 2023 e *The New York Herald*, 29 de dezembro de 1909, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41309496>. Acesso em: 30 jan. 2023.

¹¹⁴ *Le Figaro*, 05 nov. 1908, p. 2. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2882653>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹¹⁵ *The New York Herald* 04 mar. 1902, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41289806>. Acesso em: 30 jan. 2023; 21 abr. 1909, p. 5 Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41306977>. Acesso em: 30 jan. 2023 e 28 abr. 1909, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4130704x>. Acesso em: 30 janeiro 2023.

¹¹⁶ *The New York Herald*, 31 jul. 1909, p. 6. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41307980>. Acesso em: 30 jan. 2023.

¹¹⁷ A família imperial brasileira tem, durante os anos de permanência na Europa, ou mesmo antes deles, no que se refere a brasileiros lá residentes, grupos familiares mais próximos, que são mapeados frente a eventos publicizados, diários de viagem e de fontes epistolares. Sobre elas, há um grande número arquivado no Museu Imperial, em Petrópolis, já passível de acesso por meio eletrônico. Para além de autores que mobilizaram a temática das relações públicas ou privadas da família imperial, como José Murilo de Carvalho (2007), ou como Lília Moritz Schwartz (1998), ou no recente livro de Keila Grinberg e Mariana Muaze (2022). Essa situação encontra-se evidenciada.

Segue a notícia em sua publicação original (Figura 12):

Figura 12 – Notícia do casamento de D. Luís e D. Maria Pia



Fonte: *Le Figaro*, 05 de novembro de 1908, p. 2.¹¹⁸

¹¹⁸ Tradução da autora: Ontem à noite, na Villa Marie-Thérèse, foi esplêndida. Suas Altezas Reais. O Conde e a Condessa de Caserta, recebiam convidados nos salões do térreo, onde estavam expostos, no meio de uma maravilhosa decoração floral, os inúmeros e ricos presentes, cuja lista lhe envie. A música municipal tocava no jardim. Na entrada da sala, estava a Madame Condessa de Caserta, em vestidos de cetim cinza bordados em prata; Madame a Condessa D'Eu em um vestido amarelo coberto de renda brasileira a princesa Pia em um robe rosa com uma soberba tiara oferecida pelo noivo e um colar de pérolas, presente dos augustos pais. Entre os convidados: LL. AA. RR. Infanta Isabelle, Condessa de Girgenti, em damasco verde água com flores de ouro, o infante don Carlos e a princesa Louise da França, em crepe de chine amarelo bordado em prata; Princesa Jean-Georges da Saxônia e da Princesa Marie-Immaculée, em amarelo palha bordado com prata; Príncipe Leopold-August de Saxe-Coburgo e Gotha e Arquiduquesa Caroline, em cetim rosa; lá Princesa Carolina de Bourbon-Sicília condessa

A notícia refere à cerimônia civil do casamento Dom Luís e Dona Maria Pia celebrado às onze horas, na Villa Maria Teresa. O Sr. André Capron, prefeito de Cannes, exerceu as funções de magistrado do estado civil. O filho da Princesa Isabel, o Príncipe Imperial Luís Maria Filipe Pedro de Alcântara Gastão Miguel Rafael Gonzaga de Orléans e Bragança,¹¹⁹ príncipe do Brasil e príncipe de Orléans e Bragança, que se tornou príncipe imperial do Brasil e, portanto, o herdeiro do então já extinto trono imperial brasileiro, a partir de 30 de outubro de 1908, quando o seu irmão, Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança, renunciou.

Em 1908, Luís ficou noivo de uma prima, Maria Pia. O casamento de Dom Luís de Orléans e Bragança e de Maria Pia das Duas Sicílias ocorreu durante os dias 3 e 4 de novembro de 1908. A cerimônia civil foi realizada em 3 de novembro, seguida por uma cerimônia católica romana na Igreja de Notre-Dame de Bon Voyage em Cannes, no dia seguinte. Maria Pia entrou na igreja com seu pai, o Príncipe Afonso, Conde de Caserta. A cerimônia foi presidida pelos abades Lérins de Nápoles e Rynaud, da cúria paroquial. As testemunhas para a princesa Maria Pia foram: o Príncipe Fernando Pio, Duque da Calábria e o Príncipe Carlos, Infante da Espanha, seus irmãos; para Luís de Orléans e Bragança: o Príncipe Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança, seu irmão mais velho, e o Príncipe Roberto d'Orléans, Duque de Chartres, seu tio. Relata-se também presentes usados pela noiva, dados por seus pais e pelo noivo.

Vê-se, na lista de convidados apresentada pelo correspondente, o nome de pessoas nobilitadas muito próximas da família imperial brasileira, como o Barão e a Baronesa de Muritiba, o conde e o condessa Albert de Nioac, Barão e Baronesa de São Joaquim, o Conde de Barral, Barão d'Albuquerque, Barão de Huben, Conde de Araguaya, e, entre outros não nobilitados, Alberto Santos-Dumont e Eufrásia Teixeira-Leite. Considerando o total de convidados para a cerimônia civil, excetuados os pais dos noivos, os irmãos e padrinhos, tanto

André Zamoyska, em um vestido amarelo brilhante Dourado; Duque de Chartres, Duque de Peiithièvre, Príncipe Filipe de Saxe-Coburgo e Gotha, Príncipe Czartoryski, Duque de Calábria, Princesa Josephine e os príncipes Gennaro, Renier, Philippe e Gabriel de Bourbon-Sicílias, príncipes Pedro e Antoine de Orléans e Bragança, Princesa Aurelie Capece-Zarlo, o príncipe e a princesa de la Scaletta, a Marquesa de Najera, o Barão e a Baronesa de Muritiba, o marquês, o marquesa e senhorita de Ruffano, o conde e o condessa Albert de Nioac, Baronesa Baud, Mme Hughes Hallett, General e Viscondessa de Salighac-Fénelon, a Condessa de Guigné, a Barão e Baronesa de São Joaquin, Sra. Ambroise Thomas, o barão e a baronesa Robert Baude, o Visconde de Champeaux, o Barão Duveyrier, prefeito de Cannes e Mme Capron, Conde Blanc, Sr. André de Fouquières, o Conde de Barral, o Visconde d'Orfeuille, M. de Joly, prefeito de Alpes-Maritimes, o Marquês Fioravanti, Barão d'Albuquerque, Barão de Huben, Baronesa de Rôner, M. Santos-Dumont, o conde de Canclaux, o Conde de La Tour-en-Voivre, Senhorita Teixeira-Leite, Conde de Araguaya, Sra. e Senhoritas da Penha e Galogeràs, MM. Sequiera, de Souza, Mello, Hatailton Gatliff, etc.

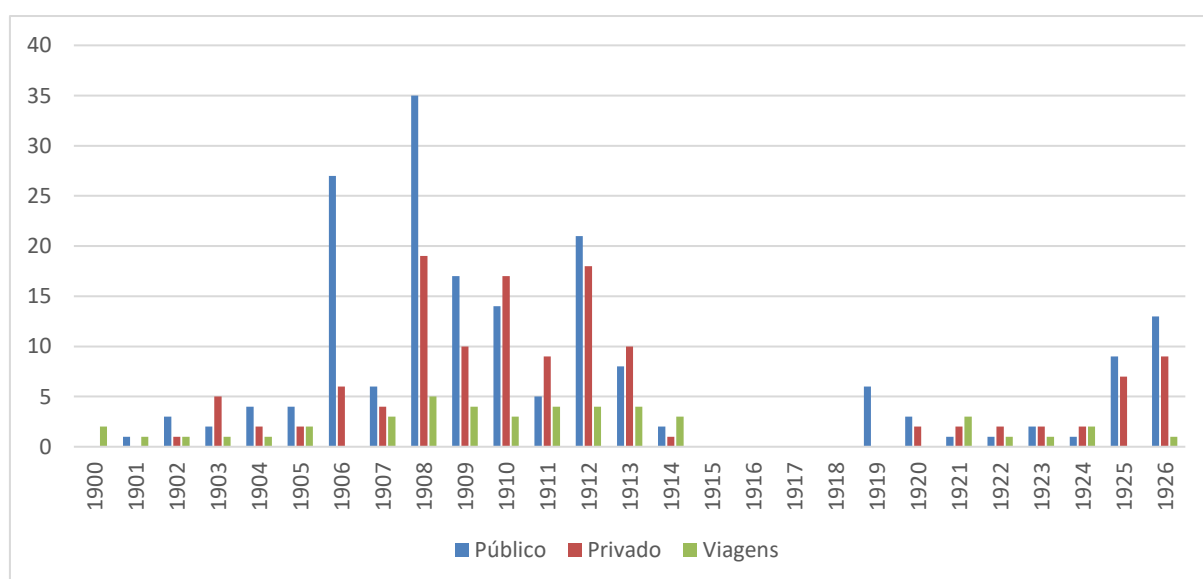
¹¹⁹ Dom Luís é o patriarca do ramo de Vassouras e é conhecido pela alcunha do "Príncipe Perfeito". Ele foi o segundo filho Isabel de Bragança e Gastão de Orléans, o Conde d'Eu.

os do civil quanto os do religioso, 71% possuíam títulos de nobreza, enquanto 29% não os detinha.

A cerimônia conta listado entre os presentes da colônia brasileira um total de 39% como possuidores de algum título nobilitário em contraposição aos 61% que não os possuía. Isso significa dizer que, mesmo que pese o fato de que a notícia é relatada por alguém que seleciona os que privilegia apontar, para efeito de proximidade de relações como a família imperial brasileira, os não nobilitados já assumem um papel quantitativo de maior significância junto as relações mais próximas ao grupo.

Esse padrão também é observável considerando o mapeamento das relações que Eufrásia participava. Frente aos dados obtidos na pesquisa em jornais, dividiremos a análise em dois grupos de eventos, segundo o que entendemos, em potência, permitem gerar uma interação mais direta, frente ao número de participantes, em eventos públicos e privados. Nos públicos, a natureza do encontro é de uma narrativa coletiva. As pessoas transitam em espaços amplos e as atividades são descritas a partir de num grande número de pessoas. Ainda que nelas exista a possibilidade de agrupamento interno em grupos menores, não nos é possível, pela veiculação da notícia, saber como eles se deram. Já nos privados, o grupo de pessoas é menor, e a notícia remonta a especialização do grupo, o que potencializa o espaço de conversação e estruturação de interesses e familiaridades.

Gráfico 1 – Participação anual em eventos segundo o tipo entre 1900 e 1926



Fonte: a autora

O Gráfico 2 apresenta o padrão de ocorrências por tipo de evento noticiado cujo nome

de Eufrásia Teixeira Leite é mencionado. O comportamento sugerido graficamente informa que no primeiro quinquênio há uma relativa estabilidade no perfil de ocorrências, prevalecendo uma flutuação leve entre eventos públicos e privados e mantendo-se um padrão de viagens anuais. No segundo quinquênio, em especial nos anos de 1906 e 1908, percebe-se uma significativa ampliação nos eventos, notadamente os públicos frente aos privados. Desse padrão pode-se inferir que tenha havido a aplicação de uma estratégia de “ver e se deixar ser visto”, o que, como dissemos anteriormente, é um estratagema de construção de pertencimento¹²⁰. No terceiro quinquênio observamos uma tendência à paridade e a diminuição de eventos. Isso pode indicar uma estabilização nessa rede de sociabilidade. O aumento no número de eventos privados e em alguns anos, sua prevalência, nos conduz a inferir que o grupo de afinidades já estava constituído e suficientemente fortalecido. A isso se soma a recorrência de nomes que os frequentavam.¹²¹ O que se fazia era trabalhar para sua manutenção e sustento. No quarto quinquênio deu-se a guerra. O governo transferiu-se para Bordeaux e, durante o conflito, não foram encontradas ocorrências de Eufrásia nos jornais. Ribeiro (2024) informa que ela saiu de Paris e foi para Nice. Durante esta época, esteve ajudando os franceses em ações assistencialistas.

Não voltamos a encontrar ocorrências nominais de eventos em que o nome de Eufrásia ocorra senão em março de 1919, com poucas aparições. Nesse momento, já septuagenária, ela continuava a frequentar eventos públicos, receber e ser recebida. Nos fins de 1923 retorna ao

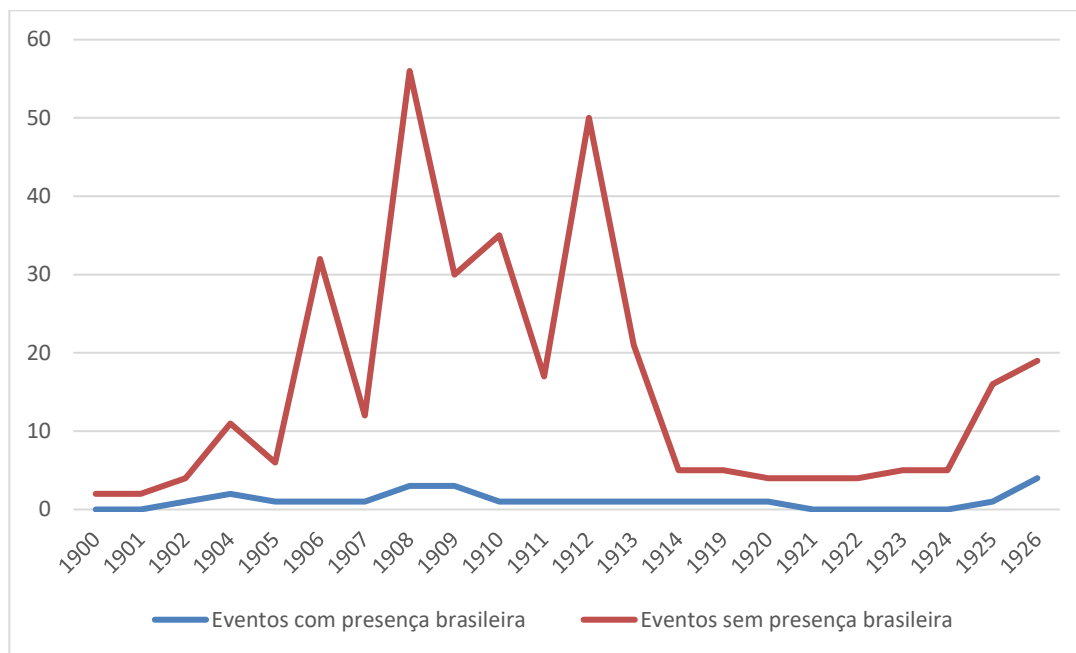
¹²⁰ O conceito mobilizado neste ponto está alinhado com as reflexões de Elias quanto a estabelecidos e outsiders. Pertencer ao grupo, e aí me refiro tanto à elite brasileira em Paris quanto às elites do *grand monde*, significava adotar comportamentos chancelados por eles. Considerando que Eufrásia já não atendia uma dessas expectativas, qual seja, estar casada, era importante que ela apresentasse os predicados observáveis em outros aspectos do comportamento cortês. Embora esse comportamento já não estivesse mais associado a uma designação nobilitária, uma vez que a burguesia vinha assumindo cada vez mais espaços nesses lugares de poder simbólico, não se esperava menos que uma “nobreza de espírito” desses novos membros da elite. Para apoio teórico utilizou-se: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹²¹ No Apêndice F está posta a tabela nominal, no período de 1906 a 1913, daqueles que se frequentavam em eventos, tanto públicos quanto privados, mapeados na rede de Eufrásia. Utilizamos, para esse fim, o método o onomástico, preconizado por Ginzburg (1989). O total de eventos encontrados nesses anos chegou a 234, excetuadas as viagens. Nesses, 141 foram públicos e 90 privados. A média de frequentadores dos eventos públicos era de 78 pessoas, enquanto a dos privados era de 6. Feita a lista nominal de todos os frequentes, por tipo de evento, excluíram-se as ocorrências redundantes de nomes nas notícias que ocorriam duas vezes em jornais diferentes e relacionaram-se os participantes de cada evento. Foi estabelecido um volume mínimo de frequência aos eventos como referência de quantidade relacional de participação de eventos por cada ano. O mínimo de recorrência para a seleção de uma lista menor foi a de 20% de recorrência de aparição nos eventos. Depois, por ano, buscou-se estruturar uma tabela com os nomes que eram frequentes em cada ano. Finalmente, destacou-se aqueles que ocorriam em mais de um ano. Esse processo nos fornece um ponto de partida para pesquisa das redes de Eufrásia pelo conhecimento das atividades desses indivíduos. A escolha por esses anos se deu diante de um dos maiores desafios dessa pesquisa, qual seja, a busca de perfilamento dos partícipes dessas redes. Assim, até o momento, o período que conseguimos nos aproximar mais dessa tarefa, com relativa proporcionalidade, foi o que entendemos no qual a construção e fortalecimento dessas redes é verificável de forma mais explícita frente às fontes alcançáveis, esclareço, entre 1906 e 1913.

Brasil e por aqui passa dez meses¹²². Depois de três anos, volta novamente para o Brasil em 1926, a bordo do Navio Capitão Polono¹²³, onde permaneceria até o final da sua vida.

O que se pode observar pelos dados é que, com o passar dos anos, Eufrásia vai se entrosando cada vez mais com outros grupos. Não quer dizer que ela tenha se afastado dos eventos da colônia brasileira¹²⁴, mas ampliou os contatos e relações.

Gráfico 2 – Eventos mapeados segundo ano de participação



Fonte: A autora

Esse afastamento fica mais evidenciado (Gráfico 2) após a morte da Princesa Isabel, em 1921. O perfil de frequência mais acentuado a eventos sociais promovidos pela Condessa D’Eu está mais fortemente vinculado a essa associação. Uma das exceções é o concerto dado pela cantora e compositora Gina de Araújo, admitida como membro da *Société des Auteurs et Compositeurs de Musique*, havia pouco mais de um ano, na casa de sua mãe, em homenagem à

¹²² Essa notícia está disposta no jornal *Le Gaulois*, de 16 ago. 1924, p. 6. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k539883k>. Acesso em: 23 jan. 2023. No entanto, não foi possível localizar, até o momento, nos navios que fizeram a travessia no período traçado, nenhuma referência ao nome de Eufrásia Teixeira Leite, quer seja no embarque ou no desembarque. Também não há menção a nenhum evento que tenha participado nos jornais brasileiros ou correspondência dessa natureza nas cartas do museu Casa da Hera.

¹²³ *The New York Herald*, 11 nov. 1926, p. 6. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bd6t52317j>. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹²⁴ Outro desafio desta pesquisa foi o mapeamento da “segunda geração” dessa colônia. Como mencionamos anteriormente, o casamento foi uma das estratégias de amalgamação entre as elites brasileiras residentes em Paris e as estrangeiras. Havia moças que se casavam com membros da nobreza estrangeira e assumiam o nome do marido. Nos jornais, há ocasiões em que encontramos pistas desse fato. Para além das notícias dos casamentos em si, menciona-se a anterioridade do nome na expressão, geralmente entre parêntese, “née sobrenome de solteira”. Quando isso não ocorre, resta a pesquisa nominal, ao qual, diante do tempo, não nos será viável concluir antes do término do prazo formalizado desta pesquisa, pelo que nos aguardam futuros trabalhos.

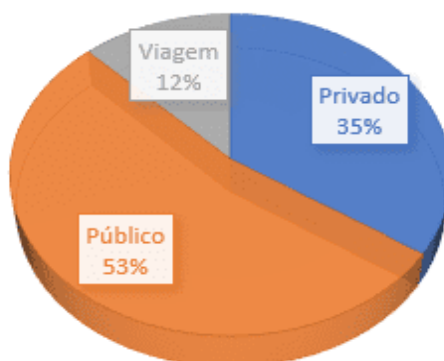
passagem da Condessa Joseph Potocka em Paris. Diversos brasileiros estavam na plateia junto à Eufrasia, como a baronesa de São Joaquim, a família Ramos, a família A. de Teffé von Hoonholtz, barão de Nioac, entre outros convidados.¹²⁵ E, mesmo em um evento promovido pelo Embaixador Luís de Souza Dantas, em 1925, os remanescentes da colônia original, como nossa personagem, os Nioac, os Ramos, os Maia Monteiro, foram convidados a comparecer a uma exposição em homenagem ao príncipe Pedro de Orleans e Bragança.¹²⁶

O que os dados mostram é que ela vai conformando o ciclo com outros padrões. Eufrásia vai mobilizando esforços para participar de uma sociabilidade mundana.¹²⁷

Assim, cada vez mais nossa personagem se aproxima dessa elite parisiense e vai construindo estratégias de formação de redes de sociabilidades nesses eventos, uma vez que eles a permitem associar-se com pessoas que estão no exercício do poder de fato e de direito, de várias nações europeias, pessoalmente ou por seu ciclo de parentesco próximo.

Dos eventos noticiados, 12% referem a viagens, 35% a eventos privados e 53% a eventos públicos, segundo demonstrado no Gráfico 4, abaixo:

Gráfico 3 – Percentual de eventos noticiados em jornais internacionais entre 1900 e 1926.



Fonte: a autora

No período estabelecido como recorte, há uma prevalência de eventos públicos sobre os privados, excetuando-se dois anos; o de 1910 e o de 1913. O que teria causado essa mudança

¹²⁵ *L'Illustré parisien*. 28 de dezembro de 1906, p. 2. Disponível em: [https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bd6t596524n/f3.image.r=Teixeira Leite](https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bd6t596524n/f3.image.r=Teixeira%20Leite). Acesso em: 15 jan. 2023.

¹²⁶ *The New York Herald*. 06 jun. 1925, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bd6t52069t>. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹²⁷ Sociabilidade mundana é um termo relativo a sociabilidade parisiense da época. Eles creditavam a Paris um espaço de convergência de elites do mundo todo e, dessas elites, esperava-se um certo tipo de comportamento e atitudes. Por isso, até mesmo nas colunas dos jornais pesquisados, havia referência a essa expressão. Então, o termo assumia um contexto “mundial” de padronização de fazeres cortesies. No dicionário do Google: adjetivo 1. relativo a ou próprio do mundo (esp. material). 2. que caracteriza o mundo (‘vida em sociedade’) em seus aspectos convencionais e superficiais (formalidades, etiquetas etc.). Acesso em: 11 jun. 2024.

de padrão? Existem duas possibilidades. A primeira é a diminuição de eventos públicos ocorridos naqueles anos em que Eufrásia tenha sido convidada ou intentasse participar, ou ainda que os jornalistas a desejavam notabilizá-la, que é o que parece ter acontecido em 1910. A segunda, mais coerente com os eventos de 1913, deve-se ao fato de Eufrásia ter ficado doente. Nas cartas enviadas por ela a Nabuco, constantes no livro de Neuza Fernandes, em três momentos há referências explícitas a processos de adoecimento associados a febre, prostração e mal-estar (Eufrásia Teixeira Leite *apud* Fernandes, 2012). Também nelas há menção ao cuidado, ida a espaços abertos ou estadas próximas ao mar. Um dos tratamentos médicos indicados para doenças respiratórias, como bronquite, pneumonia e, inclusive, a temida tuberculose, era a climoterapia. Essa solução parece ter sido a de escolha nos anos anteriores, pela descrição de visitas à Normandia, a Nice ou mesmo à Riviera Francesa, como evidenciado no ano em questão.¹²⁸

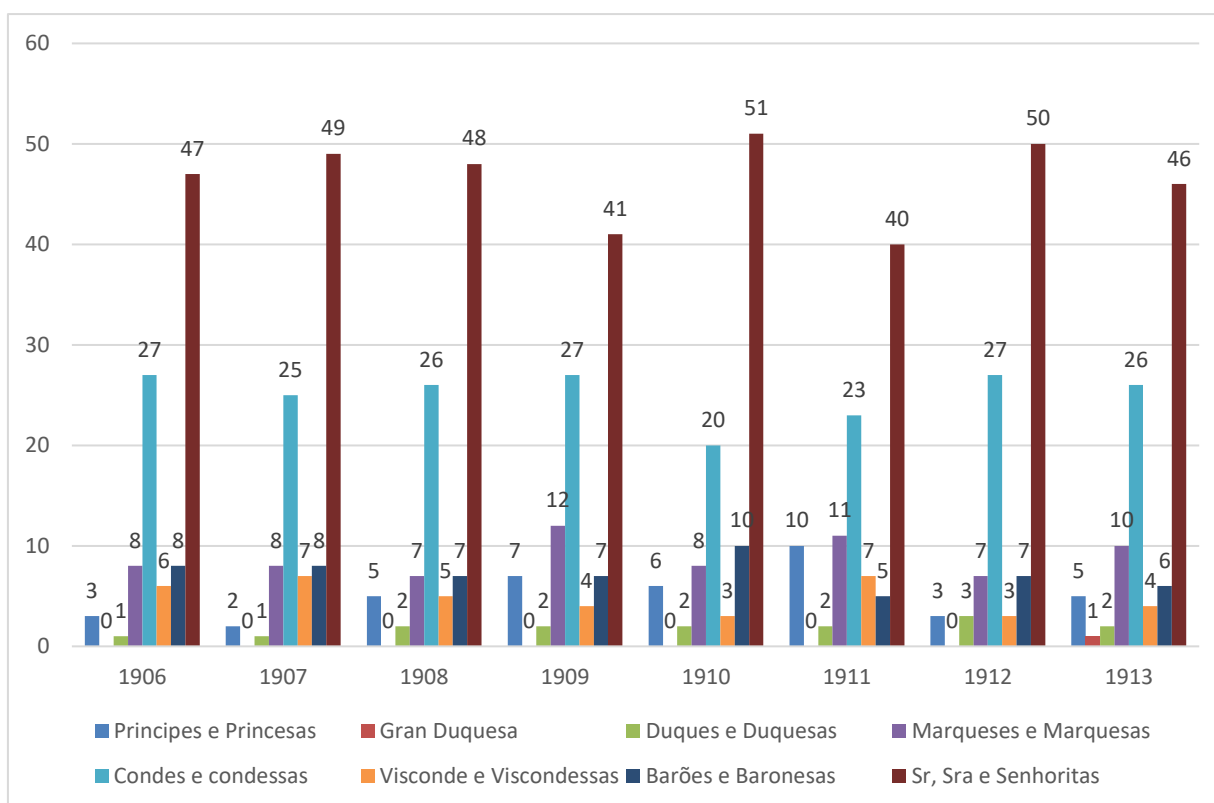
O período do ano em que Eufrásia se afastou para se restabelecer coincide com aquele indicado por Alice Bernard (2004) como sendo o de maior ocorrência de eventos sociais. Então, no biênio 1912/1913, percebe-se a diminuição geral na participação de eventos, e o aumento do comparecimento a eventos privados, em potência, menos danosos a uma pessoa em processo de convalescença.

No gráfico abaixo, podemos observar como se compunham os grupos que Eufrásia transitava, segundo seu estado nobilitário, em percentil¹²⁹, entre 1906 e 1913, cumpre esclarecer, na faixa de maior ocorrência de participação de eventos.

¹²⁸ Nos jornais há indicação de um longo período de recuperação da saúde de Eufrásia. No início de 1911, há notícias de um processo de recuperação de uma forte bronquite (*The New York Herald*, 20 fev. 1911, p. 5). Recai novamente em 1913 (*The New York Herald*, 15 fev. 1913, p. 5) e só retorna de sua estadia de convalescença em fins de setembro (*Le Figaro*, 28 set. 1913, p. 8).

¹²⁹ A quantidade de ocorrências do nome de Eufrásia em cada um dos anos pesquisados foi bastante diversificada, assim como o número de pessoas presentes nos eventos também variou bastante. Houve muitas variáveis a serem consideradas: o número de eventos de cada período, o tipo de evento, o número de pessoas por evento, a identificação, ou não, de pertencimento à nobreza. A solução foi estabelecer um percentual de pessoas por tipo de evento a cada ano. Assim, obtém-se uma visão do volume de pessoas por tipo, relativa à quantidade de cada ano. Como forma de unificar a base de dados e facilitar a interpretação gráfica, optou-se por representá-los em percentis, considerando o número de ocorrências anuais, o total de participantes por ocorrência e a posse ou não de título nobilitário. Dessa forma, temos os dados estratificados por categoria, segundo o percentil relativo a cada uma delas nos eventos anuais. Assim, independentemente do número de ocorrências e de pessoas, há uma homogeneidade nos estratos dos dados.

Gráfico 4 – Pessoas segundo condição nobilitária – 1906 até 1913



Fonte: a autora¹³⁰

Com efeito, há no grupo de pessoas que circulavam nos eventos frequentados por Eufrásia Teixeira Leite uma paridade entre os nobilitados e pessoas sem título de nobreza. Isso indica que os espaços de notabilidade merecedores de destaque nos jornais já estavam sendo compartilhados entre a nobreza e os enriquecidos pelo capital, como ela própria, ou pela indústria. Destacam-se, no Apêndice F, nomes como o da Sra. Legrand, cuja família já se firmava com a produção de materiais elétricos, devido à expertise anteriormente consolidada com a fabricação de porcelana, assim como a Senhora Adolphe Oppenheim, cujo marido estava envolvido com a direção do banco da Bélgica, fábricas de papel, companhia ferroviária de Antuérpia a Gante, entre outros empreendimentos. Observa-se, no ano de 1909, o nome da Baronesa de Itajubá. Para além da frequência a eventos associados a elites residentes, como ir à ópera, a Longchamp ou ao hipódromo, também é frequente a participação nas atividades da colônia brasileira¹³¹. Ainda assim, em especial nos eventos privados, o que sobressai é a

¹³⁰ Nesse gráfico, os números colocados representam o percentil de cada categoria segundo o número absoluto de entradas nominais de cada ano, desde 1902, que variaram deste no número mais baixo, de 127 a 1327 entradas nominais por ano. Na elaboração, foram suprimidas as redundâncias, tanto de nomes quanto de eventos.

¹³¹ Recepção oferecida pela Condessa D'Eu. *New York Herald*, 21 abr. 1909, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41306977>. Acesso em: 14 jan. 2023. Recepção oferecida pela Condessa D'Eu a sua nora. *New York Herald*, 28 abr. 1909, p. 5. Disponível em:

frequência da elite nobilitária não apenas francesa, mas as de outros países, que para lá convergiam.

Dessa forma, Eufrásia conduzia seu grupo de relações publicizadas de modo a poder circular entre a nobreza, que, embora tenha sido formalmente destituída de privilégios legais e institucionais,¹³² detinha a opinião social, possuía importância e uma função distintas na sociedade burguesa e profissional, cujos elementos também estão circunscritos nessas relações. Este cenário, de contexto limítrofe, entre a antiga elite e a elite emergente, se observa que entre os grupos de sociabilidades de Eufrásia, 53% deles eram nomeados como detentores de títulos de nobreza, enquanto os 47 % restantes não foram identificados segundo essa condição.

Foram feitos dois estudos comparativos nos dois blocos de dados disponíveis. O anterior a 1914 e em momento posterior, já com menor ocorrência de eventos, de 1919 a 1926. Embora com mostras menos significativas, o padrão de perfilamento das sociabilidades não sofre alteração consubstancial.

Os eventos também aproximavam Eufrásia dos governos de países estrangeiros. Apenas pela designação nas notícias dos jornais, mapeadas nos anos de 1908 a 1910, foi possível identificar a presença comum em encontros com os embaixadores da Alemanha¹³³, Império Austro-Húngaro¹³⁴, Estados Unidos da América¹³⁵, Inglaterra¹³⁶, França¹³⁷, Noruega¹³⁸ e Rússia¹³⁹. Para além desses, também com os ministros da Bélgica¹⁴⁰, Pérsia¹⁴¹, Portugal, França

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4130704x>. Acesso em: 14 jan. 2023. Requiem do Imperador Pedro II, *New York Herald*, 05 de dezembro de 1909, p. 5. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4130925s>. Acesso em: 03 jan. 2023.

¹³² SAINT MARTIN, M. Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX. *Mana*, v. 8, n. 2, p. 127–149, out. 2002.

¹³³ *Le Figaro: journal non politique*, 28 maio 1908, p. 2. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k288103z>. Acesso em: 07 jan. 2023. *The New York Herald*, 06 jul. 1909, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41307735>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹³⁴ *The New York Herald*, 08 jun. 1908, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4132477d>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹³⁵ *The New York Herald*, 15 de dezembro de 1908, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4132667q>. Acesso em: 09 jan. 2023 e 19 maio 1908, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4132457n>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹³⁶ *The New York Herald*, 07 abr. 1908, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41324159>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹³⁷ *The New York Herald*, 02 jun. 1908, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4132471x>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹³⁸ *The New York Herald*, 07 abr. 1908, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41324159>. Acesso em: 09 jan. 2023 e 15 dez. 1908, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4132667q>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹³⁹ *The New York Herald*, 15 jul. 1908, p. 5. Disponível em: Acesso em: 09 jan. 2023 e 17 de novembro de 1908, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4132639d>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹⁴⁰ *The New York Herald*, 25 jan. 1909, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4130611q>. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁴¹ *The New York Herald*, 14 abr. 1909, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4130690b>. Acesso em: 12 jan. 2023.

e do próprio Brasil¹⁴².

As irmãs Teixeira Leite residiram em uma das maiores cidades do mundo naquele período, envoltas na mesma conjuntura social da qual emergiu a alta costura. Os locais que possibilitavam o enredamento de suas sociabilidades prescindiam do seu interesse por peças de alta-costura, pela participação em entidades de beneficência, pelo interesse e apoio à ópera e artes. Tudo isso reforçava a sua condição de mulher de elite; entrementes, pôde demonstrar sua intenção de estar atenta às novidades, não só no que dizia respeito a aspectos estéticos, culturais e artísticos de seu tempo.¹⁴³ Considerar as escolhas e a agência de Eufrásia perpassa por atentar aos elementos simbólicos associados às mulheres de elite nos fins do século XIX, início do XX, e compreender a cultura do período que se estuda como “[...] uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um.” (Ginzburg, 2006, p. 20).

Eufrásia viveu em Paris, com breves períodos de retorno ao Brasil, durante 53 anos. Integrou-se à sociedade francesa, sendo sua presença constante nos salões e eventos. Mas isso não a afastou do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro, tampouco de Vassouras, sua cidade natal. No próximo capítulo, vamos nos dedicar a explorar essa relação transnacional.

¹⁴² *The New York Herald*, 17 jul. 1910, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41297817>. Acesso em: 23 jan. 2023.

¹⁴³ Os vestidos, hoje, são musealizados na casa da Hera e chegaram após o inventário, e isso significa dizer que eles ficaram guardados na casa em Paris. Igualmente musealizada a pintura de Carolus Duran, assinada em 1887, que na ocasião era pintor em ascensão na França, sendo posteriormente fundador da Sociedade Nacional de Belas Artes, da qual falaremos adiante.

3 Capítulo 3: Entre dois continentes - “Deixo as minhas primas e amigas, como lembrança, para cada uma dessas [...]”

Neste capítulo analisaremos a escrita epistolar de Eufrásia para seus funcionários em Vassouras e em Paris. Há diversas cartas trocadas entre Eufrásia, seus parentes e amigos de Vassouras, assim como as enviadas ao “amigo” Joaquim Nabuco, transcritas e disponíveis na integralidade pelo livro de Neuza Fernandes (2012). Da mesma forma, no inventário, encontram-se cartas dirigidas a parentes e seu administrador Guggenheim. Demonstraremos que, embora distante, por suas cartas, manteve contatos com a família e geriu projetos no Brasil que se alinhavam aos seus desejos. Listaremos, considerando o que é descrito no testamento, os projetos póstumos. Lançaremos nosso olhar para dois focos de pesquisa: a correspondência de seus contatos dentro e fora do Brasil e com a família, abordando como se davam as relações familiares de Eufrásia. Falaremos também da atuação de outras mulheres de ambos os troncos familiares e de mulheres do Vale, que permitem reconsiderar o tradicional consenso historiográfico, segundo o qual a mulher de elite no Vale do Paraíba fluminense é vista como ator secundário. Também mapearemos as ações sociais, filantrópicas e econômicas que Eufrásia realizou no Brasil, tentando entender em que medida tais ações apresentavam-se coerentes com o papel de uma mulher de elite, e em que contexto essa construção se mostrou efetiva, considerando os processos testamentários.

Frente à alargada composição familiar de ambas as ascendências de nossa personagem, para ilustrar mais propriamente os componentes familiares, foram elaboradas árvores genealógicas das famílias Corrêa e Castro e Teixeira Leite até a segunda geração, no Apêndice H. Outra característica é que mantemos os nomes de batismo das mulheres, uma vez que, quando, ao se casarem, assumiram o nome de família de seus esposos, o que dificulta a pesquisa da descendência a partir da terceira geração.

3.1 A correspondência com a família

A presente tese, em diversos aspectos, aborda os desafios de reconstruir uma rede que, embora provavelmente tenha sido bastante extensa, deixou pequenas evidências de sua existência, funcionamento e amplitude. Ainda hoje, considerando o volume e consistência, o maior interlocutor com registros formais de comunicação conhecido de Eufrásia permanece sendo, de longe, Joaquim Nabuco. Trata-se do conjunto já mencionado de 28 missivas escritas para ele, originalmente depositadas na Fundação Joaquim Nabuco, disponibilizadas por *fac-*

simile através do livro **Eufrásia e Nabuco**, de Neusa Fernandes (2012), relatando as idas e vindas do relacionamento que mantiveram por mais de 13 anos.

No que se refere aos negócios realizados por Eufrásia, sabemos que ela possuía em sua residência em Paris um aparelho telefônico, mas havia também alguns exemplares de escritos, entre cartas, telegramas e cartões, os quais acessamos no acervo do Museu Casa de Hera, tratando de questões relativas à manutenção do imóvel e às situações cotidianas dos fazeres e mandados de seu restauro. Há aqueles que tratam de aquisição de bens e serviços e outras tantas que discutem trivialidades, ao que parece, buscando estruturar ou amalgamar relações.¹⁴⁴ Existem também as cartas presentes nos Inventários post-mortem da personagem, e suas contestações, agregadas como evidências do que se pretendia comprovar na ocasião.

Em contrapartida, a trajetória de Francisca permanece envolta em relativa obscuridade, haja vista a escassez de vestígios substanciais que a identifiquem como indivíduo. As referências à sua existência são indiretas, por notícias em jornais em que ambas¹⁴⁵ são mencionadas e, no maior dos casos, provenientes de documentos associados a Eufrásia, ou a membros de sua família.

Ainda que o Museu Casa da Hera em si não contenha a totalidades da correspondência escritas para Eufrásia ou sua irmã, seu arquivo mantém 201 documentos, em grande parte missivas e cartões, grafados em português, francês e inglês. Embora toda a amostra pareça destinada aos olhos de Eufrásia, em especial aquelas escritas após a morte de Francisca, não há indicação de que o conteúdo das missivas do MCH até 1899 seja estritamente privado: o material deve ter sido lido ocasionalmente por ambas as irmãs e, na maior parte das vezes, não é possível determinar o destinatário exato para qual o documento textual foi dirigido. Mesmo ao assumirmos que ele seria destinado a Eufrásia, o fato de que ela e Francisca viveram sob o mesmo teto e que pareciam desfrutar de uma vida social compartilhada é importante. São raros, durante o período em que estiveram juntas, quer no estrangeiro, quer no Brasil, os eventos noticiados em que se menciona somente Eufrásia.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Apresentamos, no Apêndice G, uma relação da correspondência analisada, por tipo, tombo, data e assunto.

¹⁴⁵ No Brasil temos, por exemplo, uma notícia de 1884 em que ambas são mencionadas em um evento em que se cumprimentou o Imperador por ocasião de seu aniversário. *Jornal do Commercio (RJ)* de 24 out. 1884, p. 1. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Euf%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=11535 Acesso em: 22 jan. 2023. E no jornal *O Vassourense*, de 14 dez. 1884, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217930&pesq=%22Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=616> Acesso em: 22 jan. 2023.

¹⁴⁶ Para além dos listados na página XX, publicados na imprensa francesa, apresentamos este, escrito em inglês, que relata a participação das irmãs Teixeira Leite em 22 abr. 1893 em um evento de caridade. Le Franco-

Esse acervo, musealizado no MCH, é integrado por cartas, cartões de visitas, envelopes e telegramas. Contudo, ainda que adotemos uma percepção mais abrangente de arquivo pessoal, a ausência das cartas escritas por Eufrásia ou Francisca, entre os documentos dessa natureza lá depositados, impede-nos de recriar um fluxo bilateral de escrita, posto que a totalidade do material tombado se constitui em mensagens recebidas. Ainda assim, esse acervo reforça o conceito da potência da ressignificação de contatos em encontros públicos, conforme categorizamos no capítulo anterior, ao mapear as redes de sociabilidade e de relações por meio de ocorrências nominais em jornais no estrangeiro. Repetiremos esse processo utilizando as notícias vinculadas aos jornais brasileiros nesse capítulo, em que pese o volume de ocorrências ser mais singelo do que o encontrado anteriormente¹⁴⁷. Em relação às cartas e cartões, há, no acervo do MCH, pelo menos quatro documentos que corroboram essa perspectiva, que apresentaremos mais adiante.

Para além das cartas, também os cartões depositados no MCH, como esperado, geralmente não têm data. Eles são usados como conversas cotidianas comuns, mencionando algo útil, mas, por força da mídia, com potencial de comunicabilidade muito breve. Era esperado que fossem lidos o mais rápido possível, para que o destinatário estivesse informado de algo, uma pequena mensagem de cumprimentos e agradecimentos, ou mesmo a lembrança de um encontro. Para efeito de nossa investigação, menos nos importa a mensagem, mas quem o enviou. Sempre veremos o nome do remetente com, às vezes, um endereço ou uma patente de nobreza nele, geralmente com uma letra miúda. Podemos abordar esses arquivos como evidências de uma conversa fluida, incluindo a possibilidade/antecipação de encontros mais próximos.

No que se refere às cartas, a distinção entre o envelope e o conteúdo epistolar revela-se metodologicamente relevante, uma vez que as informações legíveis acerca dos remetentes, quando existentes, encontram-se geralmente no envelope — elemento que, em muitos casos, não foi preservado. Os envelopes, por sua vez, frequentemente apresentam alterações físicas, tais como cortes resultantes da remoção de selos, rasgos ou ainda a ausência de identificação nominal dos remetentes, contendo apenas dados genéricos dos destinatários. Tal cenário impõe um desafio adicional à pesquisa: a identificação dos remetentes. Em algumas ocasiões, essa informação encontra-se explícita na carta ou no envelope correspondente; em outras, limita-se

Americain, 15 abr. 1893. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8772619/f3.item.r=Teixeira%20Leite.zoom> Acesso em: 25 jan. 2023.

¹⁴⁷ A maior parte dos dados são provenientes ao período mais alargando que as irmãs estiveram no Brasil, entre 1884 e 1886.

a uma assinatura cuja autoria é inferida por semelhança com outros documentos previamente identificados. Há, ainda, casos em que a autoria é atribuída com base no conteúdo temático ou na continuidade dos eventos descritos ao longo da correspondência.

No grupo de fontes que mobilizamos nesse esforço, para além do disponível no MCH, listamos as cartas apensadas ou informadas no processo judicial de inventário pela Execução do testamento de Eufrásia Teixeira Leite. Através das fontes foi possível rastrear o contato com ambos os ramos familiares, em épocas distintas das vidas de Francisca e Eufrásia. Isso nos servirá para complexificar as afirmações de um afastamento intencional das irmãs e, posteriormente, da nossa personagem principal, quanto às relações familiares, motivo frequentemente usado quando se consideram as razões da quase inexistência de nomeação familiar no legado testamentário.

A organização do conjunto documental atualmente disponível no MCH teve início com o falecimento de Eufrásia, quer pela publicitação desses documentos nos diversos processos judiciais, quer pelo acesso formatizado, considerando a musealização disposta no testamento, hoje disponível no IPHAN de Vassouras, no qual se observa resultado da atuação diligente dos executores testamentários, os irmãos Raul Fernandes e Antônio José Fernandes Júnior, que eram primos de nossa personagem.

A Figura 13 apresenta o conjunto de volumes referentes apenas à primeira fase do processo judicial do testamento e inventário de Eufrásia Teixeira Leite. Sequencialmente, os três primeiros volumes são as primeiras declarações e as solicitações de levantamentos aos bancos em que se conhecia que Eufrásia tinha negócios, uma vez que no testamento ela não declara formalmente seu patrimônio, senão aqueles que são legados especificamente pelo documento. É curioso notar os volumes II, V e VI, visualmente mais robustos. Neles estão apresentadas a maioria das informações bancárias do portfólio de ações de Eufrásia Teixeira Leite. As primeiras prestações de contas estão no volume VII e seus apêndices, referentes aos bens no Brasil, feitas por Antônio Fernandes Júnior e dos bens do exterior, por Raul Fernandes. A sentença para o primeiro pagamento referente aos valores do espólio foi expedida em 07 de junho de 1934.

Os irmãos Fernandes realizaram um levantamento minucioso e de organização, que resultou na compilação de 17 volumes — um trabalho que transcende a mera reunião de documentos jurídicos.

Figura 13 - conjunto de volumes referentes à primeira fase do processo Judicial do Testamento e Inventário de Eufrásia Teixeira Leite



Capa do inventário de Eufrásia Teixeira Leite. Iphan, item 105.664.823.001

Essa coleção abrange não apenas o testamento e os inventários, mas também registros de movimentações bancárias, detalhamento de despesas e receitas ao longo da execução testamentária, recursos jurídicos interpostos, além de uma expressiva variedade de evidências documentais. Entre os itens reunidos encontram-se notas fiscais, extratos bancários, bilhetes, correspondências e declarações manuscritas de diversos indivíduos envolvidos no processo, o qual se iniciou imediatamente após o falecimento de Eufrásia. No decorrer das mais de duas décadas os dois desempenharam papéis estratégicos, dividindo-se de forma planejada quanto às atribuições relacionadas à gestão do espólio. A escolha de ambos por Eufrásia para executores do testamento pode ter sido perfilada considerando o parentesco, se bem que eles não eram os únicos primos causídicos na família, assim como pelos contatos de Antônio e Raul

com amigos comuns, como os Calvet¹⁴⁸, os Guinle¹⁴⁹ e os Grafree. O escritório dos Irmãos Fernandes funcionava desde 1906, no Ed. Guinle, sito à Av. Rio Branco, 135, na Capital Federal.¹⁵⁰ Ele era responsável por dar assistência legal a várias empresas. No que se refere a suas vontades finais, há indícios de que a atuação de Antônio em sua confecção é anterior ao testamento, frente a familiaridade no tratamento dela com Antônio, que, segundo cartas apensadas na contestação, já mediava tratativas com a Congregação *Regina Coeli* para um encontro em Vassouras entre a superiora e Eufrásia em Vassouras.

Raul Fernandes e Antônio José Fernandes Júnior tiveram grande destaque na vida pública: este, advogado, promotor, juiz e deputado, e aquele, deputado, presidente do Estado do Rio de Janeiro, embaixador na Bélgica e ministro das Relações Exteriores. Dedicaram-se anos a fio para fazer cumprir as vontades de Eufrásia. Antônio, tendo falecido em 15 de outubro de 1946¹⁵¹, não conseguiu ver todo o esforço personificado. Raul, por mais jovem entre os irmãos e mais longo, logrou êxito em fazer cumprir o testamento em sua plenitude. Para além disso, a escolha de Raul como testador foi uma das estratégias de Eufrásia para a consecução dos legados expressos no testamento. Para dimensionar a relevância da escolha, faremos uma breve análise da atuação dos casuísticos nesse instrumento em particular e, como advogados e, no caso de Raul, embaixador. Nosso recorte temporal se circunscreve, então, entre 1930, por início do processo sucessório, até 1949¹⁵², com a ultimação dos arranjos para o cumprimento dos desejos testados.¹⁵³

¹⁴⁸ A Chácara Calvet, terreno vizinho da Chácara de Hera, foi comprada por Eufrásia em 07 abr. 1924, segundo informa o documento em anexo (Anexo IV). O Dr. José de Paiva Magalhães Calvet, destaca-se entre os componentes do corpo da burocracia imperial em Vassouras, tendo sido nomeado juiz municipal em 1867 (Raposo, 1978). Novamente, o nome de família é encontrado no Almanaque de 1885, com dois de seus filhos nos itens de capitalistas e proprietários, de fazendeiros e de chefes de polícia. PETRUCCELLI, José Luis. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abr. 1999, p. 134-147. Disponível em:

<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/150/146/351> Acesso em: 23 fev. 2023.

¹⁴⁹ A proximidade dos irmãos Fernandes com a Família Guinle é evidenciada em muitas frentes. Na tese de 2012 - *Eleticidade no Brasil da primeira república: a CBEE e os Guinle no Distrito Federal (1904-1923)*, Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen aponta a proximidade de Raul com a empresa de eletricidade da Família Guinle e aduz outros empreendimentos daquele grupo familiar em que Antônio ou Raul estariam associados. O escritório dos irmãos fica no prédio da família no centro do Rio, e o Antônio representa-os em instâncias recursais.

¹⁵⁰ Entre o rol de clientes de Raul Fernandes estão a família Guinle, que ele assistiu por 50 anos. Era ele, segundo Antônio Gontijo de Carvalho, amigo de Guilherme Guinle (CARVALHO, 1956).

¹⁵¹ *A Noite (RJ)*, 10 out. 1946, p. 4. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&Pesq=%22Ant%20Jos%20Fernandes%20J%20banior%22&pagfis=42737. 22 fev. 2023

¹⁵² Essa data pode ser alargada frente à finalização, de fato, das disposições testamentárias de Eufrásia. O MCH foi inaugurado em 1968, embora o tombamento tenha ocorrido em 1952. O SENAI, escola que assumiu o legado de Eufrásia para os 50 meninos, foi inaugurado em 1955. Raul morreu em janeiro de 1968.

¹⁵³ Um dos desafios dos testadores foi a efetiva realização da construção do Educandário masculino conforme atestado no documento de última vontade de Eufrásia. Informam Melo e Falci (2003) que os padres Salesianos do Colégio Santa Rosa de Niterói declinaram do aceite do bem testado. Cabia, então, aos testadores e à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia a busca de quem se dispusesse a cumpri-las. Embora a Pedra Fundamental tenha sido lançada em dezembro de 1938, o SENAI, de fato, só iniciou sua construção em 1949, iniciando suas atividades em

Antônio José Fernandes Júnior e Raul Fernandes, são, respectivamente, o mais velho e o caçula dos filhos do terceiro casamento do médico, professor e político Antônio José Fernandes, que tomou como esposa Isabel Peregrina Pinheiro de Souza Werneck, filha do Visconde de Ipiabas.

Na cidade de Vassouras aprendeu as primeiras letras e manteve seu domicílio eleitoral. De acordo com seu biógrafo, Antônio Gontijo de Carvalho, que “Valença e Vassouras, das terras entrelaçadas na vida de Raul Fernandes. Se a primeira deve o pão da infância e da juventude, a segunda lhe é credora do sucesso dos triunfos iniciais na advocacia e na política” (Carvalho, 1956).

Ambos bacharéis em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, Antônio em 1893 e Raul em 1898. Mantiveram-se advogando em Barra do Pirai e Vassouras até a morte de seu irmão mais velho, José Avellar Fernandes, ocasião em que se transferiram para o Distrito Federal. Seu pai, por casamento anterior, possuía laços de consanguinidade com os Avellar. Ambas as famílias eram grandes produtoras de café, e certamente, eram comissionados da Casa Teixeira Leite & Sobrinhos¹⁵⁴, montada pelo tio de Eufrásia Teixeira Leite, Francisco José Teixeira Leite, o Barão de Vassouras, e seu pai, Joaquim José Teixeira Leite.¹⁵⁵

Antônio era notabilizado pelo seu saber jurídico¹⁵⁶, considerado um especialista em Direito Comercial e atuava em inventários *post-mortem* de famílias ligadas ao Vale do Café.¹⁵⁷ Mantinha também proximidade com as mesmas por relações de compadrio¹⁵⁸. Frequentava Vassouras, tendo, sua família, casa na cidade¹⁵⁹, embora residentes no Rio de Janeiro.

1955, por negociação capitaneada por Raul Fernandes. (Melo; Falci, 2003). Então, entendendo que Raul Fernandes acompanhou esse processo e esteve na inauguração da escola, foram 25 anos de cuidados com a expressão da vontade de Eufrásia.

¹⁵⁴ Para maiores informações sobre a casa de commercio veja (Falci; Melo, 2012, p. 15-57).

¹⁵⁵ A respeito do Visconde de Ipiabas e da família Werneck, lideranças do Partido Conservador da Província do RJ, cf. MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Squarema. São Paulo: HUCITEC, 1987.

¹⁵⁶ *Gazeta de Notícias* (RJ), de 17 de outubro de 1946, p. 14. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Jos%C3%A9%20Fernandes%20J%C3%BAnior%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28938.

Acesso em: 23 fev. 2024.

¹⁵⁷ Um exemplo dessa atuação refere-se à contestação dos valores referentes à Fazenda de Palmas, presente no Inventário do 2º barão do Amparo, Joaquim Gomes Leite de Carvalho, de 1921. Antônio representava dois dos sucessores, Doutor Horácio Gomes Leite de Carvalho e Georges Joachim Albert Henri Gielem. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/702-barao-do-amparo-1921>.

¹⁵⁸ *A Noite* (RJ), de 22 dez. 1943, p. 4. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Jos%C3%A9%20Fernandes%20J%C3%BAnior%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=24499 Acesso em: 23 fev. 2023

¹⁵⁹ No *Jornal do Commercio* de 20 de setembro de 1941 há a notícia do casamento do filho de Antônio José, o também advogado Roberto Pinto Fernandes, com Maria Luiza, filha de um conhecido médico de Vassouras. O artigo menciona que a cerimônia religiosa seria celebrada na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Vassouras. *Jornal do Commercio* de 20 de setembro de 1941, p. 5. Disponível em:

Raul começou sua carreira política como vereador vassourense. Em 1903, chegou à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, por convite de Quintino Bocaiuva, ex-ministro das Relações Exteriores e presidente do Rio de Janeiro, muito amigo do pai de sua primeira esposa, Maria Josefina de Avellar Calvet. Assim, também, graças aos contatos familiares, por casamento ou consanguinidade, Raul Fernandes seguia enredando-se nos espaços de atuação pública. Nos diz Carvalho (1956) que participou da Comissão dos Cinco, responsável pela relatoria do projeto de reforma da Constituição Estadual, e era membro da Comissão dos 21, que ultimou o texto do Código Civil de 1916, texto esse que alterou alguns aspectos do direito de sucessões, o que acabou por estreitar o quantitativo de litigantes nas contestações ao testamento.

Como diplomata, Raul Fernandes teve participação no Tratado de Versalhes, contudo, iniciou sua atuação como delegado do Brasil nas assembleias da Liga das Nações entre 1921 e 1922, e novamente em 1924 e 1925. Foi designado, junto a outros nove membros, pelo Conselho das Nações, como integrante do Conselho dos jurisconsultos encarregados da elaboração do Estatuto da Corte permanente de justiça internacional.

É no campo diplomático que vamos encontrar as questões norteadoras de nossa reflexão. Diz-nos André Amado (2016), ao descrever as qualidades da diplomacia no início do século XX que:

No começo do século XX, sorte à parte, era sabido que o Barão (do Rio Branco) selecionava os futuros diplomatas pelo jeitão dos candidatos. Tivessem presença, o chamado *physique du rôle*, falassem línguas e, sobretudo, procedessem de boa família, estariam admitidos na *carrière*. De certo, o convívio com o patrono da diplomacia e seus pares, como Oliveira Lima, pode ter sido muito estimulante e contribuído de maneira criativa para a conformação de vários diplomatas (Amado, 2016, p. 26).

A partir de 1931, a entrada para o corpo diplomático brasileiro passou a ser feita por concurso público e, em 1934, passou a exigir formação para diplomatas em início de carreira. Raul Fernandes enquadra-se no grupo de data pretérita à da seleção por concurso e, embora não tenha sido um diplomata de carreira, é reconhecido pelo autor como pertencente ao grupo de:

[...] pessoas eminentes que, apesar de não fazerem parte dos quadros do ministério, estavam associadas de maneira íntima à instituição e, por vezes, chamadas a socorrê-la ou representá-la. Trata-se de Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Raul Fernandes, Walther Moreira Salles, Gilberto Amado, Oswaldo Aranha, Augusto Frederico

Schmidt e um punhado mais. Segundo Azambuja, eram vistos pela Casa e viam-se a si mesmos, imagino, como membros *fuori muri* da família diplomática, com a qual entretinham laços estreitos e fraternos (Amado, 2016, p. 45).

A obra que notabilizou internacionalmente o jurista e embaixador foi a criação da Corte Internacional de Justiça. Eugênio Vargas Garcia (2000) informa que surgiu, durante os trabalhos preparatórios de elaboração do Estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional, antecessora da Corte Internacional de Justiça, o conceito de que a Corte se tornasse um órgão de jurisdição obrigatória para toda a comunidade internacional, e que não fosse necessária a autorização dos Estados casuisticamente. Eles deveriam comprometer-se antecipadamente a aceitar a jurisdição da Corte. Trata-se de cláusula facultativa no que concerne à aceitação da competência jurisdicional da entidade. Se aceitam, eles se tornam potencialmente jurisdicionáveis perante a Corte, ou seja, se obrigam a sujeitar-se a ela. A cláusula é facultativa, mas a jurisdição, uma vez aceita, torna-se obrigatória. A cláusula é identificada pelo nome de Raul Fernandes e, doutrinariamente, denomina-se cláusula facultativa de jurisdição obrigatória.¹⁶⁰

A influência de Raul Fernandes foi reconhecida por Artur Bernardes quando o convidou a desempenhar um trabalho de convencimento em várias cidades europeias, com vista a ganhar aliados na Assembleia, em 1924. A missão de Raul Fernandes, cuja reputação nos círculos diplomáticos da Europa era das mais altas, consistiria em estabelecer contatos com líderes e diplomatas em Paris, Bruxelas, Haia, Estocolmo e Londres, a fim de expor os argumentos que embasavam a candidatura do Brasil ao assento permanente, colhendo apoios onde pudesse encontrá-los (Carvalho, 1956). Um ano antes, Raul fora destituído do governo do Rio de Janeiro por Bernardes. O fato de Raul Fernandes ter pertencido ao corpo diplomático e ser reconhecido por ele como um indivíduo merecedor de notabilidades nos diz, minimamente, duas coisas: primeiro, que sua rede de relações era ampla, nacional e internacionalmente. Segundo, que ele concorria para a execução, na ação e na concepção, da política internacional traçada pelos governos brasileiros. Assim, como testador de Eufrásia Teixeira Leite, tinha a respeitabilidade e o conhecimento para atuar frente aos melhores interesses expressos por sua constituinte.

Entrementes, assim como ocorrido com os irmãos Fernandes, as transformações

¹⁶⁰ A atuação de Raul Fernandes na Liga das Nações foi objeto de reconhecimento por parte de analistas internacionais, como os americanos F. P. Walters e Warren H. Kelchner. Estes atribuíram a Fernandes a contribuição individual mais significativa para o prestígio e a influência do Brasil na instituição, superando a de qualquer outro compatriota (Carvalho, 1956, p. 201-207). O capital político por ele acumulado nos círculos diplomáticos europeus foi posteriormente aproveitado pelo governo brasileiro. O presidente Arthur Bernardes, consciente de seu renome, incumbiu-o formalmente de angariar simpatias e, se possível, adeptos para a campanha do país por um assento permanente no Conselho da Liga (Brasil, 1967, pp. 65-157).

econômicas, sociais e políticas no jogo de influência das famílias residentes no município de Vassouras, depois da movimentação do café para o Vale do Paraíba Paulista e o fortalecimento da estrutura burocrática do fim do império e do início da república¹⁶¹, fizeram com que muitos dos parentes das irmãs Teixeira Leite viessem se estabelecer no Rio de Janeiro. Na capital federal, alguns deles foram diretores de bancos, ministros de Estado, advogados ou, em muitos casos, as mulheres das famílias estavam casadas com ocupantes dessas posições¹⁶², e todos podem ter perpetuado o modelo familiar de gestão de informação e de negócios, que era bastante recorrente no caso dos pais e avós. Mas, em que medida, vivendo em Paris, esse contato se manteve? Existiam ligações familiares próximas entre Eufrásia e os parentes do Brasil? Para além dos grupos familiares, quem integrava as relações próximas de Eufrásia?

Segundo Ernesto José Coelho Rodrigues Catharino (1992), elas esqueceram os parentes de sua geração. Isso porque, no testamento, os bens legados por Eufrásia tiveram um destino pouco comum, sendo a quase totalidade destinada à construção de dois educandários na cidade de Vassouras. Cada uma dessas instituições era responsável pela educação de 50 meninas¹⁶³ e

¹⁶¹ Sobre esse aspecto, esclarecem CARVALHO, José M. de (Org.). Ensaio sobre o direito administrativo. Visconde de Uruguai. São Paulo: Ed.34, 2002; CARVALHO, José M. de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. 2. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2005. E LESSA, Renato. A invenção da República: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria A. R. (Org.). **A República no Catete**. Rio de Janeiro. Museu da República, 2001. p. 11-58.

¹⁶² Ana Carolina Huguenin Pereira apresenta, em 2012, o artigo “A escrita feminina no século XIX: as cartas de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite”. Nele, a autora faz uma análise comparativa das cartas trocadas entre Eufrásia e Nabuco e Flora e seu esposo, o diplomata Oliveira Lima. Nesse trabalho, a autora elucida que o casamento mulheres educadas e de famílias tradicionais foi, para o diplomata, uma estratégia de permanência e fortalecimento no espaço laboral. Também, que Flora passou a trabalhar com e para o marido. Considerando essa afirmação, e que a maior parte da prole que atingiu a idade adulta, tanto dos Teixeira Leite quanto dos Corrêa e Castro, eram mulheres e muitas delas educadas nos moldes de Madame Grivet, é justo pensar que elas também exerciam alguma influência junto aos homens que desposavam.

¹⁶³ Cláusula I – letra b O legatário será obrigado a fundar e manter um Instituto Profissional Feminino que receberá a denominação de “Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite”, na chacara, objecto do legado, mencionada na alínea b da verba I, para a instrução e educação gratuita de cinquenta (50) meninas pobres, que serão recolhidas até completarem a maioridade civil, sem distinções de cores e de classes sociais, orphans de pae e mãe, de um ou de outro, ou filhas de paes notoriamente pobres, que não disponham de recursos para educar-as sendo admittidas de preferencia sempre as meninas pobres da Cidade e do Municipio de Vassouras; podendo o legatario, alem do numero de cinquenta (50), receber, como contribuintes, tantas meninas quantas lhe aprouver, mediante as contribuições que estabelecer, como bem entender; construindo na mencionada Chacara, no local desta que fôr mais conveniente o edificio necessário ao Instituto com as installações e adaptações indispensaveis ao fim a que é destinado aquelle, com a importância pecuniaria acima mencionada na alínea c da verba I, que será entregue ao legatario pelo meu testamenteiro e inventariante dos meus bens, logo depois de iniciado o inventario do meu espolio, mas, sómente á proporção que as obras forem sendo atacadas e executadas, á vista do orçamento das respectivas despesas. O dito edificio ficará também gravado com as clausulas de inalienabilidade e insubrogabilidade. O legatario terá a mais plena liberdade e autonomia na construcção do edificio destinado ao Instituto Profissional referido, e a maior liberdade e autonomia na direção e administração do mesmo Instituto. Testamento de Eufrásia Teixeira Leite (Anexo V).

50 meninos,¹⁶⁴ notadamente pobres, até a maioridade civil¹⁶⁵. Entre os outros beneficiados, em um total aproximado de 360\$000,000 no Brasil e 50 mil francos, em Paris, não foi mencionado nenhum parente da família Teixeira Leite, e apenas três dos primos do ramo materno. Assim, aproximadamente, 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) do valor testado foi excluído do monte herdado, ficando todo o restante para construção dos imóveis e a manutenção dos meninos e meninas pobres nos educandários que ela mandou edificar. A disposição testamentária certamente causou desconforto familiar, que abordaremos, no próximo capítulo. Ela desdobrou-se em vários outros processos e no alargamento do prazo de execução dos desejos testamentários de Eufrásia, quando manifestou expressamente, na cláusula XXII do seu testamento, um prazo de 3 anos para a conclusão do prazo de execução do mesmo.

Nesse contexto, quando introduzimos o testamento como fonte, buscamos compreender a trajetória individual em sua interface com as estruturas sociais. Ao tomarmos a trajetória de Eufrásia como objeto de análise, o testamento configura-se não apenas como um instrumento jurídico de disposição de bens, mas como um artefato textual privilegiado para a recuperação de suas ações, escolhas e estratégias. Tais elementos são constitutivos de sua atuação enquanto sujeito histórico, agente que opera dentro de um campo de possibilidades delimitado por seu tempo.

Nesta perspectiva, a análise testamentária permite acessar a dinâmica entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas (Koselleck, 2006), categorias fundamentais para a História dos Conceitos. O espaço de experiência refere-se ao passado acumulado e assimilado pelo indivíduo – seu cabedal de vivências, tradições, afetos, lealdades e acumulação material. No testamento, esse espaço se manifesta na distribuição dos bens, no reconhecimento de relações pessoais (sejam de parentesco, clientelismo ou amizade) e nos critérios de distinção e

¹⁶⁴ Cláusula V Letra a O legatário será obrigado a fundar e a manter um Instituto Profissional Masculino que terá a denominação de Instituto Profissional Masculino “Dr. Joaquim Teixeira Leite”, na Cidade de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, para a instrução e educação gratuitas de cinquenta (50) meninos pobres, que serão recolhidos até completarem a maioridade civil, sem distinções de côres e de classes sociais, orphans de pae e mãe de um ou do outro, ou filhos de paes notoriamente pobres, que não disponham de recursos pecuniarios para educal-os, sendo admittidos de preferencia sempre os meninos pobres da Cidade e do Municipio de Vassouras, podendo o legatario, alem do numero de cinquenta (50) receber, como contribuintes, tantos meninos quantos lhe aprover, mediante as contribuições que estabelecer, como entender; adquirindo na Cidade de Vassouras ou construindo na mesma o predio indispensavel do mesmo Instituto com as installações e adaptações indispensaveis ao fim a que se destina aquelle, com a importancia pecuniaria de que trata a verba IV, a qual será entregue pelo meu testamenteiro, logo depois de iniciado o inventario dos meus bens, mas sómente á proporção e á medida que as obras forem sendo atacadas e executadas, á vista dos orçamentos comprobatorios das respectivas despesas. O predio dito ficará também gravado com as cláusulas de inalienabilidade e insubrogabilidade. O legatario terá a mais ampla liberdade e autonomia na aquisição, compra, ou construção do predio destinado ao referido Instituto e bem assim a mais plena liberdade e autonomia na direção e administração do dito Instituto. Testamento de ETL (Anexo V).

¹⁶⁵ A maioridade civil, segundo determinava o artigo 6º do Código Civil de 1916, era de 21 anos.

gratidão que orientam suas disposições. É o peso do vivido materializando-se em última vontade.

Por outro lado, o testamento é, por excelência, um documento que projeta um horizonte de expectativas. Nele, o testador busca influenciar e moldar o futuro post mortem, dirigindo seu patrimônio e, por extensão, sua memória, para a concretização de um amanhã desejado. As cláusulas, os legados, a nomeação de inventariantes e a designação de herdeiros são atos performáticos que visam assegurar a perpetuação de seu nome, a continuidade de sua linhagem ou a sustentação de certos valores e instituições. Dessa forma, o documento captura um momento de tensão dialética: ele é simultaneamente fruto de um espaço de experiência singular e uma tentativa de intervenção em um horizonte de expectativas coletivo e individual.

Portanto, ponderar o testamento sob essa chave interpretativa ultrapassa o mero levantamento de relações de parentesco ou de riqueza. Trata-se de decifrar, por meio das escolhas materiais e afetivas registradas, como um sujeito histórico específico experienciou seu presente, como mobilizou seu passado e como projetou seu futuro, oferecendo uma janela singular para a compreensão das estruturas sociais, culturais e mentais de uma dada época.

Os estudos de Philippe Ariès concernentes à historiografia da morte, em destaque “O Homem diante da morte (2014)” e “História da Morte no Ocidente (2012)”, constituem-se um campo de pesquisas no qual a morte se configura em um ritual que é impregnado de símbolos, ritos, sentidos e significados. Esse fenômeno inevitável traz sobre si elementos que podem ser foco do trabalho do historiador. Um dos objetos que traz materialidade sobre esse acontecimento, que é certo, embora incerto seja o seu dia, são os testamentos. Considerando as ponderações entabuladas por Claudia Rodrigues (2005, 2015) na reflexão acerca das práticas testamentárias, em que a autora afirma que constituem um campo potente do estudo historiográfico, em que pese analisar e problematizar as questões que não estão imediatamente óbvias ao ato jurídico de testar. Em uma reflexão similar, Alerte Farge (2011) destaca a necessidade de compreender as sensibilidades subjacentes a esse ato jurídico, posto que a autora julga necessário avaliar expressões que indicam emoções ou mesmo perceber a sua ausência como parte de um todo maior no contexto da análise da fonte.

Nos documentos históricos, os testemunhos, os processos, as queixas e interrogatórios expressam sentimentos, como mágoa, pena e raiva. Essas emoções são singularidades que devem ser consideradas no discurso histórico. O historiador não deve, segundo Farge (2011), desprezar tais sentimentos, muito menos acreditar que eles são um excesso do que se visita. Nesta toada, ao abordar o testamento como uma escrita/ato autobiográfico, nos é possível compreender, especialmente no que se refere à nossa personagem e às fontes até o momento

alcançáveis em nosso estudo, aspectos da religiosidade, assistencialismo e da intencionalidade de preservação e manutenção da família e redes presentes entre a elite valeparaibana.

Entender tais documentos como testemunhos da morte, mas, sobretudo, da vida, com dimensões material e espiritual, é percebê-los para além de registros oficiais, redigidos conforme normas e técnicas estabelecidas. Eduardo Paiva (2009) destaca que os testamentos, embora sejam relatos individuais, refletem modos de vida coletivos, fornecendo informações valiosas sobre comportamentos, grupos sociais e, de forma mais ampla, sobre a própria sociedade. Além de revelarem elementos definidores da esfera mental, constituem importantes fontes para o estudo da cultura material, uma vez que frequentemente descrevem móveis, louças, utensílios, objetos de prata e ouro, oratórios, imagens religiosas e ferramentas de trabalho, permitindo, assim, a identificação de aspectos econômicos da região em que foram elaborados.

No caso de Eufrásia Teixeira Leite, essa produção documental foi indireta¹⁶⁶, sendo necessário atentar para essa particularidade na documentação em análise. Aqui no caso a formalidade associada à técnica jurídica e o que escapa dela, o que faz emergir os desejos, anseios e sentimentos da testadora. Uma declaração de última vontade é, sem dúvida, um ato unilateral. Conforme esclarece Rodrigues (2015), o ato jurídico de testar é cercado de modelos e fórmulas, mas delas, ou mesmo a partir delas, emergem expectativas acerca da “boa morte”¹⁶⁷, ainda que tenha havido a secularização da morte e a laicização da sociedade brasileira, com a separação entre Estado e Igreja, a partir da Constituição de 1891¹⁶⁸.

Os documentos analisados, como os testamentos e inventários das famílias Teixeira Leite e Corrêa e Castro, possuem uma dimensão do que não está visível, como, por exemplo, a preocupação daqueles que têm, de alguma forma, a sua morte anunciada e “achando-me no goso e no uso da plenitude das [...] faculdades mentaes e no exercício pleno da [...]

¹⁶⁶ Eufrásia Teixeira Leite fez um testamento cerrado, segundo as disposições do artigo 1.638 e seguintes e seus incisos do Código Civil de 1916. Ele foi ditado a um tabelião, depois lido e confirmado por ela como seu ato de última vontade, tudo isso assinado por 5 testemunhas. Essas informações são constantes ao fim do documento em referência. Ela não o escreveu, o ditou.

¹⁶⁷ Essa expressão está associada à ideia que não se chegaria ao fim da vida sem o planejamento referente àqueles que ficariam, tampouco em desatenção à sua alma e às daqueles que fossem próximos ao falecido. Também havia que se dispor de seus bens em vida e das obrigações em relação aos seus restos mortais. Luís da Câmara Cascudo, na sua obra “Dicionário do folclore brasileiro” (2001), apresenta o conceito de boa morte: “ter morte bonita, isto é, precedida de agonia, calma, muitas vezes demorada, sem penoso padecer, com estoicismo, despedindo-se, dando ordens, conselhos.”

¹⁶⁸ O testamento não se limitava à função de disposição patrimonial em favor de terceiros, mas também tinha como propósito assegurar a salvação da alma do testador. Conforme observa Rodrigues (2005), era comum que os indivíduos utilizassem o testamento como um instrumento voltado à adoção de condutas que acreditavam conduzi-los à salvação espiritual após a morte. Na redação do testamento de Eufrásia, assim como em muitos dos analisados no estudo, é recorrente a presença de elementos religiosos, como a declaração de pertença à fé católica ou a manifestação de crença em seus dogmas.

liberdade,¹⁶⁹“, com os que ficarão em vida, assim como com as almas dos entes queridos que faleceram. Em nosso foco de análise, restam questões sobre o nível de individualidade/subjetividade do texto de últimas vontades, também como e o que esse documento nos informa sobre nossa personagem, suas redes e o grupo a quem ela pertencia.

De que maneira as vontades nele expressas, que possibilitam fazeres, são compartilhadas com mulheres de elite? Seu testamento, assim entendemos, constitui-se em um arquivo de si, pois constrói uma imagem de nossa personagem de caridosa, atenta à família e seus valores, devota, ciosa da sua terra natal, como era o esperado do *ethos* feminino da Elite. A imagem por Eufrásia construída, articulando subjetividade e sociabilidade, visava mitigar o estranhamento associado à sua presença em um território ao mesmo tempo familiar e distante de suas redes de influência. Essa projeção, contudo, gerou outras racionalidades e disputas, especialmente após a revelação de suas determinações. É nesse contexto que os processos judiciais de anulação do testamento e dos inventários se tornam centrais para a presente reflexão.

Nesse aspecto, retomando a fala de Catharino (1992), a pretensão se apoia no fato de que, pelo conteúdo do testamento, tanto o conhecido de Eufrásia Teixeira Leite como os que ela anteriormente teria realizado, mencionados pelos executores nos autos do processo, porém nunca apensados¹⁷⁰. Como já dissemos, apenas poucos primos do ramo materno foram designados beneficiários. No entanto, nos mostram as cartas dirigidas a Eufrásia ou que são mencionados por terceiros a ela dirigidas. Também no processo sucessório e nas contestações são citados documentos que comprovam esse contato familiar.

Para esse *corpus* documental, poderemos nos valer de algumas reflexões metodológicas apresentadas por María Bjerg (2017). A autora sugere que o processo de migração, que obviamente constitui separação física entre os agentes do núcleo familiar, propicia outras formas de manutenção do vínculo afetivo entre os envolvidos. O movimento epistolar é um desses elementos de atamento. Sobre esse aspecto, esclarece:

¹⁶⁹ Primeira frase do testamento de Eufrásia.

¹⁷⁰ Segundo a banca dos Fernandes, em defesa do argumento da nulidade do testamento de 1930 havia dois anteriores em que a expressão da vontade de Eufrásia designa os mesmos desejos, mas os beneficiários eram a Santa Sé, no primeiro (1900), e o Bispado de Petrópolis, no segundo. (1901). Cumpre esclarecer que, no cômputo da processualística em Direito sucessório, no que restava prescrito no Código Civil de 1916, vigente à época do testamento de Eufrásia, o testamento podia ser revogado segundo o disposto no artigo 1.747. **Citado:** a revogação do testamento pode ser total ou parcial. *Parágrafo único.* Se a revogação for parcial, ou se o testamento posterior não contiver cláusula revogatória expressa, o anterior subsiste em tudo que não for contrário ao posterior. Então, se mencionados os anteriores, para a anulação desses, nos autos do processo, era necessária sua apresentação para a avaliação dos critérios de nulidade. Raul Fernandes muito bem o sabia, pois foi membro da Comissão dos 21, que ultimou a elaboração do referido Código Civil.

En el cruce de la familia, la migración y las emociones, la investigación ha privilegiado las relaciones positivas, enfocando su indagación en el papel del amor y el afecto, en las expectativas de reunificación familiar y en las laboriosas estrategias orientadas a mantener los vínculos y la copresencia imaginaria (Di Leonardo 1987, Baldassar 2008). En esa perspectiva de análisis, el extrañamiento y el anhelo de los seres queridos habrían movilizado emocionalmente tanto a quienes abandonaban el hogar como a aquellos que permanecían en él. Todos echaban mano de un escueto menú de recursos para evitar que la distancia disolviera los lazos afectivos (Bjerg, 2017, p. 8).

Quanto às cartas tombadas na Casa da Hera, é prudente ressaltar que o trabalho caminha para além da leitura do material e interpretação de temas abordados pelos autores. Primeiro, como já mencionado, não sabemos por que essas cartas chegaram até nossos dias, enquanto outras não. A própria Eufrásia não procurou garantir que o arquivo de própria vida (Artières, 1998) chegasse à posteridade. Não há diários ou sistematização de correspondência, que, no depoimento de Cecília Bonfim, sua funcionária de longa data, era intensa. Ela atesta que Eufrásia escrevia mais de 30 cartas por dia (Bonfim *apud* Catharino, 1992, p. 127-128). Desde a morte de Eufrásia até a efetiva transformação do espaço em museu, que ocorreu apenas após 1952/1968, muito do acervo se perdeu pela ausência de condições objetivas para o cuidado¹⁷¹.

Da amostra de cartas e cartões existente no Museu Casa da Hera, utilizamos para a pesquisa aquelas que fornecem indícios sobre as redes nas quais encontramos ligações nas notícias dos jornais que mapeamos, nos quais encontramos nomes, locais e datas que conduzem a conexões. Essa escolha foi baseada no fato de que as cartas e cartões, mormente os não escritos em português ou traduzidos, poderiam compor evidência do cotidiano das irmãs no exterior, assim como pensar as ligações no Brasil. Também reforçavam as redes, robustecendo a ideia que encontros públicos tem a possibilidade de conversão em aproximações mais efetivas.

No testamento, outra fonte que mobilizaremos no presente capítulo, Eufrásia lega expressamente valores e obrigações a um primo para duas primas do ramo dos Corrêa e Castro conforme descrito no fragmento a seguir:

XIII- Deixo a meu bom primo e amigo Coronel Julio Corrêa e Castro, como lembrança, cinquenta (50) apólices da Divida Publica da União, do valor nominal, cada uma de 1.00\$00 de juros de 5% ao anno Deixo ao dito meu primo e amigo que, em vida, providencie no sentido de após o seu falecimento, sejam recolhidos á casa da Chácara, que tenho em Vassouras herdada dos meus finados paes, todos os retratos das pessoas da nossa família que

¹⁷¹ Para maiores informações acerca da criação do MCH indica-se:
<https://museucasadahera.museus.gov.br/institucional/#:~:text=Dentro%20da%20museologia%2C%20o%20Museu,o%20em%20Museu%20em%201968.&text=Daquela%20momento%20em%20diante%2C%20por,Contato>

atualmente se acham em seu poder.

XIV. Deixo as minhas primas e amigas Maria da Conceição Corrêa e Castro e Carolina Corrêa e Castro, como lembrança, para cada uma dessas, vinte e cinco (25) apólices da dívida pública da União, do valor nominal, cada uma de 1.00\$00 de juros de 5% ao anno. (transcrito do testamento de ETL.)

Esses são os únicos familiares nomeados no documento. Em ambos os casos, são notabilizados como amigos¹⁷². Mas o que pode ter estruturado essa proximidade?

Dos bens de raiz¹⁷³ deixados em testamento por Eufrásia, a Chácara da Hera e a contígua a ela,¹⁷⁴ estas estavam destinadas à construção dos educandários feminino e masculino. Todas as outras, segundo disposto na Cláusula XVIII, deveriam ser liquidadas dentro de um prazo de três anos para realização de suas últimas vontades¹⁷⁵. Agostini e Najjar (2007) nos informam que entre os anos de 1873 e 1923, a casa da família em Vassouras teria permanecido fechada. No entanto, no referido testamento, Eufrásia menciona que Herculano e Francisco Vicente viviam na chácara e eram responsáveis por sua manutenção. Dispôs, outrossim, que a Santa Casa de Misericórdia, responsável pela administração dos bens, deveria prover um valor mensal de 50\$000 a cada um deles enquanto vivessem, pelo cuidado com aquele imóvel. (Cláusula XVII)¹⁷⁶. Esses homens, portanto, já habitavam a chácara antes da morte de Eufrásia e sua permanência lá estava garantida até que falecessem. Durante o processo de inventário¹⁷⁷ e com

¹⁷² Tendo sido esses os únicos parentes do ramo Corrêa e Castro beneficiados no testamento, houve interpelação judicial também por parte desse grupo familiar. No entanto, o argumento ladeou para a exequibilidade das disposições testamentárias de Anna Esméria Teixeira Leite, mãe de Eufrásia. Nelas, D. Anna expressava em suas últimas vontades deixar parte de seus bens anexados à herança das filhas, para algumas sobrinhas, caso Eufrásia e Francisca morressem solteiras e sem filhos. Tendo ocorrido justamente essa possibilidade, a parcela equivalente à Maria Cândida – esposa de Cristóvão Corrêa e Castro; Anna, filha do irmão Antônio Corrêa e Castro, Eufrásia e Carolina, filhas de Maria Corrêa e Castro, e Eugênia, filha de Lúcia Corrêa e Castro tiveram direito a sua quota. Como já eram falecidas, essa parcela da fortuna de Eufrásia Teixeira Leite foi entregue aos muitos herdeiros das citadas sobrinhas após o ganho de causa em 11 de fevereiro de 1932.

¹⁷³ Bens imóveis ou bens de raiz são aqueles que não podem ser transportados sem serem destruídos ou danificados, conforme estabelecido no Artigo 79 do Código Civil de 1916.

¹⁷⁴ A Chácara Calvet foi comprada da viúva e herdeiros do Dr. Ataliba de Zara, e que outrora pertencera ao Dr. José de Paiva Magalhães Calvet e, depois, aos seus herdeiros (Cláusula I, alíneas a e b e Anexo IV).

¹⁷⁵ Essa condição é outro indício de que Eufrásia tinha contato com a família. Quando estabelece um prazo breve para a execução de suas vontades, sabendo-se que ela tinha pleno conhecimento da natureza, características e quantidade dos bens que possuía, e do período em que ela faleceu é crível que ela considerasse que seus parentes não iriam se opor às suas vontades. Raul e Antônio não comungavam dessa percepção, como veremos mais tarde.

¹⁷⁶ Na lista de bens do Inventário, constam várias casas, a saber: uma casa ligada a outra por um muro e della separada por um muro e uma area, coberta de telha vã, tendo de um lado quatro commodos de chão, para deposito de lenha e materiaes e do outro lado fazendo frente para um jardim, em quatro quartos com porta e janella cada um, estando o primeiro assoalhado e os tres restantes ladrilhados de tijolos, todos de telha vã, [fl. 100] construção de pedra cal e tijolo, em regular estado de conservação, avaliado por seis contos de réis. | 6:000.000. Uma casa coberta de telha de alvenaria de pedra e cal, com portão de duas folhas na frente servindo de cocheira, parte de chão e parte calçada de pedra, com baias de madeira para annimaes, avaliada por quatro contos de réis; | 4:000.000. Uma casa coberta de sapé, perto do Madrugá e fundos da chacara, para empregados, dividida em dois commodos e cosinha, tudo de chão, por cem mil réis; | 100.000 LEITE, Eufrásia Teixeira. Inventário, 1º volume (1930). Inventariante: Antonio José Fernandes Junior. Iphan, item 105.664.823.001.

¹⁷⁷ Alves, 2014.

a posterior da construção do Educandário Feminino, a Mandaro e Filhos foi a empresa responsável por esse cuidado (Souza, 2001).

A chácara, de certa maneira, era utilizada pelo caseiro/zelador Manoel da Silva Rebello e sua família.

Houve comunicação epistolar frequente entre Rebello e sua empregadora, contudo, buscando a maior incidência da indicação nominal dos parentes de Eufrásia Teixeira Leite, com a intenção de estabelecer um mapeamento de como as redes de apoio eram mobilizadas, fizemos um recorte temporal nessa comunicação privilegiando o período de 1904 até 1914, conforme o quadro a seguir:

Tabela 4 - Cartas de Manoel Rebello para Eufrásia Teixeira Leite selecionadas para o trabalho

TOMBO	Data	Assunto
MCH 90.10.31	10/01/1904	Relato da necessidade de reparos na casa, formicida e naftalina para os livros e envio do chá
MCH 90.10.84	25/04/1904	Não tem dinheiro para mandar o chá: recebeu a naftalina, mas falta o formicida, conserto dos muros da casa, notícias das dificuldades da cidade e dele. Custo de impostos
MCH 90.10.85	Sem data, mas posterior a 23 de setembro de 1904	Esteve doente, manda chá, avisou a Maria Cândida sobre o telhado e os muros. Ainda não tem formicida
MCH 90.10.??	01/08/1905	Mandou orçamento para o conserto do beiral para Maria Cândida e quer ordem por escrito para tratar o serviço
MCH 90.10.86	24/07/1905	Escreveu em janeiro, mandou chá e não teve resposta. Maria Cândida passou 10 dias na casa e fez o aniversário de Júlio. Não ligou para os problemas da casa, quebrou uma jarra e mexeu no relógio. Voltou em março, ficou 16 dias, encheu a casa de gente e bagunçou tudo. O telhado continua com problemas. Maria Cândida e Julio não aparecem na casa, mas estão vindo na cidade. Teme pela integridade da casa e do muro na época das chuvas.
MCH 90.10.87	11/09/1905	Recebeu carta de 16 de agosto; mandou chá. Está doente e não consegue aparar a hera. Os médicos recomendam o mar, mas ele está sem dinheiro. O telhado está consertado, mas a chuva aumentou o valor do serviço. Faz queixa de Maria da Conceição. O muro permanece sem concerto.
MCH 90.10.89	13/03/1906	Esteve doente. Dificuldade em manter a casa. Matou 4 formigueiros. Palmeiras muito altas e as folhas podem cair no telhado. Maria Cândida não vai na casa. Eles não defendem os interesses de Eufrásia.
MCH 90.10.91	23/06/1906	Deseja melhoras da doença de Eufrásia. Maria Cândida vai mandar o formicida e o remédio para os livros. Francisca Bruhns ainda não veio para Vassouras Remete orçamento para matar os formigueiros.
MCH 90.10.92	15/09/1906	Recebeu carta no dia 22 de agosto. Maria Cândida está para ir à Chácara e Francisca e o filho foram à chácara e mandaram arrumar o muro. Mandaram fazer orçamento para outras reformas na casa, viram o estrago dos pés de chá. Voltaram para São Paulo levando mudas de trepadeiras de São João e de Sagu.
MCH 90.10.93	10/01/1907	Recebeu carta em 08 de dezembro de 1906. Está doente e o filho mais velho vai embora. Lidgerwood vem ver o que fazer na casa. Tem que refazer o pomar e está com pouco dinheiro. Dificuldades em manter a casa com o valor remetido.
MCH 90.10.112	29/01/1914	Reparos na chácara. Novidades sobre a cidade

Fonte: MCH.

Para além dessas 11 cartas, que serão utilizadas em nossa análise, há outras que reportam dificuldades na gestão do imóvel, características do cotidiano do município (decisões administrativas, flutuação do fluxo populacional da cidade, o progresso do urbano, amenidades sobre pessoas conhecidas).

Rebello trabalhou na chácara por 36 anos, lá morando com sua esposa e três filhos. Na carta de finalização de seus afazeres (Figura 14), datada de 15 de janeiro de 1923, ele se despede

de Eufrásia, informando que todo o patrimônio estava balanceado. Agradece a confiança depositada em seu trabalho de cuidar e zelar por tudo o que havia na chácara e reafirma que não ficará por motivos de saúde, deixando o genro Agostinho Souza até se arranjar um outro para assumir a função.

Figura 14 - Foto da carta de Manoel da Silva Rebello (transcrição no Apêndice J)

Vassouras 15 de Janeiro de 1923.

Dona Srta. D. Euphrosina Pereira Leite

Saudações

Querida Srta.:

Com vista de V.ª Ex.ª já ter balanceado tudo quanto havia em sua chácara, que estava sob a minha guarda; portanto, eu cado a minha responsabilidade sobre tudo quanto estava em minha guarda, e necessitando eu de retirar-me de Vassouras, em dias, para descansar, pois me acho muito cansado e um pouco doente; e está a razão de eu não poder ir falar com V.ª Ex.ª pessoalmente e que estas são as razões por meio d'esta.

Quero, por meio desta agradecer a V.ª Ex.ª a confiança que me dispensou a tratar e seis annos o fim de guardar e zelar tudo quanto havia em sua chácara; Não podendo ficar como tinha dito a V.ª Ex.ª uns 2 meses até V.ª Ex.ª arranjar outro pelo motivo exposto a Cibra, o que fica o meu genro Agostinho Souza, até V.ª Ex.ª arranjar um outro.

Seu fcoas

Sou de V.ª Ex.ª Cdo. e do

Manoel da Silva Rebello

Fonte: MCH

Com a saída de Rebello, Júlio Corrêa e Castro assume a função de gestor do imóvel, além de atuar em tratativas representando os interesses de Eufrásia.

Mas, quem foi Julio Corrêa e Castro?

Júlio Corrêa e Castro, retratado na Figura 15, era o único filho de Christóvão Corrêa e Castro, irmão de Anna Esméria, e de Maria Cândida Corrêa e Castro. Com a morte do pai, em 1891, recebeu em herança a fazenda do Secretário, já sobre a qual havia um gravame ao Banco do Brasil. Mesmo tendo sido feita uma nova hipoteca em 1905, três anos depois o banco acaba por retomar o imóvel. Entrementes, sendo de família destacada no município, Júlio gozava de certa notabilidade. Foi político militante exercendo diversos postos no município, como a presidência da Câmara Municipal, delegado de polícia, observador no Laboratório Magnético de Vassouras¹⁷⁸ e provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Figura 15 - Foto de Júlio Corrêa e Castro



Fonte: IBRAM. Acervo digital. Museu Casa da Hera

¹⁷⁸ O terreno do Observatório Magnético de Vassouras (OMV) foi adquirido pela União em 1912, no bairro Madrugada, na cidade de Vassouras. Em 1913, foi iniciada a instalação do OMV. Em 1915, foi obtido o primeiro registro. Desde então, os dados sobre o campo magnético terrestre são gerados diariamente, de forma ininterrupta. Júlio Corrêa e Castro foi um dos encarregados pelos fazeres associados aos cálculos, calibrações dos equipamentos e registros dos dados lá obtidos. Para maiores informações, veja ABDULMALEK, Amal. **O Geomagnetismo no Acervo do Observatório Magnético de Vassouras: História e Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia**. 145f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://site.mast.br/ppact/2022/dissertacao-completa/amal-abdulmalek.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

Antes mesmo dessa efetiva designação para a gestão dos negócios da prima em Vassouras, a mãe de Júlio já era atenta aos interesses de Eufrásia em relação à casa. Em um recorte nos anos de 1904 até 1906, cartas de Rebello para sua então empregadora atestam a presença de Maria Cândida Corrêa e Castro nos seus escritos.

Em carta de 10 de janeiro de 1904¹⁷⁹ “[...] fico sciente das ordens que me dá para não consentir que ninguém venha morar na casa e se até aqui eu nunca consenti agora com mais razão o farei e a única pessoa que tem estado é a Exma Senr D. Maria C. C. Castro e algumas vezes seu filho [...]” Em 01 de agosto de 1905:¹⁸⁰

Estimamos que V. Exa. Esteige de saúde que é o que nós desejamos. A 24 do mês P. P., escreve a V. Exa. dando notícias do que aqui tem auido com o a respeito os telhados de beirada de casa hontem recebi um recado de Exma Senr D. Maria C. C. Castro para si mandar ele pede pra mandar por escrito essa ordem. E mais a frente o conseto é feito, o que nos conduz a conclusão que ordem veio (Manoel da Silva Rebello, 1905).

Nessas cartas, vão-se construindo e reforçando dois elementos recorrentes. A frequência de Maria Cândida na Casa da Hera e o desconforto de Rebello com a presença dela e do filho, como fiscalizadores das ações desejáveis de sua empregadora. Ele não expressa esse descontentamento de forma explícita, mas vai cotejando essa insatisfação em pequenas porções. Há missivas em que Rebello se queixa dos impostos pagos à municipalidade e relata que foram apurados por Júlio¹⁸¹. Outra em que Maria Cândida ocupa a casa por vários dias, segundo determinação diversa aos expressos dos desejos de Eufrásia, faz festas e, ainda por cima, quebra objetos e não os manda consertar¹⁸².

Em carta de 1º de agosto de 1905, Rebello informa que Maria Cândida mandou que ele consertasse a beirada do telhado da casa, que estaria danificada pela queda de folhas de palmeiras. Aparentemente irritado, pede a Eufrásia que mande ordens por escrito, e não por boca de ninguém. Novamente, em 23 de junho de 1906, diz que desde abril aguarda uma resposta de Maria Cândida acerca de obras na casa e do remédio para os formigueiros, algo que também é recorrente nas cartas. Teme que a inação cause a Eufrásia maiores prejuízos.

Nossa personagem manifesta o interesse no sucesso do seu primo Júlio Corrêa e Castro na substituição dos encargos executados por seu empregado anterior, Manoel Rebello, antes fiscalizados por sua prima, mãe de Julico. Em carta a ele dirigida, de 19 de julho de 1923, Eufrásia diz que espera “que os trabalhadores não lhe causem aborrecimentos e trabalhem

¹⁷⁹ MCH 90.10.31

¹⁸⁰ MCH 90.10.??

¹⁸¹ MCH 90.10.84

¹⁸² MCH 90.10.86

bem”, dizendo ainda que a chácara devia estar maltratada. Ainda sobre os trabalhadores, novamente, em carta de 30 de julho de 1926, relata que está “[...] muito contrariada por receber notícia que os empregados não tem sido pagos [...]”, o que sugere que essa seria uma demanda a ser executada por ele. Outras cartas tratam de processos habituais referentes à manutenção do imóvel, cujos cuidados passam a recair sobre Júlio. Esse cuidado, e a confiança na realização dessas e de outras demandas são manifestos também na contestação (Rezende, 1933), páginas 6 e 7, nas quais os advogados reconhecem explicitamente Coronel Júlio Corrêa e Castro como “[...] seu primo, seu amigo, seu procurador, seu conselheiro.

Não obstante ser nomeado como herdeiro no testamento, durante a execução Júlio Corrêa e Castro se declarou credor do espólio, “[...] por serviços de natureza várias prestados a saudosa extincta durante vários anos [...]”, em 11 de agosto de 1931. Os serviços teriam sido prestados ao longo de oito anos, e houve a alegação de que Eufrásia teria fornecido um documento no qual se estabeleceriam seus honorários. No entanto, a doença a impediu de validar a realização desses serviços. Como esse documento não foi apresentado, tornou-se impossível a comprovação e, consequentemente, o pagamento. É prudente destacar que, em 1930, quando da abertura do inventário, Júlio era o provedor da SCMV, herdeira em maior parte do inventário e responsável pelo seu cumprimento.

Foram anexadas ao inventário também várias cartas de Eufrásia dirigidas a ele, como a de 28 de maio de 1923, na qual ela externa sua preocupação com a manutenção da Chácara em Vassouras. Reforçando o liame de proximidade familiar, no fim da missiva ela recomenda que mande “[...] lembranças ao primo Antonico.”¹⁸³. Em outra carta, datada de 19 de junho de 1923, Eufrásia adverte sobre o atraso no reparo do piano da Chácara da Hera. E, em mais uma, de 10 de agosto de 1926, se queixa da inércia do banco quanto ao pagamento de suas criadas.

Além de provas documentais, também apresentou provas testemunhais. Em 15 de setembro de 1931, o Dr. Athaide Parreiras¹⁸⁴, que informa ter visto Júlio trabalhar para Eufrásia, inclusive na compra da Chácara Calvet¹⁸⁵, terreno contíguo à Chácara da Hera, onde, mais tarde,

¹⁸³ Antonico era o apelido familiar com que era tratado Antônio B. Corrêa e Castro Filho, cujos pais eram Antônio B. Corrêa e Castro e de Maria da Conceição Corrêa e Castro, uma das amigas constantes no testamento. Recebeu, como de costume nas famílias estudadas, o nome de seu tio avô, Antônio Corrêa e Castro (1792-1864).

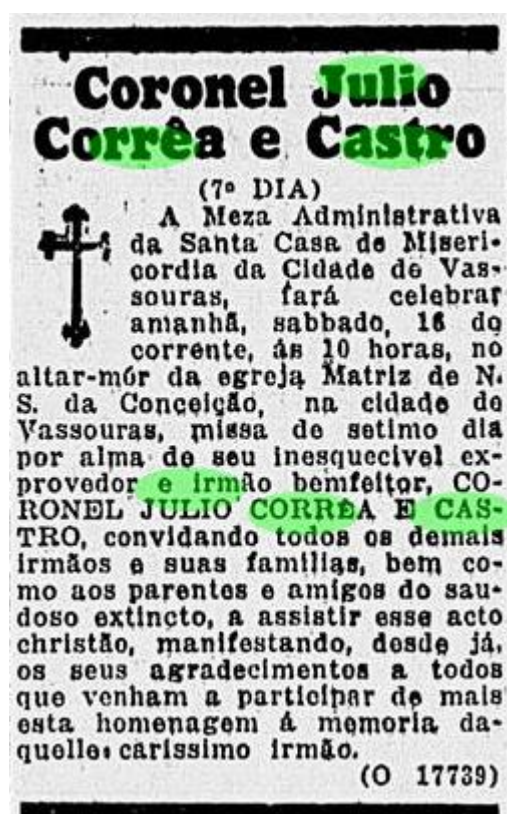
¹⁸⁴ Athayde Parreiras era advogado, jornalista, promotor público e posteriormente desembargador do Tribunal Superior do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião do inventário de Eufrásia, ele atuava como escrivão da SCMV. *Diário Carioca*, sábado 10 dez. 1938. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/093092/per093092_1938_03223.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

¹⁸⁵ É possível que esse trabalho tenha sido o de intermediação entre os donos do imóvel e sua futura adquirente já que, por certidão do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Vassouras, certifica a assinatura da Escritura pública de compra de 07 de abril de 1924, lavrada em Notas do Tabelião Damazio de Oliveira, do 14º Ofício do Rio de Janeiro pela própria Eufrásia Teixeira Leite. As negociações antecedem a compra e Eufrásia estava em Paris até o fim de outubro de 1923.

foi edificado o Instituto masculino listado como obrigação do espólio. Em seu depoimento, Parreiras sustenta que Eufrásia possuía maior afinidade com a família Corrêa e Castro. Segundo ele, em 1922, Eufrásia teria solicitado a Júlio que providenciasse, no Cemitério Nossa Senhora da Conceição, em Vassouras, a organização do jazigo familiar dos Teixeira Leite, com o objetivo de trasladar para lá os restos mortais de Francisca, que se encontrava na França.¹⁸⁶ Ainda na contestação, os advogados da parte contrária alegam que Júlio teria recebido dois cheques em branco de Eufrásia, mas jamais os preencheu.

Júlio estava ligado a esse processo sucessório em três frentes: como herdeiro, como credor do espólio e como responsável pela entidade que mais amplamente se beneficiaria dele. Para além disso, Eufrásia o nomeou como inventariante, em terceiro grau de responsabilidade, função da qual declinou antes de falecer, em maio de 1936.

Figura 16 - Nota da celebração da missa de 7º dia de Júlio Corrêa e Castro



Fonte: *Correio da Manhã (RJ)* de -15 de maio de 1936.

Na Figura 16, vemos o convite ao comparecimento à missa de 7º dia da morte de Júlio. É curioso notar que, mesmo que já não fizesse mais parte da mesa de Irmandade, que em 1935

¹⁸⁶ Essa informação nos dá uma estimativa da data do traslado dos restos póstumos de Francisca para o jazigo familiar no cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

já contava como provedor com o Major Felix Machado, foi mandado celebrar missa pela mesma em homenagem à memória daquele.

As primas Maria da Conceição Corrêa e Castro e Carolina Corrêa e Castro foram lembradas no testamento. Maria da Conceição Corrêa e Castro, ou a Maricotinha, e Carolina Corrêa e Castro são contemporâneas de Eufrásia, sendo filhas de Antônio Corrêa e Castro. O fato de elas serem indicadas como amigas deve ter ocorrido pela frequência de Anna Esméria nas terras de seus pais. Elas próprias, Eufrásia e Francisca, quando retornaram ao Brasil na primeira vez, passaram uma temporada na Fazenda Secretário.¹⁸⁷ A infância compartilhada criou laços de afinidade. A isso somaram-se as imposições testamentárias da mãe de Eufrásia e Francisca, que, ao morrer, estabeleceu condição de legado de parte da herança às sobrinhas, na hipótese de abertura de sucessão das filhas, estando elas solteiras e sem filhos. O ramo dos Corrêa e Castro obteve resultados positivos no processo de contestação do testamento, o que resultou na distribuição de valores para herdeiros de Maria Cândida, que estudou na escola da Mme Grivet na mesma época de Eufrásia. Isso pode ser constatado pelos cadernos de caligrafia existentes no MCH (1859-61) – a esposa de Cristóvão Corrêa e Castro, para Anna, filha do irmão Antônio Corrêa e Castro, Eufrásia e Carolina, filhas de Maria Corrêa e Castro, e Eugênia, filha de Lúcia Corrêa e Castro. Como, em 1932, essas primas já eram falecidas, coube a inúmeros herdeiros delas um pequeno quinhão da herança.

Considerando apenas o lado paterno, seu pai teve onze irmãos, sete deles tiveram uma numerosa descendência. O primeiro documento escrito que nos foi possível alcançar foi o convite de casamento de um primo, neto do Barão de Vassouras, Frederico Furquim de Almeida¹⁸⁸. Os jovens nubentes comunicam sua união em 08 de novembro de 1884, ano que Eufrásia e Francisca chegam ao Brasil. Esse pode ter sido o primeiro indício da aproximação da família Teixeira Leite com as irmãs, o que ocorreu após o falecimento de seu tio Francisco José, o Barão de Vassouras, que aconteceu em maio de 1884. Mais à frente, temos informações do contato com Francisca Teixeira Leite Bruhns,¹⁸⁹ casada com Manoel Pedro da Silva Bruhns, através de diversas cartas. Para além disso, Eufrásia e a prima são acionistas na Estrada de Ferro Mogyana, que, segundo Marquese (2011), foi um dos grandes móveis para o deslocamento da produção do café para o oeste paulista. Encontramos essa referência no Relatório nº 66 da Directoria da Companhia Moyana de Estradas de Ferro e Navegação,¹⁹⁰ para a Assembleia

¹⁸⁷ Identificado por um dos envelopes de uma carta dirigida a Eufrásia no período entre 1884 e 1885.

¹⁸⁸ MCH 90.10.123

¹⁸⁹ Francisca é filha de Carlos Teixeira Leite.

¹⁹⁰ Em 1935, os advogados Dr. Reynaldo Porchat, Laurentino de Azevedo e Miciades Porchat submeteram uma petição ao juízo da comarca de Vassouras referente à expressiva quantidade de ações das Companhias Paulista e

Geral de 28 de junho de 1919.

Há outra carta, enviada pelas irmãs da congregação Companhia da Virgem, fundada por sua prima, Francisca Leite de Carvalho (do Rio Negro), que assume o nome de Madre Francisca de Jesus, e que contam da sua enfermidade e, frente a isso, da dificuldade em informar sobre falecimento da mãe, a Baronesa do Rio Negro. Nela, as irmãs mencionam o carinho que ambas, sua tia Emília Gabriela Teixeira Leite e Madre Francisca, têm por Eufrásia.¹⁹¹

Ainda nesta toada, há uma menção, em carta de Rebello¹⁹² na qual é citado um certo “Sr. Lidgerwood”. Considerando o padrão de visitas relatadas na casa, é legítimo inferir que esse senhor era uma pessoa que privava da intimidade de Eufrásia. Mas como essa ligação pode ter se dado?

Durante o século XIX, as fazendas do Vale do Paraíba Fluminense tornaram-se progressivamente mais bem equipadas e organizadas em termos espaciais, beneficiando-se do advento de novas tecnologias e da introdução de máquinas mais modernas e compactas. A partir da segunda metade do século, sobretudo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico transatlântico de africanos para o Brasil, o aumento no custo dos escravizados e a possibilidade de escassez de mão de obra impulsionaram muitos fazendeiros a investir em máquinas de beneficiamento. Tais equipamentos, além de oferecerem maior eficiência, também permitiam a diminuição da dependência em relação ao trabalho escravo (Camillo, 2003). Na esteira desse processo, várias empresas estrangeiras passaram a importar e produzir bens de capitais que se destinassem a alavancar essa indústria. Uma dessas empresas foi a Lidgerwood MFG. Co. Ltd., cujo gestor era Guilherme Van Vleck Lidgerwood. No transcorrer dos anos de funcionamento no Brasil, esse empreendimento assumiu uma série denominações. Originalmente a empresa tinha seus negócios na praça do Rio de Janeiro, mas, posteriormente, transferiu-os para Campinas, considerando que, nos fins do XIX, o plantio do café já estava em deslocamento para o oeste paulista. Nesse período, a Estrada de Ferro Mogiana atingiu o município de Casa Branca em 1878, levando a infraestrutura produtiva no sentido do Oeste Paulista, onde terras baratas começaram a atrair os investimentos. Entre 1878 e 1884, o preço do alqueire triplicou na região paulista, equivalendo-se ao valor das terras de baixa produtividade em Vassouras. Logo, o custo de oportunidade do investimento tornou-se mais

Mogiana integrantes do espólio sob sua administração. No documento, os signatários argumentavam que a venda não deveria ser realizada de forma unitária e simultânea, mas sim de modo parcelado, com o objetivo expresso de evitar a depressão do valor desses títulos no mercado e, por consequência, prejuízos ao patrimônio do espólio. Para tanto, recomendavam que fossem expedidos alvarás judiciais autorizando a comercialização em lotes, cujo volume não excedesse a 500 ações cada (Inventário de ETL-Carta de 1935).

¹⁹¹ MCH 90.10.23

¹⁹² MCH 90.10.93

vantajoso em direção ao interior da província paulista, para onde, progressivamente, se deslocou a fronteira produtiva (Marquese, 2011). Posteriormente, a empresa diversifica sua atuação para maquinários pesados destinados a grandes construções, ainda focadas em bens de capital.

Encontramos aí três pontos de congruência da família dos Teixeira Leite. Primeiro, em 1880, dois primos de Eufrásia, Luiz Goffredo de E. Taunay e Augusto Carlos da Silva Telles, ligados a ela respectivamente por suas tias, Cristina e Eugênia, as duas descendentes do Barão da Vassouras, tiveram oportunidade de demonstrar uma invenção que ambos desenvolveram: a Máquina de Secar Café do Sistema Taunay-Telles, nas dependências da fábrica dos Sr. Lidgerwood de Campinas, siconforme divulgado no convite publicado no jornal abaixo.

Figura 17 - Propaganda - Convite: “Machina de Seccar Café, no depósito do sr. Lidgerwood, experiência pública de machina de secar café do systema Taunay-Telles”



Fonte: Diário de Campinas de 17 de outubro de 1880

A máquina foi muito bem aceita pelos fazendeiros de café, tendo sido notabilizada na primeira exposição da Indústria no país, relizada na corte, em 1881 (Freitas Filho 1993).

Mesmo com a Lidgerwood produzindo suas próprias máquinas agrícolas, ela entabulou parceria com os filhos das nascidas Teixeira Leite. Porque ele faria isso? Embora a empresa tivesse o olhar voltado para o novo espaço de produção do grão, razão pela qual o equipamento foi demonstrado em Campinas, o café no Vale do Paraíba Fluminense ainda era potente. Os inventores do equipamento tinham famílias de influência, para além da presença junto à política imperial, muitas das fazendas eram ligadas à parentela de ambos os inventores¹⁹³. Antes, vimos

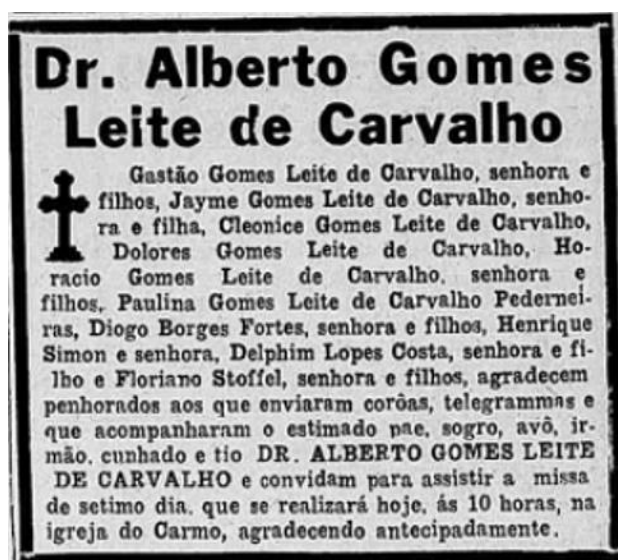
¹⁹³ Fazenda Florença, Fazenda de Palmas, Fazenda do Secretário, Fazenda da Cachoeira Grande, Fazenda Igapira, Fazenda São Francisco do Tinguá, são algumas das mais conhecidas no Vale do Paraíba Fluminense.

o contato expresso na carta de Rebello e, finalmente, outra ocorrência da empresa, agora já com o nome Lidgerwood Limited, como acionista da Estrada de Ferro Mogyana.¹⁹⁴ Então, a junção de três móveis nos conduzem à inferência. Os contatos familiares, a recorrência dos investimentos de Eufrásia em bens de capitais, como apresentaremos em breve, e o nome de Lidgerwood citado por Rebello em sua carta de 1907¹⁹⁵ nos conduzem a pensar que havia uma ligação entre eles, e que, observadas as datas vinculadas nos documentos cotejados, ela teve uma longa duração.

Saindo um pouco das cartas depositadas no MCH, no inventário, quando se descrevem as dívidas ativas, dois dos três devedores identificados pertencem ao ramo da família paterna de Eufrásia. O Dr. Custódio Ferreira Leite Guimarães, aparentado por casamento com sua prima, filha de sua tia Maria Gabriela Teixeira Leite, com uma dívida de 112:500\$000 e Gastão Gomes Leite de Carvalho, filho de seu primo Alberto Gomes Leite de Carvalho, de uma dívida em que havia os documentos, vistos por Antônio Fernandes, responsável pelo espólio dos bens no Brasil um pouco antes do falecimento de Eufrásia. Ela emprestava dinheiro a parentes em uma época de severa recessão.

No recorte de jornal do convite da missa de sétimo dia de Alberto Gomes Leite de Carvalho (Figura 18), é evidenciado o parentesco deste com Gastão Gomes Leite de Carvalho.

Figura 18 - Recorte da notificação da missa de 7º dia de Alberto Gomes Leite de Carvalho



Fonte: Diário Carioca, 30 de agosto de 1940

¹⁹⁴ Relatório nº 66 da Directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a Assembleia Geral de 28 de junho de 1919, Campinas, SP. Disponível em: https://memoriaferroviaria.assis.unesp.br/memoriaferroviaria/documentos/COMPANHIA%20MOGYANA%20DE%20ESTRADA%20DE%20FERRO/BR_APESP_003REL_CMEF_1919.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

¹⁹⁵ MCH 90.10.93

Há também a relação entre sua tia, Francisca Teixeira Leite, casada com Francisco Belizário Soares de Sousa, político, jornalista e diretor do Banco do Brasil no Império. Na correspondência expressa no livro *Obras Completas de Joaquim Nabuco*, volume XIII, o abolicionista, por inúmeras vezes, refere-se a esposa do senador como amiga, e também há ocorrência da presença de Eufrásia, junto a Mme. Belisário na tribuna quando da aprovação de lei do sexagenário. Em carta a Nabuco, de 17 de dezembro de 1884, Eufrásia faz menção ao convívio comum com a prima. Sobre a relação com Nabuco, afirma que ela nunca foi partilhada entre as primas (Fernandes, 2012). Apesar da distância que as separava, a amizade entre as primas foi fortalecida pela comunicação epistolar.

Com base na documentação analisada – constituída por correspondência, o testamento registros cartoriais e o inventário –, é possível rearticular as redes de sociabilidade e parentesco de Eufrásia. As fontes demonstram uma relação de proximidade mantida com ambos os ramos familiares, os Teixeira Leite e os Corrêa e Castro. Através dos fragmentos desses registros, identifica-se a consolidação dos laços de parentesco por meio da realização de tarefas mútuas, do compartilhamento de angústias e desejos, e da gestão de expectativas quanto a ganhos e sucessos.

Em especial, até a geração de Francisca e Eufrásia, e de modo particular na trajetória desta última, os indícios contrariam a interpretação, por muito tempo vigente, de um suposto afastamento em relação à família. Refutamos essa ideia afirmando que Eufrásia não apenas manteve vínculos estreitos com seu círculo familiar, este atuando como peça significativa na sustentação dessas mesmas redes, o que veremos novamente mais adiante.

3.2 Outras escritas – interesses partilhados

A escrita de cartas atingiu “[...] o auge na Europa Ocidental, como forma de escrita pessoal, durante os séculos XVIII e XIX, e como consequência do processo maciço de alfabetização” (Lyons *apud* Bastos; Cunha; Mignot, 2002, p. 5). Meri Torras Francès (2001) nos informa que, na França, a difusão da escrita epistolar era prática social relacionada às mulheres. Nos salões, elas escreviam, compartilhavam ideias e difundiam notícias por meio de cartas.

A correspondência feminina, por sinal, é significativamente superior à masculina dentre

as disponíveis no acervo do MCH. Os exemplares de cartas e cartões selecionados para análise foram divididos em dois grupos. Os que tratam de relações de trabalho, esses veremos mais adiante, e aqueles que percebemos como destinados a construções ou fortalecimento de redes. Eles estão apresentados no Apêndice G. Nas seleções, quando possível fazer a identificação de data de emissão ou por eventos relacionados no conteúdo das missivas, há dois períodos distintos. Um grupo voltado para os anos em que as irmãs Teixeira Leite vieram de Paris até o posterior retorno à Europa (1884 a 1886). O outro datado de 1924 em diante, período em que Eufrásia retornou em caráter definitivo.

Entre as correspondências, destacamos as das amigas Conceição e Joaquina, respectivamente do primeiro período e do segundo. Joaquina de Oliveira de Araújo Gomes e José Francisco Bernardes, respectivamente baronesa e barão de São Joaquim, residiam em Petrópolis, às margens do Rio Quitandinha. Após a morte do barão, em 1916, grande parte do tempo de Joaquina era passado naquela cidade. As cartas da baronesa têm, ambas, a intenção de reforçar os laços de amizade, ligados à proximidade de ambas com a família imperial brasileira, tanto aqui quanto na França. Lá, encontramos o casal mencionado em notícia de um jantar promovido pela condessa D'Eu, em que estavam presentes dignatários brasileiros. Eufrásia não é nomeada, mas certamente, como vimos em outras diversas ocasiões, ela partilhava desse círculo de amizades¹⁹⁶. Em reportagem do *L'Illustré parisien*: jornal semanal, de 28 de dezembro de 1906, é noticiado que compartilham uma matinê musical oferecida pela Mme. Faro de Araújo, ocasião em que a elegante assistência era composta por brasileiros e membros da sociedade internacional.¹⁹⁷

A Baronesa de São Joaquim doou, ainda em vida, vários quadros de pintores que integram a pinacoteca do Museu Nacional de Belas Artes. Dessa coleção faziam parte vinte trabalhos do pintor pré-impressionista francês Eugène Boudin, o que configura mais um interesse em comum com Eufrásia, que tinha um profundo entusiasmo pela arte, notabilizado pela relação de objetos artísticos listados no arrolamento do inventário, evidenciando, mais uma vez, envolvimento de nossa personagem com o cenário artístico da época¹⁹⁸. Mais um exemplo

¹⁹⁶ *La Croisade française*: revista bimestral/diretora do Canal Denéch 01 set. 1912. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5686777g/f4.item.r=%22S%C3%A3o%20Joaquim%22.zoom>. Acesso em: 11 fev. 2024.

¹⁹⁷ *L'Illustré parisien*: jornal semanal, 28 dez. 1906, p. 3. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bd6t596524n/f3.image.r=%22S%C3%A3o%20Joaquim%22> Acesso em: 27 maio 2024.

¹⁹⁸ Embora, no inventário, os quadros listados na casa de Paris não sejam todos identificáveis por descrição ou artista, está exibido na “*Selecta*” de Bom Jesus de Braga de 1917, texto redigido por Maurício de Lacerda, então presidente da Câmara de Vereadores de Vassouras, sobre a Chácara de Hera. No artigo, para além das palavras enaltecedoras ao passado Vassourense e da descrição dos méritos de Eufrásia, sua família e de características do imóvel, menciona: “A casa está como foi: quadros (Rembrandt legítimos), tapeçarias raras, louças ricas, mobílias

emblemático da inserção de Eufrásia Teixeira Leite nos circuitos culturais e sociais da elite parisiense do final do século XIX pode ser identificado no retrato que lhe foi dedicado pelo pintor francês Charles-Auguste Émile Durand, mais conhecido como Carolus-Duran. Esse, artista de grande prestígio na cena parisiense oitocentista, que se notabilizou por sua habilidade na execução de retratos de figuras proeminentes da alta sociedade e da aristocracia urbana, conjugando domínio técnico e refinamento estético (Gompertz, 2012; Laclotte; Cachin, 2000).

Figura 19 - Óleo sobre tela – Eufrásia Teixeira Leite



Fonte: IBRAM. Acervo digital. Museu Casa da Hera

A composição em questão (Figura 19) exhibe uma representação sofisticada de Eufrásia, retratada com traços que combinam beleza, firmeza de caráter e uma sensualidade contida. Tal construção imagética insere-se na tradição da retratística cortesã francesa, cujas origens

do Império e nos aposentos, desde as plumas de chapéus até vestidos se conservam como os deixaram seus habitantes. Uma biblioteca raríssima, colleções onde se vê, desde o primeiro número até o dia em que deixaram a velha morada, o *Jornal do Commercio*.” *Selecta*, ano 1917, edição 9, p. 24. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=337242&pesq=Eufri%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite&hf=memoria.bn.br&pagfis=4079> Acesso em: 21 jul. 2023. A casa está lá, com as plumas, chapéus, vestidos, a biblioteca, louças e cristais. Os Rembrandts legítimos, não estão.

remontam ao século XVII, mas que foi reinterpretada ao longo do século XIX em consonância com os códigos visuais da *haute société* parisiense (Hauser, 2003). A postura, o vestuário e a ambientação da cena evocam não apenas um ideal de feminilidade elegante, mas também afirmam a posição social da retratada como partícipe legítima dos círculos cosmopolitas da elite europeia.

Conforme observa Griselda Pollock (1999), os retratos oitocentistas funcionavam como dispositivos de legitimação simbólica, atribuindo status social e capital cultural aos sujeitos representados. Nesse sentido, o retrato de Eufrásia deve ser compreendido não apenas como uma obra de arte em si, mas como um artefato social, que reafirma sua presença e aceitação naquele universo restrito, no qual a distinção cultural era articulada por meio da imagem. É importante considerar também que a consolidação da arte moderna na França deva ser compreendida à luz das profundas transformações urbanas, políticas, tecnológicas e sociais ocorridas entre meados do século XIX e o início do século XX, justamente o período de permanência de Eufrásia naquele país. A capital francesa, especialmente sob a administração de Georges-Eugène Haussmann durante o governo de Napoleão III, passou por um ambicioso processo de reestruturação urbana. A antiga Paris medieval, com suas ruelas estreitas e insalubres, foi substituída por amplas avenidas, bulevares simétricos e praças abertas, conferindo à cidade uma fisionomia condizente com os ideais da modernidade urbana (Argan, 1998).

Essas transformações espaciais refletiram não apenas uma nova lógica de circulação e higiene, mas também anunciaram uma nova sensibilidade estética, perceptível na produção artística do período. Nesse contexto de aceleradas mudanças políticas e técnicas – marcadas pela industrialização, pelo desenvolvimento dos transportes e pela intensificação das trocas comerciais – o imaginário social se reconfigurou, o que impulsionou uma revolução simbólica no campo das artes. Para Will Gompertz (2013), a modernidade artística surge como resposta direta às tensões e possibilidades desse novo tempo, abandonando os modelos clássicos em prol de representações mais subjetivas, fragmentárias e ligadas à experiência urbana.

Outro elemento fundamental para o surgimento e consolidação da arte moderna na França foi a transformação do perfil de seu público consumidor. A partir da década de 1830, o reinado de Luís Filipe promoveu um ambiente favorável à economia de mercado, com ênfase na industrialização e no crescimento das camadas médias urbanas. Esse novo contingente social, formado por burgueses ascendentes e profissionais liberais, passou a constituir uma clientela cada vez mais influente no mundo das artes, substituindo gradativamente a aristocracia como principal patrona da produção artística (Hauser, 2003).

A demanda dessa nova classe valorizava uma arte que mantivesse a clareza formal e a sensibilidade emocional, alinhando-se ao estilo conhecido como *juste milieu*, ou “caminho do meio” – uma tendência estética que conciliava o rigor acadêmico do desenho com a expressividade afetiva dos românticos. Como observa Gompertz (2013), esses consumidores foram os precursores do gosto pelas pinturas que mais tarde se desdobrariam nas propostas pré-impressionistas e impressionistas, evidenciando uma transição do gosto tradicional para as vanguardas do século XX. Falci e Melo (2012) informam que, em 10 de junho de 1930, pouco mais de 90 dias antes de sua morte, Eufrásia solicita a um amigo, Torres Guimarães, que escreva a Guggenheim. Na carta endereçada ao secretário particular, dentre outras preocupações de Eufrásia que Guimarães transmite, está um dos pedidos expressos de nossa personagem: “mandar arejar a sua casa da rua Bassano, especialmente o andar térreo e fazer o favor de verificar os quadros e objetos não pendurados a fim de evitar possível deterioração¹⁹⁹.” Como vimos no capítulo anterior, a rede de sociabilidade de Eufrásia vai se reposicionando, ficando mais próxima de uma elite transnacional e burguesa, em especial depois da 1914. No mesmo tomo as autoras indagam: “O que marcaria uma casa de uma rica brasileira na cidade Luz? Modos de decorar, de adornar, de revestir uma casa estão muito mais ligados à uma classe social do que a nacionalidade de uma pessoa.” Então, com sua aproximação a esses novos grupos, seria esperado que ela integrasse as tendências artísticas desse novo espaço de pertença, como fizeram os Barões de São Joaquim. No inventário dos bens da França, Raul Fernandes descreve em 40 páginas a lista de bens constantes na casa de Paris. Há quadros. Ziem²⁰⁰, Vinet, Dael e Henri Harpignies²⁰¹ um automóvel *Delage* 1924, marca das mais prestigiadas na França, associada à elementos de modernidade.

Retomando a reflexão sobre a ligação entre a baronesa de São Joaquim, nas duas cartas disponíveis, uma de 20 de julho de 1924²⁰², Joaquina menciona que as duas voltariam a Europa no Andes²⁰³ em 26 de julho daquele ano. O *Le Galous* de 16 de agosto de 1924 reporta o retorno

¹⁹⁹ Carta de Torres Guimarães, do dia 10 de julho de 1930. Inventário ETL.

²⁰⁰ O pintor francês Félix Ziem foi um artista conhecido por suas paisagens marítimas, especialmente cenas de Veneza e outras cidades, sendo considerado um precursor do Impressionismo.

²⁰¹ Esses três já associados a uma escola clássica, buscando, cada um à sua maneira, retratar paisagens.

²⁰² MCH 90.10.26

²⁰³ A *Royal Mail Steam Packet* (RMSP), companhia proprietária dessa embarcação, foi uma das principais detentoras da rota comercial da América do Sul. Esse transatlântico foi comissionado pela Real marinha Inglesa logo no início de 1914, quando ainda não estavam concluídas suas instalações. Depois de dado baixa do serviço naval e reparado, para sair a 14 de janeiro de 1920 em viagem inaugural ao Brasil e Argentina, escalando em Cherburgo, Vigo, Lisboa e Funchal, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santos, Montevideu e Buenos Aires. Ele manteve-se como um dos navios mais luxuosos disponíveis para a travessia transatlântica por mais de 10 anos. Isso nos dá uma estimativa do ano da viagem, já que ela partiu no Andes em 1926, ou antes, ou depois desse ano.

de Eufrásia a Paris. A outra carta é de 01 de fevereiro de 1927.²⁰⁴ Nessa, a amiga Joaquina refere saudades de Eufrásia, expressa felicidades pela chegada a Vassouras e diz estar resfriada, e termina a carta mandando um abraço sincero. Encontra-se também um cartão de visitas²⁰⁵ um avisando da partida, em 13 de junho, dia de Santo Antônio no Almozora. Ambas já eram septuagenárias na ocasião do envio das comunicações, isso indica uma amizade longa, sólida, e ocorreu em ambos os lados do Atlântico. Também fortalece a hipótese de que os fazeres das elites femininas eram partilhados em várias dimensões e espaços.

O corpus documental analisado é composto, ainda, por correspondências de Maria da Conceição Andrade Pinto dirigidas a Eufrásia. Aquela, citada em duas oportunidades nas *Obras Completas* de Joaquim Nabuco (1946), era sua mútua amiga. A pesquisa identificou, inclusive, cartas musealizadas expedidas por essa remetente durante a estadia das Teixeira Leite no Brasil, entre 1884 e 1886. Em uma delas, observa-se que Conceição menciona uma carta anterior, da qual a resposta ainda não havia recebida. Ela certamente é amiga de Nabuco e age como intermediária da escrita entre os dois. Refere em todas as missivas a Nabuco, ora dando notícias de Pernambuco, ora falando do novo escrutínio como referência ao retorno ao Rio, ou mesmo com a satisfação dos colegas de ministério com a vitória de seu “amigo”.

Nesse ponto, é interessante elucidar que esse foi o tratamento dispensado a Nabuco por Eufrásia em quase toda a correspondência trocada entre ambos, até o bilhete de 8 de dezembro de 1885, em que Eufrásia declara: “Eu te amo de todo o meu coração.” (Carta de ETL *apud* Fernandes, 2012, p.212). Conceição sempre pede urgência nas respostas e questiona sobre a eficiência dos correios, o que nos faz pensar que era através dela que os enamorados mantinham a proximidade e manifestavam afetos. Certamente, era menos suspeito receber uma carta de uma senhora viúva²⁰⁶, de família conhecida e respeitada na corte, que partilhava da amizade do Conselheiro Saraiva²⁰⁷. Essa medida preservaria uma característica da personalidade de Eufrásia que já mencionamos: o cuidado com a exposição.

Em uma das cartas, Conceição pede que Eufrásia saia do habitual silêncio a respeito dele (Nabuco) e lhe diga alguma coisa amável, sem receio de ser comprometida, pois ela será discreta, como sempre foi. A fala é sempre cuidadosa, e ao fim das cartas manda recomendações a Francisca, o que sugere a possibilidade de leitura eventual pela irmã, que, pelas cartas de Eufrásia a Nabuco.

²⁰⁴ MCH 90.10.34

²⁰⁵ MCH 90.10.135

²⁰⁶ Essa condição lhe é conferida em Alegrio, 2011.

²⁰⁷ Nabuco aduz essa amizade em carta de 1882 ao Conselheiro Nabuco – *Obras completas*, 1945.

Acontece que Francisca não ficou muito feliz com esse amor profundo, já que no início de 1886 as cartas aduzem ter havido um estremecimento na relação dela com a irmã²⁰⁸, que teria outro pretendente em vista para a caçula. Chabrol, que mencionamos anteriormente, tinha motivações pessoais para escrever a Eufrásia, e o fez no período que ela passou pelo Brasil, e retomou seu relacionamento com Joaquim Nabuco. Parte desse material também está no MCH.

A primeira carta de Chabrol claramente espera uma resposta após pedir Eufrásia em casamento. Pelo conteúdo da missiva, ela parece ter recusado, pois no final exige uma explicação sobre essa decisão. A missiva é endereçada à “Mademoiselle E Teixeira Leite”, o que indica tratar-se de correspondência pessoal. Nela, ele diz que Francisca intercederá pelo sucesso do relacionamento.²⁰⁹ Se isso aconteceu, não foi possível descobrir e nem identificar resultados efetivos, já que Eufrásia não casou com ele e continuou a corresponder-se com Nabuco.

3.3 Escritos - pontes transnacionais

As correspondências em francês recebidas pelas amigas de Eufrásia, depositadas no MCH, são listadas entre as que foram analisadas a seguir, e perfazem um total de onze. De forma geral, procuram reforçar laços de amizade, sociabilidade, e demonstrar interesse pela saúde e bem-estar. O acervo possui mais exemplares em língua francesa, mais cartões cujos emissores são representantes de governos (Romeno, Russo, Italiano) e cartas em outros idiomas, como inglês, por exemplo. Certamente, eles evidenciam essas relações.

Ainda em referência à identificação de redes, agora em uma perspectiva transnacional, encontramos, entre as cartas musealizadas na MCH²¹⁰, uma escrita por Sophie Freeman, casada com Amaury de Préaulx, o Marquês de Préaulx. O conteúdo não revela nada de especial, além da óbvia intenção de reforçar os laços de sociabilidade, sendo apenas um cumprimento pela passagem do ano e desejos de felicidades em 1927, remetido para sua casa em Paris, mas enviado para Vassouras. Sophie era filha de D. Maria Januária de Bourbon-Sicules, portanto, sobrinha-neta de Pedro II. Essa proximidade com a família, que não se limitava às relações com a Condessa D’Eu e sua descendência vai se alargando, inclusive por meio de relações comerciais.

²⁰⁸ Chiquinha e eu fizemos as pazes, mas não podemos ser por enquanto, ao menos, o que éramos. (Eufrásia Teixeira Leite *apud* Fernandes, 2012).

²⁰⁹ “*S’il me faut un avocat distingué, je remets ma cause entre les mains de mlle. Francisca qui sera obligée de défendre son client avec chaleur et dévouement!*”- MCH 90.10.60.

²¹⁰ MCH 90.10.58

No inventário de Eufrásia, há listada uma dívida fruto de um empréstimo a John William Freeman (John William Lewis Francis Freeman), seu irmão, que recebeu numerário de Eufrásia para realização de negócios bursáteis em Nova Iorque e em Londres. Decorrido um período, esse senhor cessou as comunicações com ela, e parou de responder tanto às cartas dela como às de Guggenheim. Declara nos autos não acreditar na possibilidade de recuperação dos valores estimados entre 5 a 10 milhões de francos, conforme Raul Fernandes informou ao magistrado em relatório, constante do inventário²¹¹. A relação intrafamiliar com a casa Imperial Brasileira se mostra presente em duas gerações.

Anna Citrani é outra das interlocutoras de Eufrásia. Ela aceitou um trabalho na Polônia e deixou Paris em 07 de agosto de 1927. A família Citrani era proprietária de empresas de transportes em várias cidades da França. Ela afirma: “Depois de passar não sei quantas vezes em frente à sua casa e descobrir que estava sempre fechada, infelizmente, deixei Paris.”²¹²

Outra carta interessante é de Edwiges de Macedo. A identificação de autoria da missiva se deu pela triangulação de nomes citados: Cândido e sua amiguinha Edith, respectivamente Candido Hipolyto Vieira de Carvalho, seu marido, e Edith Vieira de Carvalho, filha do casal, referida como amiguinha de Eufrásia, nascida em 1911. A correspondência não possui data, mas nela Edwiges lamenta a morte da Baronesa do Rio Negro, ocorrida em 1927. Ela é bastante semelhante às anteriores. Fala de amenidades, deseja boa saúde e felicidades nas festas de fim de ano. Na missiva, Edwiges menciona que Cândido ainda está analisando a viabilidade e pertinência de um empreendimento. Ela afirma que seu esposo se preocupa que negócios de minas sejam muito arriscados e demandem reflexão e cuidado. Aqui fazemos outra ligação. Um dos cartões musealizados é do príncipe Henri de Croy, relacionado com a elite belga, diretamente envolvido no processo de administração de minas, presente em diversas companhias de mineração mundialmente, inclusive a *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel*, cujas ações integram o portfólio constante do inventário de Eufrásia. Tudo indica que o encontro tenha ocorrido em espaço de sociabilidade pública, depois convolado para uma oportunidade de investimento.

Em diversos aspectos, observa-se uma clara correspondência entre a origem social dos autores das cartas e daqueles que enviaram cartões postais a Eufrásia Teixeira Leite, revelando uma rede predominantemente composta por indivíduos pertencentes à elite socioeconômica da época. A maioria dos remetentes ostentava títulos de nobreza ou ocupava posições de destaque em estruturas sociais marcadas pelo capital simbólico (Bourdieu, 1989). Esses grupos eram

²¹¹ Inventário dos bens no estrangeiro, 1931. IPHAN, item 105.664.841.009.

²¹² MCH 90.10.36

formados pelos letrados e abastados da aristocracia e da alta burguesia brasileira e europeia do final do século XIX e início do século XX. Em alguns casos, embora a autoria das missivas não possa ser identificada com precisão, indícios como o estilo de escrita, o vocabulário empregado e as referências familiares sugerem vínculos com Eufrásia, ainda que indiretos, muitas vezes mediados por relações de compadrio, afinidade ou sociabilidade típica das elites.

Os laços mantidos com Eufrásia ganham contornos particulares à medida que são atravessados por um elemento central: a distância. A ausência física da interlocutora — radicada na Europa por longos períodos — confere à escrita um papel de mediação afetiva, sendo o ato de escrever motivado, em grande medida, por sentimentos de saudade e desejo de reconexão. Nesse contexto, a carta torna-se um artefato relacional (Altman, 1982), operando como um substituto da presença e reiterando o papel da epistolografia como forma de manutenção de laços sociais na modernidade.

Especificamente no que se refere às cartas da década de 1920, o conteúdo não revela, em sua maioria, intimidade ou confiança típicas de uma correspondência pessoal regular. Ao contrário, tratam-se de mensagens pontuais, marcadas mais pelo esforço de reestabelecimento do contato do que pela continuidade de um diálogo epistolar. Tais escritas são frequentemente motivadas por circunstâncias específicas que funcionam como “gatilhos epistolares” — categorias rituais como o Natal e o Ano Novo, ou eventos significativos como mudanças de domicílio, despedidas e o compartilhamento de notícias relevantes. Essa prática evidencia a função ritualística da carta (Chartier, 2002), inserida em uma lógica de intercâmbio social que ultrapassa o conteúdo informativo e assume caráter performativo.

É digno de nota, ainda, o cuidado com que muitos autores fornecem seus endereços ao final das missivas, sinalizando não apenas a expectativa de uma resposta, mas também a esperança de retomar ou reforçar sua posição na rede social e afetiva de Eufrásia. Esse gesto pode ser compreendido à luz das noções de reciprocidade simbólica (Mauss, 2003), em que a carta, enquanto dádiva, carrega a expectativa de retorno — seja em forma de resposta, reconhecimento ou reafirmação de vínculos.

Considerando a assimilação dos cânones epistolares franceses no Brasil oitocentista, especialmente no que tange à educação feminina da elite escravocrata, as cartas assumiam um caráter documental para legitimação de vontades, funcionando como chancela pessoal. Sobre a intrínseca relação entre o privado e o público, Muaze aversa que:

No que tange às famílias da classe senhorial, é possível perceber, através do estudo das trajetórias individuais e das estratégias familiares de seus membros, as relações entre Estado e famílias, entre poder nacional e poder local, entre

público e privado, no Brasil Oitocentista. Ao se acompanhar o fio de um destino familiar, em particular, deve-se ter em mente recuperar as mediações existentes entre a racionalidade individual e a identidade coletiva de modo a recuperar um *habitus* de classe que dava aos indivíduos a sensação de pertencimento não só ao seu grupo familiar, mas a classe dominante do Império (Muaze, 2011, p. 4).

Como mencionado, há cartões de visitas²¹³ no acervo que possuem informações relevantes para a rede de Eufrásia. O primeiro deles é assinado pelo príncipe de Brancovan²¹⁴. Grégoire Bibesco-Bassaraba de Brancovan foi um príncipe franco-romeno que, fugindo de dissidências em seu país, fixou residência na França. Casado com Rakoul Musurus, de família ligada à diplomacia romena. Soares (2025) informa que o príncipe tinha residência em Paris, em rua próxima à das irmãs Teixeira Leite. No cartão, ele agradece pela prova de amizade. Esse tipo de cartão era comum em agradecimentos por convites a visitas ou festas. Como o príncipe faleceu em 1886, o evento deve ter ocorrido antes de elas voltarem ao Brasil. Essa pode ter sido uma estratégia de aproximação das irmãs com a sociabilidade mundana, já que a família Brancovan tinha uma casa, Villa Bassaraba, a oeste de Évian, em Amphion-les-Bains, tradicionalmente frequentada por amantes de música e poesia, incluindo Marcel Proust.

Em mais três ocasiões, mapeamos encontro de Eufrásia com os Brancovan. Em 14 de abril de 1909²¹⁵, com o jovem Príncipe Constantino Bibesco-Bassaraba de Brancovan, alguns anos mais tarde, em um Sarau com a Princesa Viúva de Brancovan²¹⁶ e, finalmente, na missa de morte da princesa viúva, em 30 de setembro de 1923, Eufrásia está listada entre os dignatários da colônia romena e as personalidades parisienses que prestaram seus respeitos à família.²¹⁷

O cartão do Conde de Reilhac²¹⁸ sugere a ampliação de um encontro anterior. Diz da sua urgência, já que parte em breve e deseja revê-la. O endereço constante do cartão indica que o Conde reside no 7th Arrondissement, bastante próximo da residência das Teixeira Leite. Não há data no cartão, de modo que não é possível saber se foi dirigido a Francisca ou Eufrásia. O que se sabe é que foi para uma delas apenas, pois solicita o uso de um vestuário específico. Isso

²¹³ Os cartões de visita possuem especificidades no seu processo de envio e recebimento, voltados para regras que ajudam a garantir a aceitação e permanência nos ciclos sociais. Para entender um pouco desses meandros, auxiliaram-nos Pilla (2003) e Rainho (1995).

²¹⁴ MCH 90.10.39

²¹⁵ *The New York Herald*, 14 abr. 1909. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4130690b> Acesso em: 30 jul. 2023.

²¹⁶ *Figaro: journal non politique*; 12 mar. 1913. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k289885x>

²¹⁷ *Le Gaulois* - 30 set.23, Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k539562khttps://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k539562k/f2.item.r=%22mille%20Teixeira%20Leite%22.zoom> Acesso em: 21 jul. 2023.

²¹⁸ MCH 90.10.142

pode indicar uma proximidade entre o remetente e a receptora. Há aquelas mensagens que, como este cartão, vão mantendo e estreitando relações de um lado a outros do Atlântico, como o já mencionado da Baroneza de São Joaquim, o da Baronesa D'Estrella, escrito em francês, que denotava elegância e distinção na feitura do texto, objetiva marcar um encontro na *Place Vendôme*, um dos locais de frequência da vida elegante de Paris nos fins do XIX.²¹⁹ Em 1884, a Condessa d'Aquila, Januária de Bragança, irmã mais velha de Pedro II, que morava em Nice, remete um cartão²²⁰ desejando boa viagem a Eufrásia e Francisca.

As irmãs Teixeira Leite frequentavam Nice em épocas de veraneio. Provavelmente visitavam o tio, Custódio Teixeira Leite, falecido em 1883, que também morava lá. A Viscondessa de Sousa Franco, Teresa de Jesus da Gama e Silva, cujo cartão também se acha musealizado²²¹, foi a esposa de um importante político e estadista brasileiro, Bernardo de Sousa Franco, e uma figura de relevância no cenário político e social do Império. Não há texto, dobras ou marcas no cartão. No entanto, há uma identificação da Viscondessa em pelo menos uma ocasião, em um evento com as Teixeira Leite, nas comemorações do aniversário de Pedro II, no ano de 1885. O *Jornal o Mercantil*²²² lista os convidados que estiveram em Petrópolis naquela ocasião, e os nomes de Eufrásia e Francisca vêm imediatamente abaixo da Viscondessa e sua filha.

O cartão de Emília de La Rocque²²³, antes Emília Teixeira Leite Guimarães, possui apenas o nome da prima e traz o endereço da casa em Petrópolis. Como ela casou-se em 1913 com Jorge de La Rocque, filho de Augusto Le Rocque, um industrial e banqueiro de Belém que se estabeleceu em Petrópolis na primeira década do século XX, o cartão apresenta o nome de Jorge tracejado. Como está posto, ele foi entregue após o casamento.

Há os cartões de visita do Barão Romano Avezzana²²⁴ e de sua filha, Le Mademoiselle Romano Avezzana²²⁵. Os cartões de visita eram deixados após festas ou recepções como forma de agradecimento. Isso nos informa que, pelo menos duas vezes, temos registros de encontros entre a família do embaixador italiano e nossa personagem. Houve também a sua participação em um evento nos jardins da embaixada destinado a auxiliar os italianos em Paris.²²⁶ Contudo,

²¹⁹ MCH 90.10.148

²²⁰ MCH 90.10.139

²²¹ MCH 90.10.56

²²² *O Mercantil*, 28 maio 1885. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376493&pesq=%22Eufra%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=3290> Acesso em: 14 jul. 2024.

²²³ MCH 90.10.144

²²⁴ MCH 90.10.127

²²⁵ MCH 90.10.134

²²⁶ *Le Gaulois*, 05 jun. 1925. Disponível em:

esse não foi o primeiro dos encontros assistencialistas de Eufrásia.

Considerando as experiências das misericórdias do Vale do Paraíba Fluminense²²⁷, mais especificamente no município de Vassouras, havia diversas irmandades religiosas que desempenhavam um papel central na organização das práticas assistenciais locais. Entre elas, destaca-se a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição²²⁸, que se dedicava à prestação de assistência espiritual e material à população mais carente. A Irmandade da Misericórdia²²⁹, por sua vez, era a principal responsável pelas ações de caridade social, conduzindo atividades como a manutenção de hospitais, asilos e outras formas de amparo aos pobres e enfermos, além da assistência a seus próprios confrades.

Na obra *História de Vassouras*, o memorialista Ignácio Raposo (1978), ao abordar o momento de fundação da casa de caridade vassourense, expõe:

O ano de 1848, que foi entre nós aberto com festas à visita imperial, com outras se fechou no assentamento da primeira pedra da casa de caridade. Assim, pois, a 2 de dezembro do aludido ano, a Vila de Vassouras mais uma vez se aparelhou para assistir a belíssimo espetáculo, o mais imponente talvez de quantos possam comover o povo civilizado. Pedro Correia e Castro, agora agraciado com o título de Barão do Tinguá, oferecerá à Câmara Municipal de Vassouras a quantia de dez contos para a construção de uma casa de caridade, e este ato de benemerência, como era de se esperar, provocou da parte dos vereadores e do público em geral os maiores protestos de simpatia. Este instituto de misericórdia deveria ficar sob a direção dos poderes municipais, sendo paga a oferecida quantia em tantas prestações quantas fossem necessárias, à proporção que as obras prosseguissem [...] Mas finalmente foi aberto o livro de entrada de irmãos pelo juiz municipal Dr. Joaquim Francisco Faria, a 17 de maio de 1852, sendo o primeiro termo lavrado pelo secretário Francisco José Teixeira Leite e Souza, a 24 de do mesmo mês e ano. Nesse termo uma das primeiras assinaturas é do jurisconsultor e escritor de direito José Maria Frederico de Souza Pinto e uma das últimas a do marquês, depois

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k540206v/f2.image.r=%22mle%20Teixeira%20Leite%22> Acesso em: 14 jan. 2024.

²²⁷ Trabalhos historiográficos que abordam as atuações no cenário político e econômico de membros da irmandade da Santa Casa de Misericórdia no Vale do Paraíba fluminense. BARCELLOS, Marcos Cotrim. A Santa Casa da Misericórdia de Resende – Religiosidade e Política na Paraíba Nova (1801-1848). **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 21, p. 69-82, de jan./jun. 2010.

<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/597/720> - SILVA, Antonio Carlos da. **A “boa sociedade” valenciana do século XIX: redes de sociabilidade (18289-1868)**, Vassouras, PPGH/USS, 2010. Disponível em:

www.uss.br/arquivos/posgraduacao/strictosensu/historiasocial/dissertacoes/Antonio_Carlos_da_Silva_2010.pdf. A fundação do hospital de caridade e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, no Oitocentos Eliane Cahon Leopoldo. Disponível em:

https://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471205750_ARQUIVO_ElianeCahonLeopoldo.pdf

²²⁸ Para maior conhecimento acerca da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, veja: MONTEIRO, A. F. Família, Religiosidade e Arte: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 3, Edição Especial, p. 38-65, set./dez. 2024.

²²⁹ Para maiores informações sobre as Misericórdias e a assistências no interior da Província dos Rio de Janeiro sugere-se Sanglard (2021). Nesse artigo há um histórico breve, porém muito elucidativo, da criação da SCMV, assim como o protagonismo familiar de ambas as ascendências familiares de Eufrásia nessa empreitada.

Duque de Caxias. A 2 de dezembro de 1853 foi instalada a casa de caridade. (Raposo, 1978, p. 73-74).

Essas práticas inscrevem-se em uma longa tradição de solidariedade institucionalizada, característica das irmandades católicas, que, conforme demonstrado por Chalhoub (1996) e Soares (2001), assumiram funções paraestatais no cuidado com os desvalidos durante o período imperial e no início da República, suprimindo lacunas deixadas pelo poder público.

A caridade social exercida por essas confrarias pode ser compreendida, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, como uma ação humanitária progressivamente laicizada, ainda que profundamente enraizada em um imaginário cristão. Segundo Gisele Sanglard (2008), esse processo de secularização da assistência manifesta-se na transição de uma caridade motivada pela salvação individual e pelo temor a Deus para formas mais organizadas de filantropia, vinculadas à noção de utilidade pública e de regeneração moral dos pobres. Assim, mesmo quando praticada por instituições religiosas, a assistência passava a incorporar princípios de racionalidade e eficiência, característicos da modernidade filantrópica. Isso significa que, em especial no Vale, embora a administração do cuidado mantivesse o acento religioso, a gestão e o uso desse espaço era leigo. Tal fato pode ser observado pelo fragmento apostado por Raposo (1978), em que se identifica a presença de expoentes políticos na criação da Irmandade, que é outra, distinta da vinculada a Igreja matriz, ou das outras tantas existentes na cidade.

Nesse fato, mais uma vez se apresenta o fluxo não linear nas ações de Eufrásia, que, de certa forma, vem a reboque dos que eram praticados por seus familiares próximos. Suas sociabilidades eram estendidas aos assistencialismos²³⁰ religiosos e leigos.

Ocorre que a transição do século XIX para o XX foi marcada, na França, pela emergência de um grupo heterogêneo de intelectuais, médicos, industriais e parlamentares que se autodenominavam “reformadores sociais”. Esses agentes se propunham a repensar o pacto social francês diante das transformações provocadas pela modernização econômica e social. Em oposição à atuação dos “filantropos tradicionais”, criticados por oferecerem respostas consideradas moralizantes e ineficazes às crescentes demandas sociais, os reformadores

²³⁰ No testamento da Baronesa do Amparo, Amélia Eugenia Teixeira Leite de Carvalho, há doações para a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, de trezentos mil reis para os pobres de Vassouras e a obrigação imposta aos cuidados do túmulo dos seus pais. E incumbindo ao testamenteiro mandar dizer por sua alma as missas que julgar bastantes. Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite, outra das irmãs de seu pai, deixa para os pobres de Vassouras a quantia de dois contos de reis, devendo a maior parte deles ser atribuída a mulheres honestas. Ambas testam valores para a Santa Casa de misericórdia. A expressão da fé e a doação de valores aos pobres se repete, em maior ou menor volume também nos inventários da Baronesa de Campo Belo, sua avó materna, e da Baronesa de Itambé, esposa de seu tio.

buscavam redefinir os contornos entre as esferas pública e privada e promover políticas sociais estruturadas, voltadas sobretudo à classe operária (Horne, 2004).

Diferentemente da assistência clássica, centrada na figura abstrata do “pobre”, os reformadores elegeram o operário como sujeito central de suas intervenções, sinalizando uma inflexão no discurso social europeu e anunciando o longo debate em torno da legitimidade e da extensão do papel do Estado na sociedade industrial. Inspirados pelos princípios do higienismo e influenciados por uma visão de ordem e progresso social, esses reformadores propuseram uma série de medidas voltadas à melhoria das condições de vida e de trabalho, como a construção de habitações salubres, a criação de legislações protetoras e a promoção de atividades de educação cívica e lazer por meio dos chamados “círculos operários” (Horne, 2004). Aqui, Eufrásia demonstra um aspecto pendular de sua personalidade, a dicotomia entre a tradição e modernidade. Ao mesmo tempo em que adota o novo modelo de assistencialismo, não se furta em testar quantias específicas aos pobres, tanto de Vassouras como aos do quarteirão em que residia na cidade de Paris.²³¹

Defensores das sociedades de auxílio mútuo, os reformadores concebiam o mutualismo como uma resposta liberal às contingências da vida urbana-industrial. Tais sociedades destinavam-se a amparar trabalhadores em casos de doença, acidente, velhice, maternidade ou morte, funcionando como complemento à frágil rede de proteção estatal ainda em formação. Muitas dessas propostas eram debatidas na Assembleia Nacional Francesa, na qual participavam vários desses reformadores, como deputados ou senadores, além de serem amplamente divulgadas por meio de periódicos especializados e pela imprensa da época (Horne, 2004).

Paralelamente às iniciativas dirigidas aos trabalhadores, o início do século XX também testemunhou a proliferação de ligas, sociedades e campanhas de combate e controle de doenças específicas, bem como de ações voltadas à proteção da infância²³². Doenças como a tuberculose,

²³¹ No *Supplement au Bulletin Municipal Officiel* da Mercredi 3 août 1932, de 03 de agosto de 1932, p. 3453, a municipalidade de Paris aceita o legado de Eufrásia de 2 mil francos feito aos pobres do 8º arrondissement. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64308831/f5.item.r=%22Teixeira%20Leite%22.zoom>

²³² Na virada para o século XX, o discurso higienista passou a ocupar papel central nas políticas voltadas à infância, ao associar pobreza, infância desamparada e degeneração social (Rizzini, 2008). A criança pobre e trabalhadora começou a ser percebida como um “problema social” que precisava ser corrigido por meio da disciplina e da regeneração moral, e não necessariamente pela retirada do trabalho. Isso se refletia em instituições como os asilos de meninos desvalidos, colônias correcionais e escolas de aprendizes, que muitas vezes combinavam assistência, correção e trabalho forçado. No entorno de Vassouras, em grande medida esses espaços correcionais eram mantidos por membros do poder judiciário, como no caso do Patronato de Menores-Escola Agrícola Saboia Lima em Rio das Flores, ou por entidades patronais, como a existente no então distrito de Vassouras de Engenheiro Paulo de Frontin. Em 1927, a promulgação do Código de Menores, elaborado por Melo Mattos, representou um marco legal importante. Influenciado por ideias positivistas e pela doutrina da proteção integral incipiente, o código tratava da infância abandonada e infratora, propondo instituições de vigilância e reeducação. No entanto, o trabalho

a sífilis e o câncer, anteriormente tratadas como problemas individuais, passaram a ser compreendidas como verdadeiras calamidades sociais, exigindo respostas coletivas e políticas de saúde pública em escala nacional (Rouquette, 1997; Dos Santos Batista, 2017). Em muitos aspectos, dedicar-se a atividades filantrópicas era ressignificar a atuação assistencialista em uma roupagem de modernidade.

Em 1871 há uma notícia da participação de ambas para angariar fundos para os inermes na França²³³. Depois dessa ocasião, quando no Brasil, temos Francisca oferecendo para a Sociedade Esperança Vassourense um donativo de 50 mil réis²³⁴. No texto de Gisele Sanglard, *Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936)* (2010), está apresentada uma tabela de patronos e personalidades que, nas décadas de 20 e 30, estiveram ligadas à Fundação Osvaldo Cruz, a autora escreve:

No grupo geral, ressalta-se a presença de senadores, deputados e intendentes na direção da instituição e de doadores significativos. Entre estes destacam-se o próprio Guilherme Guinle e Eufrásia Teixeira Leite, herdeira de grande fortuna em Vassouras, neta de barões do café (Sanglard, 2010, n. p.).

Em suas observações acerca do quadro de patronos, Sanglard apresenta ainda:

Dessa forma, a composição do quadro de filantropos envolvidos não difere muito do que acontece nas outras instituições - à exceção talvez do pai, onde a presença de mulheres é um dado importante, com a presença de representantes da nobreza, D. Eufrásia Teixeira Leite e o Visconde de Moraes, português, além de nomes já consagrados na elite brasileira, como Guilherme Guinle (Sanglard, 2010, n. p.).

Em seu testamento, Eufrásia lega para o hospital dos cancerosos.²³⁵ Ao fazer isso, reforça a imagem de benemerência que deseja associar à sua memória. A doação filantrópica tornou-se uma maneira das famílias de elite reafirmarem seu status, prestígio e influência na ordem republicana. Doar um pavilhão, equipamentos ou grandes somas em dinheiro a um hospital dava a público um conhecimento que a associava a uma ideia de modernidade e

infantil continuava a ser tolerado, desde que vinculado a uma lógica de “formação profissional” e “correção moral” (Pereira, 1999). Em grande medida, ambas as escolas objeto do legado de Eufrásia buscavam atuar nesse sentido, já que o conceito que subjazia a elas era o de profissionalizar 50 meninos e meninas pobres.

²³³ *A reforma* de 30 de março de 1871. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226440&pasta=ano%20187&pesq=%22Teixeira%20Leite%22&pagfis=2130> Acesso em: 19 jul. 2024.

²³⁴ *O Vassourense*, 28 dez. 1884, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217930&pesq=%22Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=621> <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217930&pesq=%22Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=621> Acesso em: 18 jul. 2024.

²³⁵ Testamento de EFT: Cláusula XV. Deixo à Fundação Osvaldo Cruz, que superintende o Hospital de Cancerosos, em execução na Capital Federal, cinquenta (50) Apolices da Dívida Pública da União, do valor nominal, cada uma, de 1:000\$000, de juro de 5% ao anno.

civilidade.

Na mesma toada, uma das marcas distintivas das elites brasileiras ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX era a participação em clubes de sociabilidade, instituições que operavam como espaços de distinção e reafirmação do status social. Esses clubes, frequentemente inspirados nos modelos europeus e vinculados à cultura do Império, expressavam e reproduziam as hierarquias sociais vigentes (Da Matta, 1983; Perrot, 1991). Instituições tradicionais como o Cassino Fluminense (fundado em 1845) e o Jockey Club do Rio de Janeiro (1868) exemplificam esse tipo de sociabilidade aristocrática, em que a convivência entre pares reforçava o capital social e simbólico das elites.

Com a transição para o século XX, observa-se uma inflexão nos espaços e formas de sociabilidade, com a emergência de clubes voltados para práticas esportivas e novas formas de lazer, como o Fluminense Football Club (1902), o Iate Clube do Rio de Janeiro (1920) e o Automóvel Clube do Brasil (1903). Esses espaços não apenas refletem uma modernização dos hábitos de elite, como também incorporam ideais de progresso, mobilidade e distinção social ancorados em bens simbólicos e materiais, como o automóvel (Sevcenko, 1998).

Nas décadas iniciais do século XX, surgiram ainda clubes cujo elemento agregador era precisamente a mobilidade proporcionada pelo automóvel, simbolizando um novo imaginário de liberdade e domínio sobre o espaço urbano e rodoviário. Entre eles destacam-se o Touring Club do Brasil (1923) e o Clube dos Bandeirantes (1927), que compartilhavam ideais ligados ao turismo, ao lazer e à construção de uma infraestrutura rodoviária moderna (Silva, 2010). A filiação a tais associações não apenas conferia prestígio, mas também reafirmava a posição social dos indivíduos em uma sociedade em processo de redefinição de suas elites (Holanda, 1995).

Paralelamente, instituições de caráter filantrópico ou assistencial, como as Santas Casas de Misericórdia, continuavam a exercer importante função na constituição das redes de solidariedade horizontal características do período imperial. Tais formas de associação ganharam especial relevância durante o Segundo Reinado, articulando-se com outras instâncias simbólicas de poder e prestígio, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), as academias e as lojas maçônicas (Neves, 2003; Carvalho, 2006). A elite senhorial, e posteriormente a elite republicana, utilizavam esses espaços como meios de legitimação de sua posição, reforçando sua centralidade por meio de vínculos familiares, clientelistas e associativos.

No caso dos filantropos citados neste estudo, verifica-se que sua inserção nesses ambientes de sociabilidade — clubes, irmandades, instituições científicas e recreativas — não

apenas os identificava como membros da elite, mas também operava como meio de atuação pública e de perpetuação de seus valores e prestígio social.

Sendo uma mulher, havia aqueles que seriam mais próximos do perfilamento de gênero que promoveriam maior alinhamento com uma sociabilidade pública. Se entendemos que a mobilização e reforço de redes tenha sido uma ferramenta utilizada por Eufrásia para o atingimento de seus objetivos, saber transitar nesses limites era importante para seu sucesso. Nesse contexto, a encontramos, como mencionamos anteriormente, pertencente a pelo menos quatro clubes ligados a artes.

O fato de as irmãs Teixeira Leite, em especial Eufrásia, estarem vinculadas a ações de filantropia, não a afastava dos princípios morais difundidos pelo catolicismo²³⁶ e, nesse sentido, ambas se envolviam em ações ligadas a espaços católicos, de onde se esperava caridades cristãs, tais como participar da Irmandade das Senhoras Devotas de Nossa Senhora da Piedade, na corte²³⁷, no grupo de contribuintes para a continuação da construção da catedral de Petrópolis²³⁸ ou na venda organizada pela Condessa D'Eu, em Paris,²³⁹ a favor dos padres do Espírito Santo, que contou com a presença de um grande contingente de partícipes da elite brasileira lá residente.

Há cartões de cumprimento pela passagem do ano das irmãs do Colégio dos Santos Anjos²⁴⁰ e das irmãs da Divina Providência, responsáveis pelos cuidados da população que frequentava a Santa Casa de Vassouras²⁴¹. Os dois cartões são datados de dezembro de 1926 e desejam-lhe boas festas, saúde e bençãos. Em ambos os casos, fica patente a intenção do estreitamento das relações entre as irmãs e Eufrásia, caso também evidenciado pela solicitação de forma direta e sem rodeios, do Padre Xavier Ewald, vigário de Vassouras no período de 1924 a 1927 que, em carta, solicita o apoio para as festividades da Semana Santa²⁴².

Fica claro que Eufrásia estava próxima às entidades religiosas de Vassouras e contribuía,

²³⁶ Sou catholica, apostolica Romana, santa e bôa religião, em que nasci, que herdei de meus paes, em a qual fui baptisada, educada, tenho vivido e conto morrer (Testamento de ETL).

²³⁷ MCH 90.10.04

²³⁸ *Eu Sei Tudo: Magazine Mensal Illustrado (RJ)* – 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164380&pesq=Eufri%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite&hf=memoria.bn.br&pagfis=1643> Acesso em: 30 jul. 2025.

²³⁹ *La Revue mondaine: semanal, literária e artística* - de 25 jan. 1903. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6229336p/f143.image.r=%22Teixeira%20Leite%22#> Acesso em: 14 jul. 2024.

²⁴⁰ Registrado no cartão MCH 10.90.125. O Colégio dos Santos Anjos foi inaugurado em Vassouras no ano de 1906, sob a égide da congregação homônima, em um imóvel antes pertencente a seu tio Caetano Furquim de Almeida. Antes do Colégio existia lá uma um abrigo para meninas cuja administração corria pelas irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo. O Colégio fica aos pés da ladeira que acessa a Casa da Hera.

²⁴¹ MCH 90.10.128

²⁴² MCH 90.10.191

para além do dízimo esperado de uma boa cristã, em outras ocasiões nas quais a expressão da caridade lhe fosse demandada ou esperada.²⁴³ No testamento também vemos essa condição de proximidade com a fé presente quando ela condiciona, a ambos os grupos religiosos elencados como responsáveis pela administração das escolas, a celebração de missas em atenção à sua alma e dos familiares próximos.

Cumpramos destacar, finalmente, o documento do Conde Raphael de Viel-Castel, um dos cartões disponíveis no MCH,²⁴⁴ que fazia parte da delegação Francesa no Brasil como encarregado de Negócios, chefiada pelo Conde Amelot de Chaollu, quando do retorno de Eufrásia e Francisca ao território brasileiro. Em mais de uma ocasião²⁴⁵ houve consciência de comparecimento em festas junto à família Imperial, assim como encontros no Itamaraty.²⁴⁶ Em quaisquer dessas ocasiões o cartão poderia ter sido entregue a uma potencial investidora em negócios franceses. Para além disso, a família Viel-Castel era profundamente envolvida com a gestão do Louvre, outro símbolo que agrega um teor de pertencimento à elite. Na França, como no Brasil, pertencer a esses clubes ampliava as possibilidades de sociabilidade. Como mulher solteira, havia aqueles que seriam mais próximos do perfilamento desejável socialmente. Encontramos Eufrásia, como mencionamos anteriormente, pertencente a pelo menos 4 clubes ligados às artes.

Ser rica, milionária, como no caso de Eufrásia, não se constituiu em um desafio pessoal particularmente complexo. Foi herdeira dos pais, da avó, da irmã. Mas no Vale do Paraíba Fluminense, muitos o foram e, a despeito disso, não conseguiram manter-se nessa condição. Não obtiveram sucesso, entre outras razões, por lhes faltar o conhecimento e a destreza em administrar capitais, a nova forma de acumular riqueza que já vinha se avizinando desde a década de 1850 no Vale fluminense. O fato de ser uma mulher de elite a instrumentalizou para a consecução desse desafio, posto que, como vimos, diversas mulheres das famílias senhoriais

²⁴³ Francisca Teixeira Leite Bruhns faz uma doação em nome de Eufrásia para reparos na Igreja Matriz de Vassouras no valor de 5:000\$000. *A Capital* de 07 de julho de 1907. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=223085&pesq=%22Eufri%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5574>

²⁴⁴ MCH 90.10.136

²⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 24 out. 1884. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Eufri%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=11535 Acesso em: 14 jul. 2024. *O Mercantil* de 28 maio 1885. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376493&pesq=%22Eufri%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=3290> Acesso em: 24 jul. 2024.

²⁴⁶ MCH 90.10.138- Esse cartão é enviado por Maria Teixeira Leite de Paiva Coutinho, casada como engenheiro Honório Gomes de Paiva Coutinho, que integrava o Centro da Lavoura e Commercio que nessa ocasião, estava pessoalmente envolvido com a participação do Brasil na Exposição Universal Colombiana, em Chicago. Sabemos que ela o enviou, pois o nome de Honório está tracejado. Nela, está sendo solicitada a confirmação de uma visita vespertina ao Itamaraty.

do Vale desempenhavam um papel crucial na constituição e fortalecimento das redes de sociabilidade, além de garantirem a estabilidade político-financeira para si e seus familiares. Elas eram responsáveis pela administração dos negócios na ausência de seus maridos, contribuindo, assim, para a continuidade e consolidação do poder de suas famílias, o que se inseria profundamente na lógica patriarcal predominante no século XIX. Além disso, essas mulheres não apenas atuavam como construtoras de redes de sociabilidade, mas também como facilitadoras da manutenção dessas redes, em estreita colaboração com seus maridos, pais, irmãos, tios, primos, em especial considerando o modelo de implementação e gestão de negócios da família Teixeira Leite. O inventário de Francisco Teixeira Leite reforça essa premissa, ao recomendar a seus herdeiros: “Que cada um de vocês seja amigo do outro, sempre unidos e se ajudando mutuamente, seguindo o exemplo admirável de seus avós e tios [...] diligentes, disciplinados e econômicos, de modo a não caírem em desgraça” (Stein, 1999, p. 43). Com essa habilidade de manter e construir redes, as irmãs puderam fortalecer, pelos contatos que tinham, os vínculos que já possuíam no Brasil e ampliar a tecitura de uma trama de apoio cosmopolita. Essa pluralidade está refletida no patrimônio legado no testamento de Eufrásia.

A trajetória de investimentos de Eufrásia e Francisca, documentada desde sua avó, já era marcada pela monetização da fortuna em títulos da dívida pública, empréstimos e ações (Falci, 2005). Portanto, a aplicação na bolsa de valores configurava-se como um desdobramento lógico dessa estratégia, à luz da crescente correntia das aplicações especulativas em ações a partir da segunda metade do século XIX, inclusive para a pequena burguesia provincial, fenômeno impulsionado pelo fortalecimento das sociedades anônimas e por mudanças nas estratégias bancárias (Perrot, 2009, p. 94).

Os investimentos de Eufrásia em ações nas bolsas de valores eram muito diversos. Iam de empresas de exploração de minérios, como ouro, diamante, carvão, ferro e petróleo; agroindústria, como açúcar, cacau, café; indústria têxtil, como algodão e linho; infraestrutura e serviços, como estradas de ferro, transporte urbano, energia elétrica; além de ações de companhias bancárias e títulos de dívida pública de governos. Enquanto a maioria das mulheres de elite de seu tempo era usufrutuária de riqueza administrada por homens, Eufrásia Teixeira Leite foi a geradora e gestora ativa de sua própria riqueza.

Ao contrário das demais mulheres de elite, cuja vivência internacional se limitava, muitas vezes, a viagens de turismo ou acompanhamento familiar, Eufrásia Teixeira Leite elegeu Paris, que funcionava como um centro financeiro de primeira grandeza, com características

únicas e vitais para a economia europeia e mundial, como sua base de operações.²⁴⁷ Essa mudança não teve um caráter meramente residencial ou cultural. Paris funcionou como a plataforma a partir da qual ela pôde acessar e interagir diretamente com as principais instituições do sistema financeiro internacional.

Sua atuação na Bolsa de Valores de Paris e seu relacionamento com grandes bancos de investimento europeus a colocaram no cerne dos fluxos de capital da época. Eufrásia não era uma mera rentista passiva; era uma investidora ativa, que aplicou seu patrimônio em títulos da dívida pública de nações como Estados Unidos, Rússia e Argentina, bem como em ações de empresas privadas. Essa inserção direta no mercado global permitiu-lhe não apenas preservar, mas multiplicar exponencialmente a fortuna herdada, tornando-a uma agente econômica de escala transnacional.

A residência prolongada em Paris também foi crucial para a aquisição de um capital cultural e social que a distinguiu de suas contemporâneas no Brasil. No ambiente cosmopolita parisiense, Eufrásia circulava por um circuito que integrava a alta finança, a diplomacia e a intelectualidade. Seu relacionamento de longa data com vários membros da elite brasileira, em especial com a família imperial e diversos outros evidenciados nesse trabalho tanto das elites transnacionais fossem elas nobilitados ou não, é emblemático dessas redes de alto nível.

Essas conexões forneciam-lhe informações privilegiadas, insights sobre a conjuntura política e econômica global e acesso a oportunidades de investimento inacessíveis àqueles confinados ao mercado nacional. Sua rede social internacional funcionava, portanto, como um ativo estratégico, instrumental para o sucesso de suas empreitadas financeiras.

A forma como ela instrumentalizou suas conexões internacionais para construir uma autonomia pessoal sem precedentes para uma mulher de seu tempo também é um diferencial a ser destacado. Ao operar a partir de Paris, ela se colocou fora do alcance direto do controle patriarcal da sociedade brasileira. A distância física e a independência financeira conquistada

²⁴⁷No século XIX, Paris consolidou-se como um grande polo financeiro, tornando-se a principal credora da Europa. Sua ascensão deveu-se à estabilização política pós-Revolução Francesa e à criação de instituições sólidas, como o Banco da França (1800) e a Bolsa de Valores de Paris (1826). Diferente do modelo britânico, o capitalismo francês era marcadamente averso ao risco, baseado num sistema de "capitalismo de renda fixa". Os investidores (*rentiers*) preferiam títulos da dívida pública e obrigações empresariais previsíveis em detrimento de ações especulativas. Grandes bancos como o *Crédit Mobilier* e o *Crédit Lyonnais*, do qual, por sinal, Eufrásia tinha ações, canalizaram a poupança conservadora dos franceses para financiar projetos em toda a Europa e além, incluindo ferrovias, o Canal de Suez e empréstimos a governos estrangeiros, como o do Brasil. Assim, Paris destacou-se não como a praça mais globalizada ou industrial, mas como o maior mercado de capitais para títulos de dívida e o principal exportador de capital de longo prazo do continente. Para maiores informações sobre a temática: FERGUSON, Niall. **A Ascensão do Dinheiro: A História Financeira do Mundo**. São Paulo: Planeta, 2008.

no exterior lhe garantiram a liberdade de tomar decisões cruciais sobre sua vida e seu patrimônio.

A mais radical dessas decisões foi a recusa ao casamento, independente de quem o sugerisse. Ao manter-se solteira, Eufrásia assegurou que sua fortuna, gerida e ampliada em âmbito internacional, permanecesse sob seu controle exclusivo, evitando a transferência automática para um marido, como previam as leis brasileiras. Dessa forma, suas conexões transnacionais foram o pilar que sustentou sua capacidade de subverter as expectativas de gênero e definir seu próprio destino.

No Próximo capítulo, verificaremos esse patrimônio e como ele pode ser utilizado para o atingimento de um projeto de modernização conservadora²⁴⁸.

²⁴⁸ O contexto aqui considerado é baseado em Alencastro (2000), ao referir-se a um processo de transformação social, política e econômica no qual, apesar da introdução de elementos modernos ou de mudanças estruturais em uma sociedade, as estruturas sociais e as relações de poder fundamentais do sistema anterior são mantidas, ou até reforçadas. Em outras palavras, a modernização conservadora caracteriza-se por uma tentativa de modernizar aspectos da sociedade, sem que ocorra uma mudança substancial nas hierarquias e nas instituições tradicionais que sustentam a ordem social. A modernização, nesse sentido, não busca a superação das desigualdades sociais ou da estrutura de classes, mas a adaptação dos sistemas preexistentes às novas exigências do mundo moderno.

4 Capítulo 4: “[...] temendo a morte que é certa, embora incerto seja o seu dia”: o testamento de Eufrásia Teixeira Leite

Neste capítulo analisaremos o testamento de Eufrásia, suas designações de última vontade. Veremos a maneira esse documento conformou o território de Vassouras, considerando os usos políticos dessa execução. Para tal fim dividiremos nossas reflexões em duas vertentes. No primeiro subcapítulo, intitulado *Os desejos - tradição e modernidade*, discutiremos os desejos póstumos, considerando a instrumentalização decorrente do planejamento sucessório²⁴⁹. E, na sequência, centraremos em entender os usos políticos desse desejo ponderando como a sociedade a observou e reteve seu nome em “Quem constrói o futuro.”

4.1 Os desejos - tradição e modernidade

O Testamento de Eufrásia Teixeira Leite, sob o enfoque formal de análise do documento, em muitos aspectos é bastante semelhante ao de seus avós, pais e tia, cujo teor se fez conhecer em seus respectivos processos sucessórios.²⁵⁰ Cláudia Rodrigues e Mauro Dillmann (2013) esclarecem:

A leitura de testamentos dos séculos XVII a meados do XIX nos permite verificar que estes documentos seguiam muitas vezes um padrão e que, dependendo do recorte temporal e espacial, poderiam existir expressões, frases ou parágrafos que se repetiam idêntica ou semelhantemente em vários deles, em que pesem as especificidades que possam ter, as quais quase sempre

²⁴⁹ O planejamento sucessório consiste na adoção de estratégias legais e financeiras, em vida, para organizar a transmissão patrimonial *post mortem*. Seus objetivos primordiais são assegurar o cumprimento da vontade do *de cuius*, minimizar os ônus processuais e a morosidade inerentes aos procedimentos de inventário, e conferir proteção ao patrimônio contra litígios e riscos diversos.

²⁵⁰ AMÉLIA EUGENIA TEIXEIRA LEITE DE CARVALHO Inventário da Baronesa do Amparo, (1841 – 1924) - Inventário da baronesa do Amparo, 1924. Fonte: Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário. Coleção Processos da Nobreza Brasileira, Acervo Textual. Mídia AP_001636. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/acervo/asp/prima-pdf.asp?codigoMidia=6331&nomeArquivo=AP%5F001636>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ANNA JESUÍNA CÂNDIDA TEIXEIRA LEITE: Testamento. 1899 – Doc. 10466712007. Centro de Documentação Histórica (CDH), Universidade Severino Sombra (USS), Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil. Inventário. 1901 – Doc. 104664651004. Centro de Documentação Histórica (CDH), Universidade Severino Sombra (USS), Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

ANA ESMÉRIA TEIXEIRA LEITE: testamento de 1871 e inventário de 1872, Transcrição pertencente ao arquivo da Casa da Hera, original do CDH, Universidade Severino Sombra, em Vassouras.

BARONESA DE CAMPO BELLO, Inventário. Inventariante Christóvão Corrêa e Castro, 1873. Caixa 141, no 639, CDH, Universidade Severino Sombra, Vassouras. Rio de Janeiro, Brasil.

BARONESA DE ITAMBÉ, Inventário. Inventariante Joaquim José Teixeira Leite, 1866. Caixa 123, no 503, CDH, USS, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Testamento. 1930. CDH. USS, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

JOAQUIM TEIXEIRA LEITE. Testamento, Livro 29, 1872. CDH. Universidade Severino Sombra. USS, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

estavam vinculadas aos testamentos escritos de próprio punho pelo testador (Rodrigues; Dillmann, 2013, p. 2).

No caso da nossa análise, os elementos recorrentes estão viabilizados pela presença da indicação da profissão de fé, declaração expressa de doação para assistência, distribuição de patrimônio, em maior ou menor grau, entre familiares, herdeiros ou não, solicitação de missas e indicação de local de sepultamento e cuidados associados à sua manutenção.

Em que pese tratar-se de documento formal, vale dizer, demandante de características próprias específicas vinculativas à sua validade legal, esses testamentos estão compostos sob a égide obrigacional diferente do de nossa personagem, ainda assim existe similitude.

Desde a Independência, em 1822, havia a necessidade de codificação das normas civis, como já apontava o art. 179 da Constituição de 1824, que previa a criação de códigos civil e criminal. No entanto, apenas o Código Criminal foi efetivado em 1830, enquanto o projeto civilista foi constantemente adiado. Assim, a Lei de 20 de outubro de 1823, promulgada após a independência política do Brasil, estabeleceu a manutenção das Ordenações Filipinas no ordenamento jurídico do país até a elaboração de um Código nacional (Brasil, 1823). Essa medida refletia o fato de que a emancipação política não implicava, de fato, a autonomia jurídica em relação a Portugal, cuja cultura legal permaneceu influente durante o processo de construção do Direito brasileiro (Faria, 2012, p. 45). A transição para um sistema jurídico autônomo demandaria um prolongado período de adaptação institucional.

Em 1824, a Constituição Imperial determinou, em seu art. 179, inciso XVIII, a elaboração “o quanto antes” de um Código Civil, fundamentado “nas sólidas bases da justiça e equidade” (Brasil, 1824). No entanto, a ausência de conformidade com esse preceito constitucional resultou na vigência prolongada das Ordenações Filipinas ao longo do século XIX, especialmente no âmbito do Direito Civil (Wolkmer, 2006, p. 112). A sucessão testamentária, em particular, era regulamentada pelos títulos LXXX a XC do Livro IV das Ordenações, que detalhavam as formalidades dos atos de última vontade.

O título LXXX, dedicado aos testamentos, prescrevia quatro modalidades: aberto (ou público), cerrado, particular e nuncupativo. O testamento aberto era lavrado por tabelião na presença de cinco testemunhas — obrigatoriamente homens livres e maiores de quatorze anos —, exigindo-se a assinatura do testador e das testemunhas. Caso o testador fosse analfabeto ou impossibilitado de firmar o documento, uma testemunha o faria em seu nome (Ordenações Filipinas, Livro IV, Título LXXX, § 1º).

O testamento cerrado, que foi a opção seguida pela nossa personagem, podia ser redigido pelo próprio testador ou por terceiro, sendo dispensável a assinatura autógrafa no

primeiro caso. Uma vez concluído, o documento deveria ser lacrado e entregue a um tabelião, perante cinco testemunhas qualificadas. O oficial então lavrava um auto de aprovação, subscrito pelas testemunhas e pelo testador (ou por seu representante, se necessário), conforme prescrito no § 5º do mesmo título. Logo, o auto era anexado ao testamento, garantindo sua validade formal (Almeida, 1850, p. 78).²⁵¹ No que tange a esse tipo testamentário, o Código Civil de 1916 recepcionou os princípios normativos das ordenações supramencionadas.

A promulgação do Código Civil Brasileiro de 1916 constituiu um marco jurídico fundamental na consolidação do Estado nacional republicano, ao estabelecer um ordenamento jurídico unificado para reger as relações civis no país.²⁵² Como explica Francisco Antônio Pontes de Miranda (1970, p. 45), “[...] a ausência de um código civil causava insegurança jurídica e comprometia o desenvolvimento das relações privadas em uma nação em formação.”

Somente com o advento da República e a consolidação de um novo ideário político e jurídico foi possível retomar de forma sistemática o projeto de codificação civil. A tarefa foi atribuída ao jurista Clóvis Beviláqua, nomeado em 1899 pelo então Ministro da Justiça, Joaquim José Seabra. Beviláqua trabalhou praticamente sozinho no anteprojeto, que foi apresentado em 1900 e passou por um processo de revisão e debates legislativos que duraram mais de 15 anos. Como observa Tavares (2007, p. 122), “[...] o código de 1916 é resultado de um esforço de racionalização normativa e de adaptação dos princípios liberais e individualistas do século XIX à realidade brasileira do início do século XX.”

O Código Civil de 1916 foi fortemente influenciado pela tradição romano-germânica,

²⁵¹ Para maiores informações sobre a história do Direito das Sucessões no Brasil: Roberto (2016), e Felipe Quintela Machado de Carvalho. **Contribuição de Joaquim Felício dos Santos para o direito das sucessões no Brasil:** fragmentos da história do direito civil brasileiro. 2017. Orientador: Giordano Bruno Soares Roberto. Tese (Programa de Pós-graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

²⁵² A historiografia da codificação civil brasileira é caracterizada, conforme apontado por Reis (2017), pela ausência de uma tradição robusta e metodologicamente consolidada, sendo os estudos clássicos sobre o tema majoritariamente vinculados ao positivismo jurídico do século XX. Apesar da emergência de investigações recentes, estas tendem a abordar a matéria de modo parcial ou setorial. Dentre essas contribuições, destacam-se análises que exploram dimensões específicas do processo codificador. Marques e Melo (2008), por exemplo, investigam os debates legislativos em torno dos direitos das mulheres casadas no Código Civil de 1916. Grinberg (2011) articula a codificação civil ao debate sobre cidadania, elucidando as dificuldades de sua empreitada no Brasil oitocentista. A partir da história das ideias jurídicas, Costa Filho (2013) examina as influências liberais europeias no período de 1822 a 1916, enquanto Formiga (2012) foca nos projetos de Teixeira de Freitas e Coelho Rodrigues como embriões do código. Roberto (2016) oferece uma análise prosopográfica dos civilistas imperiais, embora sem um exame direto do processo codificador. Complementarmente, obras que tratam do contexto cultural e jurídico mais amplo, como as de Venâncio Filho (1993), Wolkmer (2006) e Fachin (2010), fornecem substratos teóricos e críticos essenciais. Estudos dessa natureza, ao dialogarem com abordagens interdisciplinares, indicam caminhos promissores para o desenvolvimento de uma historiografia da codificação civil no Brasil que se equipare, em densidade analítica, às experiências estrangeiras.

especialmente pelo Código Civil francês de 1804 e pelo Bürgerliches Gesetzbuch alemão, de 1900. Contudo, Beviláqua procurou adaptar essas influências à realidade social brasileira, incorporando certos elementos do direito costumeiro nacional. Segundo Beviláqua (1955, p. 11), “[...] o legislador brasileiro não pode ser um mero tradutor; é preciso que compreenda o espírito da nação para legislar de acordo com sua índole e suas necessidades.”

A estrutura do Código seguiu a divisão tradicional tripartida (pessoa, bens e obrigações), compreendendo cinco partes: Parte Geral, Direito de Família, Direito das Coisas, Direito das Obrigações e Direito das Sucessões. Essa organização refletia o modelo pandectista adotado pela doutrina jurídica da época, com forte ênfase na autonomia da vontade, na propriedade privada e nos contratos como expressões da liberdade individual.

A entrada em vigor do Código Civil em 1º de janeiro de 1917 representou não apenas a codificação das normas civis, mas a consolidação de uma visão de mundo voltada à estabilidade das relações jurídicas, ao formalismo legal e à valorização da propriedade privada.

Rangel e Siqueira (2022) apresentam, no artigo “*O dia seguinte do Primeiro Código Civil Brasileiro: Vigência e Prática Judicial no Rio de Janeiro (1917-1927)*”, uma análise das percepções sobre a aplicabilidade do Código de 1916, considerando a cultura jurídica expressa pelos operadores do direito da época, notícias de jornais e a ocorrência de sua aplicação, reações e críticas na capital federal. Os autores esclarecem que, nos primeiros anos de vigência, o Código Civil de 1916 foi recebido com entusiasmo, sendo exaltado como solução abrangente para as deficiências do sistema jurídico anterior. Contudo, tal expectativa cedeu rapidamente lugar à desilusão, diante de críticas a diversos dispositivos. As chamadas “falhas do Código” — entendidas tanto como lacunas normativas quanto como disposições contrárias a práticas sociais consolidadas — tornaram-se tema recorrente nos debates jurídicos, na imprensa, no Parlamento e em associações civis.

Uma das questões a serem destacadas é que, por trás da aparência de neutralidade normativa, o Código Civil cristalizou desigualdades estruturais, especialmente no tocante às relações de gênero. Mantinham-se nele, passados mais de 40 anos, os impedimentos que fizeram Eufrásia e sua irmã “optarem” por permanecer solteiras em Paris. Como afirmam Luiz Roberto Barroso e Luciana Gebrim (2015, p. 28), “o direito civil brasileiro nasceu e se desenvolveu sob a égide de uma lógica patriarcal, na qual a mulher era juridicamente tratada como incapaz ou tutelada.”

De fato, o Código de 1916 expressava e legitimava um modelo de família hierarquizado, em que o homem — o pai e o marido — exercia autoridade sobre os demais membros. A mulher casada, por sua vez, era considerada relativamente incapaz, sujeita à autorização do marido para

praticar atos da vida civil, conforme previa o art. 6º, §1º do Código. A chefia da sociedade conjugal era atribuída exclusivamente ao marido (art. 233), que detinha a administração dos bens do casal, o direito de fixar a residência da família e o poder disciplinar sobre a esposa e os filhos.

Segundo Adriana Piscitelli (2004, p. 94), o Código de 1916 consagrou “[...] uma ideologia jurídica que subordinava as mulheres aos homens e naturalizava a divisão sexual do trabalho, relegando à mulher a esfera doméstica e afetiva.” Essa normatividade refletia uma sociedade patriarcal e elitista, em que a cidadania plena era reservada aos homens brancos, proprietários e chefes de família.

Ademais, a exclusão das mulheres do espaço público, do trabalho formal e da participação política estava juridicamente reforçada por essa legislação civil, que restringia sua autonomia e lhes negava a capacidade plena de agir. Teresa Cristina de Novaes Marques (2004) relata que o Centro das Classes Operárias²⁵³ havia apresentado ao Senado, em 1 de maio de 1902, uma petição reivindicando a exclusão da mulher casada do rol de pessoas incapazes. A tentativa foi infrutífera, uma vez que em diversos artigos essa proibição era reforçada.²⁵⁴

A permanência da incapacidade jurídica da mulher casada, consagrada pelo Código Civil de 1916, gerou críticas de setores progressistas da comunidade jurídica e de associações femininas organizadas no período. O dispositivo central que a consolidava, o artigo 242, estabelecia que a mulher casada dependia de autorização marital para a prática de diversos atos jurídicos, incluindo a possibilidade de comparecer em juízo e o exercício de profissão remunerada. Tal disposição, de caráter nitidamente patriarcal, expressava uma concepção jurídica que subordinava a mulher à autoridade do marido, restringindo sua autonomia civil e econômica. Como observa Grinberg (2011, p. 87), “O Código Civil incorporou, na letra da lei, um modelo de família hierarquizado, no qual o marido exercia não apenas a chefia da sociedade conjugal, mas também o controle sobre a vida civil da esposa, limitando-lhe o acesso à esfera pública e ao mercado de trabalho.”

Com efeito, a própria elaboração do Código Civil foi um processo conduzido exclusivamente por homens, em um cenário de apagamento das vozes femininas na esfera jurídica e legislativa. A ausência de mulheres nos debates legislativos revela não apenas uma omissão factual, mas também uma exclusão simbólica: as mulheres não eram consideradas sujeitos jurídicos plenos, e sim objetos da normatividade masculina.

²⁵³ Foi uma entidade que lutava a favor dos interesses dos trabalhadores e industrialização.

²⁵⁴ Citando apenas alguns dos constantes na Lei Civil de 1916: arts. 251; 235; 263, II, III e VIII; arts 269; 275; 310; 248; 251.

Outro aspecto importante no contexto da reflexão sobre o testamento de Eufrásia Teixeira Leite se estabelece pelo viés da execução judicial aplicável. Por ter tido um percurso executório alargado, ele esteve sob a égide de dispositivos legais distintos. Nessa esteira, é prudente destacar que, em meados do século XIX, os pensadores alemães, com especial destaque para Oskar Von Büllow, jurista, pesquisador e professor da de *Justus Liebig Giessen*, começam a estudar a natureza jurídica da ação e do processo. Desse modo, a Escola de Processo Civil autonomista inaugura o direito processual como ciência autônoma. Logo, o direito processual se desvinculou do direito material e ganhou seus próprios contornos.²⁵⁵

No Brasil, já na última década do século XIX, havia um debate intenso acerca da adoção de um sistema judiciário unificado ou da manutenção da dualidade entre esferas federal e estadual. As reflexões predominantes estruturavam-se em dois eixos principais, sendo o primeiro da unicidade judiciária, que implicaria a centralização do sistema de justiça sob a responsabilidade da União, e o segundo em contraposição ao modelo de dualidade judiciária, que dividia competências entre federação e estados (Carvalho, 2002). Estavam em disputa duas correntes: a unicidade processual, com normatização federal única, versus a pluralidade processual, na qual estados e União teriam autonomia para legislar sobre procedimentos judiciais, cabendo à última apenas processos envolvendo interesses federais (Faoro, 2001).

Com a Proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, consolidou-se o modelo de pluralidade processual, conferindo aos estados-membros a competência para legislar sobre organização judiciária e normas processuais (Bonavides, 1993). Essa descentralização refletia a visão federalista então vigente, exemplificada pela atuação de Campos Salles, Presidente da República, que defendia a plena autonomia dos estados, inclusive na esfera processual. (Cintra; Grinover; Dinamarco, 2006). Sua gestão reforçou a tese da pluralidade, resultando na elaboração de códigos de processo civil próprios em diversas unidades federativas (Viana, 1998).

Essa dinâmica evidenciou as tensões entre centralização e federalismo no Judiciário, tema que seguiria influenciando reformas constitucionais posteriores. Nessa esteira, no direito brasileiro, criam-se Códigos de Processo estaduais. O primeiro criado foi o do Estado do Rio Grande do Sul, em 1908. No Estado do Rio de Janeiro, aplicou-se o CPC do Distrito Federal,²⁵⁶

²⁵⁵ PACHECO, José da Silva. **Evolução do processo civil brasileiro**: desde as origens até o advento do novo milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 430 p.

²⁵⁶ Embora tenha havido uma primeira codificação, de 03 de novembro de 1910, Decreto 8.332, para o processo do testamento e contestação de nossa personagem, vigia o Código de Processo Civil do Distrito Federal. Decreto nº 16.752, de 31 de dezembro de 1924, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16752-31-dezembro-1924-516249-publicacaooriginal-139889-pe.html>

e sob sua égide foi estruturado o processo sucessório de Eufrásia Teixeira.²⁵⁷

A morte de Eufrásia ocorreu em 13 de setembro de 1930, na Ladeira da Glória, número 162, apartamento 301, 3º andar, no Rio de Janeiro. Os fatos que antecederam esse evento apresentam-se em vertentes diversas. Fernandes (2012) aduz que ela teria retornado de Paris já doente, vivendo, antes desse domicílio, em um apartamento em Copacabana. Catharino (1996) nos informa que o contrato de aluguel daquele imóvel foi assinado pouco tempo antes, em 14 de julho de 1930, entre Eufrásia e Julliette N. de Beaufort, belga e casada, e tratava-se de um instrumento particular de locação, com duração de seis meses, de 1º de julho de 1930, a terminar em 31 de dezembro de 1930. No Brasil, ela estaria ou em Vassouras, na Casa da Hera, ou, no Rio de Janeiro, hospedada no Hotel dos Estrangeiros, na Praça José de Alencar, 5. Na ocasião, sabedora da fragilidade de seu estado de saúde, e por não ser bem-visto morrer em um hotel, ela teria alugado o apartamento no prédio de seus amigos Cândido e Edith Torres Guimarães.²⁵⁸

Sua condição de saúde era acompanhada de perto por especialistas, tanto na França quanto no Brasil. Eufrásia teve um problema ocular severo em 1907 e já apresentava alguns problemas respiratórios desde os 60 anos, como evidenciado pelas notícias de recuperação de bronquite ou viagens a estações de repouso, atestadas no levantamento feito pelos jornais constantes no Apêndice E. Em Paris, sabe-se que ela era assistida pelo Dr. Barth. Em carta de 28 de junho de 1930, Eufrásia escreveu a Guggenheim pedindo que buscasse com médico informações sobre a possibilidade de retorno à casa de Paris. Nessa carta, alega estar doente havia três meses. Se ela pede que o médico autorize a viagem, há de se inferir que o mesmo fizesse o acompanhamento de seu estado de saúde havia longa data²⁵⁹.

No Rio de Janeiro, Eufrásia foi assistida pelo O Dr. Salles Guerra, um renomado especialista em doenças cardíacas e pulmonares, amigo e biógrafo de Oswaldo Cruz, que

²⁵⁷ O advento do Código de Processo Civil de 1939 (Decreto-lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939), elaborado sob a coordenação de Francisco Campos e inspirado em concepções processuais europeias — especialmente o modelo italiano de Giuseppe Chiovenda, representou a primeira tentativa de unificação, embora ainda restrita à Justiça Federal. A efetiva unificação nacional somente se consolidaria com o Código de Processo Civil de 1973 (Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973), de autoria de Alfredo Buzaid, que se aplicou uniformemente em todo o território brasileiro e para todas as instâncias jurisdicionais. Para maior esclarecimento sobre o tema: THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. 1. 64. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**, v. 1. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

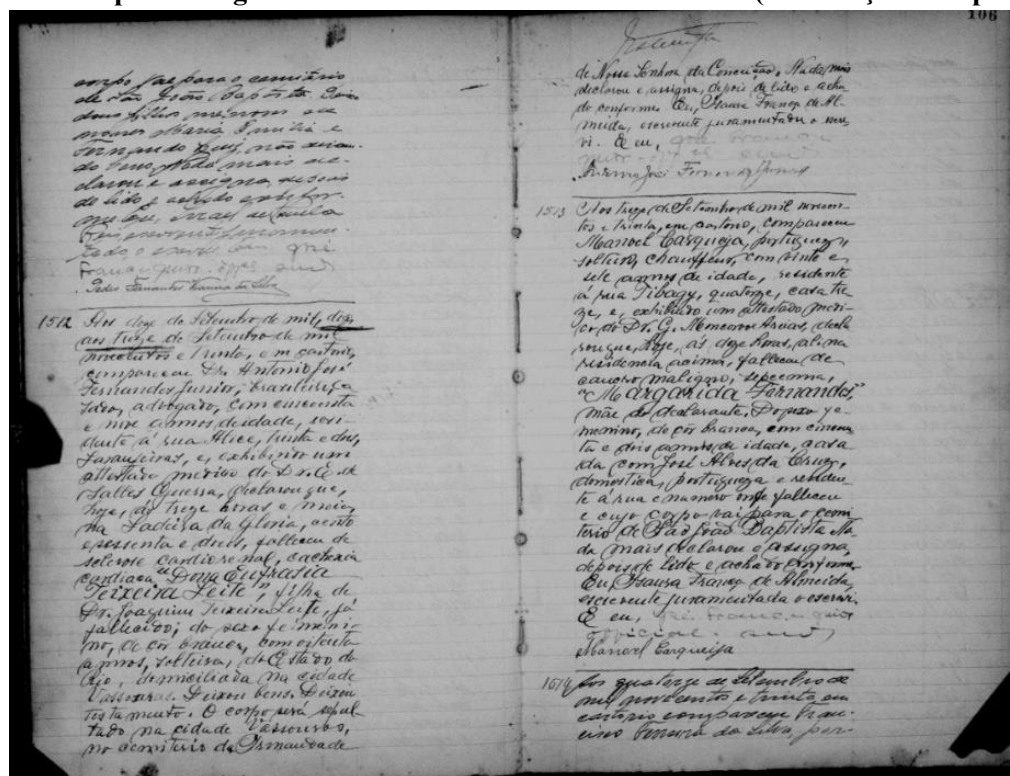
²⁵⁸ Em entrevista registrada por Catharino (1996, p. 147), Maria Pia Torres Guimarães, filha de Cândido e Edith, relata características da convivência familiar recordadas de sua infância.

²⁵⁹ Encontramos, no Almanaque Nacional de 1873, ano que Eufrásia e Francisca chegaram a Paris, nas páginas 168 e 309, o Dr. Barth como presidente da Academia de Medicina. No ano de 1926, no livro da associação L'Hygiène par l'exemple (Paris), na página 20, o Dr. Barth, membro dessa confraria. O Médico contraindica a travessia marítima, fundamentando-se no risco de intercorrências agudas durante o percurso e na indisponibilidade de suporte médico adequado (Inventário ETL).

atestou seu óbito. Para além dele, o inventário sucessório detalha os procedimentos médicos realizados e inclui o relatório do Dr. Álvaro Soares, responsável pelo acompanhamento clínico da paciente no Rio de Janeiro e em Vassouras entre junho de 1928 e maio de 1930. A análise da documentação evidência que Eufrásia permaneceu predominantemente em Vassouras durante esse período, conforme atestam os registros: trinta consultas e doze exames urológicos entre junho e novembro de 1928; quarenta e nove atendimentos e dezoito análises de urina entre janeiro e agosto de 1929; e vinte e nove visitas e onze exames laboratoriais entre fevereiro e maio de 1930 (Inventário, 1930). No referido documento, o médico atribui a duração prolongada das consultas ao temperamento inflexível e autoritário da paciente, que frequentemente resistia às prescrições terapêuticas e dietéticas.

Catharino (1996, p. 146) cita o Dr. Silva Dias, que era dentista de Eufrásia em Vassouras. Ele informa que “Ela já veio da Europa doente” e que teria ficado no Rio de Janeiro pela possibilidade de bom tratamento, já que, em Vassouras, na ocasião, não existiam os recursos necessários tanto ao diagnóstico quanto aos medicamentos necessários aos seus cuidados. O Dr. Silva Dias se identifica como amigo de nossa personagem e alega ter tratado de uma inflamação de gengivas por conta dos remédios que estava tomando, e que só cessou esse cuidado quando Eufrásia entrou em coma.

Figura 20 - Cópia do Registro de óbito de Eufrásia Teixeira Leite (transcrição no Apêndice K)



Fonte: FamilySearch. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:WY2N-4Z6Z>

Em 1929, Eufrásia Teixeira Leite recebeu o diagnóstico de disfunção orgânica secundária a cardiopatia e nefrite crônica em evolução progressiva, terminologia atualmente referente à patologia que a vitimou, conforme imagem do seu registro de óbito (Figura 20), assinado pelo futuro executor principal do testamento, seu primo, Antônio José Fernandes.

Na Contestação oposta à ação pelos testamentários do Espólio, de 1937²⁶⁰, Antônio José e Raul informam que a Sclerose cárdio-renal, cachexia cardíaca²⁶¹ teria começado por uma gripe (Contestação, 1937, p. 18).

O fato derradeiro é que, como todo ser vivente, Eufrásia Teixeira Leite morreu. Deixou em seu testamento disposições e imposições diversas. Para garantir sua exequibilidade constituiu um patrimônio extenso e variado. Suas redes certamente ensejaram possibilidades de ampliação e diversificação desse patrimônio.

Os últimos anos da vida de Eufrásia Teixeira Leite foram marcados por uma notável atividade empresarial. Dentre seus empreendimentos, que os veremos mais adiante, destaca-se o loteamento de um terreno em Copacabana, situado na então Rua 4 de Setembro, nº 40 – atual Rua Pompeu Loureiro –, onde idealizou um projeto imobiliário composto por 49 lotes residenciais, denominado Travessa Santa Leocádia²⁶².

Esse investimento ocorreu em um contexto de valorização imobiliária no bairro, impulsionado, entre outros fatores, pela recente construção do Hotel Copacabana (Falci; Melo, 2002b, p. 175). A proximidade de Eufrásia com a família Guinle, proprietária do estabelecimento e clientes de longa data de seus inventariantes, pode ter influenciado sua decisão de expandir seu portfólio para o ramo imobiliário, um setor até então não presente em seu patrimônio (Falci; Melo, 2002a).

A execução do projeto demandou a contratação de serviços de engenharia para a divisão da gleba, mas sua conclusão foi interrompida pelo falecimento de Eufrásia em setembro de 1930. Na ocasião, apenas o primeiro lote havia sido vendido, cabendo ao seu inventariante finalizar a transação e dar continuidade ao empreendimento. Mas de que maneiras Francisca e Eufrásia ampliaram o patrimônio herdado? Quais escolhas e estratégias usaram? Como as redes lhes foram úteis?

Os valores recebidos em função da herança de seus pais e avó, como mencionamos,

²⁶⁰ Anexo VI – Capa da Ação Ordinária: Contestação oposta à ação pelos testamentários do Espólio, 1937.

²⁶¹ A síndrome cardiorrenal (SCR) é uma condição patológica complexa e bidirecional, caracterizada pela disfunção concomitante ou sequencial do coração e dos rins, em que a injúria em um dos órgãos desencadeia ou agrava a disfunção no outro (Ronco *et al.*, 2010). Essa interação é mediada por mecanismos fisiopatológicos multifatoriais, incluindo ativação neuro-hormonal, desequilíbrio hemodinâmico, inflamação sistêmica e estresse oxidativo (Braam *et al.*, 2014).

²⁶² Inventário de Eufrásia Teixeira Leite, Vol. 2.

eram robustos. As irmãs monetizaram grande parte desses ativos e seguiram para a Europa. Desse período, Falci e Mello (2021) informam que, em 1886, no consulado da Embaixada do Brasil na França, as irmãs nomearam procuradores aos quais deram plenos poderes para receber e fazer pagamentos em seus nomes, fazer transferências de apólices e caucionar e restituir caução de apólices. Nesse documento, há informação sobre a amortização dos juros de apólices da Dívida Pública e do Empréstimo Nacional de 1879. Como o inventário de Joaquim José é datado de 1872, esses títulos já teriam sido adquiridos pelas irmãs, e não herdados. Isso indica que havia no Brasil a predileção pela monetização do patrimônio. Nessa mesma linha, no Relatório nº. 50 da Directoria da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluvias para a sessão de Assembléa Geral em 30 de junho de 1899²⁶³, Eufrásia aparece listada entre os acionistas. Esse é um dos desafios para uma análise mais minuciosa do processo de construção do patrimônio das Teixeira Leite, em especial, da nossa personagem principal. Não há, senão no arrolamento e inventário, uma lista de bens, patrimônios e ativos formalmente relacionados ao seu nome. O que se encontra são apenas fragmentos de notícias e eventos, que, como comum em negócios, apresentam-se em ocasiões e, logo que resolvidos, não geram registros públicos formais. Por isso, parte do que deve ter sido feito em no Brasil não compõe a lista do inventário, como o caso relatado da venda de anilina para o mercado brasileiro em 1914, em que ela auferiu grande lucro (Falci; Melo, 2021). Para mapear o patrimônio constante no inventário, foi realizada uma busca reversa nas empresas cujas listas de acionistas estejam disponíveis para a pesquisa.²⁶⁴

A abertura do processo sucessório ocorreu em 15 de setembro de 1930 (Figura 13), ocasião em que oficialmente se leu o testamento. O inventário estendeu-se por vinte e dois anos até sua conclusão, devido à complexidade inerente à localização e identificação do patrimônio total deixado. Eufrásia não legou documentação prévia clara quanto à natureza e à localização de todos os seus ativos, os quais incluíam uma carteira diversificada de ações, contas bancárias e créditos junto a terceiros. Conforme alegado pelo Dr. Antônio Fernandes, inventariante dos bens no Brasil, a empreitada foi obstaculizada pelo “[...] copioso e complicado arquivo de papéis da inventariada”, que dificultava sobremaneira a sistematização dos haveres.

²⁶³ Relatório n. 50 da Directoria da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluvias para a sessão de Assembléa Geral em 30 jun. 1899. Disponível em: <https://archive.org/details/ciapaulista1899efjun/page/22/mode/2up> Acesso em: 02 jan. 2024.

²⁶⁴ Na empresa em questão, ambas possuíam um número bastante próximo de ações. Elas aparecem pela primeira vez nos balanços de 1889. Eufrásia tinha 1.115 ações e Francisca 1.099. Após a morte de Francisca, pelos informes dos balanços de acionistas, Eufrásia herdou as ações da irmã e adquiriu mais algumas. Em 1908, ela já possuía 4.987 ações da empresa. Esse número permaneceu estável até a lista no inventário. Disponível em: <https://archive.org/details/ciapaulista1908efjun/page/n55/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Ao longo do extenso trâmite legal, os responsáveis pelo inventário empenharam-se em rastrear e recuperar tais bens. Contudo, inúmeras lacunas documentais persistiram no registro final. Ilustram essa opacidade questões que permanecem irresolutas, em que pese a determinação de nossa personagem ter registrado expressamente no testamento o desejo de concluir o processo em três anos após sua morte e, talvez por isso, Antônio Fernandes sempre tenha atuado para a execução do patrimônio e a consequente finalização do processo, ainda que a economia mundial estivesse impactada devido à crise de 1929. Mais de uma vez, nos autos do processo, está evidenciado esse impacto. Cartas de empresas, como a Cia. Mogyana de Estradas de Ferro, notificações do *Bank of London and South America*, dificuldades no arremate em leilão da casa na Rue de Bassano, informação da inexecuibilidade dos títulos da dívida pública do Chile, são documentos que atestam esses percalços e que promoveram uma desvalorização no monte. Ribeiro (2024) informa que ela possa ter chegado a 25% do total do valor estimado. Para além disso, não há clareza sobre a execução de bens cujo valor teve arbitramento dos inventariantes, como joias, quadros, peles, como exemplo. Há outros que, mencionados no inventário, não há informação, no que nos foi possível acessar, de seu destino. Um exemplo disso são os cavalos de corrida que possuía.

No Brasil, entre os empreendimentos a que nossa personagem teve ações foram: Banco do Brasil, Banco da Província do Rio Grande do Sul, Banco Comércio e Indústria de São Paulo, Banco Mercantil do Rio de Janeiro, Companhia América Fabril²⁶⁵, Cia. de Fiação e Tecidos Aliança, Cottoniere Belga Brasileira²⁶⁶, Cia. Tecelagem de Seda Italo-Brasileira²⁶⁷, Companhia Antártica Paulista, Manufatura de Cerveja Brahma Villiger & Companhia, Cia. Cantareira e Viação Fluminense, Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, Cia. Docas de Santos, Cia. Mogyana de Estradas de Ferro²⁶⁸, Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e da Southern Brazil Electric Co, entre outros de menor volume acionário.

²⁶⁵ A Companhia América Fabril foi uma das maiores produtoras brasileira de tecido de algodão. Constituiu-se, nas primeiras décadas do século XX, por cinco unidades de produção, sendo uma das maiores empresas desse ramo no Brasil. WEID, Elisabeth von der. **Fontes documentais para a história de empresas têxteis no Rio de Janeiro**: estudo de um caso. Rio de Janeiro: Editora Fundação Casa de Rui Barbosa/ FCRB, 1995. No livro de acionistas do triênio 1907 a 1910, consta o nome de Eufrásia Teixeira Leite. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - Divisão de documentação escrita e especial – Coleção particular Companhia América Fabril - BR/RJ/AGCRJ/GAT.1.2.2- Livro de acionistas - Livro 3.

²⁶⁶ Eufrásia tinha uma grande proximidade com negócios na Bélgica. Isso se percebe pelo quantitativo de negócios em que seu capital está presente.

²⁶⁷ Ligadas ao grupo Scarpa.

²⁶⁸ Ligada a Percival Farquhar, um empresário norte-americano que atuava no ramo de transporte (ferrovias e portos) apoiado por capitais europeus. FARQUHAR, Percival. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2022.

Em modelo semelhante ao patrimônio recebido de seus pais, ela utilizou títulos de dívida pública na composição de seus ativos. Estão listados, no inventário, os das Cidades de Manaus e São Paulo, do Governo da Argentina, Chile, Dinamarca, Estados Federados Malaaios, Kaiping, São Luiz Potosi, Uruguai. Os russos, tanto do Estado quanto de empresas privadas, foram declarados nulos pelo governo bolchevista. Já os títulos do Brasil, que ela tinha em seu testamento, determinaram que fossem transferidos aos herdeiros, integrando parte do montante a ser herdado.

O patrimônio financeiro no estrangeiro, por outro lado, se configurou em um desafio ainda maior. Não havendo uma relação formalizada, esse foi sendo listado pelo que se tinha conhecimento de informação, pelos bancos e extratos contidos no inventário ou pela indicação de Albert Guggenheim.

Ribeiro (2024) afirma que, pelos títulos presentes no inventário, sabe-se que ela investiu em 19 países e 9 moedas diferentes: dólar, dólar canadense, dólar chileno, mil réis, libra esterlina, franco francês, franco suíço, franco belga e leu romeno. Pelo mapeamento das empresas, havia também o rublo, marco alemão e o escudo. Quando do falecimento de Eufrásia, seus bens somavam 30 mil ações de 297 empresas em inúmeros países, “[...] foram encontrados bens na França, Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Mônaco, Egito, Romênia, Estados Unidos da América do Norte, Canadá, Chile e Rússia” (Catharino, 1992, p. 136).

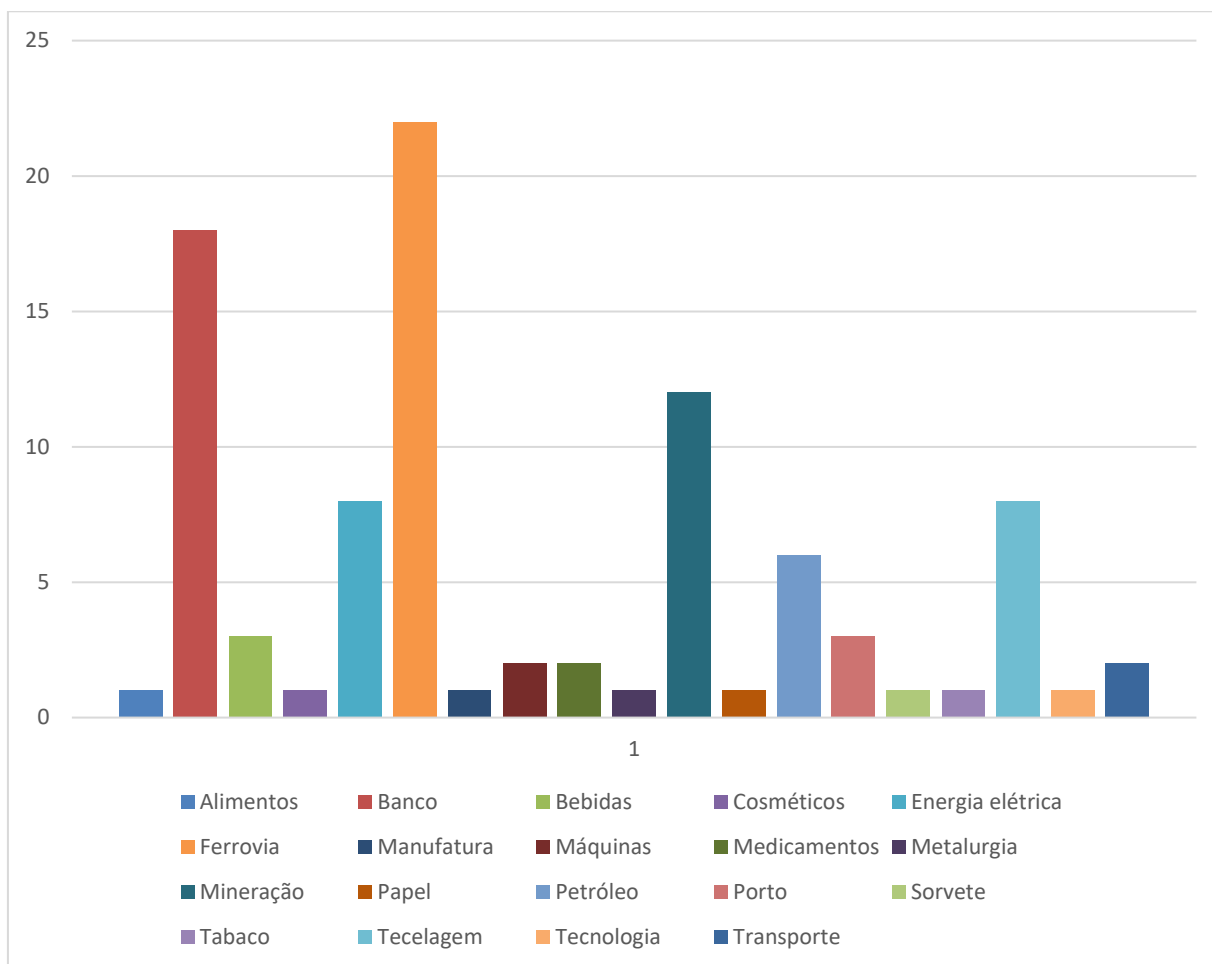
O relatório acionário do *Bank of London and South America*, datado de 13 de janeiro de 1931, revela uma carteira de investimentos notavelmente diversificada, abrangendo 262²⁶⁹ posições acionárias distribuídas por setores econômicos variados, conforme documentado em extenso registro de cinco páginas.²⁷⁰

Para configurar uma análise mais própria, cotejamos algumas das empresas listadas no inventário. Nosso **n** corresponde a 31% do total de empresas nomeadas, segundo a indicação do maior quantitativo de ações, independentemente de seu tipo. Das empresas foi feita uma amostra, selecionando-as segundo o ranqueamento do maior número de ações informadas. Estas estão listadas no Apêndice I.

²⁶⁹ Há uma diferença das informações entre o inventário e a informação dada por Catharino (a maior). Essa diferença decorre da ocorrência de ligeiras alterações na nomeação das empresas no transcorrer do processo sucessório. Conseguimos mapear essa situação em diversas das empresas e tratamos os dados considerando a lista disponível no documento bancário. Também o biógrafo trata de número total de ações, considerando as de empresas brasileiras.

²⁷⁰ Inventário de Eufrásia Teixeira Leite.

Gráfico 5 – Ativos bursáteis de ETL por tipo



Fonte: a autora.

O Gráfico demonstra versatilidade e diversificação nos escopos de investimentos. No entanto, de pronto nota-se uma tendência à predileção pelo investimento em ferrovias, que, somados aos portos, representam 25% do total de ações analisadas. No gráfico subsequente, que esses valores têm prevalência em países americanos, especialmente no Brasil. Magno Fonseca Borges (2020) analisa os debates políticos sobre a construção de ferrovias no Vale do Paraíba entre 1826 a 1843, em meio à expansão da cultura cafeeira e ao contexto da escravidão, com foco na interligação do Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro durante esse período, de crises políticas e a transição entre reinados no Brasil. A ferrovia é considerada uma alternativa de transporte crucial para a economia cafeeira. A classe senhorial consolidou-se como a elite econômica e política do Império devido à modernização das vias interiores, e o debate político envolvendo a essas disputas de poder contou com a presença de Joaquim José Teixeira Leite. Para além disso, no início do século XX, o investimento em ferrovias consolidou-se como um vetor central do projeto de modernização dos Estados nacionais, em especial nas Américas,

articulando os interesses do capital internacional. Esses empreendimentos, frequentemente apoiados por cláusulas de garantia de juros pelo poder público, visavam superar os gargalos logísticos do modelo agroexportador, integrando os produtores do interior aos portos de escoamento. Destarte, por princípio, eram investimentos com alto grau de segurança de retorno financeiro.

Um aspecto particularmente relevante dessa carteira refere-se à integração vertical dos investimentos, ilustrada pela seleção de empresas que atuavam em diferentes etapas da cadeia produtiva. Como exemplo paradigmático, embora não seja visível nos gráficos frente ao critério de seleção estabelecido, mas nem por isso menos significativo, houve aplicação de recursos tanto em fabricantes de maquinário para perfuração de solo quanto em companhias de extração de petróleo, complementada por investimentos em empresas automobilísticas - estas últimas representando o segmento consumidor final dos derivados de petróleo. Tal abordagem demonstra uma sofisticação na estratégia de investimentos, antecipando conceitos modernos de diversificação de risco e aproveitamento de sinergias intersetoriais.

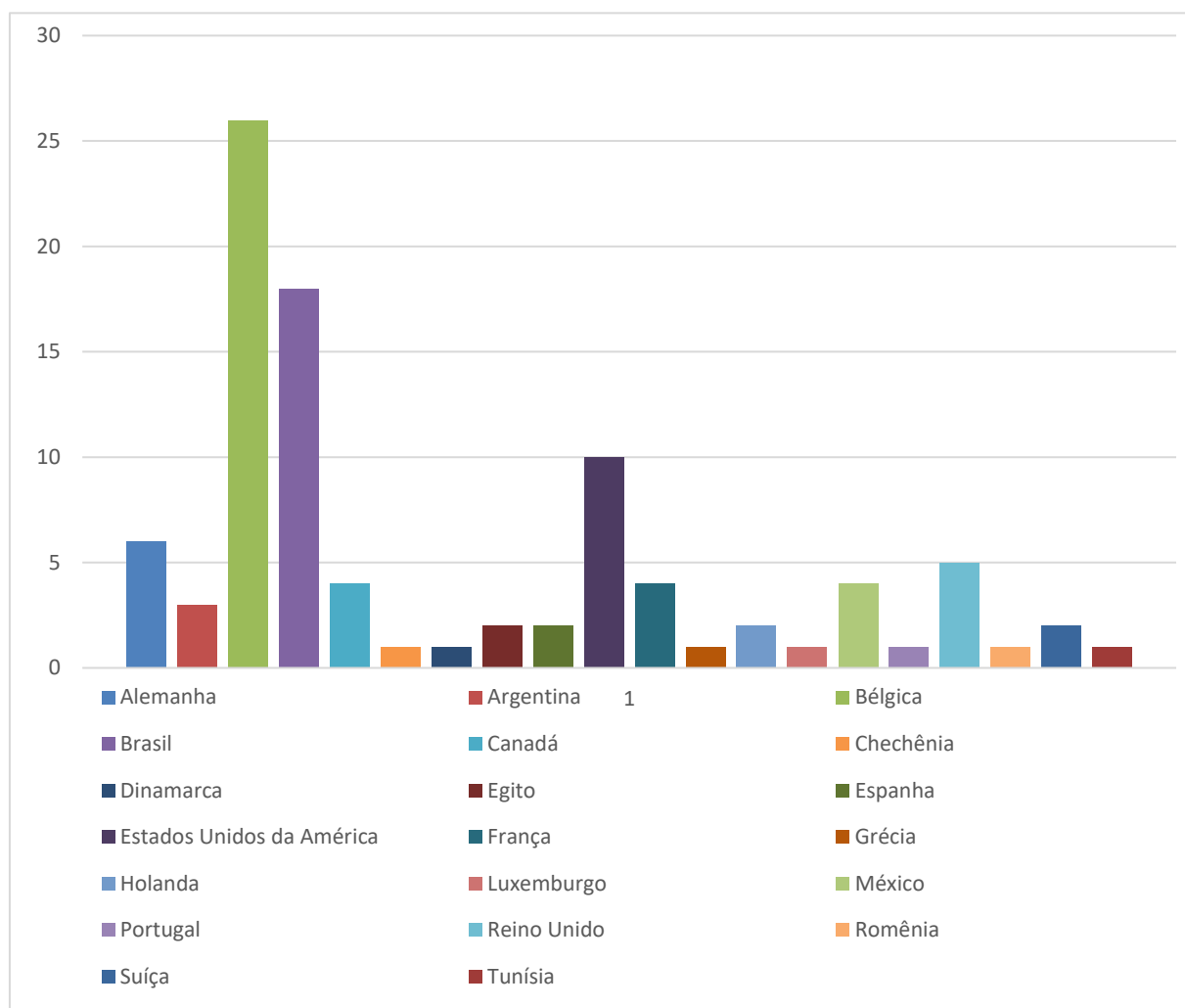
Outro setor em que se observa a prevalência de investimentos é o de Bancos, que soma 18% da carteira de ETL. Esses, como financiadores da atividade industrial, são a porta de entrada para o conhecimento formal de aplicações.

Fortes também são seus investimentos em extração, seja de minério ou de petróleo, que, somados, representam 18% das empresas das quais possuía ações. Aqui percebe-se uma relativa alteração no perfil de investimentos de Eufrásia. Se as aplicações em bancos e indústrias podem ser consideradas de risco baixo ou moderado, estes já possuem características distintas. Os investimentos nos setores de mineração e petróleo, tipicamente enquadrados na categoria de indústrias extrativas, distinguem-se por um conjunto de características singulares. Em primeiro lugar, são caracterizados por altíssima intensidade de capital e significativos prazos de maturação, demandando vultosos dispêndios iniciais em prospecção, pesquisa geológica e desenvolvimento de infraestrutura antes de qualquer retorno financeiro. Em segundo lugar, estão sujeitos a uma elevadíssima incerteza geológica e risco técnico, uma vez que a viabilidade econômica está intrinsecamente ligada à existência e à concentração de recursos naturais não renováveis, cuja exploração é complexa. Terceiro, tais investimentos são profundamente moldados pelo quadro jurídico-regulatório e pela relação com o Estado, detentor do subsolo na maioria dos países, o que implica concessões, contratos de partilha ou regimes fiscais específicos, tornando o risco político e regulatório um fator crítico. Nesse contexto, veremos pelo Apêndice I que, na categoria, mais de 40% das empresas são belgas, o que aduz o alinhamento do setor produtivo com o setor bancário. Por fim, são atividades intensivas em

conhecimento tecnológico especializado e estão intrinsecamente expostas à volatilidade dos preços das commodities no mercado global, fatores que consolidam seu caráter estratégico, de longo prazo e de alto risco-retorno.

Em seguida, buscamos verificar em quais países Eufrásia aportou mais fortemente seus recursos financeiros, considerando os informados em seu inventário.

Gráfico 6 - Ativos bursáteis de ETL por País



Fonte: a autora.

O maior percentual de investimentos está nominalmente associado a empreendimentos em território belga, seja no País ou suas colônias. O segundo lugar é ocupado pelo Brasil, e o terceiro pelos Estados Unidos da América. Seguem próximos Alemanha, França e Reino Unido.

Por que ela investia tão fortemente na Bélgica? Esse país desempenhou papel central no processo de industrialização europeia durante o século XIX, sendo reconhecido como uma das primeiras nações da Europa continental a adotar, em larga escala, o modelo industrial.

Conforme ressalta Mokyr (1976, p. 15), “A industrialização belga foi um processo precoce e rápido, beneficiando-se de condições favoráveis raramente reunidas em outros países do continente.”

A localização geográfica estratégica constituiu um elemento determinante nesse processo. Situada entre Inglaterra, França e Alemanha, a Bélgica possuía acesso privilegiado a importantes rotas comerciais marítimas e terrestres, o que facilitou o intercâmbio de mercadorias, capitais, tecnologias e conhecimento técnico. Segundo Marnix (1990), essa posição favoreceu a integração do país às redes comerciais e industriais emergentes, garantindo-lhe competitividade no cenário europeu.

Outro aspecto fundamental foi a abundância de recursos naturais, especialmente carvão e minério de ferro, cuja exploração concentrou-se na região da Valônia. A descoberta e utilização dessas matérias-primas fomentaram a expansão das indústrias siderúrgicas e de mineração, consolidando a Bélgica como competidora das potências industriais contemporâneas. De acordo com Pollard (1981, p. 74), “a base mineral da Bélgica foi o alicerce que sustentou a construção de sua economia industrial.”

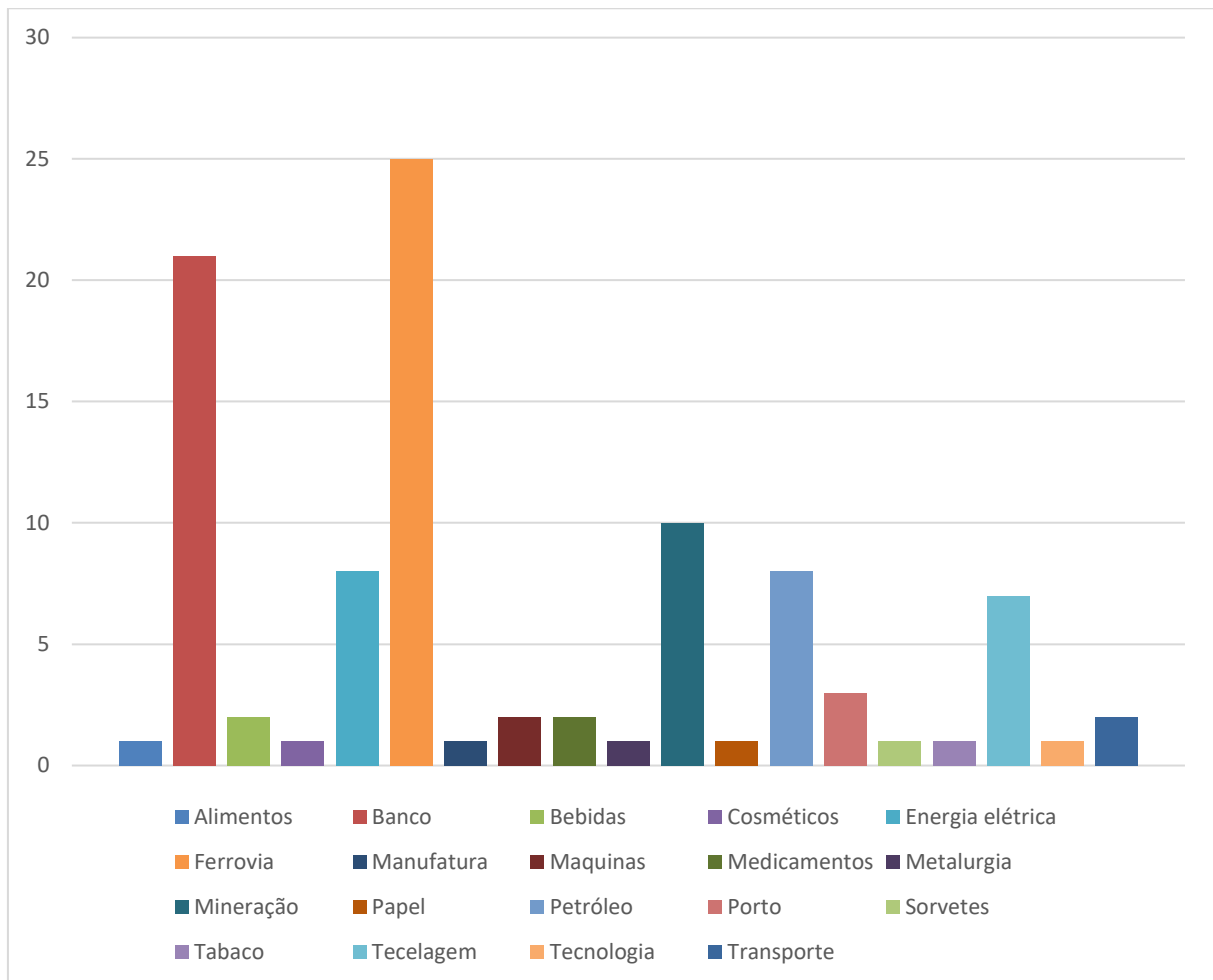
O processo de industrialização belga foi sustentado por um sistema financeiro bem-estruturado e por uma burguesia mercantil que investiu maciçamente em empreendimentos industriais (Cameron, 1993). O surgimento de bancos especializados em crédito industrial, como a *Société Générale de Belgique*, o *Banque Liegeoise & Crédit Général Liégeois Réunis*²⁷¹ facilitou o financiamento de novas fábricas e tecnologias, acelerando o crescimento econômico.

O setor têxtil emergiu como motor inicial da industrialização belga, impulsionado pela disponibilidade de matérias-primas, como algodão importado das colônias africanas, e pela mecanização crescente das fábricas. Conforme aponta Pollard (1981), cidades como Liège, Charleroi e Ghent consolidaram-se como polos industriais, abrigando não apenas indústrias têxteis, mas também siderúrgicas, químicas, de maquinário e de bens manufaturados.

Aos observamos o padrão de investimentos de Eufrásia naquele país, vemos que o perfilamento é linear, com as nascentes oportunidades de industrialização, mas, e sobretudo, o seu transporte ferroviário e o sistema bancário que suportava esse custeio.

²⁷¹ Em 15 de outubro de 1926, Eufrásia comparece à cerimônia fúnebre do vice-presidente do conselho de administração do banco, segundo noticiado. Após essa notícia, segue a de sua viagem ao Brasil. Sobre esse fato, a informação está apresentada no *Le Gaulois: littéraire et politique*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k540673c>. Acesso em: 07 jan. 2023

Gráfico 7 - Empresas belgas que integravam o portfólio de ETL por tipo

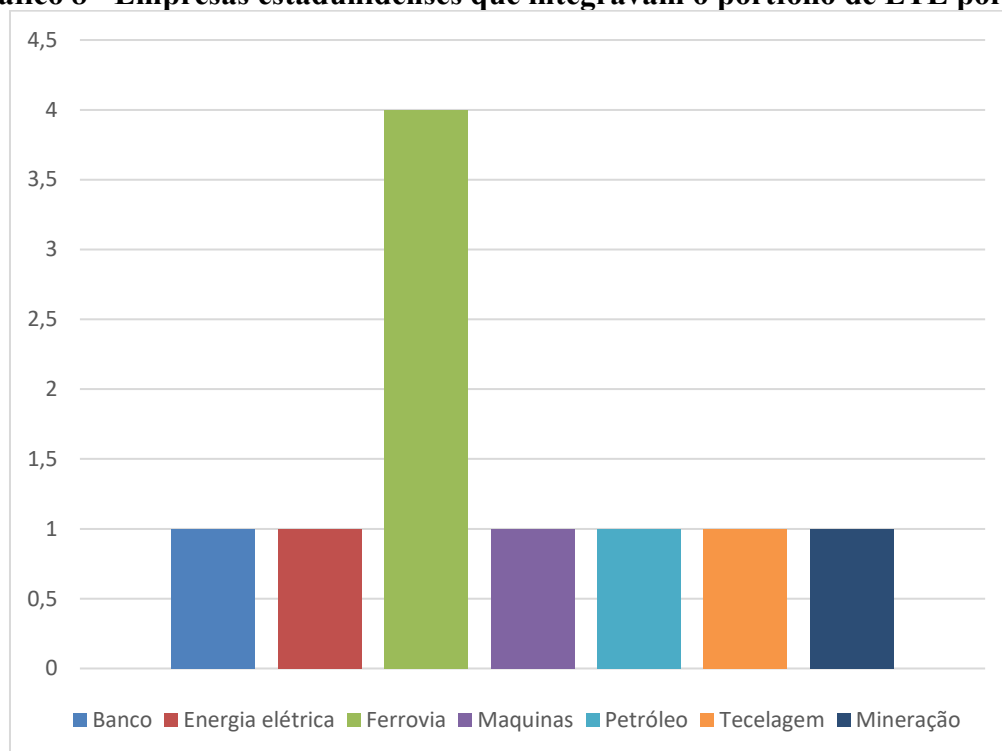


Fonte: A autora.

Nos Estados Unidos da América, o capital de Eufrásia segue diversificando o portfólio, mas foca em empresas ferroviárias. As escolhidas têm seu momento de expansão na primeira década do século XX, quando o governo norte-americano estabelece uma série de políticas de incentivo para a ampliação e fortalecimento desse meio de transporte,²⁷² inclusive, intensificando a entrada desses empreendimentos ferroviários na bolsa de valores de Wall Street. No entanto, até o presente momento, não nos foi possível determinar quando as ações foram adquiridas.

²⁷² Para maior compreensão do assunto: WHITE, Richard. **Railroaded**: The Transcontinentals and the Making of Modern America. New York: W. W. Norton & Company, 2011.

Gráfico 8 - Empresas estadunidenses que integravam o portfólio de ETL por tipo



Fonte: a autora.

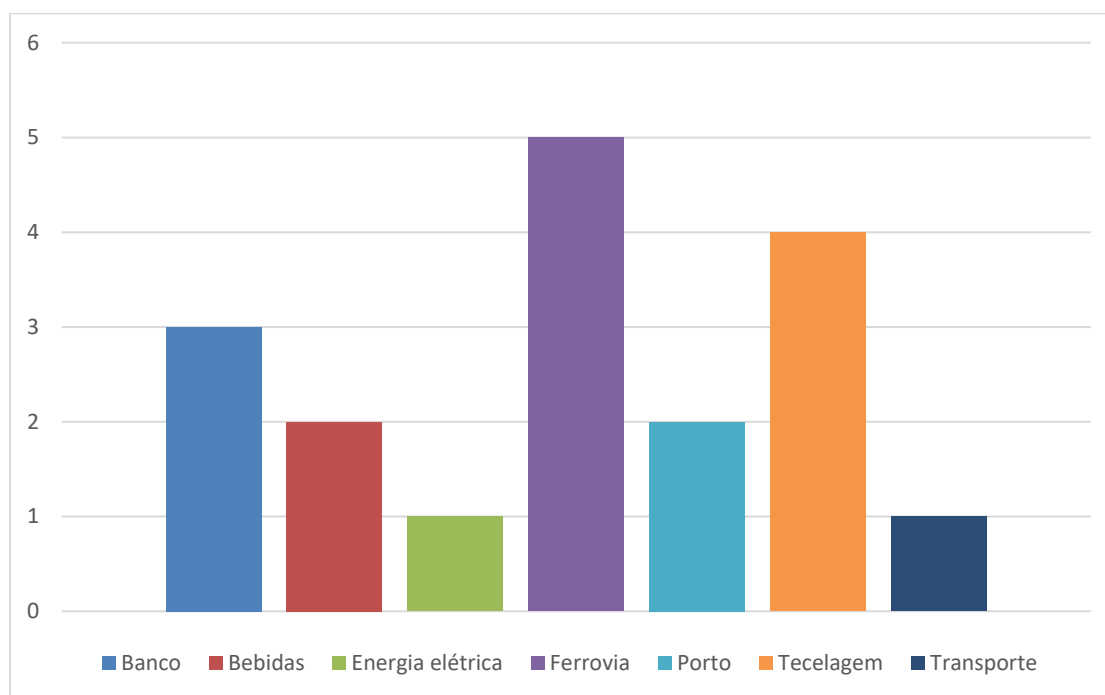
Como sempre, Eufrásia estava vigilante, mesmo já doente, ao movimento da bolsa de Nova York. Em carta a Guggenheim, de 10 de maio de 1930, ela escreve: “Sofremos ainda uma vez, a influência de Nova York. Ao passo que todas as praças do Continente manifestavam disposições favoráveis, aprouve aos americanos provocar um novo movimento de baixa [...]” (Carta Eufrásia Teixeira Leite, 1930 – Inventário). Aqui ela demonstra atenção constante às tendências da bolsa americana.

No Brasil, suas escolhas de aquisição societária são mais diversificadas, no entanto, fortemente vinculadas à indústria do setor têxtil, tendência de crescimento da época²⁷³, às fontes de energia e transportes, que incluíam as já mencionadas ferrovias, como também em portos, objetivando o deslocamento interno e externo da produção. Aqui também havia aproximação com o setor bancário. Ribeiro (2024) informa que ela era detentora de 3,5% das ações do Banco Mercantil do Rio de Janeiro. Essas oportunidades de investimento, em muitos casos, eram compartilhadas por familiares, como sua irmã, até o falecimento, da prima Francisca Eugênia Teixeira Leite Bruhns, dos primos Raul e Antônio Fernandes Júnior, ou amigos como Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée e Barão de Muritiba, que, em vários empreendimentos, eram

²⁷³ FUJITA, R. M. L.; JORENTE, M. J. A indústria têxtil no Brasil: uma perspectiva histórica e cultural. Revista Moda Palavra e-Periódico, vol. 8, n. 15, jan./jul. 2015; SILVA, G. P.; COSTA, A. J. D. A formação do Grupo Votorantim: as origens de um grupo econômico brasileiro no setor têxtil de São Paulo (1891-1929). **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 321-354, jan. 2018, Stein, Stanley, Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

parceiros de investimentos. Conseguimos mapear essa condição em empresas como o Porto de Santos, a Estrada de Ferro Mogyana e a Companhia Paulista Estrada de Ferro. Não há como saber exatamente quem influenciava e quem era influenciado. Há também aquelas escolhas de aquisição de ações que integram, ainda que informalmente, a um “grupo empresarial”²⁷⁴, diversificando os empreendimentos. Esse é o caso de Percival Farquhar, que estava associado a três dessas empresas. Veremos, no gráfico que se segue, a representação desse perfil.

Gráfico 9 - Empresas brasileiras que integravam o portfólio de ETL por tipo



Fonte: A autora.

Também se sabe que Eufrásia fazia empréstimos a seus conhecidos. Uma dessas situações se deu em relação à proposta feita a Joaquim Nabuco, que teria sido o pomo da discórdia do casal.

Em 16 de abril de 1887 escreve: “Eu tenho algum dinheiro e não sei o que fazer dele: compreende que me é muito mais agradável emprestar a si que a um desconhecido.” (Carta Eufrásia Teixeira Leite *apud* Fernandes, 2012, p. 291). O texto sugere que não era incomum que ela emprestasse dinheiro, o fazendo, inclusive, “a desconhecidos”. Há o já mencionado caso de sobrinho neto de Pedro II e de parentes de nossa personagem listados no inventário.

Nele também há um documento expedido pelo *London and River Plate Bank Limited*, de 24 de fevereiro de 1924, assinado por sua prima, Maria Thereza Teixeira Leite, cujo

²⁷⁴ Uso essa expressão em um conceito livre, no sentido de que o indivíduo esteve à frente do empreendimento, ajudando, inclusive, na captação de ativos, sendo uma presença bastante forte no cenário industrial da primeira década do século XX.

pagamento se refere a uma dívida paga por Letícia L. Guimarães. É provável que esse registro seja um comprovante de um pagamento sequencial, já que nela há menção sobre o mês a que a quitação é relativa. No Brasil, Eufrásia não possuía bens locáveis e, pelo visto, em fins de fevereiro de 1924, não estava no Rio de Janeiro. Assim, o pagamento deveria ser da quitação de parcela da compra de algum bem ou de empréstimo pessoal. É curioso que essa transação, bem como muitas outras observáveis nos documentos acessíveis à pesquisa, seja mediada por mulheres²⁷⁵, inclusive como “fiscalizadoras” das medidas demandadas aos gestores homens encarregados da administração de seu patrimônio.²⁷⁶

Como sabemos o estado civil de Eufrásia e de Maria Thereza (solteira e viúva, respectivamente), para a validade jurídica da transação, Letícia teria que estar em uma das duas condições. O documento, tendo sido guardado e apostado no arrolamento dos bens do inventário, sugere que, nesse valor, o maior montante ainda não havia sido totalmente quitado pelos devedores, sendo essa uma das parcelas cuja comprovação foi demonstrada.

Atenta à “Correspondência familiar e rede de sociabilidade”, Marieta de Moraes Ferreira (2004) demonstra como as redes de sociabilidade femininas, tecidas predominantemente por meio da correspondência epistolar, constituíram um espaço social fundamental para a atuação e a expressão das mulheres em contextos históricos marcados por restrições à sua participação na esfera pública. A autora argumenta que essas redes, longe de se limitarem a meras trocas afetivas e privadas, funcionavam como um mecanismo crucial de circulação de informações, solidariedade, de manutenção de laços familiares e de exercício de influência, permitindo que as mulheres administrassem interesses, construíssem reputações e negociassem seu poder de forma indireta, porém efetiva, configurando assim uma autêntica arena de ação social e política feminina.

Retomando a reflexão sobre o mercado de ações no Brasil, o Código Comercial de 1850 também trouxe inovações institucionais ao estabelecer, a partir do artigo 295, normas para a constituição e funcionamento das sociedades anônimas. Tais companhias possibilitaram a associação de diferentes investidores sem responsabilização pessoal ilimitada, limitando os

²⁷⁵ Maria Thereza era viúva, desde 1919, de José Antunes Baptista Leite, um fazendeiro e capitalista em Sapucaia. Segundo aviso necrológico no Jornal do Brasil de 5 abr. 1919. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_03&pesq=%22JOS%C3%89%20ANTUNES%20BAPTISTA%20LEITE%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=45263. Acesso em: 15 jul. 2024. Quanto a Letícia, apenas pelo nome, ainda abreviado, não conseguimos informações sobre quem seja, já que não há outro documento que demonstre sequência no processo de pagamento.

²⁷⁶ Além desse negócio mediado pela prima Maria Thereza, abordamos anteriormente: Maria Cândida era Fiscal de Manoel Rebello na administração da Casa da casa da Hera (MCH 90.10.84; MCH 90.10.85; MCH 90.10.86); Francisca Bruhns esteve fiscalizando a reforma do telhado (MCH 90.10.91; MCH 90.10.92); Edwiges de Macedo, que conversava com seu marido sobre o negócio de minas. (MCH 90.10.32).

riscos ao valor das ações subscritas (Brasil, 1850). Essa estrutura foi essencial para a expansão do capitalismo no Brasil, criando as condições necessárias para a mobilização de grandes volumes de capital e a diversificação dos empreendimentos (Levy, 1994; Mello, 1999).

A composição setorial das companhias listadas na Bolsa do Rio de Janeiro revela importantes transformações. Em 1866, o setor bancário concentrava 34,4% das operações, percentual semelhante ao registrado no início do século XXI, quando o setor representava cerca de 33% do índice Ibovespa (Levy, 1994). Para Franco (1999), essa permanência da centralidade financeira indica a continuidade de um padrão de desenvolvimento baseado na intermediação de crédito e na concentração bancária.

Ademais, Wasserman (2013) destaca que, a partir do fim da escravidão, novos setores ganharam espaço na Bolsa, como as companhias de colonização, evidenciando a adaptação do capitalismo brasileiro às transformações sociais e às necessidades de reorganização do trabalho. Nesse contexto, investidores como Eufrásia Teixeira Leite se destacaram ao diversificar seus ativos e participar de setores estratégicos, como bancos e estradas de ferro, o que exemplifica o papel de indivíduos — especialmente mulheres da elite letrada — na modernização financeira. Em alguns dos balanços que acessamos, para verificar o período da aquisição das ações de Eufrásia, em diversas empresas encontramos um significativo número de mulheres acionista listadas nos balanços. É curioso notar que, como mencionado anteriormente, no período, a legislação era impeditiva da capacidade civil e comercial feminina. Nesse sentido, muitas perguntas surgiram: Quem eram essas mulheres? Quais eram seus estados civis? Será que essa era uma estratégia de composição de resguardo financeiro comum entre as mulheres de elite? Se sim, quais vantagens apresentava? Esse será um desafio a cumprir em estudos futuros.

Eufrásia cuidava pessoalmente de seus negócios. Em carta disponível no inventário, datada de julho de 1930, ela escreve para a agência do Bank of London & South America Ltd. na Bélgica: “Senhores: Tenho a honra de confirmar com VV.SS. pelo presente, que achei exatos os extratos de contas, bem como os extratos de títulos que VV.SS. têm nos meus documentos” (ETL, 1930). Do mesmo ano, em 28 de junho, escreve a Guggenheim, “[...] veja se não é possível colocar um elevador na casa [de Paris, Rue Bassano], por causa das escadas. Cuide da casa devido à traças” (ETL, 1930).

A escritura da Chácara Calvet, pertencente à família da primeira esposa de Raul Fernandes, ainda que tenha sido intermediada por Julico, foi assinada por ela no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1924 (Anexo IV). Vemos a notícia do retorno para Europa nos jornais de

agosto daquele ano. Viagens ao Cairo²⁷⁷, à Alemanha²⁷⁸, ao México e Estados Unidos²⁷⁹, indicadas nas pesquisas dos jornais, podem indicar a verificação de investimento, quer na sua viabilidade, quer por uma percepção pessoal de sua validade intrínseca.

Ainda sobre a composição do patrimônio de Eufrásia, em 1931, em Paris, o Dr. Raul Fernandes recebeu do Sr. Albert Guggenheim um cofre lacrado, sem chave, acompanhado de uma caixa de papelão embrulhada em papel e amarrada com barbante. A abertura desses objetos ocorreu no escritório da corretora, na presença de testemunhas não identificadas nominalmente – indivíduos vinculados à própria corretora, e não representantes do poder público, como seria o procedimento padrão contemporâneo. Conforme os autos, o cofre continha joias, enquanto a caixa foi descrita como uma “pacotilha, sem nenhum valor.”²⁸⁰

Um aspecto relevante identificado na pesquisa documental demonstra que a Embaixada Brasileira em Paris não recebeu qualquer notificação formal acerca do óbito de Eufrásia ou dos procedimentos subsequentes de avaliação e transferência de seus bens situados na França. Conforme atestam os registros do acervo histórico do Ministério das Relações Exteriores, tal omissão de comunicação configurava uma prática recorrente no período em questão.²⁸¹

Albert Guggenheim, que atuou como corretor e consultor de Eufrásia em assuntos internacionais até sua morte, apresentou uma lista de títulos e dividendos sob sua guarda, os quais foram posteriormente depositados na corretora em nome do Dr. Raul para inclusão no inventário. Os títulos somavam 3.147.993,50 francos franceses (frs), e os dividendos, 89.142,80 frs.²⁸² Guggenheim também mencionou disputas fiscais envolvendo Eufrásia na Inglaterra, onde ela foi multada em 10 mil libras por supostas infrações às leis tributárias, conforme documentação do *Bank of London and South America*. Essas divergências decorriam da transferência de parte de seus títulos para esse agente financeiro, um movimento interpretado pelas autoridades britânicas como evasão fiscal.

O Dr. Raul, responsável pelo inventário dos bens de Eufrásia no exterior, justificou o pagamento de 300 mil francos franceses a Guggenheim como compensação por anos de trabalho não remunerado e como reconhecimento por sua suposta honestidade ao

²⁷⁷ *The New York Herald*, 18. fev. 1905, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4130361k>

²⁷⁸ A estada mais alargada que se tem notícia na Alemanha é indicada por uma notícia publicada no *The New York Herald* de 20 de setembro de 1910, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4129846>. Acesso em: 23 jan. 2023.

²⁷⁹ *The New York Herald* de 10 agosto de 1910, p. 5. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41298464>. Acesso em: 19 jan. 2023.

²⁸⁰ Arquivo Pessoal do Dr. Raul, 1931, Acervo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, Seção Paris.

²⁸¹ Ministério das Relações Exteriores (Brasil). Registros Diplomáticos: Processos de Inventário de Brasileiros no Exterior (1920-1940). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

²⁸² GUGGENHEIM, A. **Declaração de Títulos e Dividendos**. Paris: Corretora Lefèvre & Cie., 1931.

restituir quatro milhões de francos ao espólio – valor cuja origem não foi documentada. Essa decisão foi fundamentada na alegação de que seria “justo” conceder-lhe uma porcentagem do montante recuperado.²⁸³

Três processos foram pautados frente ao testamento, como sempre suspeitou Raul, razão pela qual postergou a entrada no inventário dos bens no estrangeiro. Um deles, já o mencionamos, foi entabulado pelo ramo familiar Corrêa e Castro. Outros dois, bastante emblemáticos e tendo como assistentes Francisca Teixeira Leite Bruhns e a Baronesa de São Geraldo. Em que se arguiu a nulidade parcial do testamento de Eufrásia a primeira vez, em 1933. A causa foi julgada improcedente e, ainda que se tenha ido a todos os graus de apelação, confirmou-se a sentença.

Na segunda tentativa desse ramo da família, invertem-se os litigantes, que na ordem agora são Dona Umbellina Teixeira Leite dos Santos Silva, Baronesa de São Geraldo (filha de Antônio Carlos Teixeira Leite), assistida por Cristina Teixeira Leite, D’Escragnolle Taunay, Viscondessa de Taunay, D. Eugenia Teixeira Leite da Silva Telles (filhas do Barão de Vassouras), e Dona Francisca Teixeira Leite Bruhns (filha de Carlos Teixeira Leite que frequentava a Chácara de Hera), Custódio Teixeira Leite, por si e como inventariante do espólio de D. Ernestina Teixeira Leite (também filha de Antônio Carlos Teixeira Leite), que ingressaram com uma ação ordinária de anulação do testamento da finada Eufrásia Teixeira Leite, cumulada com petição de herança, contra os testamentários Antônio José Fernandes Júnior e Raul Fernandes, além da SCMV e o Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus e do Colégio Santa Rosa (de Nictheroy).

A ação foi fundamentada em supostas incongruências do testamento, na alegada debilidade física e mental da testadora, então octogenária e acometida de uma série de doenças debilitantes que foram fragilizando Eufrásia e, ao longo do tempo, alterando sua percepção e minando sua possibilidade de efetivamente realizar o ato de produzir um testamento cerrado, o que, segundo os advogados da família Teixeira Leite, comprometeria sua capacidade civil para dispor validamente de seus bens.

Os opositores sustentaram, ainda, que o documento continha inexatidões históricas e pessoais – como a grafia equivocada do nome de seu pai, Joaquim José Teixeira Leite – e a “exclusão” de maiores responsabilidades sucessórias a pessoas de confiança da testadora, como o coronel Júlio Corrêa e Castro, além da desproporção entre os legados atribuídos a amigos íntimos e os concedidos a instituições estrangeiras (as congregações religiosas). Tais

²⁸³ Inventário de ETL.

argumentos fundamentaram a tese de que o testamento seria produto de uma “conspiração de interesses” articulada por “pessoas próximas” a Eufrásia. Alegaram também que as pessoas envolvidas na produção dos documentos estariam mancomunadas em um estratagema de engodo à testadora, todas participando de relações de parentesco, amizade e compadrio, configurando assim elementos de nulidade formal do ato.²⁸⁴

Apesar das contestações, os testamenteiros rechaçaram, ponto a ponto, as alegações da parte contrária. E, em 26 de outubro de 1937, a Primeira Corte de Apelações do Rio de Janeiro rejeitou, por unanimidade, a anulação do testamento.²⁸⁵ O episódio provocou intensas manifestações populares em Vassouras, registradas pela imprensa da época, em defesa da memória da benemérita e da destinação social do patrimônio de Eufrásia.²⁸⁶

Deve-se ressaltar que, embora a imprensa local, como o *Jornal de Vassouras*, de 02 de fevereiro de 1935, tenha se mostrado cautelosa ao tratar das disputas judiciais envolvendo o espólio, houve críticas quanto à origem da fortuna de Eufrásia, associada à economia escravocrata e ao trabalho precarizado. O periódico enfatizou que o patrimônio legado não deveria ser desviado em proveito particular, mas sim aplicado em benefício da coletividade, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social, visto que sua origem estaria ligada ao “trabalho mal pago dos vassourenses” e ao “suor do rosto” de trabalhadores explorados.²⁸⁷

Nesse sentido, o legado de Eufrásia Teixeira Leite transcende as disputas jurídicas que se seguiram ao seu falecimento. Mais do que as controvérsias testamentárias, sua figura consolidou-se como símbolo de compromisso com o desenvolvimento social e cultural de Vassouras, em um momento em que a cidade, outrora próspera pela cafeicultura, enfrentava os impactos do declínio econômico do chamado ciclo do café (Melo, 2003, Stein, 1999).

4.2 Quem constrói o futuro.

No século XIX, Vassouras consolidou-se como um dos principais centros da economia

²⁸⁴ Anexo VII – Capa do tomo: O Estranho Testamento de D. Euphrasia Teixeira Leite, 1937.

²⁸⁵ Anexo VI – Capa do tomo - Ação Ordinaria: Contestação opposta à acção pelos testamenteiros do Espolio, 1937.

²⁸⁶ *Jornal A Noite*, 25 de agosto de 1937. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%20193&pesq=%22Eufr%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pagfis=47199 e O Jornal de 26 de agosto de 1937. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pesq=%22testamento%20de%20Eufr%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=39909. Acesso em: 29 jan. 2024.

²⁸⁷ *Jornal de Vassouras*, 02 fevereiro de 1935 – IPHAN.

cafeeira na Província do Rio de Janeiro, favorecida pela migração de famílias oriundas de Minas Gerais, pela disponibilidade de mão de obra escravizada e por condições materiais adequadas (Stein, 1999; Lamego, 2007). O Vale do Paraíba, onde se inseria o município, tornou-se o núcleo econômico do Segundo Reinado, destacando-se pelo prestígio político e social dos “barões do café”, que acumularam títulos de nobreza e poder. Contudo, a partir da década de 1870, a região passou a apresentar sinais de declínio econômico e social (Stein, 1961).²⁸⁸

Do ponto de vista historiográfico, Vassouras preserva uma memória marcada por elementos de um passado aristocrático-conservador, construído a partir da riqueza, do prestígio e do poder político de sua elite rural escravista. A imagem da cidade no século XIX está intimamente vinculada à identidade imperial, refletida nas estruturas sociais e urbanas moldadas pela cafeicultura. Tal herança simbólica contribuiu para o reconhecimento de seu centro histórico como patrimônio cultural nacional, sendo este tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) — processo que vem sendo discutido por diversos trabalhos acadêmicos.²⁸⁹

Entretanto, é possível afirmar que outras leituras do passado de Vassouras emergem a partir de análises do imaginário urbano, que evidenciam elementos de uma memória social de caráter republicano. Apesar da relativa escassez de estudos voltados especificamente para esse período e perspectiva. Tais abordagens contribuem para a desconstrução da narrativa hegemônica aristocrática, abrindo espaço para interpretações que consideram a pluralidade de experiências históricas na conformação da identidade local.²⁹⁰

Nesse ponto, mobilizaremos o conceito de imaginário urbano, que se insere no campo dos estudos sobre a cidade, articulando dimensões materiais e simbólicas do espaço urbano. Trata-se de uma categoria que remete às formas como os sujeitos e grupos sociais constroem representações, símbolos e sentidos sobre a cidade, para além de sua materialidade física e de sua organização político-administrativa. Nesse sentido, o imaginário urbano refere-se às imagens, memórias e narrativas coletivas que constituem a identidade das cidades.

²⁸⁸ Para informações sobre o território de Vassouras no período e a atual dimensão do município, vide Anexo IX.

²⁸⁹ Entre eles destacamos o de Mariana D’Aguila Gatzke, **A conservação da Praça Barão de Campo Belo, no município de Vassouras/RJ, em face do tombamento federal (1958–2023)**. Dissertação (Mestrado), UFRRJ, 2023. E MIRANDA, Ana Carolina Neves. História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras/RJ, 1958–2009. Dissertação (Mestrado), IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

²⁹⁰ Abordam essa perspectiva os trabalhos de André Jacques Martins Monteiro, **Vislumbres da Alma da Cidade: Uma Construção da Imagem do lugar através do Livro História de Vassouras**. 2016. Tese de Doutorado em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil, 2016; SERTÓRIO, Maria Luiza Trouche Jordão. **Grupo Escolar Thiago Costa: a educação pública estadual em Vassouras 1940-1953**. Vassouras, RJ, 2000. 145 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Severino Sombra, 2000; Ricci (2000); RODRIGUES, Gerlane Bezerra. Imaginária urbana na cidade de Vassouras no Rio de Janeiro: a construção de uma memória social republicana. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 2, n. 33, p. 181-197, 2015.

A historiografia sobre o tema tem se desenvolvido especialmente a partir da segunda metade do século XX, em diálogo com os estudos culturais e com a história das mentalidades. Pesavento (2007) aponta que o estudo da cidade como “lugar de memória” e como “lugar simbólico” permite compreender tanto as continuidades quanto as rupturas na experiência urbana. Dessa forma, o imaginário urbano pode ser visto como um campo de disputa, no qual se projetam diferentes concepções de cidade e de urbanidade.

No campo da história urbana brasileira, a noção de imaginário urbano tem sido utilizada para analisar os processos de modernização e de construção de identidades urbanas. Abreu (1987), ao estudar a evolução urbana do Rio de Janeiro, enfatiza como os discursos sobre a cidade construíram narrativas que muitas vezes se sobrepunham à materialidade das transformações.

Nesse mesmo sentido, Rolnik (1997) ressalta que a legislação e as práticas urbanísticas estão atravessadas por representações sociais que constroem determinadas visões de ordem, higiene e progresso.

O conceito também dialoga com os trabalhos de Michel de Certeau (1994), para quem o espaço urbano é continuamente produzido e ressignificado pelas práticas cotidianas. Assim, o imaginário urbano não se limita às formulações das elites políticas ou dos urbanistas, mas inclui os usos populares e as narrativas de grupos sociais subalternos, que imprimem ao espaço urbano sentidos muitas vezes invisibilizados pela história oficial.

De acordo com Sandra Pesavento (1999, p. 17), a cidade deve ser entendida não apenas como espaço físico, mas como um “artefato cultural”, resultado de práticas sociais e representações simbólicas. O imaginário urbano, portanto, opera como uma dimensão cultural da experiência cidadina, vinculada à forma como os habitantes percebem, narram e ressignificam seu espaço. Tal perspectiva se aproxima das reflexões de Henri Lefebvre (2001), para quem o espaço urbano é produto social, resultado das relações entre práticas cotidianas, representações do espaço e espaços de representação.

O imaginário urbano de caráter histórico e artístico pode ser considerado uma unidade de significantes, um suporte de mensagem no contexto da sintaxe urbana. Como inscrição na paisagem edificada, ela participa de uma estrutura de significação do território da cidade, operando uma articulação entre a ordem espacial e a ordem temporal, revelando conteúdos históricos acerca da sociedade (Knauss, 1998, 2006).

Em sua análise da modernidade, temática que subjaz nossa reflexão sobre a apropriação política do patrimônio de Eufrásia, Walter Benjamin concebe a cidade, particularmente Paris, enquanto uma fisionomia e um labirinto que encarna as contradições capitalistas. Como

argumenta em *O Livro das Passagens*, o espaço urbano configura-se como um palimpsesto de desejos e sonhos, decifrável por meio de suas arquiteturas, imagens e figuras, como o *flâneur*. Nessa perspectiva, a imagem da cidade não é linear, mas sim o produto de uma colisão de temporalidades, na qual, nas palavras do autor, “O que foi se une como um relâmpago ao agora em uma constelação” (Benjamin, 1989, p. 97), revelando a história como uma construção dialética e fragmentária do presente sobre as ruínas do passado.

Tem se buscado tensionar os discursos dominantes sobre a cidade com as memórias plurais que constituem o imaginário urbano. Nesse contexto destacamos o trabalho de Lúcia Silva (2012), *Memórias do Urbanismo na Cidade do Rio de Janeiro – 1778/1878: Estado, Administração e Práticas de Poder*, que ajuda a refletir sobre as estratégias e maneiras de o estado mediar conflitos buscando com isso meios de integrar a cidade ao projeto político de modernização. A cidade moderna brasileira foi construída a partir de narrativas que exaltavam a modernidade e o progresso, mas que ao mesmo tempo silenciavam desigualdades e conflitos (Sevcenko, 1992). Desse modo, a análise do imaginário urbano revela os embates simbólicos que estruturam a vida urbana e a construção da memória coletiva.

Conforme demonstram as distintas experiências históricas, houve diferentes propostas de desenvolvimento e modernização, as quais encontravam-se fundamentalmente ancoradas em projetos ideológicos específicos e, por conseguinte, estavam sujeitas às contingências, às adesões e às resistências manifestas nas diversas esferas políticas, econômicas, culturais e sociais (Hobsbawm, 1995). Desse modo, longe de ser um fenômeno monolítico, a modernização apresenta-se como um campo de disputa, cujos contornos e desfechos são definidos por embates concretos no tecido social.

A historiografia atribuiu à cidade de Vassouras uma identidade imperial, na qual se evidenciam alguns aspectos de poder da sociedade conservadora do século XIX, momento em que se desenvolveu o prestígio dessa aristocracia, que teve sua proeminência econômica, social e política procedente, sobretudo, da agricultura cafeeira baseada no regime escravista.²⁹¹ Curiosamente, o imaginário urbano afirma a preponderância de espaços e espaços e imagens urbanas de figuras relacionadas à República. Diante desse novo cenário, a cidade afirmar sua

²⁹¹ FORTE, José Mattoso Maia. **Memória da fundação de Vassouras**. Vassouras: Fundação 1o de Maio, 1938; GREENHALG, H. Faria Braga. **De Vassouras**. História: Fatos, Gente. Rio de Janeiro: Ultra-set Ed., 1978; Raposo (1978); REIS, José de Oliveira. **Vassouras: evolução histórica, urbanística e arquitetônica de uma cidade do café no século XIX**. Brasília: IPHAN / Programa de Monumenta, 2010; Salles (2008); Stein (1961, 1999). Sem contar as publicações do grupo de pesquisa “O Império do Brasil e a Segunda escravidão.” do CNPQ que tem alargada pesquisa sobre o Vale. FERRARO, Marcelo Rosanova. **A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, século XIX**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

autonomia política a partir do erguimento e da promoção de espaços urbanos os quais constroem a memória social, trazendo outras leituras do passado e reivindicando uma nova identidade e, nesse sentido, atualizando-se no tempo. Portanto, onde, antes, eram exibidos edificações, estátuas, nomes de praças e ruas, associadas ao período de maior influência do município de Vassouras, apresenta-se um universo polifônico em que atuam múltiplas memórias que coexistem e trazem novas leituras do passado, numa dinâmica social de apropriações, conflitos, contradições, rupturas e continuidades.

Com a Proclamação da República, em 1889, muitos membros da aristocracia local buscaram preservar sua influência política por meio do apoio ao novo regime. Sobrenomes tradicionais como Lacerda, Teixeira Leite e Avellar aderiram à nova ordem republicana, organizando inclusive um Corpo de Voluntários da República em Vassouras (Neves, 2014). Essa tentativa de reafirmação política se manifestou, por exemplo, na petição publicada, em 22 de dezembro de 1889, no *Jornal Vassourense*. Proprietários e moradores locais solicitavam ao governador a elevação da referida cidade à condição de capital estadual, destacando suas qualidades climáticas, arquitetônicas e demográficas.²⁹²

A existência de uma tradição de O engajamento político das elites vassourenses atravessa o século XIX e persiste no início do século XX. Um dos exemplos emblemáticos é o de Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, fundador do Partido Republicano em Vassouras em 1884, que exerceu cargos como vereador, deputado estadual e federal, secretário de Justiça do estado do Rio de Janeiro, ministro da Viação no governo Prudente de Moraes, além de ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado por Hermes da Fonseca em 1912 (Carvalho, 1996; Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 2001).

Seu filho, Maurício de Lacerda, teve trajetória igualmente significativa. Advogado e jornalista, engajou-se desde jovem na política nacional e regional. Em 1909, retornou a Vassouras com soldados voluntários para impedir eleições nas quais seu pai seria derrotado, episódio que lhe rendeu um processo judicial posteriormente arquivado. Ainda nesse ano, em Vassouras, assumiu a direção do periódico *O Município* e apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca, tornando-se seu oficial de gabinete após a vitória em 1910, quando foi eleito deputado estadual e, em seguida, federal. No início de suas carreiras, tanto Maurício de Lacerda quanto Raul Fernandes estiveram filiados ao Partido Republicano Fluminense (PRF), a máquina política que dominava o estado do Rio de Janeiro. Raul Fernandes, um jurista e intelectual de

²⁹² *Jornal Vassourense*, 22 dez. 1889. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217930&pasta=ano%20189&pesq=%2222%20de%20dezembro%22&pagfis=1696>. Acesso em: 10 jan. 2024.

formação clássica, personificava o ideal do homem público da oligarquia: elegante, erudito e profundamente ligado às estruturas de poder tradicionais. Ele foi deputado federal e líder da bancada fluminense, um pilar do *establishment* da Primeira República.

Maurício de Lacerda começou a mostrar, desde cedo, um temperamento mais contestador. Entretanto, em sua fase inicial, ele operou “dentro do sistema”. Elegeu-se deputado federal pelo PRF em 1912, alinhando-se à facção chefiada por Raul Fernandes. Nesse período, como aponta José Murilo de Carvalho, a política era um “jogo de famílias e de clientelas”, em que lealdades regionais e partidárias habitualmente se sobrepunham a divergências ideológicas profundas (Carvalho, 2002, p. 87). A relação entre ambos era, portanto, de aliança tática e convivência dentro do mesmo círculo de poder.

Em que pese houvesse divergências entre eles, havia pautas em que era possível o ajuste, ainda que parcial, de interesses. Um exemplo foi o projeto de Lacerda, para incluir as mulheres no quesito “eleitor”, é apresentado explicitando de forma clara a sua inclusão no corpo da lei.

A primeira iniciativa legislativa em prol do sufrágio feminino no Brasil ocorreu em um contexto de reforma da legislação eleitoral, mais precisamente em 12 de junho de 1917, poucos meses após a promulgação da Lei nº 3.139, de 2 de agosto de 1916. Esta última, que se limitara a modificar os procedimentos de alistamento ao instituir a exigência de comprovação de renda, foi o objeto central da proposta de emenda apresentada pelo deputado federal fluminense Maurício Paiva de Lacerda. Raul manifestou-se, ainda que com ressalvas, de maneira favorável ao projeto.

Profundamente impactado pelas questões sociais urbanas, como a Revolta da Vacina (1904) e as greves anarquistas dos anos 1910, Maurício “radicalizou-se”. Ele rompeu definitivamente com o PRF, aproximou-se dos tenentes e abraçou um discurso socialista e popular. Como deputado federal pelo Distrito Federal (1924-1926), suas intervenções parlamentares tornaram-se veementes críticas ao governo de Artur Bernardes e à própria estrutura oligárquica.

Enquanto Lacerda se voltava para as ruas, Raul Fernandes consolidava-se como um dos principais representantes da legalidade e da ordem oligárquica. Ministro das Relações Exteriores no governo Bernardes (1922-1926), Fernandes era a face diplomática e civilizada de um regime que, simultaneamente, recorria ao estado de sítio e à repressão violenta para se manter.

As divergências entre eles tornaram-se evidentes na década de 1920, quando ambos atuavam na política fluminense. Enquanto Fernandes representava a continuidade do sistema coronelista e a hegemonia do PRF, Lacerda posicionava-se como opositor, denunciando fraudes

eleitorais e a concentração de poder nas mãos de poucas famílias (Abreu, 2003). Um episódio emblemático ocorreu durante as eleições de 1922, quando Lacerda, então deputado federal, acusou grupos liderados por Raul Fernandes de manipular votos no interior do estado. Em discursos inflamados, Lacerda chegou a chamar Fernandes de “representante do atraso político” (Lacerda, 1923, *apud* Silva, 2010).

Apesar dos conflitos, outro momento de convergência se deu durante a Revolução de 1930. Raul Fernandes, embora conservador, apoiou a Aliança Liberal em oposição à candidatura de Júlio Prestes, enquanto Maurício de Lacerda via em Getúlio Vargas uma possibilidade de reformas (Carone, 1985). No entanto, após a ascensão de Vargas, as diferenças ressurgiram.

A relação entre Raul Fernandes e Maurício de Lacerda foi marcada por antagonismos, mas também por uma complexa interdependência política. Suas trajetórias ilustram as tensões entre conservadorismo e reformismo que caracterizaram a Primeira República, mas, de uma forma ou outra, os olhares de ambos convergiam para Vassouras, seu progresso e crescimento, embora os projetos para a obtenção desse fim não fossem necessariamente equivalentes.

Essa oposição não era meramente pessoal, mas ideológica. Conforme analisa Hélio Silva, “Maurício de Lacerda migrou da oligarquia para o povo, enquanto Raul Fernandes permaneceu como o intelectual orgânico daquela mesma oligarquia, tentando reformá-la sem subvertê-la” (Silva, 1971, p. 152).

Esse foi apenas um exemplo de como, na trajetória de Vassouras, se revela uma persistente tentativa de suas elites em manter influência política e prestígio simbólico, mesmo diante das transformações estruturais do país. Desde o Império até a Primeira República, os grupos dominantes locais buscaram reconfigurar suas estratégias de poder, reafirmando sua presença tanto na política regional quanto na nacional. Mas, em que medida esse aspecto impacta nossas reflexões sobre as últimas vontades em testamento de Eufrásia Teixeira Leite? Pois bem, Maurício de Lacerda era o prefeito de Vassouras quando do falecimento de nossa personagem. Ele tinha conhecimento do testamento de Eufrásia, que havia sido publicado²⁹³. Também certamente conhecia os envolvidos na Santa Casa de Misericórdia de Vassouras e os terrenos que ela possuía na cidade.

Durante sua trajetória política, Lacerda acumulou mandatos e cargos de destaque tanto no plano local quanto nacional, o que ilustra sua contínua influência sobre os rumos políticos

²⁹³ *O Jornal*, 24 set. 1930. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_03&pasta=ano%20193&pesq=%22Eufr%C3%A1sia%20Teixeira%20Leite%22&pagfis=4239 Acesso em: 18 jun. 2024.

do país e da cidade natal. Entre os anos de 1913 e 1923, exerceu simultaneamente os cargos de vereador e prefeito de Vassouras (1915–1920), enquanto atuava como deputado federal, evidenciando assim sua habilidade em articular diferentes esferas do poder.

Durante o primeiro mandato como prefeito de Vassouras,²⁹⁴ Maurício de Lacerda implementou uma série de reformas voltadas para a modernização da infraestrutura urbana. Segundo registros do Arquivo Público de Vassouras (1920-1924), suas administrações priorizaram a pavimentação de vias públicas, a ampliação do sistema de iluminação e a reorganização dos serviços municipais. Um dos aspectos mais notáveis da gestão foi a atenção dada à educação, tendo ampliado o número de escolas públicas no município, tudo isso alinhado com às reformas educacionais que ganhavam força no país na década de 1920 (Azevedo, 1996).

Quando da segunda vez como prefeito de Vassouras, em 1932, vivia-se um contexto de forte instabilidade política nacional. Foi o ano da eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, um movimento armado que exigia o retorno da ordem constitucional e a convocação de uma Assembleia Constituinte (Fausto, 2015). No mesmo ano, é fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB) por Plínio Salgado, marcada por um ideário autoritário, nacionalista e fortemente inspirado nas doutrinas fascistas europeias (Trindade, 1979).

Apesar da conjuntura conflituosa, Maurício de Lacerda reafirma, por meio de sua atuação como prefeito, a disposição de manter-se vinculado aos debates e articulações políticas de alcance nacional. Em correspondência enviada ao interventor Ary Parreiras, Lacerda declara que, mesmo diante da guerra civil que se abatia sobre o país, a cidade de Vassouras permanecia em relativa tranquilidade. Para o major médico Dr. Antônio de Castro Pinto, o prefeito oferece palacetes desocupados da cidade para a instalação de hospitais destinados ao atendimento de feridos, demonstrando sensibilidade administrativa frente aos desdobramentos da revolta (Neves, 2014).

Maurício de Lacerda manteve vínculos ativos com lideranças regionais e nacionais, como evidencia a carta de 17 de janeiro de 1933 enviada por Arthur Victor, presidente da Aliança Liberal no estado do Rio de Janeiro. No convite, Lacerda é convocado a participar da convenção aliancista no Teatro Municipal de Niterói, que buscava articular um novo partido político capaz de unificar as forças revolucionárias e liberais fluminenses:

Tenho a honra de convidar V. Exa. para assistir à convenção dos aliancistas, revolucionários e políticos fluminenses, a realizar-se no próximo dia 30 do corrente, às 20 horas, no Teatro Municipal de Niterói, a qual tem por fim

²⁹⁴ Maurício de Lacerda foi designado pelo Interventor do Estado do Rio de Janeiro Ary Parreiras “para exercer o cargo de prefeito do referido município, sem direito a percepção de vencimentos, durante o impedimento do titular efetivo, licenciado para tratamento de saúde” (*Correio da Manhã*, 11 jun. 1932, p. 4). Acesso em: 18 abr. 2024.

realizar a formação de um partido, que pelo seu programa possa harmonizar e congregar a família política do estado, aliando sua finalidade (Neves, 2014).

O periódico *Jornal de Vassouras* era usado formalmente com a sua função oficial de veicular balanços, decretos e códigos municipais, no entanto a transcendia, atuando como um canal de disseminação dos princípios ideológicos subjacentes ao projeto urbano de Maurício de Lacerda. Essa difusão ocorria tanto na cobertura de eventos quanto nos debates políticos com opositores do prefeito. Em suas crônicas históricas, o jornal buscava ressignificar a memória da cidade ao destacar personagens negligenciados pela historiografia das elites locais. Essa narrativa visava inscrever esses sujeitos coletivos, tradicionalmente excluídos, como constituintes da imagem identitária de Vassouras. Contudo, a perspectiva das elites permanecia presente. Em editorial publicado, em 2 de fevereiro de 1935, sob o título “Aviso à População”, Lacerda denuncia a tentativa de implantação do núcleo integralista em Vassouras, expressando claramente sua oposição ao movimento de cunho autoritário e antidemocrático²⁹⁵: Notícia-se a organização do integralismo em nossa cidade. Consideramos tal movimento uma ameaça aos princípios republicanos e ao convívio democrático (*Jornal de Vassouras*, 02 fev. 1935, *apud* Neves, 2014).

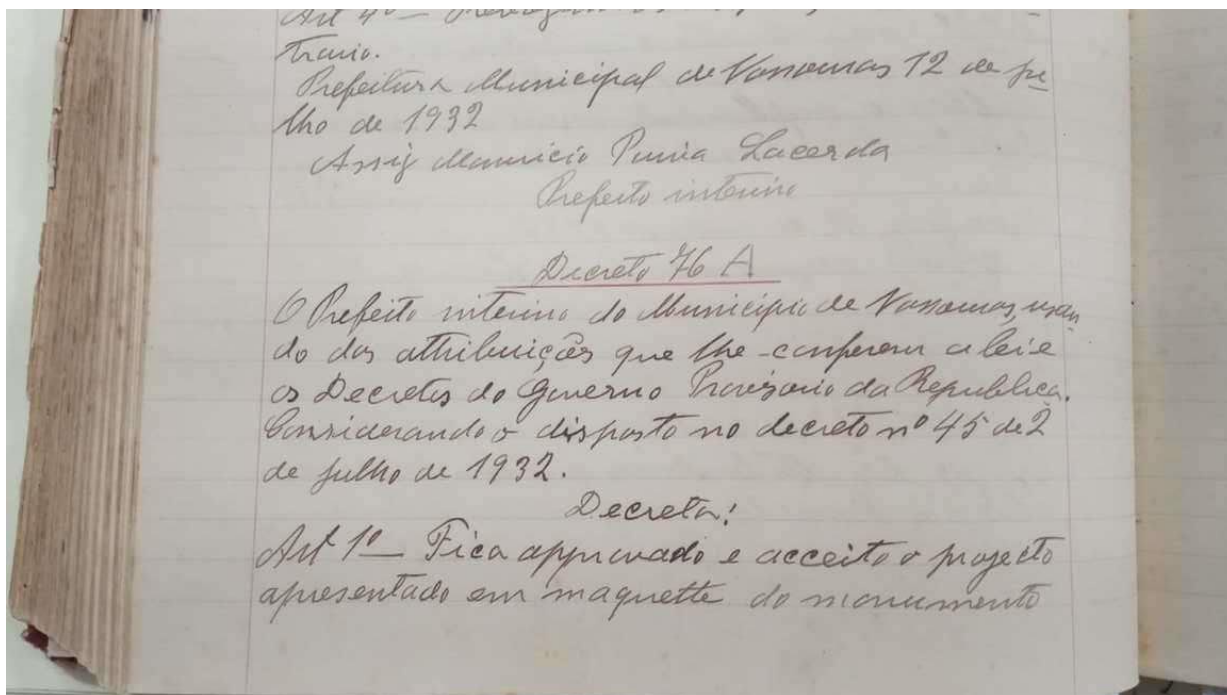
Ainda em referência à cidade, durante as comemorações do centenário de Vassouras (1933), Maurício de Lacerda implementou um amplo projeto de remodelação e modernização do município, que envolveu diferentes áreas da administração pública, com destaque para as intervenções no centro urbano. Esse processo esteve inserido em uma conjuntura marcada, no plano nacional, pelo desmonte das estruturas políticas da Primeira República e, no âmbito local, pela necessidade de adaptação a novos modelos produtivos, formas de circulação e práticas sociais.

No plano estadual, as reformas promovidas estavam articuladas a um conjunto de medidas administrativas voltadas para o fortalecimento da arrecadação tributária e para a formação de um corpo técnico capaz de executar projetos de infraestrutura, sobretudo em áreas rurais. Um dos marcos das celebrações foi a inauguração da Escola Centenário, localizada em ponto estratégico da cidade, próximo ao monumento que também homenageava a data.

Um exemplo dessas propostas foi a criação do monumento ao centenário de elevação de Vassouras a vila.

²⁹⁵ Sobre esse movimento em Vassouras, DIAS DO LAGO, Carlos Renato. **Integralismo e poder local: camisas-verdes em Vassouras, 1932-1939**. Vassouras, RJ, 2005. 169 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Severino Sombra, 2005.

Figura 21 – Prefeitura Municipal de Vassouras - Página do livro Actos do Prefeito, p. 11



Fonte: Arquivo Público Municipal

A imagem acima (Figura 21) apresenta a política pública que institui a criação do projeto do Monumento ao centenário da elevação de Vassouras a Vila. É importante notar que se trata de um decreto. Nesse sentido, ato de competência exclusiva do poder executivo. Isso denota que a comprovação de intencionalidade no plano de modificações urbanas repousa tão somente nos ombros de Maurício de Lacerda. Mas ele não estará atendendo apenas a seu projeto de cidade. Veremos adiante que outros compartilham dessa visão.

No decreto nº 76 A, o prefeito descrevia com detalhes o monumento e ser edificado. Destaca, no artigo 3º, que o mesmo deve ser moderno, atendendo às intenções expressas de identificar esse novo espaço municipal, não apenas pela edificação ou da nova escola ao seu lado, mas pelo alargamento da rua que lhes dava acesso, transformando-a em uma avenida. Uma nova entrada para a cidade, isenção de impostos para quem construísse prédios no ano do Centenário, desde que respeitassem os códigos de posturas municipais, multas para proprietários que não aceitassem as determinações dos fiscais da prefeitura ou que desrespeitassem os prazos para a finalização das mesmas (Decreto 73 A), a proibição da construção de prédios de menos de dois pavimentos nas ruas e praças principais e benesses para quem contribuísse com a modernização desses locais.

Na região central, ainda hoje se encontram casas em cujas fachadas se acham

identificados os anos das construções. Outras foram demolidas para dar lugar a novos prédios que trariam uma estética moderna para a cidade.

Exemplos emblemáticos dessas edificações (Figuras 22 e 23), que seguiam as diretrizes estabelecidas pela municipalidade, são dois hotéis e um cinema.

Figura 22 - Foto do Palace Hotel de Vassouras



Fonte: Arquivo Público Municipal

O Palace Hotel de Vassouras foi uma dessas edificações que traduziram uma estética moderna ao centro da cidade. Ele está de frente para a Praça Barão do Campo Belo, ladeando a rua Barão de Vassouras. Ainda nesse período, à sua direita, será inaugurado o Cine Centenário.

Figura 23 - Foto -Império Hotel



Fonte: Arquivo Público Municipal

Outro é o Império Hotel, construído na esquina da rua Barão de Vassouras com a Rua Joaquim Teixeira Leite. Os Hotéis compartilham o estilo Art Déco.

O Art Déco emergiu como uma linguagem estética dominante nas décadas de 1920 e 1930, sua origem está intimamente ligada à *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, realizada em Paris em 1925, evento do qual derivou seu nome. Diferentemente de seu predecessor, o Art Nouveau – que privilegiava linhas orgânicas, formas sinuosas e motivos naturais, esse estilo caracterizou-se pela geometrização estilizada, pela ênfase na verticalidade, pela abstração de formas e pela valorização de materiais modernos e suntuosos, como o aço cromado, o lacque, o vidro e o concreto armado, também presente no monumento do centenário, cuja foto se observa na Figura 24 e a descrição do projeto se apõe no decreto 76A. Essa estética destoa dos padrões estilísticos das edificações do entorno, na sua maioria palacetes construídos nas primeiras décadas dos novecentos.

Figura 24 - Foto do Monumento do Centenário



Fonte: Arquivo Público Municipal

As festividades justificaram a formulação de um programa mais amplo de intervenções urbanas, denominado “plano quinquenal”, provavelmente inspirado nos modelos de gestão soviéticos do período. Nesse sentido, as concepções socialistas de Lacerda manifestaram-se de forma concreta no projeto de cidade que liderava. Para viabilizar sua execução, foi criada a “taxa do centenário”, destinada especificamente a financiar obras e serviços previstos no plano, cuja validade dependia da efetiva aplicação dos recursos arrecadados.²⁹⁶ Paralelamente, a prefeitura promoveu reformas legislativas e administrativas, incluindo alterações nos códigos de posturas e de higiene, a criação do Código de Obras e a reorganização da instrução pública (Rio de Janeiro, 1934).

Naquele momento, Vassouras possuía território mais extenso do que o atual, abrangendo localidades que posteriormente se emancipariam, como Mendes, Paracambi, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontin e Pati do Alferes²⁹⁷. De acordo com registros publicados no Jornal de Vassouras, o município encontrava-se dividido em nove distritos, com cerca de 90.000

²⁹⁶ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório da República pelo Capitão - Tenente Ary Parreiras Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, 1932. Disponível em: <https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/306816> Acesso em: 20 jul. 2024.

²⁹⁷ Vide anexo IX.

habitantes, distribuídos em áreas de diferentes densidades populacionais. Esses indicadores, ainda que sem apelo turístico, listavam edifícios públicos, oficinas, indústrias, hotéis e pontos de interesse, destacando-se, na sede municipal, o recém-construído Monumento do Centenário, a Ponte Funda e a Chácara da Hera.²⁹⁸

O relatório oficial atribuía a melhoria dos resultados administrativos de Vassouras ao saneamento das contas públicas e à aplicação planejada dos recursos “em obras úteis e necessárias”, cujo impacto se refletia tanto no rendimento industrial quanto nas transformações urbanísticas, conduzindo o município a uma “fase de trabalho permanente” em todos os distritos (Rio de Janeiro, 1934, p. 435). Esse documento, produzido como instrumento de divulgação do governo estadual, reforçava o discurso de progresso e desenvolvimento.

Entre os principais agentes do dinamismo econômico local destacavam-se a Companhia de Laticínios Vassourense, de propriedade de Leon Gilson, em Barão de Vassouras, a Fábrica de Fogos de Artifício, em Engenheiro Paulo de Frontim, então considerada a maior da América do Sul, e a Fábrica de Tecidos São Luiz, em Vassouras, administrada por Octavio Gomes, além de unidades fabris voltadas à produção de armação de guarda-chuvas e de papelão comprimido em Aliança. (Ricci, 2000; Rio de Janeiro, 1934). Também se sobressaía o setor de laticínios, com diversas unidades produtivas voltadas ao abastecimento do Rio de Janeiro, registrando-se, no último levantamento, um total de 20 mil cabeças de gado distribuídas nos distritos de Andrade Costa, Andrade Pinto, Massambará e Cananéia (Rio de Janeiro, 1934). Paralelamente, observava-se o declínio da produção cafeeira, substituída por novas dinâmicas agrícolas, sobretudo a pecuária, sem, contudo, eliminar totalmente a produção agrária. Nesse processo, a diversificação produtiva favoreceu a valorização da pequena lavoura e da produção de cereais, dinamizando a Feira de Avelar, que se consolidava como um dos principais centros fornecedores dos mercados de Madureira e Municipal, no Distrito Federal, com a previsão de tornar-se o maior entreposto comercial do sul fluminense (Rio de Janeiro, 1934, p. 435).

Outro aspecto ressaltado pelo relatório foi a existência de uma rede viária e ferroviária considerada satisfatória para atender à dinâmica econômica municipal. Ademais, “o plano rodoviário e o plano sanitário” teriam proporcionado avanços significativos ao urbanismo, mesmo diante da retração financeira provocada pela crise internacional de 1929 (Rio de Janeiro, 1934, p. 436). É relevante observar que, apesar de detalhar várias realizações, o documento não fazia referência ao *plano quinquenal* idealizado por Maurício de Lacerda, revelando indícios de divergência entre a administração municipal e o Governo Provisório.

²⁹⁸ *Jornal de Vassouras*, 13 abr. 1935, p. 4. IPHAN.

No campo da infraestrutura, destacaram-se investimentos em saneamento, redes de abastecimento de água e expansão da iluminação pública, cujo contrato original foi celebrado em 1928 (Anexo VIII). O município contava, à época, com três usinas de geração elétrica (hoje ainda existem a usina de Vera Cruz, em Miguel Pereira, e a do Rio Macacos, em Palmeira da Serra) e dispunha de um projeto de modernização da rede de iluminação, o qual previa melhorias em edifícios públicos, escolas e no Monumento do Centenário, além da instalação de novos pontos luminosos em ruas recentemente abertas, como as ruas 5 de julho e Nilo Peçanha (Rio de Janeiro, 1934, p. 440-441). Tais iniciativas ampliaram o uso dos espaços urbanos em horários noturnos, promovendo mudanças nas práticas de sociabilidade, permitindo acesso facilitado às futuras instalações dos prédios construídos por determinação testamentária de Eufrásia.

A cidade também se destacava como estação climática, fator associado ao turismo, e o processo de remodelação urbana, que incluiu a pavimentação e abertura de novas vias, visava tanto a adaptação ao crescente número de veículos motorizados quanto à valorização estética do espaço urbano. Essas intervenções estavam vinculadas ao projeto de criação do circuito turístico Rio–Paracambi–Rodeio–Vassouras–Pati–Petrópolis–Rio, em parceria com o Touring Club. Além disso, a prefeitura investiu em iniciativas de caráter cultural e recreativo, como a promoção de festas juninas, a municipalização do carnaval e a formação de uma banda de música, iniciativas que contribuíram para a reconfiguração das práticas culturais e do lazer local (Rio de Janeiro, 1934, p. 436).

Essas mudanças não produziram, em todos os munícipes, o mesmo grau de satisfação descrita no relatório oficial. Angelo Ferreira Monteiro (2012) relata que muitas pessoas se mostraram contrárias às medidas do prefeito, havendo, inclusive, ações judiciais frente à municipalidade. Um dos insatisfeitos com esta situação foi o proprietário de um imóvel situado na Travessa 3 de Outubro (atual Praça Athayde Parreiras), com esquina para a Rua Dr. Joaquim Teixeira Leite, bem no centro da cidade. Aconteceu que, exatamente às 7h30 da manhã do dia 13 de março de 1934, região central da sede, em que a maioria das edificações possuía escadas que avançavam ao passeio público, os proprietários foram instados a demoli-las, já que elas avançavam para a calçada pública, que, na área central, deveria ser de 1 metro e 70 centímetros, segundo preconizado no artigo 3 do Decreto 70, de 14 de julho de 1932. A Figura 25 ilustra as obras em frente ao Palacete do Barão da Vassouras, que descumpria o estabelecido por lei.

Monteiro (2012) apresenta um interdito proibitório, ação movida por um proprietário com a intenção de impedir a demolição de seu imóvel, que, com o novo projeto de urbanização municipal, ficaria literalmente no meio da rua. A municipalidade solicita que ele recue, mas na

verdade o que intenta é que ele se retire do imóvel. Finalmente, chega-se a um acordo e a rua hoje está aberta.

Figura 25 - Foto de palacete na rua Barão de Vassouras



Fonte: Álbum Fotográfico de Vassouras - Acervo do Museu Histórico Nacional

O que se retrata em primeiro plano é o Palacete do Barão de Vassouras, que fica no que era tido como área central da sede do Município. O que se vê na imagem ilustra esse processo de revitalização do centro. Ruas sendo ampliadas e novas sendo abertas. Escadas, como a que dá acesso à porta de entrada do Palacete, que avançam para a calçada pública, tendo que ser demolidas. Em uma tentativa de “modernizar” a fachada do prédio, são colocadas marquises de metal na fachada dianteira, cobrindo os arcos das amplas janelas. Em período posterior a casa é murada e cercada por um gradil.

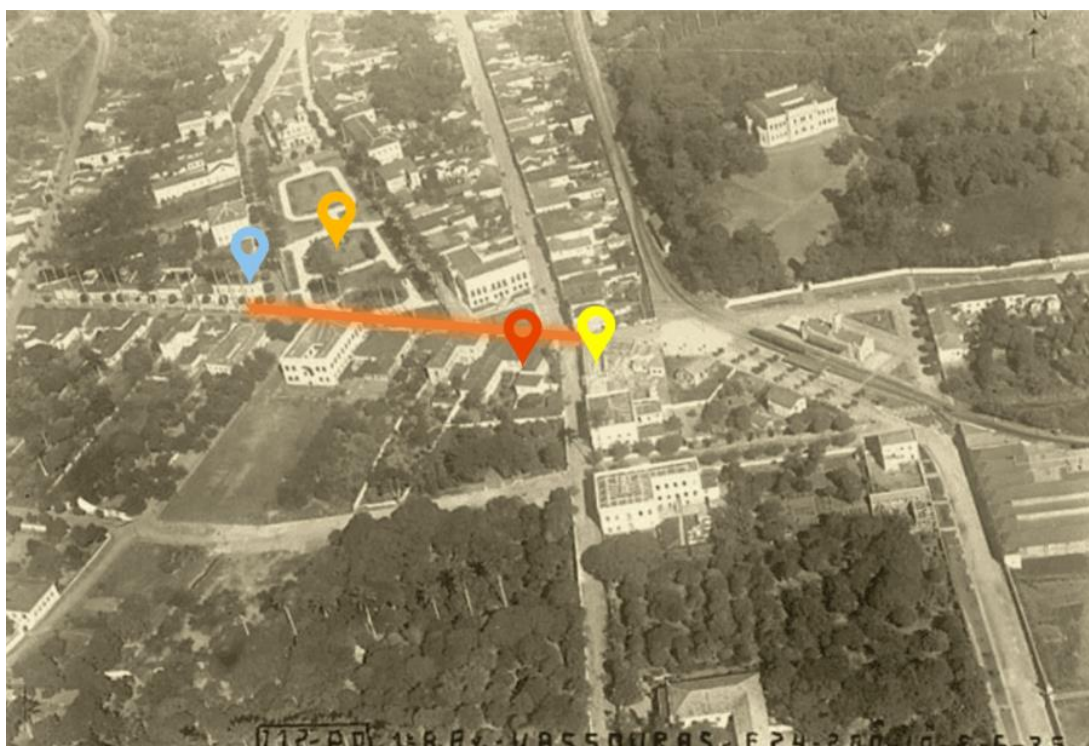
No documento a seguir, cópia do original de 1932, vê-se o que se entendia como espaço urbano representável da cidade de Vassouras.

Figura 26 - Planta da Cidade de Vassouras



Fonte: IPHAN – Vassouras

Figura 27 - Foto aérea da cidade de Vassouras em 1935



Fonte: A Casa Senhorial. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/en/> com alterações da autora

Na foto aérea (Figura 27), estão presentes apenas as ruas do que hoje se configura como o centro histórico do município. Na legenda abaixo identificam-se os pontos de referência mencionados.

Tabela 5 – Legenda do centro de Vassouras

Logradouro	Marcação
Praça Barão do Campo Belo	
Palace Hotel de Vassouras	
Rua Barão de Vassouras	
Hotel Imperial	
Palacete do Barão de Vassouras	

Fonte: a autora

Para além de “revitalizar” esse centro, as medidas de Lacerda pretendiam ampliar o olhar da cidade para áreas adjacentes a ele também ocupadas, como o Alto do Rio Bonito, o Madrugá, do Morro da Vaca, da Residência, e outros bairros da trama urbana.

Um aspecto de grande relevância, registrado nos periódicos da época, refere-se à expectativa em torno do litígio relativo à herança de Eufrásia Teixeira Leite, cujo patrimônio foi legado, em grande medida, por disposição testamentária e desistência do Collegio de Santa Rosa, de Nictheroy, à Santa Casa da Misericórdia e ao município de Vassouras, que antes figurariam apenas como depositários legais e fiscalizadores do cumprimento das vontades de Eufrásia. O autor do texto chama atenção aos dirigentes da Santa Casa alertando

O que a Santa Casa fizer em obras de cunho educacional, social ou de saúde, nada mais estará fazendo, que cumprir o seu dever, e estará aplicando o dinheiro em obras, que venham a atender, principalmente aos pobres, cujo dinheiro saiu de seu trabalho, do suor do seu rosto, dos calos de suas mãos (Jornal de Vassouras, 1935, p. 1).

A expectativa em torno dessa herança vinculava-se não apenas ao seu potencial de dinamizar a economia local, mediante a geração de empregos, mas também à ampliação das estruturas institucionais capazes de promover a modernização da cidade. Importa destacar que a administração de Maurício de Lacerda acompanhava com atenção o desdobramento da questão, frequentemente tematizada no *Boletim Municipal*.

No periódico *Jornal de Vassouras*, um dos eixos centrais na construção de suas novas narrativas residia na ênfase conferida ao caráter coletivo. Por meio de diversas publicações, o veículo buscava atribuir características e valores comuns ao corpo social, estratégia está empregada com o objetivo de fomentar a identificação e conclamar a população à mobilização para as transformações sociais. Entre os recursos discursivos utilizados para sintetizar tais premissas, destacavam-se as ilustrações e charges. Em determinados artigos, os temas em pauta eram acompanhados pela figura alegórica do “Zé Vassourense” (Figura 23). Este não constituía um personagem definido por uma individualidade, mas operava como uma representação genérica e tipificada do homem pobre e espoliado. A referida representação visual é exemplificada na notícia vinculada ao destino da herança de Eufrásia Teixeira Leite, que havia destinado parte de seus recursos para investimentos em Vassouras, em que a imagem do “Zé Vassourense” (Figura 28) foi mobilizada para corporificar o destinatário coletivo dessas benfeitorias.

Talvez essa tenha sido a razão pela qual o primeiro legado associado ao testamento, que, por sinal, não o era, foi a construção do Hospital Eufrásia Teixeira Leite. Seu processo de construção iniciou em 1935. O *Jornal de Vassouras*²⁹⁹ informa que “[...] a Santa Casa recebeu o primeiro dinheiro da herança de D. Euphrasia.” É alertado sobre a lisura que a mesa da deveria ter em relação aos usos desses valores, para os quais já antecipa que “Em torno dessa herança baterão as asas de urubus que sentem, de longe, o cheiro da casa da moeda.” A reportagem informa que, presente na reunião da SCMV, informou-se que a primeira verba recebida foi usada para o pagamento do passivo da Santa Casa. Quanto aos institutos de educação, ficou decidido na reunião que, caso uma das congregações recusasse o legado, a Santa Casa o assumiria, como estabelecido no testamento, mas entraria em contato com o governo estadual para a designação do professorado. Em seguida, é descrito aquilo que entendeu como legítimo para parte do patrimônio legado, já que, em ambos os casos, não há disposição para esses bens no testamento. A criação da Pharmácia dos Pobres, que deveria entrar em funcionamento ainda em fevereiro daquele ano, e do novo hospital, sanatório e maternidade. Aqui são mencionados os “tais urubus”, pois a reportagem menciona que já se levanta uma onda de interessados na venda de chácaras e prédios para servir como hospital. Segue alertando para os perigos que tal iniciativa pode trazer para a cidade, criando “casas-arapucas” que atentariam contra a higiene e saúde dos assistidos e da própria população.

Figura 28 - Os milhões da Sta Casa continuam na chocadeira

²⁹⁹ *Jornal de Vassouras*, 02 fev. 1935, p. 1, IPHAN.



Fonte: *Jornal de Vassouras*, 30 mar. 1935, p. 7 – IPHAN

O autor da reportagem revela então o seu desejo, como arauto do desejo dos vassourenses. “Já que vão ser construídos os prédios para os institutos profissionais, que se construa, não o melhor do estado, mas o melhor da América, o Hospital Modelo de Vassouras”. E por que construir o melhor Hospital, sanatório e maternidade seria um interesse para Vassouras? Em que pese todo o aspecto da preocupação com a saúde e a higiene da população, não se pode desconsiderar que o nascer e o morrer são bons negócios, rentáveis, por serem incontornáveis, e tudo o que existe desde o primeiro para evitar o último, também. Quando se abre um hospital, maternidade e sanatório, na década de 1930, se estima que alguns desses processos de cura demandem uma permanência de internação. Se o doente permanece internado, onde ficam seus familiares próximos? Não com ele, certamente, já que a presença poderia levar ao contágio, considerando que Vassouras era conhecida como instância climática, cujos doentes buscavam, para recuperação de doenças pulmonares, em especial a tuberculose. Foram abertos em Vassouras, em época próxima à inauguração do hospital, três hotéis, dois já os mencionamos, o terceiro no antigo Palacete do Barão de Cananéia, que certamente atendiam

essas demandas.

A mesa da irmandade, em ata de 12 de março de 1938, traz notícias da construção do Hospital Eufrásia Teixeira Leite (HETL), documento no qual, mais uma vez, a palavra “moderno” é o primeiro adjetivo usado para qualificar a obra, descrevendo os terrenos adquiridos para a edificação, defendendo que sua aquisição fora feita em atenção às melhores práticas sanitárias, e considerando sua localização afastada do centro. O que o documento não menciona é a proximidade com o bairro operário, o Madrugá, onde o hospital foi construído. A Chácara das Palmeiras³⁰⁰, situada na então Rua Francisco Rodrigues, hoje Avenida Marechal Paulo Torres, foi adquirida em 29 de outubro de 1935, por setenta contos de réis. Foi realizado um concurso para a escolha do projeto para a construção do HETL e, em outubro de 1937, a empresa carioca B. Dutra & Cia Ltda³⁰¹ iniciou as obras, cuja pedra fundamental foi aposta em 11 de junho daquele ano. Aqui, mais uma vez, observa-se a convergência de interesses em torno de Vassouras. Raul não estava na solenidade, seu irmão, sim, vindo da cidade do Rio de Janeiro exclusivamente para isso. Maurício de Lacerda participou do evento e discursou.

Em 06 de junho de 1941 ocorreu a inauguração.³⁰² A população de Vassouras, em que pese a demora da conclusão da obra, ficou impressionada com a com a grandiosidade do nosocômio³⁰³ e a atenção que foi dispensada ao público presente, inclusive pelo responsável médico, na visita de inauguração.³⁰⁴ Os membros da Santa Casa aprenderam com o erro de estratégia da abertura do Instituto feminino, como veremos em sequência.

³⁰⁰ Foto anexo X.

³⁰¹ Essa empresa esteve associada a Francisco José Teixeira Leite em obras no município de Angra dos Reis em 1931. *Diário de Notícias*, 06 out. 1931, p. 2. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/093718/per093718_1931_00476.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

³⁰² *Jornal do commercio*, 7 de julho de 1941, p. 6.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22Hospital%20Eufrasia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7604. Acesso em: 25 jan. 2025.

O Fluminense, 3 de julho de 1941, p. 9.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_08&pesq=%22Hospital%20Eufrasia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=186. Acesso em: 20 jan. 2025.

Correio da manhã, 08 de julho de 1941, p. 13.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_08&pesq=%22Hospital%20Eufrasia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1861. Acesso em: 20 jan. 2025.

Diário de Notícias 08 de julho de 1941, p. 4. Acesso em: 20 jan. 2024.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_08&pesq=%22Hospital%20Eufrasia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1861. Acesso em: 25 jan. 2025.

Diário carioca, 03 de julho de 1941, p. 9.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_08&pesq=%22Hospital%20Eufrasia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1861. Acesso em: 25 jan. 2025.

Jornal do Brasil, 05 de julho de 1941, p. 10.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_08&pesq=%22Hospital%20Eufrasia%20Teixeira%20Leite%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1861. Acesso em: 25 jan. 2025.

³⁰³ Anexo XI

³⁰⁴ *Correio de Vassouras*, 19 jun. 1941, p. 1. IPHAN.

Durante anos, o HETL serviu à população vassourense. Hoje, infelizmente, está desativado.

Dos institutos, o feminino foi sobre o qual primeiro se organizou a construção. Talvez porque, como mostrado anteriormente, já houvesse um contato com a responsável da congregação das freiras que assumiram o legado no Brasil. A Pedra fundamental do instituto feminino foi plantada em 05 de dezembro de 1937,³⁰⁵ e para o evento toda a população Vassourense foi convidada. Eufrásia acreditava que a educação era o impulsionador de oportunidades, de tal modo que, no seu testamento, descreve quais seriam os conhecimentos disponibilizados às 50 órfãs atendidas compulsoriamente: “O legatário será obrigado no Instituto referido a dar às meninas pobres recolhidas ao mesmo a instrução primária completa”.³⁰⁶ Nara Azevedo, e Luiz Otávio Ferreira (2006) defendem que, embora não houvesse estudos estatísticos consolidados sobre a escolarização feminina, na década de 40, em São Paulo, a maioria das mulheres era analfabeta. Isso quer dizer que o legado de Eufrásia, em 1930, representava para essas 50 meninas uma grande vantagem.

Entretanto, como testemunho de sua própria experiência, ETL parece considerar que se deva trabalhar pelas brechas, uma vez que indica também que se ensine o que era esperado do gênero feminino: “e bem assim o ensino profissional doméstico nas suas diversas modalidades, como sejam: lavar, ingomar, cosinhar, coser, cortar, bordar, etc.”³⁰⁷

Aberto ao público em 21 de maio de 1939, o Instituto Profissional Feminino³⁰⁸, o complexo ergue-se altivo, em seu estilo missiones (Falci; Melo 2021), destacando-se como um ícone arquitetônico dissonante ao lado da chácara da Hera e das demais edificações do centro histórico. Vê-se o prédio subindo a rua da fábrica de tecidos São Luiz, outro símbolo da modernidade desejada por Vassouras. Nesse aspecto, fala o Correio de Vassouras “[...] o Instituto Profissional ‘Dr. Joaquim Teixeira Leite’, construído na antiga Chácara Calvet, é bem a afirmação clara da evolução, do progresso de Vassouras na época em que vivemos.”³⁰⁹

A população vassourense ressentiu-se, pois, o número de convidados ao evento foi diminuto e, mesmo depois da inauguração, o colégio não permitia visitas públicas. Por certo havia o entendimento de que o legado de Eufrásia deveria servir ao povo de Vassouras³¹⁰. Iniciando suas atividades com uma matrícula inicial de 23 meninas órfãs naquele ano (bem

³⁰⁵ *Correio de Vassouras*, 12 dez.1937 p. 1-4. IPHAN.

³⁰⁶ Testamento ETL – Cláusula II alínea C.

³⁰⁷ Testamento ETL – Cláusula II alínea C.

³⁰⁸ Anexo XII

³⁰⁹ *Correio de Vassouras*, 15 fev. 1940, IPHAN.

³¹⁰ *Correio de Vassouras*, 24 maio 1939, IPHAN.

abaixo do estabelecido pelo testamento), a instituição foi autorizada a funcionar oferecendo o antigo curso primário e o exame de admissão, um requisito comum da época para o ingresso no ensino secundário. Embora suas atividades tenham começado na década de 1930, o processo de oficialização de seus cursos seguiu um caminho gradual. O Curso Ginásial, que já funcionava de forma não oficial desde 1946, foi finalmente reconhecido em 1949, juntamente com a oficialização definitiva do próprio instituto. A expansão da oferta de ensino continuou na década seguinte, com a autorização do Curso Normal, em 18 de setembro de 1954, destinado à formação de professoras para o ensino primário, uma das poucas “carreiras superiores” amplamente acessíveis às mulheres naquele período (Souza, 2001).

Raul Fernandes foi quem conseguiu efetivar os últimos desejos de Eufrásia quanto ao Instituto masculino, houve a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, em 08 de dezembro de 1938, registrada pelo Correio de Vassouras. O Nuncio Apostólico compareceu ao evento, mas não os indicados no testamento para o aceite das obrigações do testamento, a saber: “O legatário será obrigado a dar aos meninos pobres que forem recolhidos ao Instituto mencionado a instrução primaria completa e o ensino profissional das artes mechanicas em suas diversas modalidades [...]”³¹¹.

Essa designação é coerente com a visão de futuro que Eufrásia atribuía aos seus investimentos. Baseado neles, fica patente que a visão de futuro e empregabilidade ampliada que ela percebia estava próxima de processos de industrialização e a mecânica era um conhecimento especializado nesse aspecto. No curso do processo, em abril de 1935, Antônio Fernandes escreve aos padres do Colégio Salesiano solicitando a manifestação quando ao disposto no testamento. Apenas em maio de 1955 veio a resposta. A inação provocou 20 anos de atraso na criação do colégio de meninos. Sabendo-se legatária, a Irmandade tinha a obrigação de assumir o ônus testamentário. Era melhor não o saber, isso explica a inação. Raul intermediou um convênio com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que assumiu a construção do complexo e as obrigações da manutenção dos 50 órfãos (Anexo XIII).

O Correio de Vassouras celebrou a concretização dos desejos expressos no testamento de ETL com a frase: “Graças a Deus, uma nova era.” Seria uma verdadeira “transfusão de sangue no organismo deprimido da cidade”. O jornal contava, “para breve”, com a inauguração de “um hospital-modelo e duas ótimas escolas profissionais, uma feminina, outra masculina” e antevia uma “fase de progresso material, intelectual e moral”, creditada à “grande benfeitora”. Tudo isso a pagar “com preces fervorosas ao Onipotente pelo descanso eterno de sua alma.”³¹²

³¹¹ Testamento ETL – Cláusula V alínea b.

³¹² *Correio de Vassouras*, 15 fev. 1940, IPHAN.

Assim, Eufrásia Teixeira Leite conferiu ao espaço urbano da cidade de Vassouras elementos de modernidade e progresso. A dissociação da imagem do passado escravista não poderia se dar simplesmente pela demolição dos palacetes, que já iam se perdendo pelo descaso de seus novos proprietários, em muitos casos distantes fisicamente de seus patrimônios, esses também partilhados entre muitos parentes. Ainda que distantes da terra de seus ancestrais, primos, tios, amigos de infância, permaneciam em Vassouras. A referência do exercício do poder estava vinculada àquele território. Então, a mudança, o futuro, o moderno, o progresso, tinha que ser conduzido pelo passado, para legitimar essa permanência. Mais uma vez isso foi feito. Os “homens bons”, da Santa Casa edificaram progresso e a modernidade em espaços visíveis para as elites e para a população. Opositores políticos se juntaram para que se viabilizassem as condições objetivas da execução do legado. Vozes femininas, com a da benemérita Eufrásia Teixeira Leite, que foi sistematicamente mencionada pelos diversos provedores da irmandade que participaram da execução do testamento, estavam ausentes ou assumiam um papel meramente ilustrativo. Evidenciou-se, pelo menos por um período, a transformação conservadora.

A análise empreendida neste capítulo demonstra a relevância do testamento de nossa personagem, sua execução e as respectivas contestações como objetos privilegiados para a compreensão das interseções entre direito, gênero, economia e poder no Brasil do final do século XIX e início do XX. A investigação minuciosa das disposições testamentárias, do contexto jurídico da sucessão e do complexo processo de inventário permitiu iluminar as estratégias elaboradas por uma mulher da elite para assegurar a autonomia sobre seu vasto patrimônio em uma sociedade legalmente estruturada sobre bases patriarcais.

A contribuição central desta reflexão para os Estudos sobre Eufrásia Teixeira Leite reside na demonstração de como o seu testamento transcendeu a mera disposição de bens, conformando-se como um instrumento de ação social e política. Ao destinar sua fortuna à criação de instituições de educação em Vassouras, Eufrásia não apenas projetou sua memória no espaço urbano, mas também interveio ativamente no debate sobre o desenvolvimento regional, articulando uma visão de modernidade que dialogava, mesmo que paradoxalmente, com as estruturas tradicionais de poder. A execução testamentária, marcada por longas disputas judiciais e pela atuação de figuras centrais da política nacional, como Raul Fernandes e Maurício de Lacerda, revela o caráter estratégico do documento e seu papel na reconfiguração do imaginário urbano de Vassouras, tensionando a memória imperial com projetos republicanos de progresso.

Portanto, este capítulo reforça a importância de se compreender ETL não apenas como

uma investidora de sucesso ou uma personalidade excêntrica, mas como uma agente histórica complexa, cujas escolhas testamentárias refletem e, ao mesmo tempo, contestam as limitações impostas às mulheres de sua época. A sua última vontade, materializada no Hospital, por escolha da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, sua principal herdeira, e nos Institutos Profissionais, constitui um legado tangível que continua a desafiar os pesquisadores a pensarem as nuances do poder feminino, as estratégias de perpetuação do status das elites e as complexas relações entre direito, gênero e transformação social na história brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar minha investigação doutoral, partia de duas premissas fundamentais: a complexidade inerente à análise da trajetória de Eufrásia e o impacto singular de seu testamento para a região de Vassouras. No transcurso da pesquisa, contudo, tais premissas foram ressignificadas. O que se apresentava inicialmente como uma narrativa de excepcionalidade e protagonismo individual – uma leitura reforçada, em maior ou menor grau, pela bibliografia existente – revelou-se, sob um exame mais aprofundado, um fenômeno recorrente no seio de um grupo social específico. A figura de Eufrásia foi progressivamente contextualizada não como uma anomalia, mas como um espelho de similitude em relação à sua irmã, primas, tias, avó, bisavó, e a um extenso circuito de mulheres de Vassouras, do Vale do Paraíba fluminense, do Brasil. Considerando as restritas margens de visibilidade e publicização da agência feminina no final do século XIX e início do XX, e ponderando-se as possibilidades objetivas de ação propiciadas pela trajetória e pela ampliada rede de Eufrásia, o que se presumia ser uma singularidade mostrou-se, na verdade, um padrão de comportamento e influência característico de uma elite feminina.

A trajetória de Eufrásia Teixeira Leite, analisada à luz da operação historiográfica proposta por Michel de Certeau e da micro-história italiana, frente ao diverso e ampliado uso de fontes, revelou-se um caso paradigmático para se pensar a aplicação do conceito de gênero na historiografia brasileira. O estudo do percurso da nossa personagem permite-nos transcender a mera descrição de uma vida e inscrevê-la em um contexto mais amplo de transformações sociais, econômicas e culturais do Brasil da virada do século XX, cujas normas de gênero eram simultaneamente rígidas e permeáveis a estratégias de negociação e transgressão.

Eufrásia não foi uma figura passiva diante das estruturas patriarcais e dos códigos de conduta da elite cafeeicultora valeparaibana. Pelo contrário, ela e sua irmã personificam um projeto familiar alternativo de modernidade feminina, estrategicamente elaborado. Tendo sido instrumentalizadas com conhecimentos em gestão financeira, legislação e cultura geral, em vez de pressionadas exclusivamente para os casamentos endogâmicos habituais, elas se utilizaram de conhecimentos, habilidades e ferramentas pouco usuais para mulheres de sua época. A educação diferenciada que receberam foi crucial para que pudessem ampliar e autogerir seu patrimônio, desviando-se do destino habitual para as mulheres da época.

A decisão de emigrar para Paris em 1873, portanto, longe de ser uma fuga impulsiva, representa a culminância de uma estratégia urdida, inclusive, por elas. Revela um planejamento complexo de construção de uma modernidade feminina transnacional, sendo opção calculada

de autonomia perante a dupla ameaça de perda dessa condição, tanto legal como financeira, frente ao já antevisto declínio da economia cafeeira no vale sul paraibano fluminense. A mobilidade transatlântica foi facilitada pela liquidez dos ativos amealhados. A legislação da época, particularmente o Decreto nº 2.733 de 1861, determinava que, em caso de casamento sob o regime de comunhão de bens, a gestão desses ativos passaria automaticamente para o marido, anulando a cláusula de incomunicabilidade estabelecida no testamento paterno (Brasil, 1861). A permanência no estado de “solteira” era, assim, uma condição *sine qua non* para a sua independência económica e, por extensão, pessoal.

Em Paris, as irmãs Teixeira Leite engajaram-se metodicamente na construção do capital social, simbólico e relacional necessário para a sua integração na *haute société* internacional. Como demonstram os registros de jornais como *Le Figaro*, *Le Gaulois*, *The New York Herald*, entre outros utilizados no mapeamento das redes nesta pesquisa, a sua participação assídua num calendário rigoroso de eventos – óperas, temporadas em Nice ou Trouville, *soirées* privadas e eventos de caridade – não era um simples passatempo, mas uma ferramenta essencial de legitimação e visibilidade. Esta performatividade social seguia os rituais descritos por Alice Bernard (2004), em que a presença nos espaços certos, com determinadas pessoas, trajando marcas específicas, era fundamental para a afirmação de um *status*.

Contudo, a sua integração não se limitou aos círculos da colônia brasileira exilada em Paris. A análise das redes de sociabilidade, traçada a partir de fontes hemerográficas, revela uma notável imbricação com uma elite cosmopolita e transnacional, que incluía membros da aristocracia titular europeia, diplomatas, banqueiros e industriais. Conforme demonstrado neste trabalho, o círculo social de Eufrásia era composto de forma quase paritária por nobilitados e por detentores de “nobreza do capital”, indicando uma estratégia consciente de diversificação e ampliação da sua influência para além dos círculos brasileiros.

Essa dupla inserção – na colônia brasileira e na elite mundana – permitiu-lhes exercer uma mediação cultural singular. Ambas as irmãs, Eufrásia e Francisca, personificavam o ideal de civilização europeia, tão caro à elite brasileira. Através de suas escolhas, como, por exemplo, o apoio a instituições culturais francesas e a manutenção de propriedades no Brasil, mantinham um pé em cada um dos continentes. Especialmente, a trajetória de Eufrásia ilustra o que Raphael Quintela (2013) identificou como a existência de um “Atlântico francês”, um espaço de circulação intensa de pessoas, ideias, modas, sociabilidades, apoios, redes e capital entre o Brasil e a França.

A análise das relações de Eufrásia Teixeira Leite, a partir da documentação epistolar e testamentária disponível, revela uma complexa tessitura de vínculos que transcende a mera

dimensão pessoal, projetando-se como um sistema estratégico de capital social e simbólico fundamental para a sua autonomia e atuação nos cenários brasileiro e francês. A correspondência analisada – composta por cartas, cartões e telegramas, embora fragmentária e assimétrica, prioritariamente composta por mensagens recebidas, constitui-se como uma janela privilegiada para compreender a performatividade social de uma mulher da elite em contexto internacional.

A rede de Eufrásia, cujo mapeamento ampliado em fontes diversas e transnacionais, contribuição singular deste trabalho, não era amorfa ou casual, era estruturada, hierarquizada e funcional. Ela operava em múltiplas escalas: local (Vassouras e Rio de Janeiro), nacional (a elite política e econômica do Império e da Primeira República) e transnacional (a *haute société* parisiense e a colônia brasileira na França e no Brasil). Como demonstram as ocorrências em jornais e os registos de sociabilidade, sua inserção nestes círculos não era passiva. Pelo contrário, era calculada e instrumental, servindo para consolidar o seu status, facilitar negócios, acessar informações privilegiadas e garantir a eficácia da gestão do seu vasto patrimônio à distância. A escolha de executores testamentários da estatura de Raul Fernandes – um jurista e diplomata de projeção internacional – não foi fortuita: foi a consolidação final de uma rede cuidadosamente cultivada, capaz de proteger e executar a sua vontade para além da morte, mesmo perante fortes contestações familiares e parentais.

A natureza da documentação epistolar impõe limites metodológicos significativos. A escassez de cartas enviadas por Eufrásia na documentação impede a reconstituição de um diálogo bilateral pleno. Contudo, o arquivo existente é revelador. As cartas de Manoel Rebello mostram uma empregadora fisicamente distante, mas meticulosamente informada e no controle de seus bens no Brasil, por ele e por pessoas de confiança da própria família. Já a correspondência com figuras como a Baronesa de São Joaquim, o Conde de Reilhac ou membros da família imperial brasileira evidencia a integração de uma mulher aos códigos de sociabilidade e filantropia das elites cosmopolitas. Os cartões de visita, mais do que meras formalidades, funcionavam como moedas de troca simbólica, ritualizando encontros e reafirmando pertencimentos.

O testamento de Eufrásia é o documento culminante dessa construção. Nele, a sua rede é mapeada, hierarquizada e eternizada. A escolha quase exclusiva de instituições de caridade (a SCMV e os educandários) em detrimento de parentes consanguíneos – à exceção de alguns poucos primos do ramo materno nomeados como “amigos” – foi um ato deliberado que causou profundo estranhamento e contestação judicial. Através do testamento, Eufrásia não apenas distribuiu os seus bens, mas procurou curar a sua própria memória, modelando a sua legação

de acordo com um *ethos* moderno de caridade laicizada e utilitária. Certamente, por trás da produção das fontes observadas no inventário e suas contestações, havia a intenção de assegurar novas pretensões e afirmar novos direitos.

A análise do testamento de Eufrásia Teixeira Leite e do complexo processo de sua execução revela-se como um epítome das tensões entre tradição e modernidade, que caracterizaram a transição do Império para a República no Brasil. O documento, em sua forma, mantém a estrutura tradicional dos testamentos oitocentistas, seguindo à risca as formalidades legais herdadas das Ordenações Filipinas e, posteriormente, do Código Civil de 1916. A execução testamentária, que se estendeu por mais de duas décadas, tornou-se um palco de disputas jurídicas e simbólicas que refletiam os conflitos de uma sociedade em transformação. As contestações movidas por parentes, fundamentadas em alegações de incapacidade mental e vícios de forma, evidenciam a resistência da lógica tradicional da família patriarcal frente a uma vontade individual que a desafiava. A defesa bem-sucedida do testamento pela banca dos Fernandes não apenas garantiu o cumprimento da vontade de Eufrásia, mas também representou uma vitória de um projeto de modernidade sobre os interesses dinásticos da antiga elite cafeeicultora.

A materialização desse projeto na paisagem urbana de Vassouras foi apropriada pelas forças políticas “locais”, em especial pela administração do prefeito Maurício de Lacerda, como símbolo de um novo tempo. Essas edificações, de arquitetura distinta do casario imperial, inscreveram no espaço da cidade uma narrativa de progresso, higiene e educação, alinhada aos ideais republicanos e a uma incipiente visão de assistência social pública e laica.

Contudo, a modernidade implementada foi, em última análise, parcial e contraditória. Apesar da ruptura representada pela destinação do patrimônio, a execução do testamento permaneceu firmemente nas mãos das redes de poder tradicionais – os “homens bons” da Santa Casa e os ilustres juristas da família Fernandes. As vozes femininas, incluindo a da própria testadora, foram cooptadas e silenciadas no processo de gestão e apropriação do legado, que reforçou, em vez de subverter, as estruturas de poder existentes. O hospital, que não constava entre as expressões de vontade da testadora e foi o primeiro a ser construído, em oposição ao Instituto masculino, o último legado e as escolas, em que pese o entendimento de Eufrásia que pela escolarização haveria a possibilidade de criação de margens para a atuação pública dos meninos e meninas órfãos, embora modernos em sua concepção, perpetuavam visões de gênero tradicionais.

A história de Eufrásia ilumina as complexas negociações de gênero no seio da elite imperial e em sua transposição para a nascente república. Ela não rejeitou completamente o seu

mundo de origem, uma vez que manteve propriedades no Brasil e relações com a família, mas negociou os termos de sua inserção nele a partir de uma posição de exterioridade geográfica e econômica. Sua agência manifestou-se não numa ruptura radical, mas numa estratégia de distanciamento calculado que lhe permitiu usufruir dos privilégios do seu grupo social enquanto subvertia algumas de suas principais expectativas. O lócus do feminino e suas atuações públicas e privadas.

Pela promoção de reuniões em suas residências, constituíam espaços onde atuavam primeiro as irmãs Teixeira Leite e depois a própria Eufrásia, como mediadoras culturais, facilitando o debate de ideias, a circulação de obras e o contato entre intelectuais, políticos e artistas. Dessa forma, exerciam uma significativa influência intelectual e cultural a partir de um espaço socialmente aceito como feminino. Essa estratégia, sabiamente utilizada, permitiu a ampliação de sua rede e a paulatina inserção em espaços como a Ópera, torneios esportivos, Auteuil, *Longchamps*, a bolsa de valores de Paris, entre outros espaços públicos de sociabilidade.

Sua percepção desses espaços não se resumiu a uma simples oposição entre o privado e o público. Pelo contrário, Eufrásia instrumentalizou o espaço privado como uma base de operações para uma atuação pública cada vez mais ampla.

Por fim, a vida de Eufrásia Teixeira Leite oferece um contraponto significativo às narrativas mais tradicionais da História das Mulheres. Ela não foi uma exceção absolutamente singular – como mostram os exemplos familiares ou não, de outras mulheres que administraram fortunas. Contudo, a escala de seu patrimônio, a ousadia de sua mudança para o centro financeiro e cultural da época, e a eficácia com que geriu seus bens até ao fim da vida elevam sua trajetória a um caso emblemático de como o gênero, o grupo social e a riqueza podiam convergir para criar margens de manobra entre mulheres brasileiras do século XIX.

A vida de Eufrásia em Paris, portanto, não foi a de uma exilada passiva, mas a de uma agente ativa que soube utilizar os recursos do seu capital econômico para negociar um lugar de destaque num palco global. Não obstante a clara percepção dos limites e das dificuldades presentes, destacava-se por sua ambição e inteligência, canalizando seus esforços de forma metódica para a ampliação do panorama de investimentos transnacionais. Um projeto estratégico de autoconstrução que desafiou as barreiras de gênero e redefiniu as possibilidades de ação para uma mulher da elite num mundo em acelerada transformação.

Assim, refletir sobre a agência de Eufrásia nos possibilita complexificar a compreensão do patriarcado, mostrando-o não como um monólito intransponível, mas como um sistema com frestas através das quais, com os recursos certos e uma estratégia astuta, algumas mulheres da

elite podiam e forjaram caminhos próprios em direção a uma forma específica de modernidade e autonomia. Ela foi uma agente ativa na construção da sua própria modernidade, sabendo utilizar os instrumentos disponíveis para uma mulher da sua classe – a escrita epistolar, a filantropia, a sociabilidade mundana, a gestão financeira – para negociar a sua posição num mundo patriarcal. Nossa pesquisa demonstra que, mesmo dentro de estruturas restritivas, o capital econômico, quando aliado a um capital social e cultural astutamente administrado, podia abrir frestas significativas para a autonomia e a autodeterminação feminina. A rede de Eufrásia não foi apenas um reflexo da sua vida: foi o instrumento fundamental que lhe permitiu viver, nos seus próprios termos, mobilizando relações multinacionais.

O testamento de Eufrásia e desfecho constituem um microcosmo das ambiguidades da modernidade brasileira. Ele é simultaneamente um documento de emancipação feminina e de resistência às estruturas de poder existentes numa sociedade patriarcal, bem como um artefato que foi absorvido e reconfigurado pelas mesmas tramas profundas de domínio que pretendia, à sua maneira, desafiar. Não se trata de uma narrativa linear de progresso, mas sim uma constelação de tensões entre o individual e o familiar, o tradicional e o moderno, a filantropia e o poder, o gesto revolucionário e a apropriação conservadora. Esse documento e seus desdobramentos nos mostram que a modernidade, em Vassouras, como no Brasil, não foi uma substituição, mas uma complexa e frequentemente paradoxal negociação com o passado. Seus impactos reverberam ainda hoje nessa cidade que segue na expectativa da explicitação de como a fortuna legada esvaiu-se e nada do que foi deixado por Eufrásia hoje se evidencia, para além de prédios e terrenos vazios ou subutilizados.

Ainda há muito a se pesquisar sobre Eufrásia Teixeira Leite. Os desafios que se põem à frente dos trabalhos que procuram tratar da agência feminina têm um grande percurso e, em especial no que se refere à nossa personagem. A superação desses desafios passará pelo atingimento de novas leituras e enredamento de fontes, exploradas ou introduzidas à luz de estudos como as que apresentamos em uma tessitura de suas redes considerando o método onomástico e a uma metodologia indiciária. Se as fontes são limitadas, elas não devem ser limitadoras. Novas perguntas vislumbram um olhar reflexivo e perquiridor de mais facetas plurais do feminino.

FONTES

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS

AMÉLIA EUGENIA TEIXEIRA LEITE DE CARVALHO: Inventário da Baronesa do Amparo, (1841 – 1924) - Inventário da baronesa do Amparo, 1924. Fonte: Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário. Coleção Processos da Nobreza Brasileira, Acervo Textual. Mídia AP_001636. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/acervo/asp/prima-pdf.asp?codigoMidia=6331&nomeArquivo=AP%5F001636>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ANA ESMÉRIA TEIXEIRA LEITE: testamento de 1871 e inventário de 1872, transcrição pertencente ao arquivo da Casa da Hera, original do CDH, Universidade Severino Sombra, em Vassouras.

ANNA JESUÍNA CÂNDIDA TEIXEIRA LEITE: Testamento. 1899 – Doc. 10466712007. Centro de Documentação Histórica (CDH), Universidade Severino Sombra (USS), Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil. Inventário. 1901 – Doc. 104664651004. Centro de Documentação Histórica (CDH), Universidade Severino Sombra (USS), Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil. BARONESA DE CAMPO BELLO, Inventário. Inventariante Christóvão Corrêa e Castro, 1873. Caixa 141, no 639, CDH, Universidade Severino Sombra, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

BARONESA DE ITAMBÉ, Inventário. Inventariante Joaquim José Teixeira Leite, 1866. Caixa 123, nº 503, CDH, Universidade Severino Sombra. Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

JOAQUIM TEIXEIRA LEITE. Testamento, Livro 29, 1872. Centro de Documentação Histórica (CDH). Universidade Severino Sombra. USS, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Testamento. 1930. CDH. Universidade Severino Sombra. Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Inventário, 1o volume (1930). Inventariante: Antonio José Fernandes Junior. Iphan, item 105.664.823.001.

EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Inventário, 2o volume (1934a). Inventariante: Antonio José Fernandes Junior. Iphan, item 105.664.834.001.

EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Inventário, 3o volume (1934b). Inventariante: Antonio José Fernandes Junior. Iphan, item 105.664.834.002

EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Inventário, Bens no estrangeiro (1931). Inventariante: Raul

Fernandes. Iphan, item 105.664.841.009.

DOCUMENTOS CARTORAIS

ANTÔNIO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR e RAUL FERNANDES. Contestação Oposta à Ação pelos Testamenteiros do Espólio, Rio de Janeiro, 1937.

CECÍLIA BOMFIM. Escritura Pública de Codicilo no Cartório do Segundo Ofício de da Comarca de Vassouras, 2 de dezembro de 1935.

Certidão da transcrição da Carta de Adjudicação dos autos do inventário para a entrega ao Legatário Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus do imóvel Chácara da Hera, do cartório do primeiro ofício da Vassouras, em 05 de maio de 1939.

Certidão da Transição das Transmissões da Chácara das Palmeiras, de 29 de outubro de 1935.

Certidão do Registro de Adjudicação do imóvel Chácara Dr. Calvet, do cartório do primeiro ofício da Vassouras, de 05 de maio de 1932.

Estatutos da Sociedade de beneficência Brasileira em Paris – com a indicação dos sócios beneméritos -Criada em 07 de setembro de 1880- Registrado no Brasil, no Registro de Sociedades Civis, em 06 do maio de 1932.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VASSOURAS, Compromisso, [Estatuto] Registrado no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Vassouras, Cartório do 1º Ofício, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em 11 de setembro de 1979, sob o nº 46, Livro A-1, às folhas 41 e verso.

UMBELLINA TEIXEIRA LEITE DOS SANTOS SILVA, Ação Ordinária para Anulação do Testamento da finada D. Eufrásia Teixeira Leite.

DOCUMENTOS E ATAS

Arquivo público do estado do Rio de Janeiro: Relatório de instrução pública – 1886.

Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisorio da Republica pelo Capitão - Tenente Ary Parreiras Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, 1932.

Arquivo Público Municipal de Vassouras

Atas da Câmara de Vereadores: 1924-1930

Atas do Conselho Consultivo: 1933-1936

Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras

Ata da aquisição da Phase Preliminar (da aquisição do terreno ao início da construção) –
HETL 12/03/1938

Relatórios de Acionistas

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro- Divisão de documentação escrita e especial –
Coleção particular Companhia América Fabril - BR/RJ/AGCRJ/GAT.1.2.2- Livro de
acionistas-Livro 3.

Relatório nº 66 da Directoria da Companhia Mogyana de Estadas de Ferro e Navegação para a
Assembleia Geral de 28 de junho de 1919-Campinas- SP

Relatório nº 69 da Directoria da Companhia Mogyana de Estadas de Ferro e Navegação para a
Assembleia Geral de 30 de junho de 1921-Campinas- SP

Relatório nº 72 da Directoria da Companhia Mogyana de Estadas de Ferro e Navegação para a
Assembleia Geral de 15 de julho de 1925-Campinas- SP

Relatório n. 50 da Directoria da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes para a sessão
de Assembléa Geral em 30 de junho de 1899

Relatório n. 56 da Directoria da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes para a sessão
de Assembléa Geral em 30 de junho de 1905.

Relatório 59 Directoria da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes para a sessão de
Assembléa Geral em 30 de junho de 1908

JORNAIS E PERIÓDICOS

NO BRASIL

A Noite (Rio de Janeiro), 25 agosto de 1937

A Noite (Rio de Janeiro), de 22 de dezembro de 1943
A Noite (Rio de Janeiro), 10 de outubro de 1946
A reforma de 30 de março de 1871
Correio da Manhã (Rio de Janeiro) de 15 de maio de 1936
Correio de Vassouras (Vassouras), Vários números e datas - IPHAN
Correio Mercantil (Rio de Janeiro), 17 de julho de 1855
Correio Mercantil (Rio de Janeiro), 30 de abril de 1857
Correio Mercantil (Rio de Janeiro), 06 de junho 1857
Correio Mercantil (Rio de Janeiro), 07 de julho de 1857
Correio Mercantil (Rio de Janeiro), 05 de abril de 1859
Diário Carioca (Rio de Janeiro), 10 de dezembro de 1938
Diário Carioca (Rio de Janeiro), 30 de agosto de 1940
Diário Carioca (Rio de Janeiro), 13 de julho de 1941.
Diário Carioca (Rio de Janeiro), 13 de julho de 1941.
Diário de Campinas (Campinas), 17 de outubro de 1880
Eu Sei Tudo, Magazine Mensal Ilustrado (Rio de Janeiro), 1918
Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro), de 17 de outubro de. 1946
Jornal de Vassouras (Vassouras), Vários números e datas - IPHAN
Jornal do Brasil de 5 de abril de 1919
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 05 de março de 1859
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 16 de maio de 1862
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 06 de maio de 1878
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 11 de junho de 1881
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 24 de outubro de 1884
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 24 de novembro de 1884
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 28 de maio de 1885
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 16 de novembro de 1885
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 20 de dezembro de 1885
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 29 de março de 1887
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 05 de agosto de 1887
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 23 de agosto de 1887
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 07 de julho de 1941
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 12 de julho de 1941
O Jornal (Rio de Janeiro), 26 de agosto de 1937

O Jornal (Rio de Janeiro), 04 de janeiro de 1935
O Jornal (Rio de Janeiro), 16 de setembro de 1930
O Jornal (Rio de Janeiro), 24 de setembro de 1930
O Jornal (Rio de Janeiro), 26 de agosto de 1937
O Jornal (Rio de Janeiro), 27 de agosto de 1937
O Jornal (Rio de Janeiro), 23 de setembro de 1930
O Mercantil (Rio de Janeiro), 28 de maio de 1885
O Vassourense (Vassouras), Vários números e datas - IPHAN

RIO DE JANEIRO. Exposição feita ao Chefe do Governo Provisório da República Exm. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal, Capitão de Corveta Ary Parreiras. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, 1934.
Disponível em: <https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/306816>

NA INGLATERRA:

Pesquisa hemerográfica em: <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/>

Morning Post, 19 julho de 1880
Worcester Journal, 02 de janeiro de 1886
Worcestershire Chronicle, 09 de janeiro de 1886

NA FRANÇA-

Pesquisa hemerográfica em: <https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/html/accueil-fr>

Annuaire des artistes et de l'enseignement dramatique et musical 01 de janeiro de 1893
Annuaire des artistes et de l'enseignement dramatique et musical 01 de janeiro de 1895
Annuaire des artistes et de l'enseignement dramatique et musical 01 de janeiro de 1896
Annuaire des artistes et de l'enseignement dramatique et musical 01 de janeiro de 1897
Annuaire du Grand Monde Parisien, 01 de janeiro De 1884.
Bulletin Municipal Officiel De La Ville De Paris: 03 de agosto De 1932
Courrier d'Eaux-Bonnes 06 de agosto de 1893
Courrier d'Eaux-Bonnes 27 de agosto de 1893

Des Debats Politiques e Literaires 25 de junho de 1893

Excelsior: 21 de dezembro de 1911; 06 de junho de 1914

Figaro : Journal Non Politique : Vários Números e Datas

Gazette Des Touristes: 10 de junho de 1887

Gil Blas: Vários Números e Datas

L'éclaireur De La Ville De Pau: 27 de abril de 1904

L'hygiène Par L'exemple- 1926

L'illustré Parisien. 28 de dezembro de 1906

La Coulisse 07 de janeiro de 1889

La Coulisse 15 de agosto de 1888

Lá Croisade Française: 01 de setembro de 1912

La France chevaline 25 de janeiro de 1879

La France chevaline 26 de janeiro de 1879

La Liberté 15 de janeiro de 1892

La Liberté 15 de novembro de 1891

La Liberte: 25 de junho de 1895;

La Liberte: 23 de junho de 1907

La Revue mondaine illustrée 25 de outubro de 1892

La Revue Mondaine: 25 de janeiro de 1903

La Revue Mondaine:- de 25 de janeiro de 1903

La Vie mondaine à Nice 20 de fevereiro de 1890

La Vie 03/01/1891

Le Franco-Americain, 15 de abril de 1893

Le Gaulois: Vários Números e Datas

Le Journal Des Etrangers: 11 de março de 1911

Le Matin 12 de abril de 1891

Le Monde Sportiff: 27 de janeiro de 1903

Le Soir 24 de outubro de 1894

Paris-Adresses: Annuaire General De L'industrie Et Du Commerce: 01 de janeiro de 1898;

Paris-Adresses: Annuaire General De L'industrie Et Du Commerce: 01 de janeiro de 1900;

Paris-Adresses: Annuaire General De L'industrie Et Du Commerce: 01 de janeiro de 1907;

Paris-Adresses: Annuaire General De L'industrie Et Du Commerce: 01 de janeiro de 1917

Supplement An Bulletin Municipal Offiel Da Mercredi 3 Août 1932, de 03 de agosto de 1932

The New York Herald: Vários Números e Datas

The Paris Times: 30 de maio de 1925

EM PORTUGAL

Selecta: Setembro de 1917

LIVROS

JUNIOR, Antônio José Fernandes. **Ação Ordinaria:** Contestação opposta à acção pelos testamenteiros do Espolio. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1937.

LACERDA, M. **Discursos Parlamentares (1921-1924)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

NABUCO, Joaquim. **Diários:** Joaquim Nabuco, 1873-1919. Edição de textos, prefácios e notas: Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

NABUCO, Joaquim. **Obras completas**. Instituto Progresso Editorial, 1949.

REZENDE, Astolpho Vieira de; LEITE, Eurico Teixeira; LEITE FILHO, L. Teixeira. **O estranho testamento de D. Euphrasia Teixeira Leite**. Rio de Janeiro: OGAL, 1933.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. **O PRF e a política fluminense na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.
- AGOSTINI, Camilla; NAJJAR, Rosana. Pesquisa arqueológica na Casa da Hera – Vassouras/RJ. **Revista de Arqueologia**, v. 20, n. 1, 2007.
- ALEGRIO, Leila Vilela. **Donas do Café**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora LTDA, 2011.
- ALEGRIO, Leila. **O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira**. 2009. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2009/11/28_leila-alegrio.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Ana Maria Leal. As Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.1249.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Código Philippino**. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1850. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>. Acesso em 26 maio 2021.
- ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ALTMAN, Janet Gurkin. **Epistolarity: Approaches to a Form**. Columbus: Ohio State University Press, 1982.
- ALVES, Daniele de Sá. **Um passeio pela Chácara da Hera: do quintal da família Teixeira Leite ao jardim do museu como espaço museológico relacional**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- ALVES, Jessica Santana de Assis. **Dona dos cafezais: a ação social e econômica de uma fazendeira de café em Bananal de Itaguaí 1850-1867**. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.
- AMADO, André. **Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2016.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. São Paulo: UNESP, 2014.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARQUIVO PÚBLICO DE VASSOURAS (APV). **Atas da Câmara Municipal (1920-1924)**. Vassouras, 1924.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: [https:// bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061](https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061). Acesso em: 25 jul. 2024

ASSUMPÇÃO, Maurício Torres. **A história do Brasil nas ruas de Paris**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BARBOSA, Thalita Moreira. **A elite no exílio: a colônia brasileira de paris (1889 a 1928)**. Orientador: Ronaldo Pereira de Jesus. 2019. 162 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

BARROSO, Luís Roberto; GEBRIM, Luciana. **Direito constitucional e igualdade de gênero: a mulher e a Constituição**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BASTOS, Maria H. C.; CUNHA, Maria T. S.; MIGNOT, Ana C. V. (org.). **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Editora UFP, 2002.

BENJAMIN, Walter. **O Livro das Passagens**. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. Organização Rolf Tiedemann. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

BERNARD, Alice. **Le mode de vie du grand monde Parisien: modalités et persistance d'un modèle culturel attractif (1900-1939)**. La ville et l'esprit de société, édité par Katia Béguin et Olivier Dautresme, Presses universitaires François-Rabelais, 2004. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.1758>.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1953-1955.

BJERG, María. **Emotions and migration in Argentina at the turn of the 20th century**. Bloomsbury Academic, 2017.

BONAVIDES, Paulo. **História Constitucional do Brasil**. Brasília: Paz e Terra, 1993.

BORGES, M. F. **Debates políticos dos transportes ferroviários no escravismo do Vale do Paraíba, 1826-1843**. 2020. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura. In: BOURDIEU, Pierre: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 154-161.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. 3. ed. Campinas: Papirus Editora, 2001.

BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. In: **A produção da crença**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008. p. 115-190.

BRAGA, Greenhalgh H. Faria (Comp.). **De vassouras**: História, fatos, gente. Vassouras, RJ: Irmandade Sta. Casa Misericórdia, 1978.

BRAGANÇA, F. O. N. **O valor da réplica**: a reprodutibilidade de trajes musealizados com base em projeto de investigação da coleção de indumentária do Museu Casa da Hera. 2021. 321 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. **Código Comercial do Império do Brasil**. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim556.htm Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil** (1824). Art. 179, XVIII. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 20 jan. 2025;

BRASIL. **Decreto nº 2.733**, de 23 de janeiro de 1861. Disponível em: [BRASIL. **Lei de 20 de outubro de 1823**. Disponível em: \[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/anteriores/1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html\]\(https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/anteriores/1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html\). Acesso em 03 de mar.2025.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim2733.htm#:~:text=DECRET O%20N%C2%BA%202.733%2C%20DE%2023,quaesquer%20outros%20que%20admitt%C3%A3o%20cota%C3%A7%C3%A3o; Acesso em: 05 de fev. de 2022.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm Acesso em 13 de maio de 2021.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BUSINO, Giovanni. Elites e élitisme. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p. 4, *apud* HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMERON, R. **A Concise Economic History of the World**: From Paleolithic Times to the Present. Oxford University Press. 1993.

CAMILLO, Ema Elisabete Rodrigues. **Modernização Agrícola e Máquinas de Beneficiamento**: Um Estudo Da Lidgerwood MFG. Co. Ltd., de 1950 a 1890. 2003. 183 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas SP, 2003.

CAPUTE, Magda E. Sayão. **A Dama dos diamantes negros e a educação em Vassouras**: um estudo sobre o Instituto Profissional Masculino e Feminino Doutor Joaquim Teixeira Leite (1930-1959). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARELLI, Mario. **Culturas cruzadas**: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: Papirus, 1994.

CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO, A. G. **Raul Fernandes um servidor do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1956.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATHARINO, Ernesto José Coelho Rodrigues. **Eufrásia Teixeira Leite**: fragmentos de uma existência. Vassouras: Edição do autor, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

CHIARELLI, Tadeu. **A sinhá modernista?** Artebrasileiros, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/opinio/conversa-de-barr/Eufrasia-teixeira-de-leite/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Eufrásia Teixeira Leite e a História de Vassouras. **Revista de História do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras**, n. 1, p. 29-38. Vassouras: IHGV, 2004.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Uma visão histórica sobre Eufrásia Teixeira Leite. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA 2003, João Pessoa. **Anais ...** João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.493.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

COELHO, Catarina Alves. **Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens**: a tradução utópico-feminista de Nísia Floresta. Universidade de São Paulo, 2019. p. 10-15.

COSTA FILHO, Venceslau da. **Um código “social” e “impopular”**: a comissão de 1939 e o projeto de consolidação das leis do trabalho (1940-1943). 2013. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

COSTA, Tatiana Felício Teles da; SILVA COSTA, Maria de Fátima da; MATTOS, Garcia de. Eufrásia Teixeira Leite e o acervo vestimentar do museu Casa da Hera em Vassouras – RJ. **Primeiros Passos**. Centro Universitário Moura Lacerda, v. 10, n. 17, Ribeirão Preto: Centro Universitário Moura Lacerda, 2011.

COUTINHO, Iara Circe Mana. **Eufrásia Teixeira Leite**: seu legado à Educação Vassourense e o Instituto Profissional Masculino. 2003. 60 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, UCP, 2003.

D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DA SILVA PACHECO, José. **Inventários e Partilhas**: Na sucessão Legítima e Testamentária. 20. ed. Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788530977436.

DA SILVA, Elisabeth Murilho. Os árbitros da elegância: o comportamento feminino a partir das colunas sociais no Brasil dos anos dourados. **Revista Nava**, v. 2, n. 1, 2016.

DEISTER, Sebastião. As fazendas de café na ocupação demográfica de Paty do Alferes e Miguel Pereira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, ano 24, n. 24, p. 131-144, 2017. Disponível em: https://www.ihgrj.org.br/uploads/1/3/4/5/1345009/revista_do_ihgrj_24_2017.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Revista Topoi**, v. 10, jul./dez. 2009.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs. **Capitalismo e esquizofrenia**, v. 1. 34. ed. Rio de

Janeiro: 1995.

DELFIN, M. E. R. A formação das redes de sociabilidade no oitocentos: uma investigação o das elites sanjoanenses. *In*: ALMEIDA, Carla M.; OLIVEIRA, Monica R.; SOUZA, Sonia M.; FERNANDES, Cassio (Orgs.). II COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Power and Everyday Life: The Lives of Working Women in Nineteenth-Century Brazil**. Cambridge: Polity Press, 1995.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (1930-1983). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

DOS SANTOS BATISTA, Ricardo. **Sífilis e reforma da saúde na Bahia (1920-1945)**. Eduneb, 2017.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

FALCI, Miridan Britto Knox; MELO, Hildete Pereira de. **Eufrásia Teixeira Leite: um estudo de caso sobre fortunas femininas no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2002a.

FALCI, Miridan Britto Knox; MELO, Hildete Pereira de. Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 29, p. 165-185, mar. 2002b. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2158>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FALCI, Miridan Britto Knox. Leituras de uma mulher rica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 419, p. 213-226, 2003.

FALCI, Miridan Britto Knox; MELLO, Hildete Pereira. Eufrásia e Nabuco: uma história de desencontros amorosos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 423, p. 61-76, 2004.

FALCI, Miridan Britto Knox; MELLO, Hildete Pereira. Testamento de Eufrásia Teixeira Leite. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 423, p. 301-311, 2004.

FALCI, Miridan Britto. Parentela, riqueza e poder: três gerações de mulheres. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 201-211, 2005.

FALCI, Miridan Britto. Parentela, riqueza e poder: três gerações de mulheres. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 201-211, 2005.

FALCI, Miridan Britto; MELO, Hildete Pereira de. **A sinhazinha emancipada: a paixão e os negócios na vida de uma ousada mulher no século XIX: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.

FALCI, Miridan Britto; MELO, Hildete Pereira de. **A sinhazinha emancipada: a paixão e os negócios na vida de uma ousada mulher no século XIX: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930)**.

Rio de Janeiro: HUCITEC, 2021.

FALCI, Miridan Britto; MELO, Hildete Pereira de. Leituras de uma mulher rica. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 6, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FARAH, M. S. **Jean-Baptiste Debret**: o vestir feminino na transição do Brasil. 2019. Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARIA, José Eduardo. **O Direito na História**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FARINATTI, L. A. E.; VARGAS, J. M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844). **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015.

FERNANDES, Neusa. **Eufrásia e Nabuco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FERNANDES, Neusa; COELHO, Olinio Gomes P. (Org.). **História e geografia do Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, Crea-rj, Prefeitura de Vassouras, 2013. Disponível em: https://www.crea-rj.org.br/wp-content/uploads/2014/03/LIVRO-História-e-Geografia-do-Vale-do-Paraíba_WEB.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

FERNANDES, Neuza. Uma Mulher Inatual. In: **História e Geografia do Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: ed. Inst. Hist. E Geo. De Vassouras, 2013.

FERREIRA, Carlos Alberto Dias. O Manifesto Vassourense e a reforma judiciária de Nabuco de Araújo (1854-1856). **Veredas da História**, v. 2, n. 1, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: Ângela de Castro Gomes (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, DF, EDUMB, 1993.

FORMIGA, Armando. Aspectos da codificação civil no século XIX. 2012.

FRANCÈS, Meri Torras. **Tomando cartas en el asunto**: las amistades peligrosas de las mujeres con el género epistolar Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2001.

FRANCO, Gustavo H. B. **A Economia em Machado de Assis**: o olhar oblíquo do acionista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FREITAS FILHO, Almir Pita. Imagens de persuasão da modernidade na exposição de 1881. In: BLAJ, Ilana; MONTEIRO, John M. História e Utopia – XVII SIMPÓSIO NACIONAL

DE HISTÓRIA. **Anais** [...]. São Paulo, ANPUH, jul. 1993. p. 172-183.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das leis civis**. 1 e 2. ed. fac-sím. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

FREYRE, G. **Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova; Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977.

FURTADO, Júnia F. A morte como testamento da vida. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. Trad. Jônatas B. Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169- 178.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Camilo Allan. **Carijó e Almeida: as “Memórias de um Sargento de Milícias” à luz do ideal civilizatório da “Pacotilha”**. 2017. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: UNICAMP, 2017.

GOMPERTZ, Will. **Isso é arte? 150 anos de arte moderna: do impressionismo até hoje**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

GONÇALVES, Ely. **Guia do Museu Casa da Hera**. Vassouras: IPHAN, 1995.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: histórias das mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

GRANGE, Cyril. Les classes privilégiées dans l’espace parisien (1903-1987). **Espace, populations, sociétés**, v. 1, p. 11-21, 1993.

GRINBERG, Keila. **Código civil e cidadania**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GRINBERG, Keila; MUAZE, Mariana (Org.). **O 15 de Novembro e a Queda da Monarquia**: Relatos da Princesa Isabel, da Baronesa e do Barão de Muritiba. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

GUIMARÃES, C. G. O banco commercial e agrícola no império do brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862). **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], n. 29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/19823>. Acesso em: 11 out. 2023.

HAHNER, J. E. **Emancipação do Sexo Feminino** – A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução Eliane Lisboa. Florianópolis, SC: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HALL, C. Sweet Home. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada**. Da Revolução Francesa à primeira Guerra. Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORNE, Janet. **A Social Laboratory for Modern France**: The Musée Social and the Rise of the Welfare State. Durham: Duke University Press, 2004.

JAROUCHE, Mustafa Mamede. Galhofas sem melancolia: as Memórias num mundo de luzias e saquaremas. In: **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. p. 13-59.

JUNIOR, Antônio José Fernandes. **Ação Ordinária**: Contestação oposta à acção pelos testamentários do Espólio. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1937.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2015.

KNAUSS, Paulo de Mendonça. **Imaginária urbana e poder simbólico**: escultura pública no Rio de Janeiro e Niterói. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1406/1274>

KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na Constituição da República Brasileira**

(1841-1920). Curitiba: Juruá, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2006.

LACERDA, M. **Discursos Parlamentares** (1921-1924). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

LACLOTTE, Michel; CACHIN, Françoise (orgs.). **L'art français**: du XIXe siècle. Paris: Citadelles & Mazenod, 2000.

LAGE, Claudia. **Mundos de Eufrásia**: a história do amor entre a incrível Eufrásia de Teixeira Leite e o notável Joaquim Nabuco. Editora Record, 2016.

LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Miriam, Moreira (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Mémoria, 1984.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil**: 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1999.

LEMERCIER, Claire. Formal Network methods in history: why and how? **Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies**, Brepols. 2015. p. 281-310.

LEOPOLDO, Eliane Cahon. **Administração e atuação feminina na sociedade dos barões do café de Vassouras no Oitocentos**. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/42952941/IX_Semana_de_Hist%C3%B3ria_Pol%C3%ADtica_UERJ. Acesso em: 10 fev. 2023.

LEOPOLDO, Eliane Cahon. **As mulheres e o poder**: administração e atuação feminina na sociedade dos Barões do Café em Vassouras (1850-1899). 2014. 128 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2014.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEVY, Maria Bárbara. A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (1870–1880). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

LIMA, Henrique E. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Teresa Marques de Oliveira. A Educação da Mulher no Brasil durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

LOBO, Luiza. **Fábrica de mentiras** - Do Vale Do Café Ao Arco Do Triunfo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2022.

LOBO, Olivia Dulce. **Laura Congo e a família escrava do barão de Tinguá**: Reflexões sobre a família no Vale do Paraíba Fluminense (1830-1888) – Rio de Janeiro, 2017. 142p. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-RJ

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOTE, Karine Torres. **Entre barões, condes e viscondes**: o cenário educacional na Vassouras oitocentista (1850-1889). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis 2013. Disponível em: https://www.aned.org.br/images/TrabalhosAcademicos/Diss_Karine__verso_definitiva_envio_Mariana.pdf. Acesso em: 9 ago. 2021.

MACHADO, Ana Maria. **Um mapa todo seu**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

MARNIX, B. **Industrialisation et société en Belgique au XIXe siècle**. Bruxelles: Éditions Complexe, 1990.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 463-488, maio 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYrM8HVHMBwHsYTDmzKz/?format=html&lang=pt> Acesso em: 20 jun. 2024.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo. **Textos de História**, Brasília, UnB, v. 12, n. 1/2, p. 127-144, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX**. O Brasil Imperial 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Marquese_RB_37_2124820_OValeDoParaibaEscravistaEAFormacaoDoMercadoMundialDoCafeNoSeculoXIX.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

MARQUESE, Rafael. **Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX**. International Conference New Perspectives on the Life and Work of Eric Williams. St. Catherine's College, Oxford University, p. 23-26, set. 2011.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MARTIN-FUGIER, A. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, M. (org). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (4). 1. reimp. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 176-245.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2005.

- MATTA, Roberto da. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- MATTOS, Ilmar. **Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. Tradução de Ana Maria Galvão. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MEDEIROS, Maria Amália Montela. **Vassouras e a Educação: marcas de um tempo**. Rio de Janeiro: Sotese, 2002.
- MELLO E SOUZA, Gilda de. **O espírito das roupas: a moda no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MELLO, Pedro Carvalho de. **Aspectos do desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- MELLO, Pedro Carvalho de. **Café e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.
- MELO, Hildete Pereira de. A correspondência econômica de uma mulher na crise de 1930. **GÊNERO, Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG) da Universidade Federal Fluminense**. Trabalho apresentado no seminário regional da ANPUH/Núcleo do Rio de Janeiro, História e Biografias, 2003.
- MELO, Hildete Pereira; FALCI, Miridan Britto Knox. Eufrásia Teixeira Leite: o destino de uma herança. V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. **Anais...**, 2003.
- MELO, Hildete Pereira; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 5, n. 2, p. 155-179, jul./dez. 2001.
- MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. La Genese du concept d'éducation publique au Portugal et au Bresil. **Paedagogica Historica**, Abingdon, Oxfordshire, United Kingdom, v. 47, n. 1-2, p. 49-63, fev. 2011.
- MIRANDA, Pontes de. **Comentário ao Código Civil Brasileiro**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- MOKYR, J. **Industrialization in the Low Countries, 1795–1850**. New Haven: Yale University Press, 1976.
- MONTEIRO, Angelo Ferreira. Vassouras: Origens do Povoado até o centenário de elevação a cidade. **Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras RJ, v. 3, n. 2, p. 29-46, 2012.
- MORAES, Roberto Menezes de. **Outras visões para a observação de algumas famílias que atuaram no Vale do Paraíba Fluminense durante o ciclo cafeeiro**. Instituto Cidade Viva,

2009. Disponível em:

http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2009/11/27_roberto-menezes.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e Resistência: A Mulher na Luta contra a Escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

MUAZE, M. Por uma micro-história da família. ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo: jul. 2011.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. 2006. 403 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MUAZE, Mariana. **As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MUAZE, Mariana. Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889). **Revista de História** (UFES), p. 59-84, 2003.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **A Riqueza Fugaz: Trajetórias e Estratégias de Famílias de Proprietários de Terras de Vassouras, 1820-1890**. Tese (Doutorado em História) - Rio de Janeiro: UFRJ, 2005a.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **Os donos da terra, um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX**. Dissertação de Mestrado, Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais. UFF, 1979.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. Os Teixeira Leite: trajetórias e estratégias familiares em Vassouras, no século XIX. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Conservatória: ABPHE, 2005b.

NABUCO, Joaquim. **Diários: Joaquim Nabuco, 1873-1919**. Edição de textos, prefácios e notas: Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

NABUCO, Joaquim. **Obras completas**. Instituto Progresso Editorial, 1949.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no rio de janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **A monarquia brasileira: ensaios de história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: A Cultura Política da Independência (1820-1823)**. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. **Livro IV**. Lisboa: [s.n.], 1603. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733> Acesso em: 07 set. 2024.

PAIVA, E. F. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de**

resistência através dos testamentos. 3. ed. São Paulo: Annablum; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de. **Lembranças da Saudade**: estratégias para manutenção do poder e de uma família cafeicultora no século XIX. 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, Ana Carolina Huguenin. A escrita feminina no século XIX: as cartas de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite. **Gênero**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 111-141, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30998>. Acesso em: 21 abr. 2023.

PEREIRA, Maria das Dores. **A criança irregular**: o Código de Menores e a justiça. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

PEREIRA, Vantuil. **Ao Soberano Congresso**: Petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado - os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831). 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2008.

PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada, 4**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de civilidade, modelos de civilização. **História em Revista** (UFPEl), Pelotas, v. 9, n. 2, p. 105-134, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/hr.v9i9.11719.g7496>. Acesso em: 22 maio 2024.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Jorge. **Fastos Vassourenses**. Rio de Janeiro: Fundação 1º de Maio, 1935.

PISCITELLI, Adriana. Feminismo, masculinidades e direito: uma crítica de gênero ao Código Civil de 1916. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 91-105, 2004.

POLLARD, S. **Peaceful Conquest**: The Industrialization of Europe, 1760–1970. Oxford: Oxford University Press, 1981.

POLLOCK, Griselda. Diferenciar a arte feminista. In: MORAÑA, Mabel (org.). **Ideologias e**

representações na história da arte. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 215-243.

PONTES, Luciana Barros. **Eufrásia Teixeira Leite:** um estudo biográfico. 2013. 131 f. Mestrado (Teoria Literária e Crítica da Cultura) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei. Biblioteca Depositária: Biblioteca Campus Dom Bosco, 2013.

QUEIROZ, Eneida Quadros. O desafio biográfico e os museus-casa: Eufrásia Teixeira Leite e o Museu Casa da Hera. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 1, nov. 2013a. Disponível em: http://ventilandoacervos.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Revista_completa.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

QUEIROZ, Eneida. **A Mulher e a Casa.** eBook Kindle. São Paulo: Editora Baraúna, 2013b.

QUEIROZ, Eneida. Senhora do seu destino. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, p. 36-39, fev. 2013c.

QUINTANEIRO, Tânia. **Retratos de Mulher.** O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

QUINTELA, Raphael. **Les périodiques brésiliens en France au XIX e siècle.** 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural e Social) – Institut d’Études Culturelles, Université de Versailles, Saint-Quentin en Yvelines, 2013. Disponível em: http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/tese_quintela.pdf-. Acesso em: 23 jun. 2021.

RAGO, Margareth. A mulher na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate.** São Paulo: UNESP, 1995.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a moda:** novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: UNB, 2002.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 8, número 1-2, p. 139-152, jan./dez. 1995.

RANGEL, Alan Wruck Garcia; SIQUEIRA, Gustavo Silveira. O dia seguinte do primeiro Código Civil Brasileiro: Vigência e prática judicial no Rio de Janeiro (1917-1927). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro**, v. 183, n. 488, p. 17-56, 2022. DOI: 10.23927/issn.2526-1347.RIHGB.2022(488):17-56. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/36>. Acesso em: 5 set. 2024.

RANGEL, Lília Maria Gilson de Oliveira. **Eufrásia Teixeira Leite:** entre a fantasia e a realidade. Dissertação de Mestrado do Programa em História da Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001.

RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras.** Niterói: SEEC, 1978.

REIS, Thiago de Souza dos. **Mineiros, roceiros, tropeiros e capitalistas:** trajetória e formação da família Teixeira Leite em uma economia de transição (São João del Rei e Vassouras, séculos XVIII e XIX). 2020. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

REIS, Thiago. Autonomia do direito privado ou política codificada? O Código Civil de 1916 como projeto republicano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, a. 178, n. 473, p. 277, 2017.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

REVEL, Jacques (org). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REZENDE, Astolpho Vieira de; LEITE, Eurico Teixeira; LEITE FILHO, L. Teixeira. **O estranho testamento de D. Euphrasia Teixeira Leite**. Rio de Janeiro: OGAL, 1933.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil**: a história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

RIBEIRO, Mariana Jacinto. **A frente de seu tempo**: atuação e legado de Eufrásia Teixeira Leite. 2013. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Economia, Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Mariana Jacinto. **Eufrásia Teixeira Leite**: A Vida e o Legado de uma Investidora. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-11102024-095040/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RIBEIRO, Mariana Jacinto. Eufrásia Teixeira Leite: Investidora em Quatro Continentes. *In*: CARNEIRO, Carla Barroso; RASSI, Paula Brasil. (Orgs.). **Pensamento e prática internacionais**: perspectivas. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2023. p. 145-178.

RIBEIRO, Mariana. **#QUEROSEREUFRÁSIA** [ebook Kindle]. 2019. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/QUEROSEREUFRÁSIA-Mariana-Ribeiro-ebook/dp/B07PK7RNJD>. Acesso em: 14 jul. 2023.

RICCI, Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes. **A tessitura de uma comunidade fabril**: a experiência de Vassouras companhia têxtil São Luiz 1930-1936. 2000. 152 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Mestrado em História Social do Trabalho, Universidade Severino Sombra, Vassouras RJ, 2000.

RICOEUR, Paul. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Trad. Carlos João Correia. **Arquipélago**, n. 7, p. 177-194, 2000.

RIO DE JANEIRO. **Relatorio Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas Chefe do Governo Provisorio da Republica pelo Capitão - Tenente Ary Parreiras Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro**, 1932. Disponível em: <https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/306816> Acesso em: 20 jul. 2024.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

ROBERTO, Giordano Bruno Soares. **História do Direito Civil Brasileiro**: ensino e produção bibliográfica nas Academias Jurídicas do Império. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. O uso de testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime. In: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha. **Últimas Vontades**: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 17-18.

RODRIGUES, Cláudia; DILLMANN, Mauro. Desejando pôr a minha alma no caminho da salvação: modelos católicos de testamentos no século XVIII. **História Unisinos**, v. 17, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2013.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

ROUQUETTE, M. L. **La chasse à l'immigré**. Violence, mémoire et représentations. Sprimont: Mardaga, 1997.

SALLES, R. **E o vale era o escravo**. Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANGLARD, Gisele. Assistência na antiga província do rio de janeiro: contribuições para o debate acerca de sua organização (1830-1890). **História**, v. 40, 2021. DOI: 10.1590/1980-4369e2021035

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). **História, Ciências e Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 17, supl. 1, p. 75-76, jul. 2010.

SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o laboratório**: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

SANTOS, Marcelo Monteiro dos. **Visões da modernidade**: atividade política e intelectual na imprensa do Vale do Paraíba Oitocentista – Vassouras (1873-1889). 2018. 342f. Orientador: Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. Coorientadora: Monique de Siqueira Gonçalves. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, Joan. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3, Campinas/SP 1994.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina e outros ensaios**. São Paulo: Scipione, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Antônio M. J. F. da. Próprias de Seu Sexo e Qualidade. **Revista Médio Paraíba**, Volta Redonda RJ, n. 1, ago. 2008. Disponível em: <http://www.medioparaiba.com.br/edicoes/001082008/artigo001.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SILVA, Hélio. **1926: A Grande Marcha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. (Coleção “O Ciclo de Vargas”, Vol. II).

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Memórias do Urbanismo na Cidade do Rio de Janeiro – 1778/1878: Estado, Administração e Práticas de Poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial, em Acervo. **Revista do Arquivo Nacional**, v. 9, n. 1/2, jan./dez. 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Viúva no Brasil Colonial. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 51-52.

SILVA, R. **Maurício de Lacerda**: Um rebelde na República. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SILVA, Tânia da Costa e. **Automóvel e distinção social no Brasil**: o automóvel como símbolo entre elites urbanas (1900–1940). 2010. Tese (Doutorado em História Social) – USP, 2010.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otavio G.(org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

SOARES, Cecília Elisabeth Barbosa. The Teixeira Leite sisters and their transatlantic alliances: rebuilding an elite social network from the French Third Republic (1880-1930). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 33, p. 1–40, 2025. DOI: 10.11606/1982-02672025v33e2. Disponível em: <https://www.periodicos.usp.br/anaismp/article/view/223733>. Acesso em: 7 mar. 2025.

SOARES, Cecília Elisabeth Barbosa. Uma história privada através de lentes públicas: a construção do acervo pessoal de Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930). **Rev. Inst. Estud. Bras.** (São Paulo), n. 87, 2024, e10672.

SOARES, Julio. Mulheres fazendeiras e lavradoras na economia cafeeira do vale do médio paraíba. **Simpósio**, [S.l.], n. 3, out. 2017. ISSN 2317-5974. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/simposio/article/view/405>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SOARES, Márcio de Sousa. Médicos e mezinheiros na corte imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2001.

SOIETH, Raquel. Formas de violência, relações de Gênero e Feminismo. **Revista Gênero**, Universidade Federal Fluminense, v. 2, n. 2, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v2i2.452>

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-114.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Therezinha Coelho de. **O colégio do Instituto Doutor Joaquim Teixeira Leite, de Eufrásia a Sombra**: a realização de um sonho. 2001. 13 f. Mestrado (História Social) - Universidade Severino Sombra, Vassouras RJ, 2001.

SOUZA, Hamilton Moss de. **Cartas de Eufrásia**. Vassouras: Edição do Autor, 2017.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**: com referencial especial ao município de Vassouras. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

STEIN, Stanley J. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STOLZE GAGLIANO, Pablo.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito das sucessões**. v. 7. Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553625921.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. **Modern Asia Studies**, Cambridge, v. 31, n. 3. Cambridge University Press, 1997.

TAMBASCO, José Carlos Vargens. **Eufrásia e Francisca**: as Irmãs Teixeira Leite e o Seu Tempo – Uma História Romanceada. Rio de Janeiro: Editora Appris, 2022.

TAUNAY, Affonso de E. **História do Café no Brasil**. v. 5. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TAUNAY, Afonso de E. **Os Teixeira Leite**. Rio de Janeiro: ed. Fund. Nac. do Café, 1945.

TAVARES, André Ramos. **Direito Constitucional Econômico**. São Paulo: Método, 2007.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Vassouras, estudo da construção residencial urbana. **Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 16, 1968.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**: Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020. p. 69-100.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

UMBELINO, Ana Carolina de Freitas. **O acervo de indumentária do Museu Casa da Hera**: proposta de catálogo. 2016. 134 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A escrita cotidiana no Diário de Lembranças da Viscondessa de Arcozelo: fragmentos (auto) biográficos de um egodocumento. *In*: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; CORDEIRO, Verbena Maria Rocha; VICENTINI, Paula Perin (Org.). **(Auto) biografia, literatura e história**. Curitiba: CRV, 2014. p. 95-114.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Uma mulher educada no oitocentos: a escrita feminina no Diário da Viscondessa de Arcozelo. **Revista Educação em Questão**, UFRN, Natal, v. 53, n. 39, p. 104-131, 2015.

VASCONCELOS, Maria Celi. A educação Feminina no Brasil Oitocentista: a mãe e mestra. **Revista Gênero**, Niterói: EdUFF, v. 11, n. 1, p. 65-80, 2010.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

VENDRAME, Máira Ines. Pensando o problema das conexões, do equilíbrio e da complexidade a partir da perspectiva da micro-história. *In*: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil Itália)**. São Leopoldo; Porto Alegre: Editora Oikos; ANPUH-RS, 2016a.

VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. *In*: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). **Ensaios de Micro-História, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2016b.

VENDRAME, Máira. A produção social dos lugares. *In*: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). **Territórios da história**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 179-212.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. Tradução Maria Julia Goldwasser. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WASSERMAN, Cláudia. **Capitalismo e Cultura: a formação do empresariado no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.

WEINHARDT, Marilene. Eufrásia Teixeira Leite: personagem biográfica romanceada. **Letras de Hoje**, v. 53, p. 266-274, 2018.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: FalcForense, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela 1 – Publicações na área de História até 2025

nº	Origem	Ano	Tipo	Referência
1	UERJ	2001	Artigo	MELO, Hildete Pereira; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. Revista de Economia Contemporânea , v. 5, n. 2, p. 155-179, jul./dez. 2001.
2	USS	2001	Dissertação	RANGEL, Lília Maria Gilson de Oliveira. Eufrásia Teixeira Leite : entre a fantasia e a realidade. Dissertação de Mestrado do Programa em História da Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001.
3	USS	2001	Dissertação	SOUZA, Therezinha Coelho de. O colégio do Instituto Doutor Joaquim Teixeira Leite, de Eufrásia a Sombra : a realização de um sonho. 2001. 130 f. Mestrado (História Social) - Universidade Severino Sombra, Vassouras RJ, 2001.
4	FGV	2002	Artigo	FALCI, Miridan Britto Knox; MELO, Hildete Pereira de. Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, v. 1, n. 29, p. 165-185, mar. 2002. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2158 . Acesso em: 01 jun. 2020.
5	FGV	2002	Artigo	MELO, Hildete Pereira; FALCI, Miridan Britto Knox. Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite, uma análise de gênero. Revista Estudos Históricos . Rio de Janeiro, FGV, v. 2, n. 9, 2002.
6	FGV	2002	Artigo	FALCI, Miridan Britto Knox; MELO, Hildete Pereira de. Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, v. 1, n. 29, p. 165-185, mar. 2002. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2158 . Acesso em: 01 jun. 2020.
7	ANPUH	2003	Artigo	CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Uma visão histórica sobre Eufrásia Teixeira Leite. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA 2003, João Pessoa. Anais.... João Pessoa, 2003. Disponível em: http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.493.pdf . Acesso em: 22 mar. 2013.
8	IHGB	2003	Artigo	FALCI, Miridan Britto Knox. Leituras de uma mulher rica. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro , Rio de Janeiro, v. 419, p. 213-226, 2003.
9	ANUPH	2003	Artigo	MELO, Hildete Pereira de. A correspondência econômica de uma mulher na crise de 1930. GÊNERO, Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG) da Universidade Federal Fluminense . Trabalho apresentado no seminário regional da ANPUH/Núcleo do Rio de Janeiro, História e Biografias, 2003.
10	ABPHE	2003	Artigo	MELO, Hildete Pereira; FALCI, Miridan Britto Knox. Eufrásia Teixeira Leite: o destino de uma herança. V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA

				ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Anais... , 2003.
11	ANPUH	2003	Artigo	CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Uma visão histórica sobre Eufrásia Teixeira Leite. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA 2003, João Pessoa. Anais... João Pessoa, 2003. Disponível em: http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.493.pdf . Acesso em: 22 mar. 2013.
12	IHGV	2004	Artigo	CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Eufrásia Teixeira Leite e a História de Vassouras. Revista de História do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras , n. 1, p. 29-38. Vassouras: IHGV, 2004.
13	IHGV	2004	Artigo	FALCI, Miridan Britto Knox; MELLO, Hildete Pereira. Eufrásia e Nabuco: uma história de desencontros amorosos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro , Rio de Janeiro, v. 423, p. 61-76, 2004.
14	IHGB	2004	Artigo	FALCI, Miridan Britto Knox; MELLO, Hildete Pereira. Testamento de Eufrásia Teixeira Leite. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro , Rio de Janeiro, v. 423, p. 301-311, 2004.
15	UFF	2004	Artigo	PEREIRA, Ana Carolina Huguenin. A escrita feminina no século XIX: as cartas de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite. Gênero , Niterói, v. 5, n. 1, p. 111-141, 2004.
16	USS	2004	Artigo	FALCI, Miridan Britto; MELO, Hildete Pereira de. Leituras de uma mulher rica. Revista do Mestrado de História , v. 6, 2004.
17	UFF	2005	Artigo	FALCI, Miridan Britto. Parentela, riqueza e poder: três gerações de mulheres. Revista Gênero , Niterói, v. 6, n. 1, p. 201-211, 2005.
18	ANPUH	2007	Artigo	ALMEIDA, Ana Maria Leal. Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXIV, 2007, São Leopoldo, 2007. Anais... São Leopoldo: UNISINOS, 2007
19		2007	Livro	ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco : os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
20		2012	Livro	FERNANDES, Neusa. Eufrásia e Nabuco . Rio de Janeiro: Mauad X, 2012
21		2012	Livro	MELO, H. P.; FALCI, M. B. K. A sinhazinha emancipada: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930) - A paixão e os negócios de uma ousada mulher do século XIX. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.
22	ANPUH	2013	Artigo	LEOPOLDO, Eliane Cahon. Refletindo atuação administrativa da mulher de elite no Vale do Paraíba Fluminense no século XIX. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, jul. 2013.
23	Museu Victor Meirelles/IBRAM	2013	Artigo	QUEIROZ, Eneida Quadros. O desafio biográfico e os museus-casa: Eufrásia Teixeira Leite e o Museu Casa da Hera. Revista Eletrônica Ventilando Acervos , v. 1, nov. 2013. Disponível em: http://ventilandoacervos.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Revista_completa.pdf . Acesso em: 23 ago. 2021.

24	IGHV	2013	Artigo	FERNANDES, Neuza. Uma Mulher Inatual. In: História e Geografia do Vale do Paraíba. Rio de Janeiro: ed. Inst. Hist. E Geo. De Vassouras, 2013.
25	USS	2014	Dissertação	LEOPOLDO, Eliane Cahon; ATALLAH, Cláudia Cristina Azeredo (Orient.). As mulheres e o poder: administração e atuação feminina na sociedade dos Barões do Café em Vassouras (1850-1899). Vassouras, RJ, 2014. 128 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2014.
26	UERJ	2014	Artigo	LEOPOLDO, Eliane Cahon. Administração e atuação feminina na sociedade dos barões do café de Vassouras no Oitocentos. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/42952941/IX_Semana_de_Hist%C3%B3ria_Pol%C3%ADtica_UERJ . Acesso em: 10 fev. 2023.
27	USS	2014	Dissertação	LEOPOLDO, Eliane Cahon; ATALLAH, Cláudia Cristina Azeredo (Orient.). As mulheres e o poder: administração e atuação feminina na sociedade dos Barões do Café em Vassouras (1850-1899). Vassouras, RJ, 2014. 128 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2014.
28	FGV	2016	Dissertação	UMBELINO, Ana Carolina de Freitas. O acervo de indumentária do Museu Casa da Hera: proposta de catálogo. 2016. 134 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.
29		2021	Livro	MELO, H. P.; FALCI, M. B. K. A sinhazinha emancipada: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930) - A paixão e os negócios de uma ousada mulher do século XIX. Rio de Janeiro: Hucitec Editora, 2021.
30	Museu Paulista: História e Cultura Material	2025	Artigo	SOARES, Cecília Elisabeth Barbosa. The Teixeira Leite sisters and their transatlantic alliances: rebuilding an elite social network from the French Third Republic (1880-1930). Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material , São Paulo, v. 33, p. 1–40, 2025.

Fonte: a autora

APÊNDICE B
Tabela 2 - Publicações em áreas afins até 2024

Nº	Origem	Área	Ano	Tipo	Referência
1	UCP	Educação	2003	Dissertação	COUTINHO, Iara Circe Mana. Eufrásia Teixeira Leite: seu legado à Educação Vassourense e o Instituto Profissional Masculino 01/08/2003 60 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS, PETRÓPOLIS Biblioteca Depositária: UCP
2	SAB	Arqueologia	2007	Artigo	AGOSTINI, Camilla; NAJJAR, Rosana. Pesquisa arqueológica na Casa da Hera – Vassouras/RJ. Revista de Arqueologia , v. 20, n. 1, 2007.
3	UFRJ	Educação	2011	Dissertação	CAPUTE, Magda E. Sayão. A Dama dos diamantes negros e a educação em Vassouras: Um estudo sobre o Instituto Profissional Masculino e Feminino Doutor Joaquim Teixeira Leite (1930-1959) . 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
4	CUML	MODA	2011	Artigo	DA COSTA, Tatiana Felício Teles; DA SILVA COSTA, Maria de Fátima; DE MATTOS, Garcia. Eufrásia Teixeira Leite e o acervo vestimentar do museu Casa da Hera em Vassouras – RJ. Primeiros Passos. Centro Universitário Moura Lacerda , v. 10, n. 17, Ribeirão Preto: Centro Universitário Moura Lacerda, 2011.
5	UCP	Educação	2013	Dissertação	LOTE, Karine Torres. Entre barões, condes e viscondes: o cenário educacional na Vassouras oitocentista (1850 - 1889) . Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2013.
6	UFSJ	Teoria Literária e Crítica da Cultura	2013	Dissertação	PONTES, Luciana Barros. Eufrásia Teixeira Leite: um estudo biográfico . 2013. 131 f. Mestrado (Teoria Literária e Crítica da Cultura) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei. Biblioteca Depositária: Biblioteca Campus Dom Bosco, 2013.
7	BC	Museologia	2013	Artigo	QUEIROZ, Eneida. Senhora do seu destino. Revista de História da Biblioteca Nacional . Rio de Janeiro, p. 36-39, fevereiro de 2013.
8	UFRJ	Museologia e Patrimônio	2014	Dissertação	ALVES, Daniele de Sá. Um passeio pela Chácara da Hera: do quintal da família Teixeira Leite ao jardim do museu como espaço museológico relacional . 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
9	UFJF	Ciências Sociais/Antropologia	2016	Artigo	DA SILVA, Elisabeth Murilho. Os árbitros da elegância: o comportamento feminino a partir das colunas sociais no Brasil dos anos dourados. Revista Nava , v. 2, n. 1, 2016.

10	UFRJ	Museologia e Patrimônio	2021	Tese	BRAGANÇA, F. O. N. O valor da réplica: a reprodutibilidade de trajes musealizados com base em projeto de investigação da coleção de indumentária do Museu Casa da Hera. 2021. 321 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
11	UFRJ	Museologia e Patrimônio/Moda	2024	Artigo	BRAGANÇA, F. O. N. Rendas e veludos: questões de gênero a partir do redingote de Eufrásia Teixeira Leite no final do século XIX. dObras – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [S. l.], n. 41, p. 55–72, 2024. DOI: 10.26563/dobras.i41.1724
12	USP	Museologia e Patrimônio	2023	Artigo	BRAGANÇA, F. O. N., FAULHABER, P. (2023). Eufrásia Teixeira Leite entre as finanças e a moda. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, 1(84), 143-161. https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i84p143-161
13	FUNAG	Relações Internacionais	2023	Artigo	RIBEIRO, Mariana Jacinto. Eufrásia Teixeira Leite: Investidora em Quatro Continentes. In: CARNEIRO, Carla Barroso; RASSI, Paula Brasil. (Orgs.). Pensamento e prática internacionais: perspectivas. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2023. p. 145-178
14	USP	Estudos Brasileiros	2024	Artigo	SOARES, Cecília Elisabeth Barbosa. Uma história privada através de lentes públicas: a construção do acervo pessoal de Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930). Rev. Inst. Estud. Bras. (São Paulo), n. 87, 2024, e10672.
15	USP	Estudos Brasileiros	2024	Dissertação	RIBEIRO, Mariana Jacinto. Eufrásia Teixeira Leite: A Vida e o Legado de uma Investidora. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Fonte: a autora

APÊNDICE C

Tabela 3 – Romances históricos publicados de 2007 até 2022

	Tipo	Autor
1	Livro-Romance histórico	LAGE, Claudia. Mundos de Eufrásia : a história do amor entre a incrível Eufrásia de Teixeira Leite e o notável Joaquim Nabuco. Editora Record, 2016.
2	Livro-Romance histórico	LOBO, Luiza. Fábrica de mentiras - Do Vale Do Café Ao Arco Do Triunfo. Ed.7 Letras, 2022.
3	Livro-Romance histórico	MACHADO, Ana Maria. Um mapa todo seu . Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015
4	Peça de Teatro	SOUZA, Hamilton Moss de. Cartas de Eufrásia . Vassouras: Edição do Autor, 2017.
5	Livro-Romance histórico	QUEIROZ, Eneida. A Mulher e a Casa . eBook Kindle. São Paulo: Editora Baraúna, 2013.
6	Livro	RIBEIRO, Mariana. #QUEROSEREUFRÁSIA [ebook Kindle]. 2019. Disponível em: https://www.amazon.com.br/QUEROSEREUFRÁSIA-Mariana-Ribeiro-ebook/dp/B07PK7RNJD . Acesso em: 14 jul. 2023.
7	Livro-Romance histórico	TAMBASCO, José Carlos Vargens. Eufrásia e Francisca : As Irmãs Teixeira Leite e o Seu Tempo – Uma História Romanceada. Rio de Janeiro: Editora Appris, 2022.
8	Livro-Romance histórico	WEINHARDT, Marilene. Eufrásia Teixeira Leite: personagem biográfica romanceada. Letras de Hoje , v. 53, p. 266-274, 2018.

Fonte –a autora

APÊNDICE D

Quadro de ocorrências de participação em eventos sociais - 1879/1930

	Fevereiro a Junho	Julho a Setembro	Novembro a Janeiro	Ocorrências
1879			x	2
1880	Não foram encontradas ocorrências			0
1881	x			1
1882				0
1883				0
1884	Estadia no Brasil			0
1885	Estadia no Brasil			0
1886			x	1
1887		x	x	2
1888		x	x	2
1889		x	x	2
1890	x			1
1891	x		x	3
1892	x	x		3
1893		x	x	2
1894				1
1895	x		x	2
1896	x		x	4
1897	x		x	1
1898	x			1
1899		x	x	3
1900		x	x	2
1901	x	x		2
1902	x	x		4
1903	x	x		13
1904	x	x		4
1905	x	x	x	8
1906	x	x	x	33
1907	x	x	x	13
1908	x	x	x	51
1909	x	x	x	32
1910	x	x	x	35
1911	x	x	x	16

1912	x	x	x	51
1913	x	x	x	20
1914	x			4
1915	Não foram encontradas ocorrências			0
1916	Não foram encontradas ocorrências			0
1917	Não foram encontradas ocorrências			0
1918	Não foram encontradas ocorrências			0
1919	x		x	6
1920	x	x		5
1921	x	x		4
1922	x	x		4
1923	x	x		5
1924		x	x	5
1925	x	x		16
1926	x	x	x	26
1927				
1928	Estadia no Brasil			
1929	Estadia no Brasil			
1930	Estadia no Brasil - Falecimento			

Fonte: a autora

APÊNDICE E
Tabela dos Jornais pesquisados entre 1900 e 1926

Nº	Tipo	Descrição	Fonte	Data	P.
1	Viagem	Viaja a Cimiez	<i>Le Figaro</i>	20/01/1900	5
2	Viagem	Viaja a Evian	<i>Le Figaro</i>	24/08/1900	5
3	Publico	ópera	<i>Le Figaro</i>	16/04/1901	5
4	Viagem	Volta à Paris	<i>Le Figaro</i>	31/08/1901	5
5	Publico	Soirée da Condessa D'Eu	<i>The New York Herald</i>	04/03/1902	5
6	Publico	Frequência ao torneio intercolegial de Tênis	<i>The New York Herald</i>	26/05/1902	5
7	Privado	Festa pra Mme Bernardaky	<i>The New York Herald</i>	25/06/1902	5
8	Publico	Torneio de Tênis de Grama ilha de Puteaux	<i>The New York Herald</i>	11/07/1902	5
9	Viagem	Saída para Bruges	<i>The New York Herald</i>	12/08/1902	5
10	Privado	Recital privado	<i>The New York Herald</i>	18/01/1903	5
11	Privado	Recital privado - duquesa de Rohan	<i>The New York Herald</i>	18/03/1903	5
12	Privado	evento musical casa do barão Du Mesnil Champs Elisee	<i>The New York Herald</i>	26/03/1903	5
13	Publico	ópera	<i>Le Figaro</i>	19/05/1903	5
14	Publico	Grand Prix e orquestra na ilha de Puteaux	<i>The New York Herald</i>	09/06/1903	5
15	Privado	Encerramento dos eventos artísticos.	<i>Gil Blas</i>	29/06/1903	2
16	Publico	Torneio de Tênis de Grama	<i>The New York Herald</i>	07/07/1903	5
17	Publico	há nas galerias do Hotel Hits	<i>The New York Herald</i>	18/07/1903	5
18	Publico	Encontro na ilha de Puteaux	<i>The New York Herald</i>	20/07/1903	5
19	Privado	Encontro em confeitaria	<i>The New York Herald</i>	26/07/1903	5
20	Publico	Ópera Sansão e Dalila	<i>The New York Herald</i>	29/07/1903	5
21	Publico	L'Opera	<i>The New York Herald</i>	12/08/1903	5
22	Viagem	Retorno de Deauville	<i>The New York Herald</i>	25/08/1903	5
23	Publico	Ópera em Paris	<i>The New York Herald</i>	10/02/1904	5
24	Publico	Evento na Sociétaires au concours Hippique	<i>The New York Herald</i>	11/04/1904	5
25	Publico	ópera	<i>Le Figaro</i>	10/05/1904	5
26	Privado	recepção artística do Duque de Pomar	<i>Gil Blas</i>	16/05/1904	2
27	Publico	Evento Franco-canadense	<i>Le Figaro</i>	30/06/1904	5
28	Privado	Jantar com a condessa Geoffre de Chabrinac	<i>The New York Herald</i>	30/06/1904	5
29	Viagem	Decisão sobre férias	<i>The New York Herald</i>	21/07/1904	5
30	Viagem	Viajem ao Cairo	<i>The New York Herald</i>	18/02/1905	5
31	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	10/07/1905	5
32	Viagem	Mont-Dore	<i>The New York Herald</i>	08/09/1905	5
33	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	09/10/1905	5
34	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	25/10/1905	5
35	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	08/11/1905	5
36	Privado	Evento promovido pela Mme Kiréevsky	<i>The New York Herald</i>	09/12/1905	5
37	privado	Não receberá esse ano	<i>The New York Herald</i>	21/12/1905	5
38	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	17/02/1906	5
39	Privado	Só retornará as recepções diurnas após a páscoa	<i>The New York Herald</i>	21/02/1906	5
40	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	12/03/1906	5
41	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	19/03/1906	5
42	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	16/04/1906	5
43	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	21/04/1906	5
44	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	07/05/1906	5
45	Publico	Conferência sobre a história da França no museu de Cluny	<i>The New York Herald</i>	30/05/1906	5

46	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	09/06/1906	5
47	Privado	Leilão no hotel Drouot	<i>The New York Herald</i>	12/06/1906	5
48	Privado	Jantar na casa de Saint Cyran	<i>The New York Herald</i>	21/06/1906	5
49	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	29/06/1906	5
50	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	09/07/1906	5
51	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	14/07/1906	5
52	Privado	Lanche na ilha de Puteaux	<i>The New York Herald</i>	17/07/1906	5
53	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	07/10/1906	5
54	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	08/10/1906	5
55	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	14/10/1906	5
56	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	21/10/1906	5
57	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	23/10/1906	5
58	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	28/10/1906	5
59	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	12/11/1906	5
60	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	16/11/1906	5
61	Publico	Casamento	<i>The New York Herald</i>	18/11/1906	5
62	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	19/11/1906	5
63	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	26/11/1906	5
64	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	30/11/1906	5
65	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	03/12/1906	5
66	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	10/12/1906	5
67	Privado	Chá na casa de Mme Edmond La Prade	<i>The New York Herald</i>	15/12/1906	5
68	Publico	L'Opera	<i>The New York Herald</i>	19/12/1906	5
69	Privado	Recebem -M e Mme de Araújo	<i>Gil Blas</i>	20/12/1906	2
70	Publico	Matinê Musical e ópera	<i>Le Figaro</i>	21/12/1906	5
71	Privado	Doente por duas semanas	<i>The New York Herald</i>	08/01/1907	5
72	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	18/02/1907	5
73	Privado	Ponte de chá Mme Merino	<i>The New York Herald</i>	20/02/1907	5
74	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	25/02/1907	5
75	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	04/03/1907	5
76	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	25/03/1907	5
77	Viagem	viagem	<i>The New York Herald</i>	29/03/1907	5
78	Publico	doença ocular	<i>The New York Herald</i>	06/07/1907	5
79	Privado	Reclusa melhorando	<i>The New York Herald</i>	10/07/1907	5
80	Privado	matinê na villa de Robert de Clermont-Tonnerre	<i>The New York Herald</i>	21/07/1907	5
81	Viagem	recuperando os olhos em Wiesbaden	<i>The New York Herald</i>	21/10/1907	5
82	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	16/12/1907	5
83	Viagem	Volta a Paris	<i>The New York Herald</i>	17/12/1907	5
84	Publico	Teatro Femina	<i>The New York Herald</i>	19/01/1908	5
85	Privado	Casamento	<i>The New York Herald</i>	06/02/1908	5
86	Privado	Chá beneficente	<i>The New York Herald</i>	06/02/1908	5
87	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	24/02/1908	5
88	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	02/03/1908	5
89	Publico	Matinee de Mme. Anatole Bartholoni	<i>The New York Herald</i>	26/03/1908	5
90	Privado	Recepção privada	<i>The New York Herald</i>	30/03/1908	5
91	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	06/04/1908	5
92	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	07/04/1908	5
93	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	13/04/1908	5

94	Publico	hipódromo	<i>Le Figaro</i>	21/04/1908	5
95	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	21/04/1908	5
96	Publico	hipódromo	<i>Le Figaro</i>	27/04/1908	5
97	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	27/04/1908	5
98	Publico	hipódromo	<i>Le Figaro</i>	11/05/1908	5
99	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	11/05/1908	5
100	Publico	ópera e recepção musical	<i>Le Figaro</i>	14/05/1908	5
101	Viagem	Vaucouleurs de Lanjamet	<i>The New York Herald</i>	14/05/1908	5
102	Publico	Ópera	<i>Le Figaro</i>	15/05/1908	
103	Privado	Estará em casa	<i>The New York Herald</i>	19/05/1908	5
104	Privado	Av. Carnot	<i>The New York Herald</i>	22/05/1908	5
105	Privado	Casa da Baroneza de Mesnil	<i>The New York Herald</i>	24/05/1908	5
106	Privado	Ile de Pouteaux Club	<i>The New York Herald</i>	26/05/1908	5
107	Privado	OFERECE CHÁ não IDENTIFICADO	<i>The New York Herald</i>	27/05/1908	5
108	Privado	Evento do Embaixador Russo	<i>Le Figaro</i>	28/05/1908	5
109	Privado	Oferecem Visc. e Viscondessa de Faria	<i>The New York Herald</i>	02/06/1908	5
110	Privado	Estará em casa	<i>The New York Herald</i>	03/06/1908	5
111	Privado	Encontro Musical na casa de Mme Gaston Legrand	<i>Le Gaulois</i>	05/06/1908	5
112	Publico	Hipódromo	<i>Le Figaro</i>	08/06/1908	5
113	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	08/06/1908	5
114	Privado	Recepção Diurna	<i>The New York Herald</i>	09/06/1908	5
115	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	12/06/1908	5
116	Privado	Recepção Mlle de Conine	<i>The New York Herald</i>	23/06/1908	5
117	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	29/06/1908	5
118	Privado	Recepção Sra. Lefevre	<i>The New York Herald</i>	30/06/1908	5
119	Privado	Encerra suas recepções diurnas	<i>The New York Herald</i>	02/07/1908	5
120	Publico	Evento esportivo- Fim da temporada	<i>Le Figaro</i>	06/07/1908	5
121	Privado	Noite musical Ernest de Chevarrier	<i>The New York Herald</i>	06/07/1908	5
122	Privado	Encontro musical na casa do Sr Ernest de Chevarrier	<i>Gil Blas</i>	07/07/1908	2
123	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	10/07/1908	5
124	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	15/07/1908	5
125	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	29/07/1908	5
126	Viagem	Viagem a Marienbad	<i>Le Figaro</i>	21/08/1908	5
127	Viagem	Marienbad	<i>The New York Herald</i>	21/08/1908	5
128	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	22/08/1908	5
129	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	16/10/1908	5
130	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	19/10/1908	5
131	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	23/10/1908	5
132	Publico	Premier da ópera O crepúsculo dos Deuses	<i>Le Gaulois</i>	24/10/1908	5
133	Publico	Longchamps	<i>Gil Blas</i>	24/10/1908	2
134	Viagem	Está em Paris	<i>The New York Herald</i>	26/10/1908	5
135	Privado	Chá na residência do Conde D'Eu	<i>Le Figaro</i>	04/11/1908	5
136	Publico	Casamento do Principe	<i>Le Figaro</i>	05/11/1908	5
137	Viagem	Esperada em Paris	<i>The New York Herald</i>	08/11/1908	5
138	Publico	L'Opera	<i>The New York Herald</i>	17/11/1908	5
139	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	30/11/1908	5
140	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	07/12/1908	5
141	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	15/12/1908	5

142	Publico	Reconhecida na ópera	<i>Le Gaulois</i>	22/12/1908	5
143	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	25/01/1909	5
144	Publico	Ópera	<i>The New York Herald</i>	02/02/1909	5
145	Viagem	Viagem	<i>The New York Herald</i>	10/02/1909	5
146	Viagem	Viagem	<i>The New York Herald</i>	29/03/1909	5
147	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	30/03/1909	5
148	Publico	ópera	<i>The New York Herald</i>	30/03/1909	5
149	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	05/04/1909	5
150	Publico	ópera	<i>The New York Herald</i>	14/04/1909	5
151	Privado	Recepção na casa da Condessa D'Eu	<i>The New York Herald</i>	21/04/1909	5
152	Privado	Recepção na casa da Condessa D'Eu	<i>The New York Herald</i>	28/04/1909	5
153	Publico	L'Opera	<i>The New York Herald</i>	11/05/1909	5
154	Publico	L'Opera	<i>The New York Herald</i>	25/05/1909	5
155	Publico	Opera no Sarah Bernard	<i>Le Gaulois</i>	09/06/1909	5
156	Privado	Reunião musical na casa de Mme Saint-Paul	<i>The New York Herald</i>	10/06/1909	5
157	Privado	Lanche com orquestra cigana	<i>The New York Herald</i>	14/06/1909	5
158	Privado	Concerto oferecido pelo Barão e a Baroneza de Sermet	<i>Le Figaro</i>	16/06/1909	5
159	Privado	Roxorois- jantar seguido de recepção para o príncipe D. Luiz	<i>Le Figaro</i>	20/06/1909	5
160	Privado	Festa de Jardim -Conte de Clemont-Tonnerre	<i>The New York Herald</i>	20/06/1909	5
161	Publico	Visita em passeio	<i>The New York Herald</i>	04/07/1909	5
162	Publico	L'Opera	<i>The New York Herald</i>	06/07/1909	5
163	Privado	Noite musical Ernest de Chevarrier	<i>The New York Herald</i>	12/07/1909	5
164	Privado	Jantar musical oferecido por M.E. Chevarrier	<i>Gil Blas</i>	13/07/1909	2
165	Publico	Evento artístico	<i>Le Figaro</i>	18/07/1909	5
166	Viagem	temporada no Chateau D'Eu	<i>The New York Herald</i>	31/07/1909	5
167	Viagem	Viagem	<i>The New York Herald</i>	13/09/1909	5
168	Privado	Noite musical	<i>The New York Herald</i>	28/10/1909	5
169	Roubo	Notícia do Roubo - sem suspeitos	<i>The New York Herald</i>	01/11/1909	1
170	Roubo	Lista das joias	<i>The New York Herald</i>	02/11/1909	5
171	Publico	L'Opera	<i>The New York Herald</i>	09/11/1909	5
172	Publico	Santo Agostinho	<i>The New York Herald</i>	05/12/1909	5
173	Publico	Teatro Francês	<i>The New York Herald</i>	16/12/1909	5
174	Publico	L'Opera	<i>The New York Herald</i>	22/12/1909	5
175	Publico	Santo Agostinho	<i>The New York Herald</i>	29/12/1909	5
176	Privado	Noite de Música e comédia	<i>The New York Herald</i>	01/01/1910	5
177	Privado	Jantar na casa de Mme. Manuel de Yturbe	<i>The New York Herald</i>	12/01/1910	5
178	Privado	Musical	<i>The New York Herald</i>	12/04/1910	5
179	Privado	Matinê Musical	<i>The New York Herald</i>	29/04/1910	5
180	Publico	ópera	<i>The New York Herald</i>	01/05/1910	5
181	Privado	ontem à tarde, na casa da Condessa de Salverte	<i>The New York Herald</i>	10/05/1910	5
182	Publico	L'Opera	<i>Le Figaro</i>	14/05/1910	5
183	Publico	Campeonato de Tênis de grama	<i>The New York Herald</i>	17/05/1910	5
184	Privado	Matinê Musical	<i>The New York Herald</i>	18/05/1910	5
185	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	30/05/1910	5
186	Privado	casa da Condessa Frédéric de Chateaubriand	<i>The New York Herald</i>	08/06/1910	5
187	Publico	Dia em Chantilly (Jockey club)	<i>Gil Blas</i>	13/06/1910	2
188	Roubo	Presa a ladra de Joias em Roma	<i>The New York Herald</i>	18/06/1910	3

189	Publico	Caruso Cantando “Pagliacci.”	<i>The New York Herald</i>	23/06/1910	5
190	Privado	Festa de Chá Mme. Zurlinden como Baronesa de l’Espee.	<i>The New York Herald</i>	24/06/1910	5
191	Privado	Casa de Mme. Kireevsky	<i>The New York Herald</i>	07/07/1910	5
192	Privado	Evento na casa do General Zurrinden	<i>Gil Blas</i>	08/07/1910	2
193	Privado	Ópera da casa do conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>The New York Herald</i>	10/07/1910	5
194	Privado	Encontro Musical- Madame Kireewsky-música russa	<i>Le Figaro</i>	11/07/1910	5
195	Privado	Evento- homenagem ao Marechal Hermes da Fonseca	<i>The New York Herald</i>	17/07/1910	5
196	Publico	Auteuil	<i>Le Figaro</i>	18/07/1910	5
197	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	18/07/1910	5
198	Publico	L’Opera	<i>The New York Herald</i>	19/07/1910	5
199	Viagem	Viagem a Carlsbad em agosto	<i>The New York Herald</i>	20/07/1910	5
200	Privado	Jantar e Baile na casa do Conde Clemont -Tonnorre	<i>Le Figaro</i>	01/08/1910	5
201	Privado	Jantar Charles Carroll	<i>Le Figaro</i>	09/08/1910	5
202	Publico	ópera	<i>The New York Herald</i>	24/08/1910	5
203	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	19/09/1910	5
204	Viagem	viajará para Wiesbaden por um mês	<i>The New York Herald</i>	20/09/1910	5
205	Privado	Jantar M A Saint Hilaire	<i>The New York Herald</i>	19/11/1910	5
206	Viagem	Está em Paris	<i>The New York Herald</i>	20/11/1910	5
207	Publico	Auteuil	<i>Le Figaro</i>	21/11/1910	5
208	Privado	Jantar na casa de M Saint-Hilaire	<i>Gil Blas</i>	21/11/1910	2
209	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	21/11/1910	5
210	Publico	Santo Agostinho	<i>The New York Herald</i>	06/12/1910	5
211	Roubo	Mlle Wehrfritz é condenada à prisão	<i>The New York Herald</i>	25/12/1910	5
212	Viagem	Eufrásia se recupera de bronquite	<i>The New York Herald</i>	20/02/1911	5
213	Viagem	Recupera de bronquite e prepara-se para viajar para o sul	<i>The New York Herald</i>	20/03/1911	5
214	Privado	Matinê Musical da Condessa de Trédem	<i>The New York Herald</i>	26/03/1911	5
215	Privado	Matinê Musical da Condessa Marc de Rostang	<i>The New York Herald</i>	07/05/1911	5
216	Privado	festa do chá da Condessa de Lapeyrere:	<i>The New York Herald</i>	16/05/1911	5
217	Privado	Ballet na casa da comtesse de Tredern	<i>The New York Herald</i>	29/05/1911	5
218	Privado	Música na casa de Joseph Wencker	<i>The New York Herald</i>	29/05/1911	5
219	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	30/05/1911	5
220	Privado	Evento de Caridade na Embaixada Russa	<i>Le Gaulois</i>	02/06/1911	5
221	Publico	Evento- Conde a condessa Arthur de Gabriac	<i>Le Figaro</i>	05/06/1911	5
222	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	07/06/1911	5
223	Viagem	Visita a Londres	<i>The New York Herald</i>	19/06/1911	5
224	Privado	Balie-Comte Robert de Clermont-Tonnerre	<i>The New York Herald</i>	28/07/1911	5
225	Privado	Evento Conde Robert Clermont-Tonnerre	<i>Gil Blas</i>	30/07/1911	2
226	Viagem	Viagem a Marienbad	<i>Le Figaro</i>	12/09/1911	5
227	Privado	Evento do Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>Le Gaulois</i>	26/10/1911	5
228	Publico	Missa na Igreja de Santo Agostinho morte da Imperatriz	<i>Le Figaro</i>	29/12/1911	5
229	Publico	Missa Fúnebre do Imperador Pedro II	<i>The New York Herald</i>	29/12/1911	5
230	Privado	Evento musica-Mrs. and Mile. Kireewsky	<i>The New York Herald</i>	01/01/1912	5
231	Privado	Recepção (vernissage) de Madme Mantovany Gutty	<i>Le Figaro</i>	18/01/1912	5
232	Privado	Convite vernisage Mme Mantovani-Gutty	<i>Gil Blas</i>	26/01/1912	2
233	Publico	Evento no Trianon Lírico	<i>Le Gaulois</i>	07/02/1912	5
234	Publico	Evento no Trianon Lyrique - Brabe Blue	<i>Gil Blas</i>	08/02/1912	2
235	Privado	Recital de Piano de A. de Radwan	<i>Le Figaro</i>	11/02/1912	5
236	Publico	Apresentação da opera Barba Azul no Trianon Lírico	<i>Le Gaulois</i>	18/02/1912	5

237	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	21/02/1912	5
238	Publico	Auteuil	<i>Gil Blas</i>	26/02/1912	2
239	Publico	Auteuil	<i>Gil Blas</i>	04/03/1912	2
240	Publico	hipódromo	<i>Le Gaulois</i>	09/04/1912	5
241	Publico	L'Opera	<i>Le Gaulois</i>	15/04/1912	5
242	Privado	matinee musical Mme. Albert de Alontry	<i>The New York Herald</i>	20/04/1912	5
243	Publico	Longchamps	<i>Le Figaro</i>	29/04/1912	5
244	Privado	Compra peças de arte por 6.900 francos M Grosse	<i>The New York Herald</i>	05/05/1912	5
245	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	10/05/1912	5
246	Publico	Evento em Longchamp	<i>Gil Blas</i>	13/05/1912	2
247	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	13/05/1912	5
248	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	27/05/1912	5
249	Privado	recepções da Condessa d'Eu em Boulogne-sur-Seine	<i>The New York Herald</i>	31/05/1912	5
250	Publico	Longchamps	<i>Le Figaro</i>	03/06/1912	5
251	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	03/06/1912	5
252	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	07/06/1912	5
253	Privado	Evento da Sociedade das Grandes audições Musicais	<i>Le Figaro</i>	09/06/1912	5
254	Publico	Evento Hípico em Chantilly	<i>Gil Blas</i>	10/06/1912	2
255	Privado	Jantar na casa de Mm de Saint-Cyran	<i>Gil Blas</i>	15/06/1912	2
256	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	21/06/1912	5
257	Privado	Encontro Musical na casa de Mme Gaston Legrand	<i>Le Gaulois</i>	23/06/1912	5
258	Publico	Hipódromo	<i>Le Figaro</i>	24/06/1912	5
259	Publico	Auteuil	<i>Gil Blas</i>	24/06/1912	2
260	Privado	Noivado Mlle Missiatelli com Armand de Pierre de Bernis	<i>Le Figaro</i>	26/06/1912	5
261	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	28/06/1912	5
262	Publico	hipódromo	<i>Le Gaulois</i>	29/06/1912	5
263	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	29/06/1912	5
264	Publico	Longchamps	<i>Le Figaro</i>	01/07/1912	5
265	Privado	Recebe a Marquesa de Brou e da Marquesa de Saint-Paul	<i>The New York Herald</i>	05/07/1912	5
266	Privado	Recepção do Casamento da filha do Pierre de Caraman-Primay	<i>Le Gaulois</i>	06/07/1912	5
267	Privado	Recebe - Marquesa de Bou e a Marques de Saint-Paul	<i>Le Figaro</i>	07/07/1912	5
268	Viagem	Viagem a Saint-Montan	<i>Le Figaro</i>	07/07/1912	5
269	Privado	Festa de caridade pela Cruz Vermelha	<i>Le Gaulois</i>	08/07/1912	5
270	Privado	Vista na Ile de Puteaux, no horário do chá	<i>The New York Herald</i>	16/07/1912	5
271	Privado	Recepção de casamento - Mlle de Missiatelli e A. P de Bernis	<i>Le Figaro</i>	17/07/1912	5
272	Privado	Recepção do casamento de A. P. Bernis e Mlle Misciatelli	<i>Le Gaulois</i>	21/07/1912	5
273	Publico	Casamento do Conde Armand de Pierre de Bernis com Mlle Misciatelli	<i>Gil Blas</i>	21/07/1912	2
274	Viagem	Viagem a Marienbad	<i>Le Figaro</i>	22/08/1912	5
275	Viagem	Viagem a Wiesbaden - Alemanha- águas termais	<i>Le Figaro</i>	15/09/1912	5
276	Viagem	Estadia em Francfort e em Wiesbaden	<i>The New York Herald</i>	04/10/1912	5
277	Publico	Longchamps	<i>Le Figaro</i>	21/10/1912	5
278	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	21/10/1912	5
279	Publico	Evento em Longchamp	<i>Gil Blas</i>	28/10/1912	2
280	Publico	Auteuil	<i>Le Figaro</i>	02/11/1912	5
281	Viagem	Eufrásia se recupera de bronquite	<i>The New York Herald</i>	15/02/1913	5
282	Privado	Chá com o Principe e a Princese de Volkonsky	<i>Le Gaulois</i>	06/03/1913	5
283	Privado	Música na casa da Princesa Viúva Brancovan	<i>The New York Herald</i>	06/03/1913	5

284	Privado	Música na casa de Mlle Bartholinni	<i>The New York Herald</i>	11/03/1913	5
285	Privado	Sarau musical da Princesa viúva de Brancovan(Romena)	<i>Le Figaro</i>	12/03/1913	5
286	Viagem	Viagem a Monte Carlo	<i>Le Figaro</i>	29/03/1913	5
287	Viagem	completará sua convalescença na Riviera Francesa	<i>The New York Herald</i>	18/04/1913	5
288	Privado	Evento do Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>Le Gaulois</i>	18/06/1913	5
289	Privado	Evento Conde Robert Clermont-Tonnerre em Maisons-Laffite	<i>Gil Blas</i>	18/06/1913	2
290	Privado	Encontro musical- Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>Le Figaro</i>	19/06/1913	5
291	Publico	Auteuil	<i>Le Gaulois</i>	26/06/1913	5
292	Publico	Auteuil	<i>Le Figaro</i>	28/06/1913	5
293	Publico	Longchamps	<i>The New York Herald</i>	28/06/1913	5
294	Publico	Evento em Longchamp	<i>Le Gaulois</i>	30/06/1913	5
295	Publico	Torneio de Polo	<i>Le Figaro</i>	30/06/1913	5
296	Publico	O prêmio d'Armenonville	<i>Gil Blas</i>	30/06/1913	2
297	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	30/06/1913	5
298	Publico	Auteuil	<i>Le Figaro</i>	14/07/1913	5
299	Privado	Encontro musical - Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>Le Figaro</i>	26/07/1913	5
300	Privado	Evento Conde Robert Clermont-Tonnerre em Maisons-Laffite	<i>Gil Blas</i>	26/07/1913	2
301	Viagem	Retornando a Paris	<i>Le Figaro</i>	28/09/1913	6
302	Privado	Teatro no Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>The New York Herald</i>	19/10/1913	5
303	Viagem	Viagem a Nice	<i>Le Figaro</i>	04/02/1914	5
304	Viagem	vai ficar na Riviera Francesa	<i>The New York Herald</i>	01/03/1914	5
305	Viagem	Volta a Paris	<i>Le Figaro</i>	08/05/1914	6
306	Publico	L'Opera	<i>Le Gaulois</i>	19/05/1914	5
307	Privado	lanche Mlle, de Tanlay.	<i>The New York Herald</i>	15/06/1914	5
308	Publico	L'Opera	<i>Le Gaulois</i>	06/07/1914	5
309	Publico	Apresentação no Teatro Bizantino	<i>The New York Herald</i>	03/03/1919	5
310	Publico	Hipódromo	<i>Le Gaulois</i>	30/05/1919	5
311	Publico	Evento no Bois de Boulogne	<i>Le Figaro</i>	02/06/1919	5
312	Publico	Evento em Longchamp	<i>Le Gaulois</i>	10/06/1919	5
313	Publico	Auteuil	<i>Le Gaulois</i>	23/06/1919	5
314	Publico	Conferência de M. Andre de Fouquières	<i>Le Gaulois</i>	25/12/1919	5
315	Publico	Evento esportivo	<i>Le Figaro</i>	21/06/1920	5
316	Publico	Auteuil	<i>Le Gaulois</i>	22/06/1920	5
317	Privado	Teatro no Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>The New York Herald</i>	23/06/1920	5
318	Publico	Auteuil	<i>The New York Herald</i>	26/06/1920	5
319	Privado	Evento do Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>Le Gaulois</i>	29/09/1920	5
320	Viagem	Retorna a Paris	<i>Le Gaulois</i>	09/05/1921	6
321	Publico	Encontro - reuniões entre círculos - encontros de "negócios"	<i>Le Gaulois</i>	17/07/1921	5
322	Privado	Cercle Interallié	<i>The New York Herald</i>	18/07/1921	5
323	Privado	Espectáculo de dança na Maisons-Laffite	<i>The New York Herald</i>	25/07/1921	5
324	Publico	Conferência do Marquês de Montferrier	<i>Le Gaulois</i>	17/03/1922	5
325	Privado	Evento-ministro de Portugal em Paris	<i>Le Gaulois</i>	06/04/1922	5
326	Privado	Evento da Sociedade artística dos amadores	<i>Le Gaulois</i>	09/06/1922	5
327	Viagem	Retorna a Paris	<i>Le Gaulois</i>	18/08/1922	5
328	Viagem	Retorna a Paris	<i>Le Gaulois</i>	15/05/1923	5
329	Privado	Evento da Sociedade artística dos amadores	<i>Le Gaulois</i>	27/06/1923	5
330	Privado	Festa- Marques e a marquesa de La Ferronnays	<i>Le Gaulois</i>	08/07/1923	5

331	Publico	Encontro - reuniões entre círculos - encontros de “negócios”	<i>Le Gaulois</i>	21/07/1923	5
332	Publico	Enterro Princess de Brancovan; Rachel de Brancovan.	<i>Le Gaulois</i>	30/09/1923	5
333	Viagem	Retorno do Brasil	<i>Le Gaulois</i>	16/08/1924	6
334	Viagem	Passa 10 meses no Brasil	<i>The New York Herald</i>	17/08/1924	5
335	Privado	Evento do Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>Le Gaulois</i>	12/10/1924	5
336	Publico	L’Opera	<i>Le Gaulois</i>	29/10/1924	5
337	Privado	Presenças nos lanches da tarde da elegante Paris	<i>Le Gaulois</i>	05/11/1924	5
338	Publico	Baile Franco-americano	<i>Le Gaulois</i>	26/01/1925	5
339	Privado	Recital na casa de M e Mme Pierre Sabatier d’Epeyram	<i>Le Gaulois</i>	23/02/1925	5
340	Publico	L’Opera	<i>Le Gaulois</i>	04/03/1925	5
341	Publico	Conferência, por Mlle Helené Vacaresco	<i>Le Gaulois</i>	05/03/1925	5
342	Publico	Reunião musical Mme Joseph Wenck	<i>Le Gaulois</i>	11/03/1925	5
343	Privado	Recdebe Marquesa de Montebello	<i>Le Gaulois</i>	28/03/1925	5
344	Publico	L’Opera	<i>Le Gaulois</i>	16/04/1925	5
345	Privado	Homenagem ao Píncipe Pierre Orleans e Braganca	<i>The New York Herald</i>	06/06/1925	5
346	Publico	aniversário de morte	<i>The New York Herald</i>	09/06/1925	5
347	Publico	Réquiem do Conde de Gonçalves Pereira	<i>Le Gaulois</i>	10/06/1925	5
348	Publico	Ópera – Matinês (3) oferecida pela Marquesa de Saint-Paul	<i>Le Gaulois</i>	21/06/1925	5
349	Privado	Evento do Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>Le Gaulois</i>	29/06/1925	5
350	Privado	Evento - membros da União Interalliée	<i>Le Gaulois</i>	04/07/1925	5
351	Privado	Evento na embaixada da Itália	<i>Le Gaulois</i>	05/07/1925	5
352	Publico	L’Opera	<i>Le Gaulois</i>	08/07/1925	5
353	Privado	Missa de aniversário da Viscondessa de Faria	<i>Le Gaulois</i>	23/07/1925	5
354	Privado	Evento - membros da União Interalliée	<i>Le Gaulois</i>	03/01/1926	2
355	Privado	Evento - membros da União Interalliée	<i>Le Gaulois</i>	05/01/1926	2
356	Publico	L’Opera	<i>Le Gaulois</i>	25/02/1926	2
357	Publico	L’Opera	<i>Le Gaulois</i>	08/03/1926	2
358	Privado	Chá de caridade em benefício das enfermeiras visitadoras	<i>Le Gaulois</i>	14/03/1926	2
359	Privado	Evento Beneficente - Enfermeiras a domicilio	<i>Le Figaro</i>	17/03/1926	2
360	Publico	L’Opera	<i>Le Gaulois</i>	20/03/1926	2
361	Publico	Conferências no Louvre	<i>Le Gaulois</i>	04/04/1926	2
362	Publico	Celebração em NICE pela alma do Duque de Orlean	<i>Le Figaro</i>	13/04/1926	2
363	Publico	Missa fúnebre	<i>Le Gaulois</i>	14/04/1926	2
364	Publico	Casamento de Mlle de Béarn	<i>Le Gaulois</i>	16/04/1926	2
365	Publico	Serviço Fúnebre da princesa Capece Zurlo	<i>Le Gaulois</i>	18/04/1926	2
366	Privado	Homenagens pela morte da Duquesa de Rohan	<i>Le Gaulois</i>	20/04/1926	2
367	Privado	Recepção de Mme Dussaud (primeira)	<i>Le Gaulois</i>	13/06/1926	2
368	Publico	Auteuil	<i>Le Gaulois</i>	21/06/1926	2
369	Publico	Conferências no Louvre	<i>Le Gaulois</i>	27/06/1926	2
370	Privado	Evento do Conde Robert de Clermont-Tonnerre	<i>Le Gaulois</i>	04/07/1926	2
371	Privado	Recepção - membros da Sociéeté artistique des amateurs	<i>Le Gaulois</i>	05/07/1926	2
372	Privado	Chá- membros da União Interalliée	<i>Le Gaulois</i>	08/07/1926	2
373	Publico	L’Opera	<i>Le Gaulois</i>	15/07/1926	2
374	Publico	L’Opera	<i>Le Gaulois</i>	22/07/1926	2
375	Publico	Cerimônia Fúnebre - Edmond Fabre-Luce	<i>Le Gaulois</i>	15/10/1926	2
376	Viagem	Viagem para Brasil	<i>The New York Herald</i>	11/11/1926	2

Fonte: a autora

APÊNDICE F

Participantes recorrentes em eventos no período de 1906 a 1913

1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913
%	%	%	%	%	%	%	%
Sra Legrand	46	Sra Legrand	27	Duquesa de Belmas	25	Princesa Duless-Singh	62
viccondesa des Touches	42	Sra Legrand	36	Princesa d'Hayba	20	Princesa Duless-Singh	60
Condessa douairière de Montgomy	33	Condessa Adhemme de Chovine	20	Marquês e Princesa de La Tour d'Avurgas	36	Condessa de Bourgoing	54
viccondesa René Viger	29	Condessa de Chertsey	20	Príncipe e Princesa de La Tour d'Avurgas	36	Condessa Henri de Alont de Reze	40
Sra Blanchard des Crouces	25	Condessa de Carleja	20	Sra. Edgar Stern	36	Condessa Xavier de La Rochefoucauld	40
Sra Aubert de Gournay	25	Princesa Murt	20	Barão e Senhora de La Grange	27	marquês de Carafante	40
Princesa Murt	25	Sra Legrand	20	Marquês de Casa Riera	27	marquês de Malceye	46
Duquesa de Monny	25	Sra Petit-Delbet	20	Marquês e Marquesa de Bural	27	Baronesa Philippe de Bourgoing	46
Condessa Legic	21	Sra Adolphe Oppenheim	20	Marquês e Marquesa de Bural	27	Senhora de La Boutetière	38
Condessa Jeanne de Noé	21	Sra Adolphe Oppenheim	20	Sr e Sra Fournier-Saforeze	27	Baronesa La Caze	38
Condessa Grillon Chandon de Briaillès	21	Sra Adolphe Oppenheim	20	Sra André de Gournay	27	Sra. Michel Marghiloman	31
Sra Jean Stern	21	Sra Adolphe Oppenheim	20	Viscondessa de Penneville	27	Sra. MacLasy	31
Sra Herant	21	Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra. Jean Stern	31
Condessa Suzanne de Tanlay	21	Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra. Hoffmann	31
Condessa de Chertsey	21	Sra Adolphe Oppenheim	20			Senhora Spofford	31
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Marquês de Vasconcelos de Lajunet	31
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Duquesa de Biazas	31
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Condessa de Leszeps	31
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Baronesa Melin	31
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra. Vatin-Perrignon	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra. Thompson	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra. Puerari	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra. Oppenheim	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra. Ford	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra. Edmond Porges	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra. André de Neufilze	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Sra Adolphe Oppenheim	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Senhora Spofford	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Princesa de Fauigny-Lucinge	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Lady Piget	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Condessa Sybille de Dufort	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Condessa Stockau	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Condessa Gerard de Rohan-Chabot	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Condessa Tanlay	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Condessa Audiffret-Pasquier	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			condessa Le Marois	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Baronesa Roger	23
		Sra Adolphe Oppenheim	20			Baronesa Edouard de Rothchild	23

* Para o momento, o índice de seleção é a ocorrência de percentil superior a 20% de ocorrências nos eventos do ano.
 ** As pessoas assinaladas em vermelho ocorrem em mais de um ano, segundo o critério primário de seleção.

APÊNDICE G
Correspondência

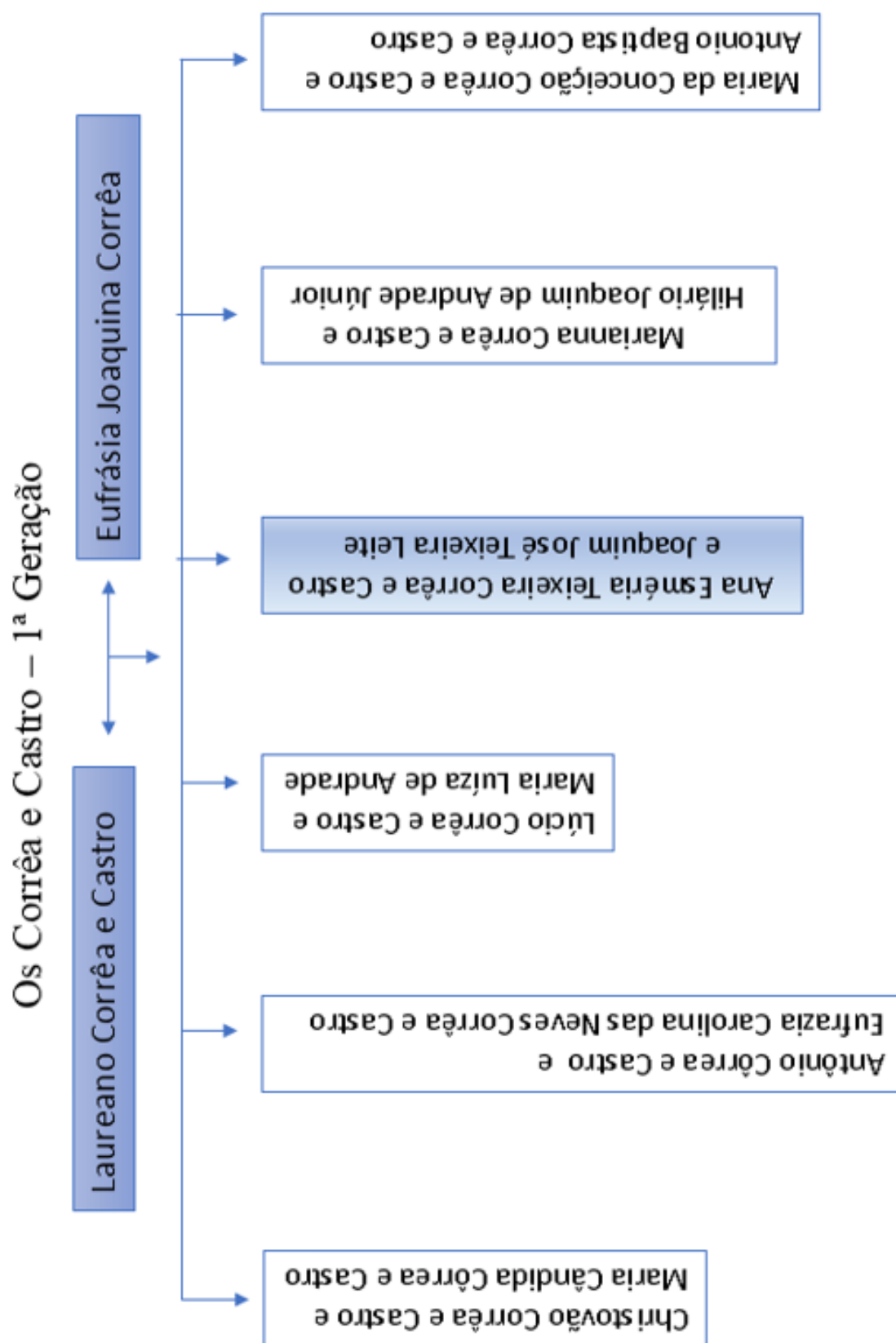
Tipo	Tombo	Idioma	Data	Assunto
Carta	MCH 90.10.04	Port.	12/11/1870	Informa sobre a Reunião da Irmandade das Senhoras devotas de Nossa Senhora da Piedade.
Carta	MCH 90.10.15	Port.	22/12/??	Troca de notícias e amenidades entre amigas
Carta	MCH 90.10.23	Francês	26/01/1927	Irmãs da Congregação Companhia da Virgem - Condolências pela morte da Baronesa do Rio Negro
Carta	MCH 90.10.26	Port.	20/07/1924	Baronesa de São Joaquim- Confirma a viagem no ANDES
Carta	MCH 90.10.31	Port.	10/01/1904	Relato da necessidade de reparos na casa, Formicida e naftalina para os livros e envio do Chá
Carta	MCH 90.10.32	Port.	27/01/1927	Edwiges de Macedo de Carvalho- Lamenta a morte da Baronesa do Rio Negro e fala da conversa com o marido sobre os negócios com Minas.
Carta	MCH 90.10.34	Port.	01/02/1927	Amiga sincera Baronesa de São Joaquim - Amenidades
Carta	MCH 90.10.36	Francês	07/08/1927	Anna Citrani- Deixa Pais e vai para Polônia
Cartão	MCH 90.10.39	Francês	S/D	Príncipe de Brancovan agradece por presente
Carta	MCH 90.10.42	Port.	12/12/??	Amiga dedicada Conceição - Tem uma carta que precisa entregar pessoalmente a ela.
Carta	MCH 90.10.48	Port.	26/12/??	Amiga dedicada Conceição- Dá notícias do regresso ao Rio em meados de janeiro, logo depois do da nova votação
Carta	MCH 90.10.49	Port.	12/12/??	Amiga dedicada Conceição -Amenidades e pede notícias
Carta	MCH 90.10.55	Port.	20/07/1924	Prefeito Sylvio Rangel agradece pelos paus de eucalipto usados na ponte da estrada para Barão de Vassouras.
Cartão	MCH 90.10.56	S/I	S/D	Com Brasão e identificado como de Viscondessa de Souza Franco.
Carta	MCH 90.10.58	Francês	20/12/1926	Sophie Freeman - Amenidades e Boas Festas.
Carta	MCH 90.10.60	Francês	??/02/1885	Conde Roger de Chabrol - Solicita reconsideração de Eufrásia
Carta	MCH 90.10.70	Port.	S/D	Amiga dedicada Conceição -Fala do amigo comum. Menciona até quando ele pretende sair do Rio, tendo a expectativa de estar onde ela (Conceição) estaria em 2 dias. Pede que ETL saia da sua habitual reserva a respeito dele.
Carta	MCH 90.10.84	Port.	25/04/1904	Não tem dinheiro para mandar o chá: recebeu a naftalina, mas falta o formicida, conserto dos muros da casa, notícias das dificuldades da cidade e dele. Custo de impostos
Carta	MCH 90.10.85	Port.	Sem data, mas posterior a	Esteve doente, manda chá, avisou a Maria Cândida sobre o telhado e os muros. Ainda não tem formicida

			23 de setembro de 1904	
Carta	MCH 90.10.??	Port.	01/08/1905	Mandou orçamento para o conserto do beiral para Maria Cândida e quer ordem por escrito para tratar o serviço
Carta	MCH 90.10.86	Port.	24/07/1905	Escreveu em janeiro, mandou chá e não teve resposta. Maria Cândida passou 10 dias na casa e fez o aniversário de Júlio. Não ligou para os problemas da casa, quebrou uma jarra e mexeu no relógio. Voltou em março, ficou 16 dias, encheu a casa de gente e bagunçou tudo. O telhado continua com problemas. Maria Cândida e Julio não aparecem na casa, mas estão vindo na cidade. Teme pela integridade da casa e do muro na época das chuvas.
Carta	MCH 90.10.87	Port.	11/09/1905	Recebeu carta de 16 de agosto; mandou chá. Está doente e não consegue aparar a hera. Os médicos recomendam o mar, mas ele está sem dinheiro. O telhado está consertado, mas a chuva aumentou o valor do serviço. Faz queixa da Maria da Conceição. O muro permanece sem concerto
Carta	MCH 90.10.89	Port.	13/03/1906	Esteve doente. Dificuldade em manter a casa. Matou 4 formigueiros. Palmeiras muito altas e as folhas podem cair no telhado. Maria Cândida não vai na casa. Eles não defendem os interesses de Eufrásia.
Carta	MCH 90.10.91	Port.	23/06/1906	Deseja melhoras da doença de Eufrásia. Maria Cândida vai mandar o formicida e o remédio para os livros. Francisca Bruhns ainda não veio para Vassouras Remete orçamento para matar os formigueiros.
Carta	MCH 90.10.92	Port.	15/09/1906	Recebeu carta no dia 22 de agosto. Maria Cândida está para ir na Chácara e Francisca e o filho foram a chácara e mandaram arrumar o muro. Mandaram fazer orçamento para outras reformas na casa, viram o estrago dos pés de chá. Voltaram para São Paulo levando mudas de trepadeiras de São João e de Sagu
Carta	MCH 90.10.93	Port.	10/01/1907	Recebeu carta em 08 de dezembro de 1906. Está doente e o filho mais velho vai embora Lidgerwood vem ver o que fazer na casa. Tem que refazer o pomar e está com pouco dinheiro. Dificuldades em manter a casa com o valor remetido.
Carta	MCH 90.10.112	Port.	29/01/1914	Reparos na chácara. Novidades sobre a cidade
Cartão	MCH 90.10.123	Port.	06/11/1884	Monograma de Frederico e Manuelita Furquim de Almeida - Convite de casamento
Carta	MCH 90.10.125	Port.	23/12/1926	Superiora da Irmandade dos Santos Anjos pede desculpas por não ter ido visitá-la.
Cartão	MCH 90.10.127	Francês	S/D	Le Baron Romano Avezzana - Embaixador do Rei da Itália, com gratidão.
Cartão	MCH 90.10.128	Port.	20/12/1926	Boas Festas das irmãs da Santa Casa de Vassouras
Cartão	MCH 90.10.129	Francês	S/D	Príncipe Henri de Croy

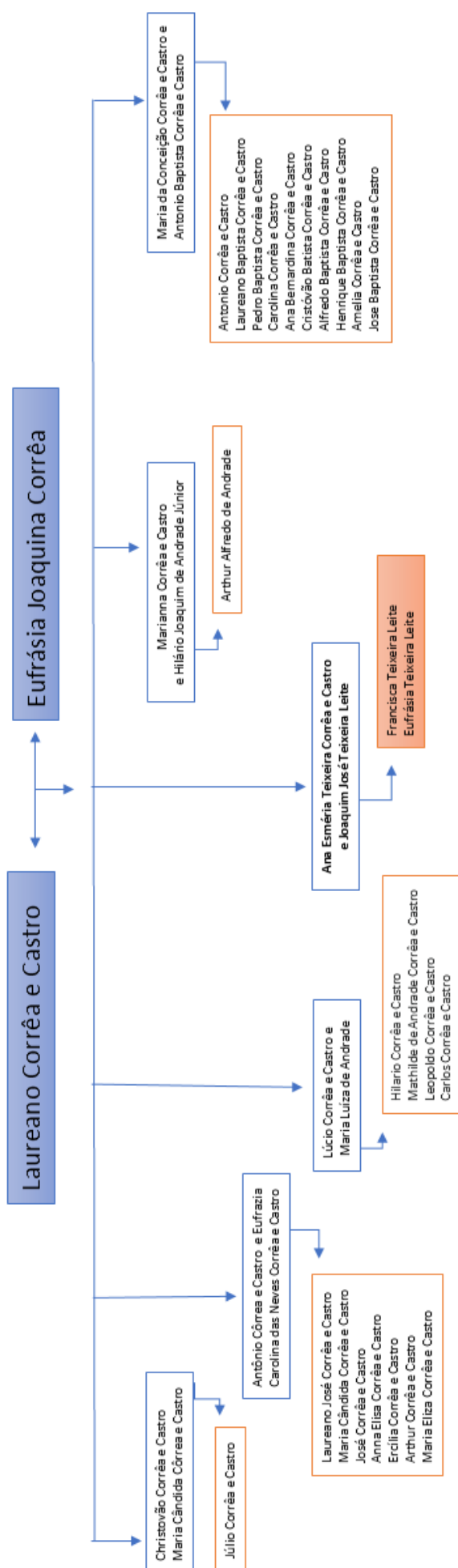
Cartão	MCH 90.10.134	Francês	S/D	Cartão de visita de Mlle. Romano Avezana
Cartão	MCH 90.10.135	Port.	13/06/??	Baronesa de São Joaquim pede notícias
Cartão	MCH 90.10.136	S/I	S/D	Conde Raphael de Viel-Castel - Cartão de visitas
Cartão	MCH 90.10.138	Port.	S/D	A esposa de Honório Paiva Coutinho - confirma evento no Itamaraty
Cartão	MCH 90.10.139	Port.	S/D	Deseja boa viagem - Brasão de D. Januária.
Cartão	MCH 90.10.142	Francês	S/D	Conde de Reilhac - Solicita novo encontro
Cartão	MCH 90.10.144	S/I	S/D	Emília de La Rocque - cartão de visitas
Cartão	MCH 90.10. 146	Francês	S/D	Le Com. E. Martuschelli- Enviado Extraordinário- Ministro Plenipotenciário de S. M. o Rei da Itália.
Cartão	MCH 90.10.148	Francês	S/D	Baronesa D'Estrella- Marca encontro no Palace Vendôme,14. Despede-se com muito carinho.
Carta	MCH 90.10.191	Port.	S/D	Padre Xavier Ewald - Pede contribuição para festa religiosa.

Fonte: a autora

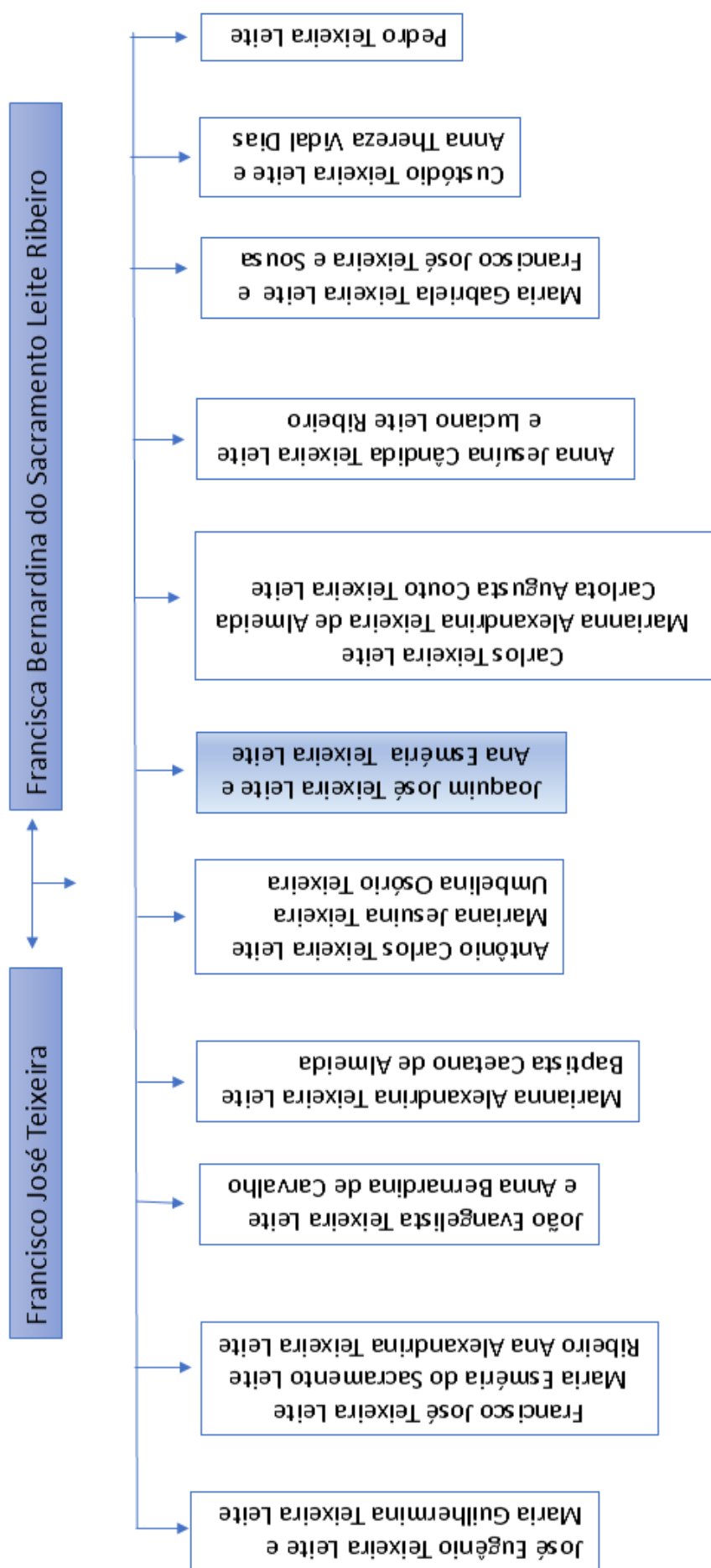
APÊNDICE H
Árvore Genealógica - Eufrásia Teixeira Leite



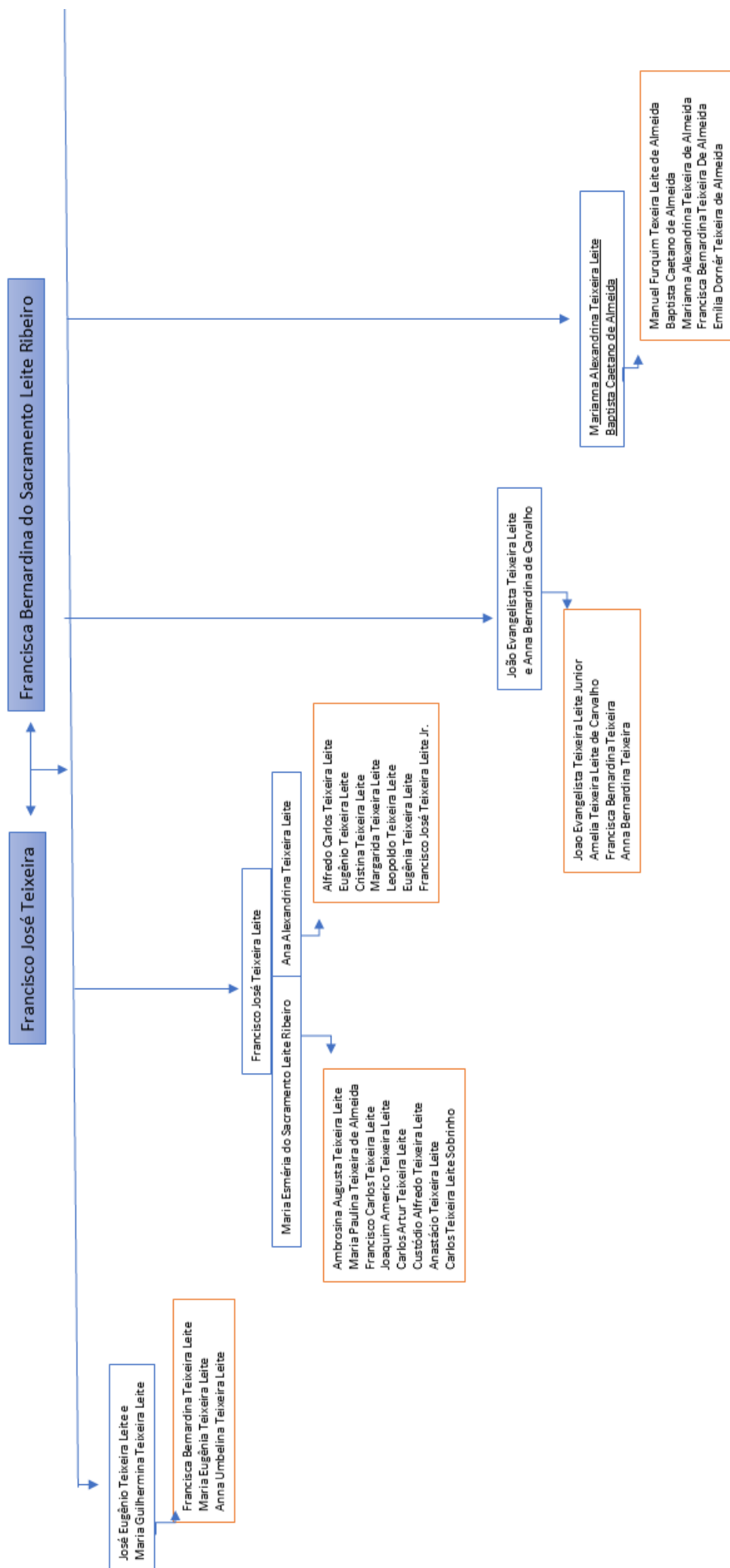
Os Corrêa e Castro – 2ª Geração



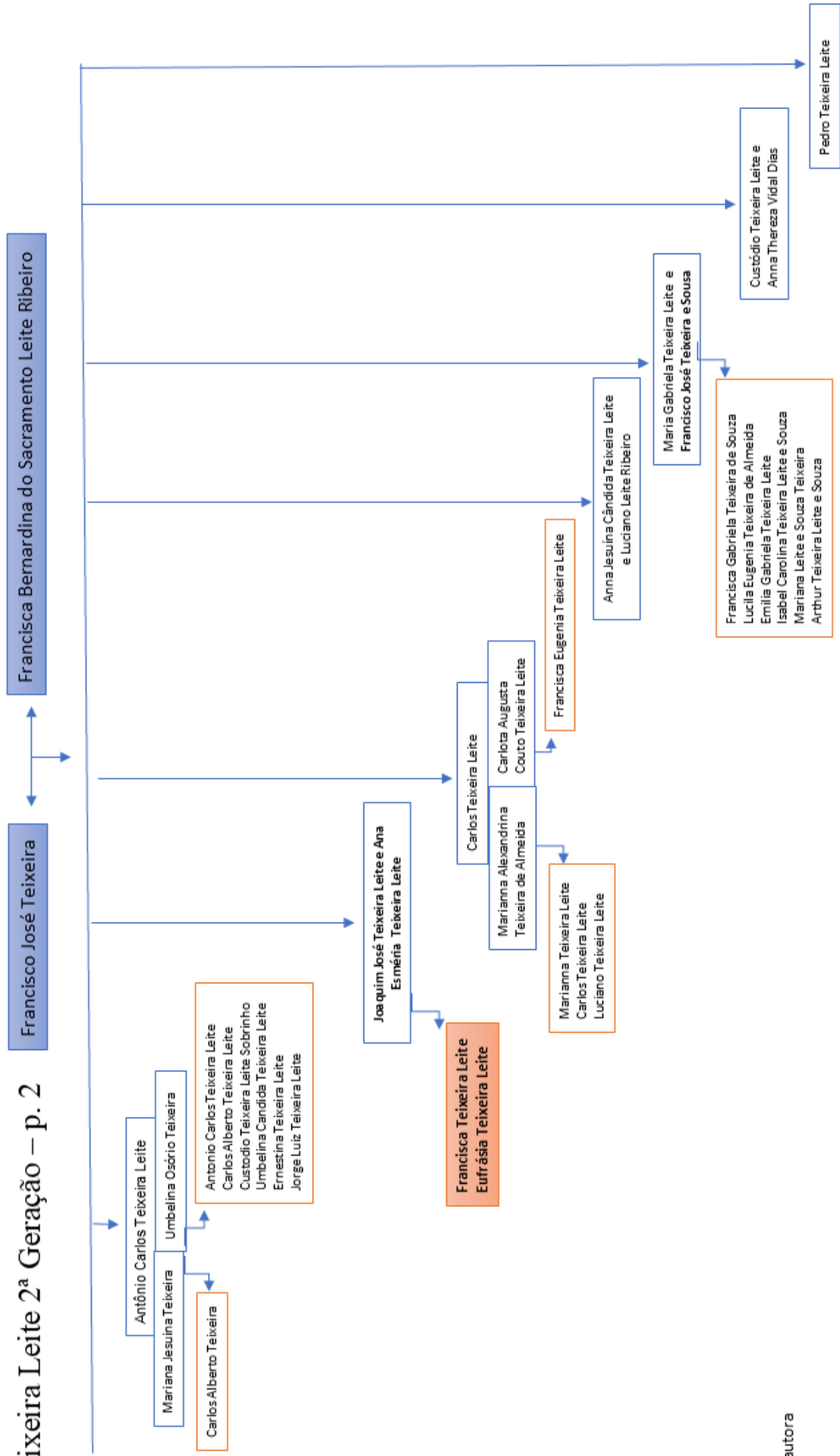
Os Teixeira Leite – 1ª Geração



Os Teixeira Leite – 2ª Geração - p. 1



Os Teixeira Leite 2ª Geração – p. 2



Fonte: A autora

APÊNDICE I
Listas de empresas ETL

Nº	TIPO	EMPRESA	PAÍS
1	Banco	Deutsch Bank	Alemanha
2	Energia elétrica	Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft	Alemanha
3	Maquinas	Siemens	Alemanha
4	Medicamentos	FARBEN farmacêutica (hoje Bayer)	Alemanha
5	Mineração	Mineração de Zinco	Alemanha
6	Sorvetes	BUNGE Glaceries de Boheme	Alemanha
7	Ferrovia	Tramways de Buenos Aires	Argentina
8	Porto	Porto de Buenos Aires	Argentina
9	Tabaco	Manufatura de Tabaco Picardo e Cia	Argentina
10	Banco	Banque Belga	Bélgica
11	Banco	Banque Belge pour l'Etranger	Bélgica
12	Banco	Banque Centrale Anversoise	Bélgica
13	Banco	Banque de Bruxelles	Bélgica
14	Banco	Banque Italo-Belge	Bélgica
15	Banco	Banque Liegeoise & Crédit Général Liégeois Réunis	Bélgica
16	Energia elétrica	Companhia Eletrica de Borinage	Bélgica
17	Energia elétrica	Construct Electric Charleroi	Bélgica
18	Ferrovia	Wagons-Lits, companhia que operava a rota do Oriente Express	Bélgica
19	Ferrovia	Chemin du Fer Belges	Bélgica
20	Ferrovia	Ferrovia de Flanders	Bélgica
21	Ferrovia	Compagnie des Chemins de Fer du Congo Supérieur aux Grands Lacs Africains	Bélgica
22	Manufatura	PRAYON	Bélgica
23	Metalurgia	Metalurgiques du Hainaut	Bélgica
24	Mineração	Comptoir Charbonnier Maritmie	Bélgica
25	Mineração	Société Anonyme des Charbonnages de l'Espérance et Bonne-Fortune	Bélgica
26	Mineração	Angola Diamants	Bélgica
27	Mineração	Charbon Espérance et Bonne Fortune	Bélgica
28	Papel	Papierfabriek Louis de Naeyer	Bélgica
29	Tecelagem	Companhia de seda Antuérpia	Bélgica
30	Transporte	Société Financière de Transports et d'Entreprises Industrielles	Bélgica
31	Tecelagem	Cottoniere Belga Brasileira	Bélgica/Brasil
32	Banco	Banque des Colonies	Bélgica/Congo
33	Mineração	Union Minière du Haut-Katanga	Bélgica/Congo
34	Banco	Banco da Província do Rio Grande do Sul	Brasil
35	Banco	Banco de Comércio e Indústria de São Paulo	Brasil

36	Banco	Banco Mercantil do Rio de Janeiro	Brasil
37	Bebidas	Antarctica Cervejaria	Brasil
38	Bebidas	Brahma Cervejaria	Brasil
39	Energia elétrica	Southern Brazil Electric Coy	Brasil
40	Ferrovia	Ferrovia Madeira-Mamoré	Brasil
41	Ferrovia	Ferrovia em Rondônia	Brasil
42	Ferrovia	Ferrovia Mogiana	Brasil
43	Porto	Porto de Santos	Brasil
44	Porto	Port of Pará Company	Brasil
45	Tecelagem	Companhia de fiação e tecidos Aliança	Brasil
46	Tecelagem	Companhia América Fabril	Brasil
47	Tecelagem	Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira	Brasil
48	Transporte	Viação Fluminense	Brasil
49	Ferrovia	Companhia Paulista Estrada de Ferro	Brasil
50	Ferrovia	Southern San Paulo Railways C. Ltda	Brasil
51	Banco	Credit Foncier Franco Canadense	Canadá
52	Energia elétrica	Shawining Water and Power Coy	Canadá
53	Ferrovia	Canadian Pacific Railroad	Canadá
54	Mineração	The Original Consolidated Mining Co.	Canadá
55	Petróleo	Emba Grosnyi	Chechênia
56	Tecelagem	Linier Cantoine	Dinamarca
57	Ferrovia	Cairo Electrical and Railroad	Egito
58	Ferrovia	Cairo Electric Railway & Heliopolis Oases	Egito
59	Ferrovia	Barcelona Traction	Espanha
60	Mineração	Asturienne de Mine	Espanha
61	Banco	City Bank.	EUA
62	Energia elétrica	Gas and Electric Light and Power em Baltimore	EUA
63	Ferrovia	Baltimore and Ohio Power and Railroad	EUA
64	Ferrovia	Georgia Light and Power and Railroad	EUA
65	Ferrovia	Union Pacific Railroad	EUA
66	Ferrovia	San Louis-San Francisco Railway Com	EUA
67	Maquinas	Scarab Oil Burning Co. Ltd.	EUA
68	Petróleo	The Shell Transport & Trading Com.	EUA
69	Tecelagem	Produção de lã em Hoboken	EUA
70	Mineração	Kennecott Copper Corp.	EUA
71	Banco	Banque de l'Indo-Chine	França
72	Banco	Banque de Paris et Pays-Bas	França
73	Petróleo	Trust Franco Belga	França/Bélgica
74	Petróleo	Trust Franco Belge des Pétroles	França/Bélgica

75	Ferrovia	Rodovia Grécia	Grécia
76	Ferrovia	Rodovia em Amsterdã	Holanda
77	Tecnologia	Royal Dutch Flor	Holanda
78	Mineração	ARBED mineração de aço	Luxemburgo
79	Energia elétrica	HydroEletrica de Tucuma	México
80	Energia elétrica	Mexican Light & Power	México
81	Ferrovia	Ferrovia Interoceânica	México
82	Ferrovia	México Tramways	México
83	Mineração	Mines d' Aljustel	Portugal
84	Mineração	Rio Tinto	Reino Unido
85	Cosméticos	Unilever	Reino Unido/Holanda
86	Petróleo	Shell Union Oil	Reino Unido/Holanda
87	Alimentos	Nestlé & Anglo- Swiss Condensed Milk Com	Reino Unido/Suíça
88	Tecelagem	Oriental Carpet Manufactured	Reino Unido/Turquia
89	Petróleo	Astra Romana	Romênia
90	Banco	Soc. Banque Suisse e Credit Suisse	Suíça
91	Medicamentos	LONZA	Suíça
92	Banco	Banque Fonc. & Immob Belge-Tunisienne	Tunísia

Fonte: a autora

APÊNDICE J – Transcrição da carta de Manoel Rebello

Vassouras, 15 de Janeiro de 1923.

Ex.ma Snr.^a D.^a Eufrásia Teixeira Leite

Saudações

Ex.ma Snr.^a:

Em vista de V.^a Ex.^a já ter balanceado tudo quanto havia em sua chacara, que estava sob, a minha guarda; portanto cessada a minha responsabilidade, sobre tudo quanto estava em minha guarda; e necessitando eu de retirar-me de Vassouras uns dias para descanso, pois me acho muito cansado e um pouco doente, é esta a razão de eu não poder ir falar com a V.^a Ex.^a pessoalmente o que então o faço por meio d'esta.

Venho por meio desta agradecer a V.^a Ex.^a a confiança que me dispensou a trinta e seis annos a fim de guardar e zelar tudo quanto havia em sua chacara; não podendo ficar, como tinha dito a V.^a Ex.^a uns 2 meses até V.^a Ex.^a arranjar outro, pelos motivos expostos a cima, o que fica o meu genro Agostinho Souza, até V.^a Ex.^a arranjar um outro.

Sem mais

Sou de V.^a Ex.^a C. do G. do

Manoel da Silva Rebello

Fonte: a autora

APÊNDICE K – Transcrição do Registro de Óbito de Eufrásia Teixeira Leite

1512

Aos doze de setembro de mil, digo, aos treze de setembro de mil novecentos e trinta, em cartório compareceu Dr Antônio José Fernandes Júnior, brasileiro, casado, advogado, com cinquenta e nove anos de idade, residente à Rua Alice, trinta e dois, Laranjeiras, e, exibindo um atestado médico do Dr. E. de Salles Guerra, declarou que, hoje, às treze horas e meia, na Ladeira da Glória, cento e sessenta e dois, faleceu de esclerose cardiorenal, cachexia cardíaca "Dona Eufrasia Teixeira Leite", filha de Dr. Joaquim Teixeira Leite, já falecido, do sexo feminino, de cor branca, com oitenta annos, solteira, do Estado do Rio, domiciliada na cidade Vassouras. Deixou bens. Deixou testamento. O corpo será sepultado na cidade Vassouras, no cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Nada mais declarou e, assigna, depois de lido e achado de conforme. Eu, Isaura França de Almeida, escrevente juramentada o escrevi. E eu, José França Junior, oficial.

Assina: Antônio José Fernandes Junior

Fonte: a autora

ANEXO I- Certidão de Batismo de Eufrásia Teixeira Leite

Fonte: Fernandes 2012, p. 49.

ANEXO II- Carta integrante do Caderno de Caligrafia de Eufrásia Teixeira Leite

Minha Mãe

Escrevo-lhe somente para saber de suas saúdes
e estimar que a senhora tenha gozado saúde
também como novo chiquinha e todos de lá.
Nai tenha tido muitas saúdes da senhora mas
que a senhora não hade talar muito por lá,
e lhe dizer que o meu vestido ^{de casa} novo não
é um pouco rasgado no corpinho e é melhor mandar
buscar para endusar e não se
deixar de rasgar, digo a Chiquinha que eu fui
ver para ella. De muitas lembranças a vó
e Chiquinha e todos meus tios que a senhora
Ferminea mandalhes muitas lembranças e
um beijo e um abraço em Chiquinha
e prima Morcia manda.
Minha presadissima Mãe.

Esta
vossa
L. N. Y. Y. Sua obediente filha
MCH 90.10.216

Caderno de Caligrafia
de Eufrasia Teixeira Leite
27/09/1859
MCH 90.10.216
Casa da Hera

Fonte: IBRAM. Acervo Museu Casa da Hera

ANEXO III - Carta, sem data, de Eufrásia para sua mãe

Minha Mãe

vo-lhe sômesite para saber de suas noti-
 e estimarei que a senhora tenha goza-
 reside e Chiquinha assim também como
 e Chiquinha e todos de lá. Mamãe
 tudo muitas saudades da senhora mas espe-
 ra a senhora não fique tardando muito por
~~mandar a senhora escrever para a mamãe~~
~~de me mandar notícias~~ mande Chiquinha escrever
 está cada vez esta casa um pouco sagrada e a
 mamãe quer mandar buscar para
~~mandar a senhora escrever para a mamãe~~
~~mandar a senhora escrever para a mamãe~~ diga a Chiquinha
 que escreva para ellas. De muitas lem-
 bras a vó e todos meus tios que a senhora
 e a Chiquinha, e Hermana mande-lhe muitas

Frente

longas e de um lado e outro abaco em chapeada
da munda. Adeos minha prezadissima
Sua obediente filha,
E. I. S. B. nãa mostre
esta a seguinte

ANEXO IV – Documentação Cartorária – 1-Chácara Calvet/2-Chácara da Hera

2º

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE VASSOURAS – ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
RUA CAETANO FURQUIM, Nº. 231, LOJA 02, CENTRO COMERCIAL VASSOURAS
CENTRO – VASSOURAS/RJ – CEP 27.700-000

CERTIFICA, em virtude de pedido de parte interessada que, revendo em meu poder e Cartório do 2º Ofício de Vassouras/RJ, o Livro de **TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES** nº **3-H**, dele, às **fls. 186**, consta feita a transcrição seguinte: **NÚMERO DE ORDEM:** 2.382. **DATA:** 19 de novembro de 1938. **CIRCUNSCRIÇÃO:** 1º Distrito de Vassouras. **DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO:** Em branco. **CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES:** Parte da Chácara número 04, da Rua Assis e Almeida e o terreno a ela anexo, à mesma Rua, nesta Cidade, tendo sido feita a medição e demarcação da área vendida, sendo levantada a planta junta a folhas vinte e seis dos autos de subrogação e que ficou fazendo parte integrante da escritura, sendo assinadas nos atos cópias da planta, uma para cada contratante; a parte referida dessa Chácara tem conforme dita planta a área de cinco alqueires sete mil e oitocentos e cinquenta metros quadrados, e bem assim o terreno anexo que mede quarenta e dois metros de largura na frente e nos fundos e quarenta metros de ambos os lados, de frente a fundos, sendo que a parte da Chácara ora vendida confronta pela frente com o dito terreno anexo, Rua Assis e Almeida, prédio dessa Rua número dois, Mandaro & Filhos, herdeiros de Aniceta Maria dos Santos, pelo lado direito de quem está dentro da Chácara em frente e olhando para a Rua Assis e Almeida, com a Chácara da Hera, pelos fundos com a mesma Chácara da Hera e Manoel Furtado e pelo lado direito, ou linha de curvada com a Outorgante vendedora, e o terreno anexo confronta pela frente com a Rua Assis e Almeida, pela esquerda com a Chácara número quatro e com a Chácara da Hera, pelos fundos com Sylvio Guimarães e pela direita com Henrique Moreira Netto, que a venda abrange as benfeitorias existentes, havendo na parte vendida da Chácara número quatro três casas de construção de pedra, cal e tijolos, cobertas de telhas e divididas em cômodos para moradia, e uma caixa d'água, abrangendo a venda ainda o manancial existente na mesma, bem como a fonte denominada "Água do Fórum", existente no terreno anexo, que foi objeto de concessão feita pelos antecessores da outorgante vendedora, conforme escritura de dois de janeiro de mil novecentos e vinte e dois, outorgada a Prefeitura de Vassouras, que por sua vez em vinte e nove de Março de mil novecentos e trinta e cinco, conforme contrato lavrado às páginas duzentos e sessenta a duzentos e sessenta e dois verso, digo, duzentos e sessenta e dois do livro próprio da Prefeitura, transferiu ela toda a mencionada concessão a S/A Companhia Industrial São Luiz, com sede nesta Cidade, à Rua Dr. Calvet, número onze, para sua captação, canalização, instalação de chafariz público e aproveitamento e utilização das sobras para seu uso e gozo, concessão e contrato de que tem pleno conhecimento a Outorgada Compradora e que serão por ela respeitados por constituírem servidão. A outorgante vendedora

possui a dita parte da Chácara número 04 e respectivas benfeitorias e terreno anexo livres e desembaraçados, de quaisquer ônus judiciais ou extra judiciais, hipoteca legal ou convencional ou direito real de terceiro, **a não ser as cláusulas testamentárias de inalienabilidade ou, digo inalienabilidade e incomunicabilidade que ficam extintas pela venda e serão canceladas por força do Alvará transcrito na escritura e a servidão d'agua concedida a Prefeitura de Vassouras, relativa ao terreno anexo.** A parte vendida a que refere acima o presente registro e relativa à Chácara da Rua Assis e Almeida número quatro e a que verte para o lado da Cidade de Vassouras. O Oficial (a) Manoel Francisco Bernardes Netto. **NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA CIDADE DE VASSOURAS,** devidamente representada no ato da escritura pelo seu Provedor Major Felix Machado. **NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: DONA ESTHER PAULO DE SOUZA DE FARIA,** assistida de **seu marido JOÃO LOPES DE FARIA,** proprietários, residentes em Parahybuna, Estado de São Paulo. **TÍTULO:** Compra. **FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO:** Escritura de 18 de Novembro de 1938, lavrada nas Notas do Tabelião do 2º. Ofício de Vassouras, Manoel Francisco Bernardes Netto. **VALOR DO CONTRATO:** Setenta e cinco contos de reis (75:000\$000). **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** Consta do título que a aquisição dos imóveis constantes desta transcrição, bem como a aquisição do imóvel à Rua Assis e Almeida, número dois, feita ao Dr. Nabor de Queiroz Paim e sua mulher conforme escritora, anterior se destinam a construção do edifício e instalações do Instituto Profissional Masculino, Dr. Joaquim Teixeira Leite; objeto do legado deixado por Dª Eufrásia Teixeira Leite. **REGISTRO ANTERIOR:** Livro 3-F, fls. 45, sob o nº 544. **AVERBACÕES:** **AVERBAÇÃO Nº. 01:** Procede-se a esta averbação nos termos do requerimento dirigido ao Titular deste Ofício, pela requerente, em 29 de maio de 1979, instruído com planta aprovada pela Prefeitura Municipal de Vassouras, sob nº. 2863-76, para constar que do imóvel ao lado, foi desmembrada uma área de 35.555,65m², com as seguintes características dimensionais: integrante da maior porção da Chácara nº. 04, formada por um polígono de 6 vértices, tendo seu início no marco nº. 01, segue uma linha com 60,20m até o marco de nº. 02; daí até o marco nº. 03, a extensão de 84,85m; desse ponto ao marco de nº. 04 a medida é de 190,00m e 134,50m até encontrar o marco nº. 05; desse ponto ao marco de nº. 06, a extensão de 214,42m e fechando o polígono, do marco 06 ao marco de nº. 01, a extensão de 120,44m, confrontando pelos seus diversos lados com terras remanescentes, tendo a referida área acesso pela Rua Prof. Ronald Fiúza Manhães. Requerimento e planta, são arquivados. Vassouras, 03 de julho de 1979. O Oficial (a) Wallace Ribeiro Leal. **NOTA:** Alienada a área desmembrada de 35.555,65m², para CEDAE, conforme matrícula 4.394, fls. 197, livro 2-U, em 09/09/1980. **NOTA:** Destacada uma área com 626,00m² (parte da área nº. 03), situada na Rua Prof.

Ronald Fiuza Manhães, antes de maior porção designada por parte da Chácara nº. 04, por determinação do Juízo da 1ª. Vara desta Comarca, Proc.: 0000132-57.2000.8.19.0065, requerente Joselita Maria Oliveira da Silva, conforme matrícula 16.046, fls. 119, livro 2-BZ, em 22/05/2018. **NOTA:** Destacada a Gleba com 14.281,00m2, desapropriada pelo Município de Vassouras, nos termos do Mandado Judicial, de 03/07/2020, Proc. nº. 0003830-51.2012.8.19.0065, do Juízo de Direito da 1ª Vara desta Comarca, destinada a construção de um mirante com estrutura de apoio, ficando o imóvel desfalcado desta gleba, conforme matrícula 16.599, fls. 268, livro 2-CB, em 29/12/2020. Devidamente selado. Final da Certidão Narrativa. **Nota:** A área remanescente se encontra matriculada sob 17.134, neste Cartório, em 22/11/2023.

CERTIFICA que revendo em seu poder, os livros de “**REGISTRO DE IMÓVEIS**”, deste Cartório do 2º Ofício de Vassouras, **deles, no livro de número 03 consta à fls. 30, o registro da adjudicação sob número de ordem 59, feito em data de 05 de maio de 1939, sendo, adquirente (s): INSTITUTO DAS MISSIONÁRIAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**, com sede na Cidade de Roma, na Itália, e diversas filiais no Brasil. **Transmitente (s): DR. ANTONIO JOSÉ FERNANDES JUNIOR**, como testamenteiro do **ESPÓLIO DE DONA EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE**. **Título (s):** Carta de Adjudicação extrahida dos autos de inventário de Dona Eufrásia Teixeira Leite, passada em favor do Testamenteiro no Brasil Dr. Antonio José Fernandes Junior, para entrega ao legatário Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, devidamente subscripta pelo Escrivão do 1º Ofício desta Cidade, Pedro Alves Ferreira da Costa e assignada pelo primeiro suplente do Juiz de Direito, em exercício, Dr. José da Silva Dias em dez de abril de mil novecentos e trinta e nove. **Valor Declarado:** Os valores dos imóveis são os seguintes: o valor do imóvel “**Chácara da Hera**” computados apenas o prédio, terreno, benfeitorias, excluído os móveis, quadros, louças, e utensílios e objectos existentes na casa de morada, segundo a avaliação feita no inventário, é de noventa e seis contos e setecentos mil reis (96:700\$000). O valor do imóvel denominado “**Chácara Dr. Calvet**”, constituído por casa de moradia e terrenos, segundo a avaliação do inventário é de quarenta e quatro contos e cinquenta mil reis (44:050\$000). O valor do prédio construído na antiga “**Chácara Dr. Calvet**”, destinado ao Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite, segundo seu custo, excluídos os valores do mobiliário, objectos e utensílios para o aparelhamento nelle existentes, segundo as declarações finais do inventário em que se baseia o calculo é de três mil cento e sessenta contos de reis (3:160:000\$000). Os valores dos três imóveis perfazem a somma total de três mil trezentos contos e setecentos e cinquenta mil reis (3.300:750\$000). **Imóvel: (características): A Chácara da Hera** compõe-se de casa de morada que contém os seguintes cômodos: uma sala de entrada, uma outra sala ao lado direito de quem entra, dois salões nobres, uma sala de jantar, copa, cozinha, doze quartos, sendo oito com janellas, e quatro sem janellas, servindo um dos quartos com janellas de bibliotheca e outro de escriptório, e diversas dependências fora do corpo da casa de morada, em mau estado de conservação, tendo sido uma dellas ultimamente reformada, constando as reformas de uma saleta, sala de jantar, cinco pequenos quartos, cozinha, banheiro completo, duas privadas, com todas as instalações de água, luz e exgottos. **Compõe-se mais a dita Chácara de terreno com a área de 240.594,00 metros quadrados**, existindo no terreno uma grande Chácara, sendo a parte restante consistente em pastos e um capoeirão, tendo o mesmo terreno nos fundos uma extensa rua de bambus. Confronta o mesmo terreno: com a rua Dr. Joaquim Teixeira Leite, com terrenos de herdeiros do Barão de Vassouras, **com terrenos de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras**, com terrenos de Manoel Furtado, com terrenos Avelino da Silveira Gomes, até a rua Dr. Calvet, por esta até as divisas da Chácara Dr. Calvet e por estas até o ponto inicial do canto das ruas Dr. Joaquim Teixeira Leite e Travessa Dom Carlos da Silveira. Dita Chácara foi adquirida pelo Dr. Joaquim Teixeira Leite em partilha no Inventário do seu finado sogro Laureano Correa e Castro, Barão de Campo Bello, processada e julgada no Foro de Vassouras. **A Chácara Dr. Calvet**, compõe-se de uma casa de morada em forma de Chalet, ainda habitável, mais em mau estado de conservação, contendo sala de visitas, sala de jantar, quatro quartos, cozinha, cinco quartos para empregados, e fora do corpo da casa, diversas dependências de serviços, em péssimo estado de conservação, e compõe-se mais de um terreno, que contém algumas árvores frutíferas, e uma pequena capoeira, **tendo todo o terreno a área de 73.447,00 metros quadrados**. O dito terreno confronta: com terrenos da Chácara da Hera, desde o canto da rua Dr. Joaquim Teixeira Leite e da Travessa Dom Carlos da Silveira, até a rua Dr. Calvet, por esta rua até o ponto inicial. Dita Chácara foi adquirida por Escriptura pública de compra de 07

de abril de 1.924, lavrada em Notas do Tabelião Damazio de Oliveira, do 14º Offício do Rio de Janeiro, compra feita pela fina Dª Eufrásia Teixeira Leite a Flávio Leugruber e sua mulher Dª Judith Leugruber, tendo sido a transcrição feita no Registro de Imóveis no livro 3-D, à folhas 137, sob nº. 3.834, em 10 de abril de 1924. No terreno dito onde ainda existe a antiga casa residencial foi construído no lugar adequado **o novo Edifício destinado ao Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite**, em estilo “Missões”, ocupando a parte edificada uma área de 2.600,00 metros quadrados, contendo o mesmo edifício dois pavimentos além do térreo. No pavimento térreo se acham localizadas as salas de aulas em número de quatorze, o hall de entrada ou parlatório, a capella, os refeitórios, cozinha, copas, aparelhos sanitários, teatro, e dependências. Nos dois outros pavimentos se acham localizados os dormitórios, em número de treis, os quartos para as irmãs, roparias, as enfermarias, a pharmacia, aparelhos sanitários e demais dependências. **CONDIÇÕES DO CONTRATO:-** Os imóveis se refere a presente transcrição, **estão gravados com a verba testamentária seguinte:** Verba – I – Deixo ao Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, com sede na Cidade de Roma na Itália, mas com diversos estabelecimentos de instruções no Brasil, dos quaes o principal se acha installado nesta Cidade do Rio de Janeiro à Conde de Bonfim nº.1.305, os seguintes bens:- a) – **Com a cláusula de inalienabilidade absoluta e insubrogabilidade em outros bens de qualquer natureza**, a minha chácara situada na Cidade de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, herdada de meus Paes, constituída por casa de moradia e terras em grandes partes cultivadas, com arvores frutíferas, com todos os móveis objetos, livros da biblioteca, que foi de meu finado pae, quadros, louças e utensílios, existente na casa de morada da mesma chácara da minha propriedade; b) – **Com a cláusula também de inalienabilidade e insubrogabilidade em bens de qualquer natureza**, a chácara de minha propriedade situada na mencionada Cidade, constituída por casa de morada, em mau estado e terras em partes cultivadas, com arvores frutíferas contígua àquella primeira chácara acima mencionada, chácara dita que adquiri ultimamente por compra feita à viúva e herdeiros do Dr. Ataliba de Lara, e que outrora pertenceu ao Dr. José de Paiva Magalhães Calvet e depois aos seus herdeiros; c) – **Mil Apólices da Dívida Pública da União Federal**, nominativas e do valor nominal de 1:000\$000 de juros de 5% ao anno e mais a importância, que se tornar necessária, em dinheiro, conforme o orçamento previamente levantado, a qual será destinada ao fim previsto e indicado na letra b da verba II, abaixo estabelecida. **Verba - II – letra b –** O legatário será obrigado a fundar e manter um Instituto Profissional Feminino, que receberá a denominação Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite, na Chácara objecto do legado mencionado na letra b da Verba I, para instrução e educação gratuitas de cinquenta (50) menores pobres, que serão recolhidas, até completarem a maioridade civil, sem distincção de cores e classes sociais, órfãs de pae e mãe, de uma ou de outra, ou filhas de Paes notoriamente pobres, que não disponham de recursos para educal-as, sendo admittidas de preferência sempre as meninas pobres da Cidade e do Município de Vassouras; podendo, o legatário, além do número de cinquenta, receber como contribuintes, tantas meninas quantos lhe aprouver, mediante as contribuições que estabelecer, como bem entender, construindo, na mencionada chácara, no local desta, que for mais conveniente, o edificio necessário ao instituto, com as instalações e adaptações indispensáveis ao fim a que é destinado aquelle, e com a importância pecuniária acima mencionada na letra c da Verba I, que será entregue ao legatário pelo meu testamentário e inventariante de meus bens logo depois de iniciado o inventário do meu espólio, mais somente à proporção que as obras forem sendo atacadas e executadas à vista do orçamento das respectivas despesas. **O dito edificio ficará também gravado com as clausulas de inalienabilidade e insubrogabilidade.** **AVERBAÇÃO Nº. 01:-** Averbo aqui na conformidade com o Decreto – Lei Municipal nº. 36, de 03 de abril de 1943, e com a Sentença deste Juízo, de 24 de setembro de 1945, homologatória do acordo entre as partes na Ação de Desapropriação movida pela Prefeitura Municipal de Vassouras, contra o Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, que foram desapropriados dos imóveis constantes desta transcrição sob o

nº. 59, denominados **Chácara da Hera e Dr. Calvet, 43.230,00 metros quadrados**, de terras com os limites contidos na planta que serviu ao dito acordo, **ficando o produto da desapropriação de 17.862,60 metros quadrados para efeito de subrogação subordinado à mesma cláusula de inalienabilidade absoluta e insubrogabilidade**, que gravava o bem desapropriado e isto após sua inversão e apólices da Dívida Pública da União. Serviu para a presente averbação, como título, a Carta de Sentença extraída dos referidos autos de desapropriação em 06 de março de 1.946, pelo Escrivão do 1º Ofício local, com um aditamento de 09 de setembro de 1949, ambos assinados pelo MM Juiz de Direito da Comarca, Dr. Luciano Álvares Ferreira da Silva. Vassouras, 09 de dezembro de 1.949. (a) Décio de Souza Caravana. **AVERBAÇÃO Nº. 02:** De acordo com requerimento de parte interessada datado de 08 de fevereiro de 1971, instruído com plantas levantadas pelo Eng. Dr. Joaquim José Sombra de Albuquerque, CREA 16/185-D, aprovadas pela Prefeitura Municipal de Vassouras, em 04/02/1971, **averbo aqui o desmembramento de duas área do imóvel constante desta transcrição, que passam a constituir imóveis autônomos, a saber: I- Área com 25.000,00 metros quadrados; II – Área com 30.200,00 metros quadrados**, tendo ambas as características e metragens constantes das citadas plantas que ficam fazendo parte integrantes desta Averbação e ora são arquivadas. Vassouras, 10 de fevereiro de 1.971. (a) José Carlos Ganhadeiro. **AVERBAÇÃO Nº. 03: Cancelamento Parcial de Cláusula:** Certifico e dou fé que, em virtude de processo de subrogação e requerido pelo Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, e **Judicialmente deferido foi autorizada a venda** de duas área de terras desmembradas do imóvel objeto desta transcrição, uma com 25.000,00m2 outra 30.200,00m2, **as quais foram postas em hasta pública e arrematada pela Fundação Universitária Sul-Fluminense em 26/12/1969, pela importância de Cr\$ 75.700,00**. Consoante a subrogação deferida e conseqüente arrematação dos bens cancelo a cláusula de inalienabilidade e insubrogabilidade **das duas ditas áreas de terras, cujo gravame passará a onerar os bens que forem adquiridos com o produto da Arrematação Judicial**. Serviu como título para a presente averbação a Carta de Arrematação extraída dos citados Autos de Subrogação, em 27 de janeiro de 1.970, pelo Escrivão do 1º Ofício local, assinada pelo MM Juiz de Direito da Comarca, Dr. Nilson de Castro Dião. Vassouras, 10 de fevereiro de 1.971. (a) José Carlos Ganhadeiro. **NOTA:** Alienada (Desapropriação) a área de 43.230,00m2, a Prefeitura Municipal de Vassouras – Vide livro 3-D, fls. 017, sob nº. 2481, em 09/12/1949. Alienado (Arrematação) as áreas de 25.000,00m2 e 30.200,00m2, a Fundação Universitária Sul Fluminense – Vide livro 3-P, fls. 194, sob nº. 10.463, em 10/02/1971 e Livro 2-H, fls. 60, matrícula nº. 1.659. **OBSERVAÇÃO:** A casa e Chácara da Hera, inclusive seus pertences, onde funciona o Museu “Casa da Hera” e o escritório técnico desta Cidade, encontram-se na lista de bens tombados por Município de Vassouras, nos termos do Ofício do Ministério da Cultura – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – 6º. Superintendência Regional – Processo nº 459-t-52 i Inscrição nº. 292. Final da Certidão Narrativa. **CERTIFICA MAIS**, que revendo em seu poder e Cartório, **no período de 20 (vinte) anos até a presente data**, consta gravando a área restante do imóvel supra descrito, o constante nas averbações acima. O REFERIDO É VERDADE E DÁ FÉ. Vassouras, 21 de julho de 2023.

FINALIDADE: Ação Judicial

Assinada digitalmente pelo Oficial de Registro de Imóveis, José Carlos Ganhadeiro, Matrícula: 06/2.422.

As certidões do Registro de Imóveis podem ser solicitadas no sítio eletrônico: <https://registradores.onr.org.br/>, sem intermediários e sem custos adicionais.

ANEXO V – Testamento de Eufrásia Teixeira Leite

TESTAMENTO

Transcrição - Isabel Rocha

"Eu, Eufrasia Teixeira Leite, abaixo assignada, achando-me no goso e no uso da plenitude das minhas faculdades mentaes e no exercicio pleno da minha liberdade, temendo a morte, que é certa, embora incerto seja o seu dia, sem coacção, induzimento ou suggestões de quem quer que seja, tenho resolvido fazer o meu testamento dos bens que tenho não só no Brasil, como no Estrangeiro, do modo abaixo declarado.

Sou catholica, apostolica Romana, santa e bõa religião, em que nasci, que herdei de meus paes, em a qual fui baptisada, educada, tenho vivido e conto morrer. Sou filha legitima do Dr. Joaquim Teixeira Leite e de D. Anna Esmeria Teixeira Leite, já fallecidos, tendo nascido na Cidade de Vassouras, da antiga Provincia, hoje Estado do Rio de Janeiro, onde tenho propriedades e sou domiciliada, estando na data do presente testamento, de passagem apenas na cidade do Rio de Janeiro. Sou solteira, e não tendo nem descendentes, nem ascendentes, podendo assim, na conformidade das leis do meu paiz, dispôr dos bens, que tenho, como entender, e a bem de quem entender, faço-o de modo seguinte.

I . Deixo ao Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, com séde na Cidade de Roma, na Italia, mas com diversos estabelecimentos de instrucção no Brazil, dos quaes o principal se acha installado nesta Cidade do Rio de Janeiro, á Rua Conde de Bonfim, nº 1305, os seguintes bens:

- a) Com clausula de inalienabilidade absoluta e insubrogabilidade em outros bens de qualquer natureza, a minha chacara situada na Cidade de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, herdada dos meus finados paes, constituída por casa de moradia e terras em grande parte cultivadas com árvores fructíferas, com os todos moveis, objectos, livros da bibliotheca, que foi do meu finado pae, quadros, louças e utensílios existentes na casa de morada da mesma chacara.
- b) Com clausula tambem de absoluta inalienabilidade e insubrogabilidade em outros bens de qualquer natureza, a chacara de minha propriedade situada na mencionada cidade, constituída por casa de morada, em mão estado, e terras em parte cultivadas com arvores fructíferas, contigua áquella primeira chacara acima mencionada, chacara dita, que adquiri ultimamente, por compra feita á viuva e herdeiros do Dr. Ataliba de Zara [?], e que outrora, pertenceu ao Dr. José de Paiva Magalhães Calvet, e, depois aos seus herdeiros.
- c) Mil (1.000) Apólices da Dívida Publica da União Federal, nominativas, do valor nominal cada uma, de 1:000\$000, de juros de 5% ao anno e mais a importancia que se tornar necessaria em dinheiro, conforme o orçamento previamente levantado, o qual, será destinado ao fim previsto e indicado na clausula b da verba II, abaixo estabelecida, sendo as referidas apolices legadas com a clausula de absoluta inalienabilidade e insubrogabilidade em quaesquer outros bens, pelo que, com estas clausulas, serão averbadas na Caixa da Amortisação em nome do legatário. Esta averbação, porém, só será feita, depois de construido, com todas as installações indispensaveis, o edificio

destinado ao Instituto Profissional Feminino, de que trata a Clausula b da verba II, infra, e prompto, assim para a inauguração do mesmo Instituto.

II. Deixo os legados acima instituídos, tendo por objectos os bens mencionados nas alíneas a, b e c da verba I supra, com as seguintes obrigações e encargos:

- a) o legatário instituído será obrigado a conservar a casa de morada e tudo que nella existir no mesmo estado em quem que se encontrarem, quando fôr recebido o legado, da chacara indicada na alínea a da verba I, bem como a dita chacara, não podendo habitar ou ocupar, nem permittir que outros a habitem ou occupem a casa dita, e não podendo utilizar-se, nem permittir que outros se utilizem, dos móveis, objectos, louça, livros, quadros e utensilios existentes na casa da mencionada chacara, podendo, porém, o legatário se utilizar ou gosar, vendendo-os ou não dos fructos da chacara.
- b) O legatário será obrigado a fundar e manter um Instituto Profissional Feminino que receberá a denominação de "Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite", na chacara, objecto do legado, mencionada na alínea b da verba I, para a instrução e educação gratuita de cincoenta (50) meninas pobres, que serão recolhidas até completarem a maioridade civil, sem distincções de côres e de classes sociais, orphans de pae e mãe, de um ou de outro, ou filhas de paes notoriamente pobres, que não disponham de recursos para educal-as sendo admittidas de preferencia sempre as meninas pobres da Cidade e do Municipio de Vassouras; podendo o legatario, alem do numero de cincoenta (50), receber, como contribuintes, tantas meninas quantas lhe aprouver, mediante as contribuições que estabelecer, como bem entender; construindo na mencionada Chacara, no local desta que fôr mais conveniente o edificio necessário ao Instituto com as installações e adaptações indispensaveis ao fim a que é destinado aquelle, com a importância pecuniaria acima mencionada na alínea c da verba I, que será entregue ao legatario pelo meu testamenteiro e inventariante dos meus bens, logo depois de iniciado o inventario do meu espolio, mas, sómente á proporção que as obras forem sendo atacadas e executadas, á vista do orçamento das respectivas despesas. O dito edificio ficará também gravado com as clausulas de inalienabilidade e insubrogabilidade. O legatario terá a mais plena liberdade e autonomia na construcção do edificio destinado ao Instituto Profissional referido, e a maior liberdade e autonomia na direção e administração do mesmo Instituto.
- c) O legatario será obrigado no Instituto referido a dar ás meninas pobres recolhidas ao mesmo a instrução primaria completa e bem assim o ensino profissional domestico nas suas diversas modalidades, como sejam: lavar, ingomar, cosinhar, coser, cortar, bordar, etc, e bem assim a tratar igualmente, sob todos os pontos de vista, as meninas pobres e as contribuintes, sem a menor distincção ou selecção entre umas e outras.
- d) o legatario será obrigado, logo que esteja installado o Instituto, a mandar rezar, as seguintes missas, nas seguintes datas, por almas das seguintes pessoas: por alma de meu pae Dr. Joaquim Teixeira Leite, em 14 de Novembro de todos os annos; por alma de minha mãe D. Anna Esmeria Teixeira Leite, em 11 de Junho de todos os annos; por alma de minha irmã D. Francisca Bernardina Teixeira Leite, em 22 de Novembro de todos os annos; por alma dos meus avós Laureano Corrêa e Castro e Eufrasia Corrêa e Castro, uma missa todos os annos, em qualquer data; por minha alma na data do meu fallecimento, todos os annos; finalmente, por minha alma e pelas de todas as pessoas acima mencionadas uma missa nos dias de finados, de todos os annos.

- e) O legatário fica obrigado a consentir que os pretos Herculano e Francisco Vicente, que actualmente moram em dependências da casa da chacara mencionada na alínea a da verba I, como trabalhadores da chacara, continuem a morar em quanto viverem, nas ditas dependências, ocupando aquelles ou não no serviço de conservação da Chacara.
- f) o legatário será obrigado a inaugurar, dentro do prazo de tres (3) annos, a contar da data do inicio do inventario do meu espolio, o Instituto Profissional mencionado, uma vez que já tenha recebido, com as averbações em seu nome, as apolices constitutivas do legado instituido na alínea c da verba I, bem assim a chacara constitutiva do legado instituido na alínea b da verba dita, e os supprimentos pecuniarios de que tratam a alínea c da verba I e b da verba II, para a construcção do predio do Instituto.
- III. Não sendo acceitos os legados de que trata a verba I nas suas diversas alíneas, ou, depois de acceitos aquelles, não sendo cumpridos pelo legatário por quaesquer motivos, (inclusive a dissolução ou extinção do legatário, a retirada do Brasil das suas missionarias ou representantes e os fechamentos consequentes dos estabelecimentos de instrucção que o mesmo tem no Brasil) as obrigações e os encargos que lhe são impostos nas alíneas da verba II, cujas execuções serão rigorosamente fiscalisadas pelos meus testamenteiros adeante nomeados, tornar-se-ão caducos e de nenhum effeito, de pleno direito, independentemente de interpeação judicial, os legados instituidos, passando, nesse caso, como legados também, todos os bens que constituem os seus objectos e os respectivos rendimentos, que não tiverem sido applicados no cumprimento dos mesmos legados á Santa Casa de Misericordia da Cidade de Vassouras, com as mesmas clausulas de inalienabilidade e insubrogabilidade, ficando aquella legataria substituta sujeita ás mesmas obrigações e encargos de que tratam as alíneas a b c d e f da verba II. E na falta dos meus testamenteiros, por já serem todos fallecidos, a fiscalisação do cumprimento das obrigações e dos encargos impostos ao legatário será exercida pelo Juizo da Provedoria, isto é, pelo Juiz de Direito da Comarca, em que deve ser feito o meu inventario e cumprido o meu testamento, e pelo Promotor Publico de Residuos, cujas solicitudes imploro, confiando nos seus zelos, integridades e independências, procedendo ex-officio, ou por provocação do Provedor da Santa Casa de Misericordia de Vassouras, aos quaes confio o direito e o dever de, fallecidos que sejam os meus testamenteiros, zelarem pelo fiel cumprimento das obrigações e encargos impostos ao legatário, promovendo, mediante prova cabal de qualquer infracção, a decretação judicial da caducidade dos legados instituidos, no caso de não cumprimento das obrigações e encargos impostos ao legatário.
- IV . Deixo ao Collegio de Santa Rosa, de Nictheroy, dirigido pelo Padres Salesianos, Mil (1.000) apolices da Divida Publica da União Federal, nominativas, do valor nominal, cada uma, de 1:000\$000, de juro de 5% ao anno, e mais a importancia em dinheiro que se tornar necessaria, segundo o orçamento previamente levantado, a qual será destinada ao fim indicado na alínea a da verba V, que se segue; sendo as mencionadas apolices legadas com as clausulas de absoluta inalienabilidade e insubrogabilidade em quaesquer outros bens, pelo que com as ditas clausulas, serão averbadas na Caixa de Amortisação em nome do legatário. Dita averbação, porém, só será feita, depois de adquirido ou construido, com todas as installações indispensaveis, o edificio destinado ao Instituto Profissional Masculino, de que trata a verba V infra na sua parte final, prompto assim para a inauguração do mesmo Instituto.

- V. Deixo os legados acima instituídos na IV, com as seguintes obrigações e encargos:
- a) O legatário será obrigado a fundar e a manter um Instituto Profissional Masculino que terá a denominação de Instituto Profissional Masculino "Dr. Joaquim Teixeira Leite", na Cidade de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, para a instrução e educação gratuitas de cinquenta (50) meninos pobres, que serão recolhidos até completarem a maioridade civil, sem distinções de cores e de classes sociais, orphans de pae e mãe de um ou do outro, ou filhos de paes notoriamente pobres, que não disponham de recursos pecuniarios para educar-os, sendo admittidos de preferencia sempre os meninos pobres da Cidade e do Municipio de Vassouras, podendo o legatário, alem do numero de cinquenta (50) receber, como contribuintes, tantos meninos quantos lhe aprouver, mediante as contribuições que estabelecer, como entender; adquirindo na Cidade de Vassouras ou construindo na mesma o predio indispensavel do mesmo Instituto com as installações e adaptações indispensaveis ao fim a que se destina aquelle, com a importancia pecuniaria de que trata a verba IV, a qual será entregue pelo meu testamentario, logo depois de iniciado o inventario dos meus bens, mas sómente á proporção e á medida que as obras forem sendo atacadas e executadas, á vista dos orçamentos comprobatorios das respectivas despesas. O predio dito ficará também gravado com as clausulas de inalienabilidade e insubrogabilidade. O legatário terá a mais ampla liberdade e autonomia na aquisição, compra, ou construção do predio destinado ao referido Instituto e bem assim a mais plena liberdade e autonomia na direção e administração do dito Instituto.
 - b) O legatário será obrigado a dar aos meninos pobres que forem recolhidos ao Instituto mencionado a instrução primaria completa e o ensino profissional das artes mechanicas em suas diversas modalidades, tratando com absoluta egualdade, sob todos os pontos de vista, sem distincção e restricção, os meninos pobres e os contribuintes.
 - c) O legatário será obrigado, logo que esteja de posse dos bens legados e de installado o Instituto Profissional acima nomeado, a mandar rezar as seguintes missas, nas seguintes datas, por almas das seguintes pessoas: por alma de meu pae Dr. Joaquim Teixeira Leite em 14 de Novembro de todos os annos; por alma de minha mãe D. Anna Esmeria Teixeira Leite, em 11 de Junho de todos os annos; por alma de minha irmã D. Francisca Bernardina Teixeira Leite, em 22 de Novembro de todos os annos; por alma dos meus avós Laureano Corrêa e Castro e D. Eufrasia Corrêa e Castro, uma missa, em qualquer data, todos os annos; por minha na data do meu fallecimento, todos os annos; finalmente, por minha alma e pelas de todas as pessoas acima mencionadas, uma missa no dia de finados de todos os annos.
 - d) O legatário será obrigado a inaugurar dentro do praso de tres annos a contar da data do inicio do inventario dos meus bens, o Instituto Profissional Masculino acima mencionado, uma vez que já tenha recebido, com as averbações em seu nome, na Caixa de Amortisação, as Apolices constitutivas do legado instituido na verba IV, e bem assim os supprimentos peccuniarios de tratam da verba IV e a alinea a da verba V, para a construção do predio do instituto.
- VI. Não sendo acceitos os legados de que trata a verba IV ou, depois de acceitos aquelles, não sendo cumpridos pelo legatário por quaesquer motivos, (inclusive a dissolução ou extincção do legatário, a retirada do Brasil dos seus missionarios ou

representantes e os fechamentos consequentes dos estabelecimentos de instrucção que o mesmo tem no Brasil) as obrigações e os encargos que lhe são impostos nas alíneas da verba V, cujas execuções serão rigorosamente fiscalizadas pelos meus testamenteiros adeante nomeados, tornar-se-ão caducos e de nenhum efeito, de pleno direito, independentemente de interpellação judicial, os legados instituídos, passando, nesse caso, como legados também, todos os bens que constituem os seus objectos e os respectivos rendimentos, que não tiverem sido applicados no cumprimento dos mesmos legados, á Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras, com as mesmas clausulas de inalienabilidade absoluta e insubrogabilidade, ficando aquella legataria substituta sujeita ás mesmas obrigações e aos mesmos encargos de que tratam as alíneas a b c e d da verba V. E, na falta dos meus testamenteiros, por já serem todos fallecidos, a fiscalisação do cumprimento das obrigações e dos encargos impostos ao legatário será exercida pelo Juizo da Provedoria, isto é, pelo Juiz de Direito da Comarca, em que deve ser feito o meu inventario e cumprido o meu testamento, e pelo Promotor Publico de Resíduos, cujas solicitudes imploro, confiando nos seus zelos, integridades e independências, procedendo ex-officio, ou por provocação do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, aos quaes confio o direito e o dever de fallecidos que sejam os meus testamenteiros, zelarem pelo fiel cumprimento das obrigações e encargos impostos ao legatário, promovendo, mediante prova cabal de qualquer infracção, a decretação judicial da caducidade dos legados instituídos no caso do não cumprimento das mesmas obrigações e encargos impostos ao legatário.

- VII. Deixo á Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras cem (100) contos de reis que serão convertidos em Apolices da Divida Publica da União, nominativas, do valor nominal, cada uma 1:000\$000, de juro de 5% ao anno, as quaes serão averbadas na Caixa de Amortisação em nome do legatário, com a clausula de inalienabilidade e insubrogabilidade, com a obrigação ou encargo do legatário zelar pela conservação do jazigo em que se acham os restos mortaes dos meus finados paes e da minha finada irmã no Cemiterio da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.
- VIII. Deixo á Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras de cinquenta (50) Apolices da Divida Publica da União, nominativas, do valor nominal cada uma 1:000\$000, de juros de 5% ao anno, as quaes serão averbadas na Caixa de Amortisação em nome do legatário com a clausula de inalienabilidade e insubrogabilidade este legado torna-se-á caduco e nullo de pleno direito, independentemente de interpellação judicial e de sentença obtida em acção regular, no caso de dissolução da mencionada Irmandade e no caso tambem de qualquer alteração no compromisso que actualmente a rege, que teve á mesma Irmandade a mais plena autonomia, assegurada pelo mesmo compromisso nas eleições annuaes das suas mezas administrativas, consoante a feição que lhe deram os seus fundadores e sucessores; passando, nesse caso, as apolices legadas, como legado ainda, com as mesmas clausulas de inalienabilidade e insubrogabilidade, á Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras.
- IX. Deixo para serem distribuidos pelos pobres da Cidade de Vassouras e pelas familias necessitadas da mesma cidade, a juizo do meu testamenteiro e inventariante, que exercer o cargo, a importancia de vinte contos de reis (20).
- X. Deixo a Ramiro, cria que foi dos meus finados paes, morador na cidade de Vassouras a casa que tenho na mesma cidade a Ladeira da Misericórdia, hoje, Rua Americo Brasileiro.

- XI. Deixo á minha creada Cecilia, em Vassouras digo, em recompensa dos bons e dedicados serviços que me prestou durante muitos annos, trinta (30) Apolices da Divida Publica da União, do valor nominal cada uma 1:000\$000, e juro de 5% ao anno.
- XII. Deixo á minha creada Amelia, em recompensa dos bons serviços que me prestou, dez (10) Apolices da Divida Publica da União, do valor nominal de um conto de reis (1:000\$000) cada uma e juro de 5% ao anno.
- XIII. Deixo a meu bom primo e amigo Coronel Julio Corrêa e Castro, como lembrança, cinquenta (50) apolices da Divida Publica da União, do valor nominal, cada uma de 1:000\$000, de juros de 5% ao anno. Peço ao dito meu primo e amigo que, em vida providencie no sentido de apos o seu fallecimento, serem recolhidos á Casa da chacara, que tenho em Vassouras, herdada dos meus finados paes, todos os retratos das pessoas de nossa familia que actualmente se acham em seu poder.
- XIV. Deixo as minhas primas e amigas Maria da Conceição Corrêa e Castro e Carolina Corrêa e Castro, como lembrança, para cada uma dessas, vinte e cinco (25) apolices da Divida Publica da União, do valor nominal cada uma 1:000\$000, de juro de 5% ao anno.
- XV. Deixo á Fundação Oswaldo Cruz que superintende o Hospital de Cancerosos, em execução na Capital Federal, cinquenta (50) Apolices da Divida Publica da União, do valor nominal, cada uma , de 1:000\$000, de juro de 5% ao anno.
- XVI. Dos legados acima instituidos, aquelles que estiverem sujeitos ao imposto causa mortis serão livres destes impostos, que sahirão do monte do meu patrimonio inventariado.
- XVII. Constituidos os legados acima instituidos, si houver, como estou certa, remanescente de bens do meu patrimonio, sobre ditos remanescentes, comprehendidos não só os bens existentes no Brasil, como no Estrangeiro, instituo a minha herdeira a Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, devendo ditos bens remanescentes ser convertidos em Apolices da Divida Publica da União, do valor nominal cada uma 1:000\$000, de juro de 5% ao anno, as quaes serão averbadas em nome daquela beneficiada com a clausula de absoluta de inalienabilidade e insubrogabilidade em bens de qualquer outra especie; impondo á dita minha herdeira a obrigação de dar mensalmente a importancia de 50\$000, enquanto viverem, a cada um dos pretos Herculano e Francisco Vicente, que moram em dependencias da casa da chacara de minha propriedade, situada em Vassouras, herdada de meus finados paes, e cuidam dos trabalhos de conservação da mesma chácara.
- XVIII. Se no acervo dos meus bens não houver por occasião do meu falecimento o numero necessario de apolices e o dinheiro necessario tambem necessário para a composição e cumprimento dos legados instituidos neste testamento, serão convertidos, mediante venda, em dinheiro e apolices para aquelles fins, todos os bens do meu patrimonio existente no Brasil, a saber: immoveis, com excepção dos que constituem os objectos de legados, titulos de Companhias, Emprezas, Sociedades e Bancos.
- XIX. Não tenho dividas passivas de especie alguma a não serem as provaveis, que talvez resultem, mais tarde, do meu tratamento medico na ultima enfermidade, e da minha estadia nesta capital, alem das despesas, que serão certas do meu funeral. E, existindo no acervo dos meus bens titulos de dividas activas contra terceiros, consistentes em notas promissorias, escripturas publicas e escriptos particulares, determino que aquellas que se acharam vencidas e forem

liquidáveis, sejam cobradas e liquidadas, afim do producto em dinheiro da liquidação ser applicado ao cumprimento dos legados instituidos neste testamento e das demais disposições do mesmo; e as que não se acharem vencidas, bem como as que, apesar de vencidas, não forem liquidáveis ou forem de difficil liquidação, serão adjudicadas á minha herdeira instituida na verba XVII sobre os remanescentes dos meus bens.

XX. Dos bens que tenho e possuo no Estrangeiro, objectos tambem do presente testamento, como foi declarado no inicio deste, os quaes consistem em meu palacete, situado em Paris, á Rua Bessano nº 40, móveis, objectos de arte, quadros e utensilios existentes no mesmo palacete, joias, titulos de Governos, de Companhias, Empresas e Bancos, da França, da Belgica, dos Estados Unidos da América do Norte, do alto Egypto, do Chile, da Republica Argentina e do Uruguay, serão tirados os legados que instituo, abaixo declarados:

a) Deixo para os pobres do quarteirão em que se acha situado o meu mencionado palacete vinte mil francos;

b) Deixo ao Snr. Albert Guggenheim, domiciliado em Paris, Avenue des Chalets nº 3, Anteil - 3-82, trinta mil francos.

XXI. Sobre os remanescentes dos meus ditos bens existentes no Estrangeiro, instituo confirmando o que já foi declarado na verba XVII, minha herdeira a Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro. Ditos remanescentes serão liquidados e vendidos, e o dinheiro, producto das vendas, será remettido para o Brasil, á disposição do meu testamenteiro, que exercer o cargo, dos bens situados no Brasil, para a execução e o cumprimento das verbas do presente testamento, ás quaes ficarão sujeitos, depois de inventariados ditos bens no Estrangeiro, se assim fôr necessário para o effeito apenas dos pagamentos dos impostos direitos e exigencias fiscaes.

XXII. Se acontecer que, por quaesquer circunstancias extraordinarias, decorrentes de más, difficeis e desastrosas liquidações, os bens que tenho no Brasil e no Estrangeiro, dos quaes trata o presente testamento, não dêem para a formação e cumprimento dos legados instituidos na alinea c da verba I e na verba IV, os quaes, pela sua natureza e fins a que se destinam, não podem ficar sujeitos ao rateio, como os demais legados, por isso que só integralmente poderão e deverão ser cumpridos, serão cumpridos os legados de que trata a alinea c da verba I, de preferencia dos legados que trata a verba IV, ficando estes ultimos revogados e de nenhum effeito.

XXIII. Nomeio meus testamenteiros e inventariantes dos meus bens existentes no Brasil, conferindo-lhes, para todos os effeitos de direito, a posse e a administração dos meus bens, em primeiro lugar, o Dr. Antonio José Fernandes Junior, em segundo lugar, o Dr. Raul Fernandes, em (3º) terceiro lugar, o Cel. Julio Corrêa e Castro, que servirão sucessivamente, na ordem acima estabelecida, um na falta ou no caso da não acceitação dos outros; e nomeio meus testamenteiros e inventariantes dos meus bens existentes no Estrangeiro, conferindo-lhes para todos os effeitos de direito, a posse e a administração dos mesmos bens, em primeiro lugar, o Dr. Raul Fernandes, em segundo lugar o Snr Candido Torres Guimarães, em terceiro lugar, o Dr. Antonio José Fernandes Junior, que servirão sucessivamente, na ordem acima estabelecida, uns na falta ou no caso da não acceitação dos outros. No Juizo do Inventario dos meus bens no Brasil, ao meu testamenteiro que exercer a testamentaria dos bens situados no Estrangeiro, será arbitrada e abonada a vintena legal além da vintena legal que no mesmo Juizo fôr arbitrada e abonada ao meu testamenteiro que exercer a

testamentaria dos meus bens existentes no Brasil. Mas, se a testamentaria dos bens existentes no Estrangeiro for exercida pelo mesmo testamenteiro que exercer a testamentaria dos bens existentes no Brasil neste caso, a vintena legal será uma só, que será arbitrada e abonada pelo Juizo do Inventario dos bens situados no Brasil. Peço e recomendo aos meus testamenteiros acima nomeados, e nas suas faltas, á Santa Casa da Misericórdia de Vassouras, minha herdeira instituída, que, caso eu venha a fallecer nesta capital, sendo aqui sepultada, logo que seja possível, providenciem no sentido dos meus ossos serem exhumados para serem depositados no jazigo da familia existente no Cemiterio da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, onde se acham os restos mortaes dos meus finados paes e da minha finada irmã. Dei os meus mencionados testamenteiros por abonados em juizo ou fora d'elle marcando-lhes o praso de 3 (treis) annos, para a execução do meu testamento, que tenho por feito e concluído, sendo o mesmo escripto, a meu pedido, pelo Snr Eugenio Vieira da Cunha, de accordo com o que lhe dictei, sendo o mesmo por mim assignado, depois de o haver lido attentamente e achado conforme com as minhas declarações, rogando ás Justiças do meu paiz, em as quaes eu confio plenamente, que o façam cumprir e executar na exacta conformidade do que nelle se acha escripto e declarado, por ser a expressão das minhas ultimas e derradeiras vontades.

Em tempo: Á parte final da alinea a da verba I, acrescento o seguinte: podendo o legatario se utilizar tambem de uma pequena matta existente nos fundos da chacara, tirando da mesma as madeira de que precisar, em proveito da chacara e da casa desta. A recommendação ou pedido, que faço aos meus testamenteiros e nas suas faltas, á Santa Casa de Misericórdia da cidade de Vassouras, minha herdeira instituída sobre todos os remanescentes dos meus bens, sobre a transladação dos meus ossos e o deposito dos mesmos no jazigo da minha familia existente no Cemiterio da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, acrescento o seguinte: dita translação e consequente deposito dos meus ossos no mencionado jazigo, terão logar tambem, caso eu venha a fallecer e seja sepultada em qualquer Paiz estrangeiro. Os acrescimos acima feitos, foram escriptos tambem, a meu pedido, pelo mesmo Senhor Eugenio Vieira da Cunha, que, a meu pedido, como já foi dito, escreveu o meu testamento. E, tendo lido tambem ditos acrescimos, achei- os mesmo conforme com o que declarei e dictei, pelo que assigno o meu presente testamento com os referidos acrescimos.

Eufrásia Teixeira Leite"

*Disponível também em: FALCI, Miridan Britto Knox; MELLO, Hildete Pereira. Testamento de Eufrásia Teixeira Leite. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 423, p. 301-311, 2004

ANEXO VI – Capa do tomo - Acção Ordinaria: Contestação opposta à acção pelos
testamenteiros do Espolio, 1937

COMARCA DE VASSOURAS
- Estado do Rio de Janeiro -

Acção Ordinaria

Para a annullação do testamento
da finada D. Euphrasia Teixeira
Leite, cumulada com a de petição
de herança.

AUTORA — D. Umbellina Teixeira Leite
dos Santos Silva (Baroneza de S. Geraldo),
assistida por D. Christina Teixeira Leite
D'Escragnolle Taunay (Viscondessa de Taunay)
e D. Francisca Teixeira Leite Bruhns.

RÉOS — O espolio de D. Euphrasia Tei-
xeira Leite, representado pelos seus testa-
menteiros Antonio José Fernandes Junior e
Raul Fernandes, a Santa Casa de Miseri-
cordia da Cidade de Vassouras e outros.

→ **CONTESTAÇÃO OPPOSTA A' ACÇÃO PELOS** ←
TESTAMENTEIROS DO ESPOLIO

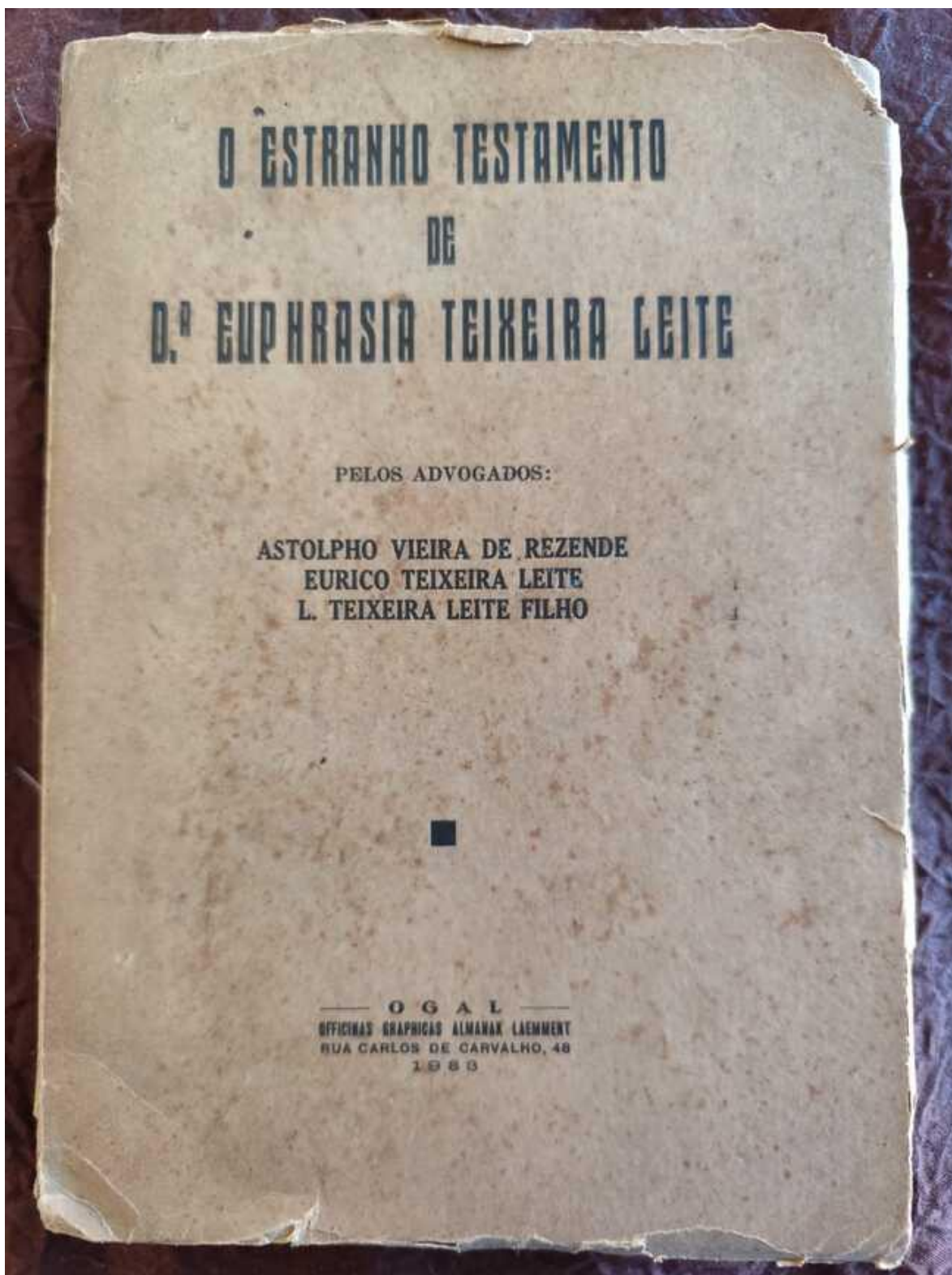
Pelo testamenteiro do espolio e advogado
ANTONIO JOSÉ FERNANDES JUNIOR



RIO DE JANEIRO
Typ. do JORNAL DO COMMERCIO
Rodrigues & C.

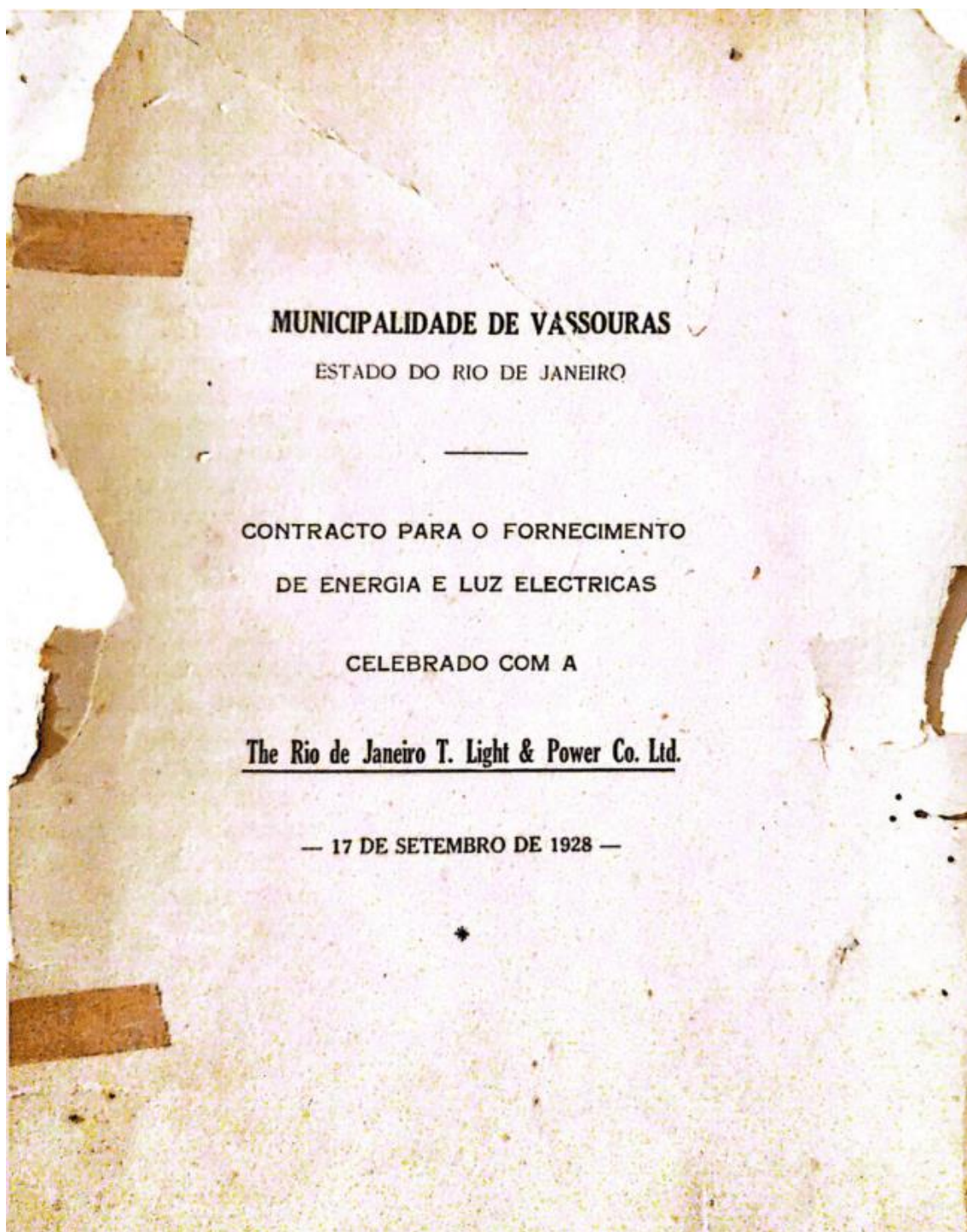
1937

**ANEXO VII – Capa do tomo - O Estranho Testamento de D. Euphrasia Teixeira Leite,
1937.**



Fonte: Tomo de propriedade da Autora

ANEXO VIII – Capa - Contracto para o fornecimento de energia e luz electricas



Fonte: Arquivo Público Municipal

ANEXO IX- Fragmento da Carta Chorográfica do Estado do Rio de Janeiro - Mapa do território de Vassouras na década de 1920 (em verde), em superposição com o território atual (em azul)



Fonte: Hemeroteca Digital com edição da autora

Mapa da divisão política atual (2025) do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-rio-de-janeiro.php>

ANEXO X - Chácara das Palmeiras

Em 1930



Fonte: Arquivo Público Municipal

ANEXO XI - Foto e reportagem do HETL na sua inauguração



Fonte: Arquivo Público Municipal

Fragmento – Página de notícia do HETL – O Maior e o mais moderno

DIÁRIO CARIOCA — Quarta-feira, 9 de Julho de 1941 5

Confusão e-Projeto avieira''

Plante do Sindi-aulo

os colônias, parcelas e urios, seriam converti-empregadores. oces do ante-projeto m a primeira hipóte- s foram magicamente ados em empregados, a justiça social, statuto da lavoura ca- estabeleceu uma jus- cial da economia agui- som Juntas e Consé- w derimir os conflitos mecedores (emprega- usineiros (empregado- s-projeto não o diz- o efeito técnico dessas ribuições jurisdicionais, ito passaria de uma a administrativa e eco- a ser um organismo com poderes sobera- vejamos: pelo art. 139 Constituição.

ara regular os confli- ciuandos das relações empregadores e em- idos, reguladas na le- ção social, é instituída sica do trabalho".

ssa Justiça do Traba- stá instalada em todo como se poderia admi- uma autarquia admi- criasse a sua justiça tiva e auto-

Visitando Um dos Maiores e Mais Modernos Hospitais do Brasil

O 'DIÁRIO CARIOCA' OUVIU O DR. LUIZ PINTO, DIRETOR DO HOSPITAL 'EUPHRASIA TEIXEIRA LEITE', EM VASSOURAS

Como Se Construiu o Grande Estabelecimento Hospitalar --- O Velho Sonho de Um Jovem Cirurgião Que Se Transforma Em Esplendida Realidade --- Organização dos Serviços Clínicos e dos Serviços Auxiliares --- O Corpo Médico : Originalidade de Seu Regulamento --- Medicina Preventiva da Criança --- Outras Iniciativas da Santa Casa Vassourense



não foi possível instalar, pois ainda não dispomos de recursos para isso: o de Medicina Preventiva da Criança. Muito bre- ve, porém, esperamos pôr em prática o nosso plano, já coin- pletamente elaborado. A finali- dade é estudar e aplicar medidas necessárias à proteção da crian- ça e à orientação do seu desen- volvimento somático - psíquico, em todas as fases da evoluçã infantil. Compreenderá o Ser- viço de Higiene Infantil, o La- boratório, a Clínica Escolar e o Serviço de Visitação Domé- lia".

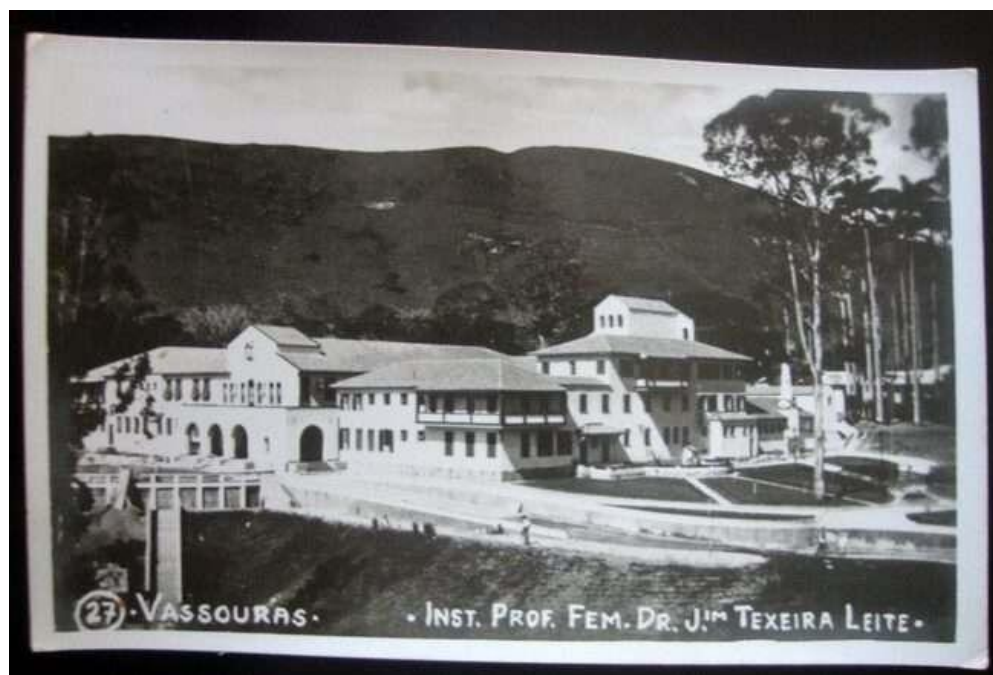
Outra Iniciativa da Santa Casa de Vassouras

— Outra iniciativa da Santa Casa digna de nossos aplausos entusiásticos — diz ainda o di- retor do Hospital "Euphrasia Teixeira Leite" — se propõe

Fonte: Diário Carioca de 9 jul. 1941, p. 5.

294

ANEXO XII - Foto do Instituto Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite – *Regina Coeli*.



Fonte: Arquivo Público Municipal



Fonte: Jornal do Brasil, 23 de maio de 2022.

ANEXO XIII – Fotos do Instituto Educacional Masculino Dr. Joaquim Teixeira Leite - SENAI



Fonte: Arquivo Público Municipal



Fonte: Arquivo Público Municipal